

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO
E REGIONAL – PROPUR



Mapa, que se halló incluso en este Diario, el que se conoce por la letra está delineado p^o el P. Hadeo coadjux Cruz de la Compania de Jesús.

ALÉM DAS REDUÇÕES: A PAISAGEM CULTURAL DA
REGIÃO MISSIONEIRA

Vladimir Fernando Stello

Porto Alegre
Dezembro 2013

VLADIMIR FERNANDO STELLO

**ALEM DAS REDUÇÕES: A PAISAGEM CULTURAL DA
REGIÃO MISSIONEIRA**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e regional.

Orientadora Dr^a Arq. Celia Ferraz de Souza

Porto Alegre
Dezembro 2013

CIP - Catalogação na Publicação

Stello, Vladimir Fernando

Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região
Missioneira / Vladimir Fernando Stello. -- 2011.
238 f.

Orientadora: Celia Ferraz de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto
Alegre, BR-RS, 2011.

1. Paisagem Cultural. 2. Reduções. 3. Região
Missioneira. 4. Patrimônio Cultural. 5. Diversidade
Cultural. I. Souza, Celia Ferraz de, orient. II.
Título.

VLADIMIR FERNANDO STELLO

**ALEM DAS REDUÇÕES: A PAISAGEM CULTURAL
MISSIONEIRA**

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e regional.

Porto Alegre, novembro de 2013.

Dr^a.Célia Ferraz de Souza
Orientadora

BANCA EXAMINADORA

Dr^a.Briane Paniz Bica
Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Dr^a.Daniela Marzolla Fialho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr^oLuiz Antonio Bolcato Custodio
Centro Universitário Ritter dos Reis

Dr^a.Luisa Duran Rocca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A memória de meus pais, Dionizio e Arlinda.
À Martha, minha segunda mãe.
À Matilde, amiga, companheira e esposa
e ao Pedro, meu filho amado.

AGRADECIMENTOS

As idéias como os bons vinhos, maduram em um ambiente apropriado, baixo um prudente cuidado e com o passo lento dos anos. Isto pode ser comparado a realização desta tese, onde cada etapa de leituras, discussões, escritos, viagens, qualificaram a experiência intelectual, outorgaram clareza e deram nitidez a pensamentos forjados inicialmente sob a emoção incerta de minhas primeiras intuições.

Mas este trabalho não foi solitário foi sempre compartilhado, e neste caso por grandes amigos, companheiros e mestres que de diferentes maneiras apoiaram a elaboração desta tese.

Em primeira instancia devo um reconhecimento especial a professora e amiga Célia Ferraz de Souza, que como orientadora, apoiou o desenvolvimento teórico de meu trabalho e me motivou neste longo processo acadêmico, com suas perguntas e seus atinados comentários. Mas principalmente como amiga que sempre esteve presente dando-me seu apoio incondicional.

À minha família, pelo amor e incentivo dado hoje e sempre.

Aos colegas e funcionários do PROPUR e aos companheiros do IPHAN.

Será impossível agradecer a todos os meus amigos que de uma maneira ou outra estiveram envolvidos neste trabalho, seria necessariamente injusto nomear alguns, por isso a todos que sabem que estão em meu coração meu muito obrigado. Eles me deram a oportunidade de cumprir um de meus sonhos

Missões, um espaço no tempo, é terra de fronteira que ultrapassa a territorialidade dos marcos nacionais. É paisagem de memória que remete a registros no tempo, desde a imagem visual que oferece ao olhar às imagens mentais, que são em parte sociais e herdadas, e em parte pessoais, fruto da vivência de cada um.

Sandra Jatahy Pesavento

RESUMO

A paisagem tem sido objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento, entre elas a história, a geografia, a arquitetura, o planejamento urbano, as artes visuais, e, mais recentemente, a preservação do patrimônio cultural e ambiental. O rápido processo de transformação territorial que vem ocorrendo nos últimos cinquenta anos, tem colocado em risco o patrimônio cultural e ambiental das diversas comunidades. Como resposta, a valorização da paisagem cultural vem tomando impulso como referência para estas transformações, entre outras razões, por sua direta associação com a memória coletiva, as referências culturais e seu conteúdo simbólico. No Rio Grande do Sul, desde a década de 1920, se vem trabalhando na preservação dos remanescentes das reduções jesuítico-guarani como o único patrimônio a ser considerado representativo na Região Missioneira. O interesse pela preservação do patrimônio, entendendo-o como o antes, o durante e o depois das reduções, iniciou apenas nos últimos anos, quando o modo de pensar o patrimônio se ampliou, passando a se considerar que o conjunto das diversas contribuições culturais forma e enriquece a visão da Região e poderá contribuir para seu crescimento. Diante dessa constatação ampliaram-se os estudos realizados até o momento, a partir de uma visão territorial de paisagem cultural. Mais do que a preservação do patrimônio edificado, a proteção do seu legado cultural, deve contemplar as paisagens, transformadas e criadas pelos primeiros habitantes na pré-história, pelas reduções jesuítico-guarani, pelos migrantes de origem européia de finais do século XIX e do início do século XX e pelos atuais moradores da região. Deverá contemplar, também, as tradições, os saberes e os fazeres que visam auxiliar a compreensão do território. Reconhecer esses valores dará a verdadeira dimensão da importância cultural da região e promoverá o resgate das tradições destas comunidades, que vem sendo perdidas ao longo dos anos. Conservar os costumes e a memória torna mais provável a salvaguarda desta paisagem cultural de importância no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade das comunidades onde estes se inserem. O uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, poderá promover o desenvolvimento sócio-cultural e econômico sustentável da Região. Este trabalho pretende dar início ao reconhecimento dos elementos que a marcam e a tornam única, pela sua diversidade étnica e cultural, que é o testemunho da ocupação deste território marcado pelos conflitos surgidos na definição dos limites territoriais.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Reduções, Região Missioneira, Patrimônio Cultural, Diversidade Cultural

ABSTRACT

The landscape has been subject of interest of several areas of knowledge, among them history, geography, architecture, urban planning, visual arts and, more recently, environmental and cultural heritage preservation. The fast process of territorial transformation of the last fifty years has put in risk the environmental and cultural heritage of many communities. In response, the appreciation of cultural landscape is gaining momentum as reference for these transformations, among other reasons, for its direct association with the collective memory, the cultural references and its symbolic content. In Rio Grande do Sul, since the 1920's, there is a work of preservation of the remnants of the Jesuit-Guaraní Reductions as the only representative heritage in the Missions Region. The interest in heritage preservation understood as the before, the during and the after of the reductions began only in recent years, when we have widened the concept of heritage. Now we take into consideration the ensemble of the many cultural contributions that shapes and greatly enriches the vision of the region, and may contribute to its growth. Considering this fact, there was an expansion on the studies to date, from a territorial perspective of cultural landscape. More than the preservation of the built heritage, the protection of its cultural legacy should contemplate the landscapes, transformed and created by the first inhabitants in prehistory, the Jesuit-Guaraní, the European migrants of the late nineteenth and early twentieth century and the current residents. It should also include the traditions and the local know-how, for they assist the understanding of the territory. Recognize these values will give the true dimension of the cultural importance of the region, and it will promote the rescue of the communities' traditions, which has been lost over the years. Conserving the customs and the memory makes it more likely the safeguard of this cultural landscape of national and international importance, strengthening the identity values of the communities they belong to. The proper use of its potential, taking into account the cultural diversity that shapes it, will possibly promote the socio-cultural and economic sustainable development of the region. This thesis aims to initiate the recognition of the elements that mark the region and make it unique, for its ethnic and cultural diversity, testimony of the occupation of the territory marked by conflict for defining boundaries.

Keywords: Cultural Landscape, Reductions, Missions Region, Cultural Heritage, Cultural Diversity

RESUMEN

El paisaje ha sido objeto de interés de diversas áreas del conocimiento, entre ellas la historia, la geografía, la arquitectura, la planeación urbana, las artes visuales y, más recientemente, la preservación del patrimonio cultural y ambiental. El rápido proceso de transformación territorial que viene ocurriendo en los últimos cincuenta años, ha puesto en riesgo el patrimonio cultural y ambiental de las diversas comunidades. En respuesta, la valorización del paisaje cultural viene tomando impulso como referencia para estas transformaciones, entre otras razones, por su directa asociación con la memoria colectiva, las referencias culturales y su contenido simbólico. En Rio Grande do Sul, desde la década de 1920, se viene trabajando en la preservación de los remanentes de las reducciones jesuítico-guaraníes como el único patrimonio considerado representativo en la Región Misionera. El interés por la preservación del patrimonio, entendiéndolo como antes, durante y después de las reducciones, se inició solamente en los últimos años, cuando el modo de pensar el patrimonio se amplió y empezó a considerarse que el conjunto de las diversas contribuciones culturales forma y enriquece enormemente la visión de la Región y podrá ayudar a su crecimiento. Ante esta realidad se ampliaron los estudios efectuados hasta el momento, a partir de una visión territorial del paisaje cultural. Más que la preservación del patrimonio edificado, la protección de su legado cultural, debe contemplar los paisajes, transformados y creados por los primeros habitantes de la prehistoria, por las reducciones jesuítico-guaraníes, por los migrantes de origen europea de finales del siglo XIX y del inicio del siglo XX y por los actuales moradores de la Región. También deberá contemplar, las tradiciones, los saberes y las formas de hacer que contribuyen a la comprensión del territorio. Reconocer esos valores dará la verdadera dimensión de la importancia cultural de la región y promoverá el rescate de las tradiciones de estas comunidades, que se han ido perdiendo a lo largo de los años. Conservar las costumbres y la memoria torna más probable la salvaguarda de este paisaje cultural de importancia en el contexto nacional e internacional, fortaleciendo los valores de identidad de las comunidades donde estos se insertan. El uso adecuado de sus potencialidades, tomando en consideración la diversidad cultural que lo forma, podrá promover el desenvolvimiento socio-cultural y económico sustentable de la Región. Este trabajo pretende dar inicio al reconocimiento de los elementos que la marcan y la hacen única, por su diversidad étnica y cultural, que es el testimonio de la ocupación de este territorio marcado por los conflictos surgidos en la definición de los límites territoriales.

Palabras-clave: Paisaje Cultural, Reducciones, Región Misionera, Patrimonio Cultural, Diversidad Cultural

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Igreja de São Miguel sob nevoeiro de um início de outono.....	23
Figura 2: Localização da Região da Associação dos Municípios Missões/RS.....	26
Figura 3: Mapa da Província Jesuítica do Paraguai: Paraguay ó Provincia de Rio de la Plata cum regionibus adiacentibus Tucuman et Sta. Cruz de la Sierra, 1630.....	29
Figura 4: A Adoração do Cordeiro Místico – Hubert e Jan van Eyck – 1426-1432, óleo sobre madeira, 137,7 x 242,3 cm, Catedral de Saint-Bavo – Ghent.....	53
Figura 5: El paso de la laguna Estigia, Joachim Patinir, nº de catálogo P01616, óleo sobre madeira, 64x103 cm, 1520 – 1524, Museu do Prado.....	53
Figura 6: Implantação do Partenon em local privilegiado na paisagem.....	55
Figura 7: Pirâmide da Lua vista a partir da Pirâmide do Sol.....	56
Figura 8: Pirâmide do Sol vista a partir da Pirâmide da Lua.....	57
Figura 9: Machu Picchu.....	58
Figura 10: Ruínas de São Miguel Arcanjo.....	79
Figura 11: vista do pórtico lateral oeste, 1892.....	79
Figura 12: Igreja de São Miguel em ruínas antes das intervenções do governo do Estado, anterior a 1925.....	80
Figura 13: interior da nave central da Igreja de São Miguel antes das intervenções do governo do Estado, anterior a 1925.....	80
Figura 14: vista leste da torre após a estabilização e implantação do cercamento 1927 – 1938.....	81
Figura 15: Fotografia da casa construída com materiais das ruínas da redução de São João Batista, demolida em na década de 1960.....	83
Figura 16: desenhos da casa construída com materiais das ruínas da redução de São João Batista, demolida em 1960.....	83
Figura 17: Estabilização da torre, 1938.....	84
Figura 18: projeto de Lucio Costa para o Museu das Missões.....	85
Figura 19: perspectiva do projeto de conjunto Museu com Casa do Zelador.....	85
Figura 20: construção do Museu e Casa do Zelador.....	85
Figura 21: Esquemas para a Sala de Exposição instalada no interior das ruínas da igreja.....	87
Figura 22: Sala de Exposição instalada no interior das ruínas da igreja.....	87
Figura 23: Pisos encontrados nas escavações arqueológicas nas ruínas da Igreja de São Nicolau, 1980.....	92
Figura 24: Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, reunidos em frente às ruínas da Igreja de São Miguel, 1980.....	93
Figura 25: em primeiro plano se vê o arco original em pedra com parede de tijolos sobre ele, em segundo plano arco refeito em tijolos.....	96

Figura 26: Vista da parede lateral oeste das ruínas da igreja de São Nicolau após a consolidação executada em 1988-89.....	99
Figura 27: Bacia da Fonte Missioneira após a sua restauração em 1992.....	101
Figura 28: Pisos cerâmicos na Casa dos Padres após o processo de consolidação e levantamento gráfico, Sítio de São Miguel Arcanjo.....	104
Figura 29: Fachada dos remanescentes da igreja de São Lourenço após a intervenção de 2007.....	105
Figura 30: Parede lateral oeste dos remanescentes da igreja de São João após os trabalhos de consolidação em 2003.....	105
Figura 31: Construção em linguagem eclética entre o prédio da prefeitura municipal de Santo Ângelo e a Catedral, demolido para evidenciar vestígios arqueológicos do período reducional.....	107
Figura 32: Vestígios arqueológicos do período reducional, evidenciados ao lado da Catedral.....	107
Figura 33: Prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá, pastiche do enxaimel.....	107
Figura 34: Sobrado da Família Silva, construído com pedras retiradas das ruínas da igreja de São Nicolau.....	111
Figura 35: Casa de Pedra, construída com pedras retiradas das ruínas da igreja de São Nicolau.....	111
Figura 36: Animais e abrigo do homem pré-histórico.....	115
Figura 37: Mapa da grande migração Guarani.....	117
Figura 38: Caça de emas.....	117
Figura 39: Acampamento guarani.....	120
Figura 40: Gravura com imagem dos índios guaranis (Cariós).....	123
Figura 41: Mapa com as reduções da primeira fase na área do Tape, (atual Rio Grande do Sul). Em destaque a Região Missioneira.....	125
Figura 42: mapa atual com a localização dos trinta povoados missioneiros assinalando em vermelho os sítios onde ainda existem vestígios aparentes.....	126
Figura 43: Plano da Redução de São João Batista.....	127
Figura 44: iconografia da redução de São Miguel Arcanjo – 1756.....	131
Figura 45: Novas maneiras de organização e produção introduzidas pelos Jesuítas.....	132
Figura 46: Introdução de animais e implementos.....	132
Figura 47: Linhas de fronteira dos séculos XVIII e XIX.....	138
Figura 48: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1809.....	140
Figura 49: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1835.....	142
Figura 50: A Igreja de São Miguel em 1920, em ruínas e tomada pela vegetação.....	146
Figura 51: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1846.....	147
Figura 52: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1875.....	148

Figura 53: Edificação do século XIX no distrito de Carajazinho, no município de Entre-Ijuís.....	149
Figura 54: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1889.....	150
Figura 55: Estado do Rio Grande do Sul - Planta da zona colonizada com o auxílio da União; Inspeção Federal do Serviço de Povoamento, 1907-1913.....	152
Figura 56: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1912.....	153
Figura 57: Linhas ferroviárias do Rio Grande do Sul em 1924.....	155
Figura 58: Serraria do Cel. Bráulio de Oliveira, 1916.....	156
Figura 59: Casa de Banha, 1931.....	156
Figura 60: Lucio Costa, Leleta sua esposa e Augusto Meyer nas ruínas de São Miguel em 1937.....	158
Figura 61: Alta mecanização da agricultura, monocultura baseada no trigo e soja.....	159
Figura 62: Vista aérea da região, próximo ao sítio arqueológico de São João Batista.....	161
Figura 63: Mapa da Região Missioneira, com os 26 municípios que compõem a área de estudo.....	166
Figura 64: tabela síntese dos valores da paisagem.....	175
Figura 65: Criação de ovelhas - Distrito de São Lourenço - São Luiz Gonzaga.....	177
Figura 66: Poço de pedra - São João das Missões.....	177
Figura 67: Soleira de porta em casa rural Família Falcade - São Lourenço.....	177
Figura 68: Capitel em casa rural - Entre-Ijuís.....	177
Figura 69: Taipa de divisa de estâncias.....	178
Figura 70: Casa de pedra da Estância do Sobrado, Bossoroca.....	178
Figura 71: Capelinha, casa rural, São Luiz Gonzaga.....	179
Figura 72: Padaria do Juca, em funcionamento até os dias atuais, em 1947, Cerro Largo.....	179
Figura 73: Sede da Estância Jesuítica do Sobrado - Bossoroca.....	179
Figura 74: Residência rural de Pedro Gonçalves de Olivera, Esquina Ezequiel - São Miguel das Missões.....	179
Figura 75: Residência Portuguesa Carajazinho, Entre-Ijuís.....	179
Figura 76: Casa da Quinta, São Miguel das Missões.....	179
Figura 77: Festa Religiosa em Pirapó.....	180
Figura 78: Reunião de amigos. Na bandeira está a inscrição "A União de Atiradores de Pirapó - Fundada em 1923".....	180
Figura 79: Serraria, São Nicolau.....	180
Figura 80: Fábrica de rodas de carroça e móveis Reisdorfer e Hech, Salvador das Missões..	180
Figura 81: Casamento de Ernesto e Verena Sebastiani, Cerro Largo.....	181
Figura 82: Reunião familiar, jogo de cartas e chimarrão, Pirapó.....	181

Figura 83: Poço para retirada de água, cerca de proteção para a horta ornamentada com conchas de caramujos, forno de pão - Cerro Largo.....	181
Figura 84: Casa 3, Salvador das Missões.....	182
Figura 85: Casa Frederico Guilherme Kuntz Linha Butiá Inferior, São Pedro do Butiá.....	182
Figura 86: Casa Rambo, Pirapó.....	182
Figura 87: Casa Assmann, Cerro Largo.....	182
Figura 88: Casa 08 – provável moinho, Salvador das Missões.....	183
Figura 89: Casa Paroquial, Salvador das Missões.....	183
Figura 90: Casa da Família Stoffel, Linha Bonita Norte, São Pedro do Butiá.....	183
Figura 91: Casa Simon, Cerro Largo.....	183
Figura 92: Casa Guido Grins, Dona Otilia – Roque Gonzáles.....	184
Figura 93: Casa Guido Grins - Detalhe,.....	184
Figura 94: Casa 02, Salvador das Missões.....	184
Figura 95: Casa Família Sallete, Guarani das Missões.....	184
Figura 96: Grupo de danças típicas polonesas, POLFEST, 2012, Guarani das Missões.....	185
Figura 97: Procissão de Corpus Christi, Guarani das Missões.....	185
Figura 98: Pysanky, ovos de páscoa decorados, Guarani das Missões.....	185
Figura 99: <i>Pierogui</i> , prato típico Poloneses, Guarani das Missões.....	185
Figura 100: Casa sem pregos, Linha Bom Asilo Norte - Guarani das Missões.....	186
Figura 101: Detalhe, Casa sem pregos.....	186
Figura 102: Transporte de madeira - Sr. Lúcio Reisdorfer.....	186
Figura 103: "Seu Domingão" vendedor de gelo - Santo Ângelo.....	186
Figura 104: Estrada de acesso a Pirapó.....	187
Figura 105: Transporte coletivo Olympio Beck, São Luiz Gonzaga.....	187
Figura 106: Ponte de ferro sobre o rio Ijuizinho - Esquina Missões- Entre-Ijuis 1930.....	187
Figura 107: Ponte férrea, Santo Ângelo.....	187
Figura 108: Salvador das Missões- área urbana.....	188
Figura 109: Acesso à São Pedro do Butiá.....	188
Figura 110: Estação Ferroviária, São Borja.....	189
Figura 111: Estação Ferroviária, São Luiz Gonzaga.....	189
Figura 112: Estação Ferroviária, Santo Ângelo.....	189
Figura 113: Estação Ferroviária, Santo Ângelo.....	189
Figura 114: Estação Ferroviária de Comandai, Santo Ângelo.....	190
Figura 115: Estação Ferroviária, Bossoroca.....	190
Figura 116: Casa Flach, Cerro Largo.....	190

Figura 117: Sobrado do Cônsul - derrubado em 2012, São Luiz Gonzaga.....	190
Figura 118: Farmácia Licht, Santo Ângelo.....	191
Figura 119: Casa 53, São Borja.....	191
Figura 120: Detalhe da fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo.....	191
Figura 121: Querubim com feições indígenas, fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo.....	191
Figura 122: Anjo com crianças, fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo.....	192
Figura 123: Crianças com traços indígenas, fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo.....	192
Figura 124: Casa Clemente Onofre Warpechonski, Guarani das Missões.....	192
Figura 125: Detalhe, Casa Clemente Onofre Warpechonski, Guarani das Missões.....	192
Figura 126: Igreja Matriz São Pedro Apóstolo, São Pedro do Butiá.....	193
Figura 127: Igreja Matriz, Cerro Largo.....	193
Figura 128: Igreja Matriz, Guarani das Missões.....	194
Figura 129: Igreja Matriz, Roque Gonzáles.....	194
Figura 130: Vista Geral de Sete de Setembro, sobressaindo a torre da Igreja Matriz.....	194
Figura 131: Torre da Igreja Matriz em destaque na paisagem, Roque Gonzáles.....	194
Figura 132: Vista Geral de São Pedro do Butiá, sobressaindo a torre da Igreja Matriz.....	195
Figura 133: Torre da Igreja Matriz em destaque na paisagem, São Pedro do Butiá.....	195
Figura 134: Remanescentes da igreja de São Miguel Arcanjo.....	195
Figura 135: Museu das Missões.....	195
Figura 136: Residência na Av.General Dorneles Vargas, 1219, São Borja.....	196
Figura 137: Residência na Av. Presidente Vargas, 1800, São Borja.....	196
Figura 138: Associação dos Artistas Plásticos e Artesãos, Santo Ângelo.....	196
Figura 139: Jardim de Infância Municipal Bem-Me-Quer, Santo Ângelo.....	196
Figura 140: Figura XX: Vila Militar, São Luiz Gonzaga.....	197
Figura 141: Casa Floriano Soeiro de Souza, São Luiz Gonzaga.....	197
Figura 142: Capela do Seminário José Cerro Largo.....	198
Figura 143: Antiga Casa Rural São Luiz Gonzaga.....	198
Figura 144: Escritório de Advocacia Teixeira Santo Ângelo.....	198
Figura 145: Capela Mortuária Roque Gonzáles.....	198
Figura 146: Residência Vitório Perini, Santo Ângelo.....	199
Figura 147: ACISA, Santo Ângelo.....	199
Figura 148: Prefeitura Municipal, São Borja.....	199
Figura 149: Prédio dos Correios, São Luiz Gonzaga.....	199

Figura 150: Sítio Arqueológico de São Nicolau.....	200
Figura 151: Sítio Arqueológico de São João Batista.....	200
Figura 152: Sítio Arqueológico de São Lourenço Mártir.....	200
Figura 153: Residência dos Ferreira, Itacorubi.....	201
Figura 154: Residência Oscar Rambo, Pirapó.....	201
Figura 155: Edificação José Werle 1, São Pedro do Butiá.....	201
Figura 156: Residência José Werle 2, São Pedro do Butiá.....	201
Figura 157: Casa Kotolski, Sete de Setembro.....	202
Figura 158: Casa Kuyuen, Sete de Setembro.....	202
Figura 159: Casa Urbana, Roque Gonzáles.....	202
Figura 160: Casa Urbana, Roque Gonzáles.....	202
Figura 161: Cemitério em área rural, São Pedro do Butiá.....	203
Figura 162: Cemitério dos Cativos, Bossoroca.....	203
Figura 163: Cemitério na Vila Dona Otília, Roque Gonzáles.....	203
Figura 164: Cemitério Municipal, Itacorubi.....	203
Figura 165: Artesanato Guarani.....	203
Figura 166: Aldeia Guarani.....	204
Figura 167: Crianças Guarani no seu modo de viver.....	204
Figura 168: Mulher Guarani no preparo da alimentação.....	204
Figura 169: Homem Guarani apiloando erva mate.....	204
Figura 170: Plantação de girassóis, Entre-Ijuís.....	205
Figura 171: Plantação de canola, São Miguel das Missões.....	205
Figura 172: Rio Uruguai, divisa entre Porto Xavier/BR e San Xavier/AR.....	205
Figura 173: Paisagem na zona rural de São Pedro do Butiá.....	206
Figura 174: Rua da área central de Cerro Largo.....	206
Figura 175: Paisagem urbana de Guarani das Missões.....	206
Figura 176: Roda de chimarrão, São Miguel das Missões.....	207
Figura 177: Tava, peça de jogo do osso.....	207
Figura 178: Churrasco, São Miguel das Missões.....	207
Figura 179: Corrida de Cancha Reta, São Miguel das Missões, década de 1960.....	207
Figura 180: Prendas mirins de várias etnias.....	207
Figura 181: Patrimônio material e imaterial, município de Pirapó.....	208
Figura 182: Vista geral, área urbana de Roque Gonzáles.....	209
Figura 183: Área rural, Salvador das Missões.....	209

Figura 184 - A Cruz Missioneira original, no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, e as cópias: Trevo de acesso à São Borja, Praça da Catedral em Santo Ângelo, Trevo de acesso à Entre-Ijuís, Trevo de acesso à São Luiz Gonzaga e Trevo de acesso à Salvador das Missões.....	210
Figura 185: Propriedade em área rural de São Pedro do Butiá.....	211
Figura 186: Área urbana de Cerro Largo.....	211
Figura 187: Agricultura familiar diversificada, trazida na colonização e ainda presente - São Pedro do Butiá.....	212
Figura 188: Residência urbana, São Paulo das Missões.....	212
Figura 189: Linha Bonita Norte, São Pedro do Butiá.....	212
Figura 190: Margem do rio Inhacapetum, São Miguel das Missões.....	213
Figura 191: Ema na aldeia Guarani.....	213
Figura 192: Quero-quero em São Pedro do Butiá.....	213
Figura 193: Lagarto no Sítio Arqueológico de São João Batista.....	213
Figura 194: Pé de Umbu, Sítio Arqueológico de São Miguel.....	214
Figura 195: Detalhe de pé de Umbu, Sítio Arqueológico de São Lourenço.....	214
Figura 196: Casa Rambo, área rural de Pirapó.....	214
Figura 197: Área rural, Linha Butiá Inferior, São Pedro do Butiá.....	214
Figura 198: Área rural de São Luiz Gonzaga.....	215
Figura 199: Plantação de trigo, São Miguel das Missões.....	215
Figura 200: Plantação de trigo, Santo Ângelo.....	215
Figura 201: Área rural, próximo ao Sítio Arqueológico de São João Batista.....	215
Figura 202: A Paisagem Missioneira.....	215
Figura 203: Região com florestamento de pinus - Posadas, Argentina.....	220
Figura 204: Área com florestamento, ainda incipiente, de pinus, bastante próximo às lavouras de trigo - Santo Ângelo.....	221
Figura 205: Área com plantio de trigo, ao fundo os girassóis, campos e os capões dispersos pela região - Entre-Ijuís.....	221
Figura 206: Área com plantio de trigo, ao fundo, campos e os capões dispersos pela região - São Miguel das Missões.....	221
Figura 207: Terminal rodoviário em Posadas, Argentina.....	222
Figura 208: Pórtico de acesso ao município de São Miguel das Missões.....	222
Figura 209: Os rostos da Paisagem Missioneira.....	223

Folha de Rosto:

Título: Mapa que se halló incluso en este Diario, el que se conoce por la letra estar delineado p.r el P. Thadeo Xavier Enis de la Compañía de Jesús. (Prancha VII 222, Archivo General de Simancas, Mapas, Planos y Dibujos E 7400 – VII 222, In: BARCELOS, 2006b)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACISA - Associação Comercial e Industrial de Santo Ângelo
- AECID - Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- AHMACPS - Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos
- AMM - Associação dos Municípios das Missões
- ANS - Arquivo Noronha Santos
- ANTAC - Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído
- APHNM - Arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões
- CEDRO - Companhia Estadual de desenvolvimento Regional e Obras
- CECRE – Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos.
- CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural –
- CONDEPHAAT – Conselho de defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.
- CRESPIAL - Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina
- DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- EMATER - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FAU/UFRGS - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal de Rio Grande do Sul –
- FAU/USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
- FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória
- FIDENE – Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
- FURI – Fundação Universidade Integrada
- GEDAB - Gabinete de Estudos e Documentação da Arquitetura Brasileira -
- IAPH - Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IESA – Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo
- IHGBRS – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Rio Grande do Sul

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAE- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MCA - Manuscritos da Coleção de Angelis
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MMP – Museu Municipal de Pirapó
PHNM – Parque Histórico Nacional das Missões
PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul
RFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SEDAC - Secretaria de Estado da Cultura
SPAN - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRGS - Universidade Federal de Rio Grande do Sul –
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
VFRGS – Viação Férrea do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	39
1.1 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E IDENTIDADE.....	39
1.2 UM CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL.....	52
1.2.1 O HOMEM E A NATUREZA.....	54
1.2.2 O HOMEM E A PAISAGEM.....	60
1.2.3 A PAISAGEM COMO CATEGORIA DE PATRIMÔNIO.....	63
1.2.3.1 A Evolução do Conceito de Paisagem como Patrimônio no Ocidente.....	64
1.2.3.2 A Evolução do Conceito de Paisagem como Patrimônio no Brasil.....	70
1.3 A PAISAGEM CULTURAL NESSE CONTEXTO.....	75
2 A REGIÃO MISSÕNEIRA E APRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	78
3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO MISSIÕNEIRA COMO GERADOR DA PAISAGEM ATUAL	113
3.1 ANTECEDENTES.....	114
3.2 OS GUARANI – PERÍODO PRÉ-REDUCIONAL.....	116
3.3 AS REDUÇÕES – SÉCULOS XVII E XVIII.....	124

3.4	O ABANDONO E O REPOVOAMENTO - SÉCULOS XIX E MEADOS DO XX.....	138
3.5	A ATUALIDADE – MEADOS DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI.....	158
4	NOVAS ABORDAGENS PARA UMA ANTIGA PAISAGEM.....	168
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
	REFERÊNCIAS.....	224
	ANEXO - CD com apresentação da defesa.....	238

APRESENTAÇÃO

Quando estava na quarta série primária, tive uma aula que falava das reduções. Menino de 10 anos, fiquei impressionado com aquela história e como aquele local poderia ser, caso não houvesse sido destruído. Pensei também que seria muito interessante conhecer aquele lugar, mas estudando em escola pública e morando em Canoas, a 500 km de distância, isso era um sonho impossível. Os anos se passaram, concluí o ensino primário, o ginásio e o científico e a história das reduções ficou escondida em algum canto do meu passado. Fui para a faculdade estudar arquitetura. Lá, tive outro contato com as reduções nas aulas de Introdução à Restauração Arquitetônica, da professora Sônia Mascarello; no contato com o professor Custódio que havia realizado o plano de diretrizes urbanas para a Vila de São Miguel das Missões e o levantamento cadastral das ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo, juntamente com o arquiteto Odair de Almeida, e com o arquiteto Maturino Luz que foi trabalhar nas obras de consolidação daqueles remanescentes. Finalmente fui conhecer as Missões... Era o ano de 1986 e, depois, de 14 anos aquele sonho de criança se realizava, embora eu nem lembrasse mais dele. No ano seguinte, recém-formado, me inscrevi no programa de estágio profissional, da então SPHAN - Pró-Memória, para as obras de consolidação das Ruínas de São Miguel. Fui selecionado. Parti para São Miguel das Missões, distrito de Santo Ângelo, para fazer um estágio de 45 dias. Nesse período aprendi muito sobre as Reduções e sobre preservação do patrimônio com dois grandes mestres, o Maturino e o Custódio, mas também aprendi muito com a equipe de obra comandada pelo mestre de obras o baiano Agostinho. Concluído o estágio, fui convidado a permanecer em São Miguel como arquiteto residente de obra. Era o ano de 1987 e passei a residir oficialmente na cidade, um pequeno povoado de aproximadamente 1.500 pessoas, com um Patrimônio da Humanidade e uma grande história. Passei a ter contato com outras áreas do conhecimento como a história, a arqueologia, a restauração de bens móveis... Em 1989 fui morar em São Nicolau para coordenar as obras de consolidação dos remanescentes missioneiros naquela cidade. Lá me deparei com outra realidade, uma cidade pequena, maior que São Miguel, mas sem o *glamour* de Patrimônio da Humanidade. Foi aí que ouvi pela primeira vez que em Pirapó, distrito recentemente emancipado de São Nicolau, existiam casas em enxaimel mas, como o que tinha importância eram os vestígios das reduções, fiquei curioso, não dei muita atenção. Em 1990 sai das Missões e fui me especializar em Salvador, no CECRE, onde aprendi muito sobre

conservação de monumentos e onde conheci a Matilde que, dois anos depois, se tornou a minha esposa e foi morar em São Miguel, onde decidimos que faríamos nossa vida. Muitas coisas aconteceram - algumas boas e outras nem tanto -, muitos eventos ocorreram, muitas pessoas passaram por lá e fizeram contato conosco, várias se tornaram grandes amigas – amizades que duram até hoje. Fomos conhecendo a comunidade que nos acolheu. Em 2000 chegou o Pedro – o nosso Pedro Missioneiro -, que aos poucos foi se apropriando daqueles sítios arqueológicos - São Miguel, São João, São Lourenço e São Nicolau, considerando-os como parte do seu quintal. Foi nessa época que me lembrei daquele antigo sonho de criança, de conhecer as missões. Até aproximadamente 2006 pensava, como a maioria das pessoas - população, turistas e pesquisadores - que a Região Missioneira era composta por uma mescla de pessoas de várias origens, sem vínculo direto com o passado reducional e que não haviam deixado nenhuma marca importante que pudesse ser considerada patrimônio cultural. Quando nos propuseram realizar um inventário da Região para elaborar o Catálogo da Paisagem Missioneira, a partir de um convênio com o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico, da Espanha, pensamos “vai ser muito fácil, não deve existir quase nada de patrimônio além dos remanescentes das reduções”. Ledo engano. Quando teve início, o inventário começou a nos mostrar uma realidade que não conhecíamos, um patrimônio cultural em várias cidades que nos surpreendeu positivamente. Nesta época começávamos as primeiras discussões sobre a paisagem cultural. Fui convidado a apresentar um trabalho sobre a paisagem da Região Missioneira no encontro de Bagé - onde foi escrita a Carta da Paisagem Cultural - e tive que pensar muito, afinal, já havia feito muitas apresentações sobre as reduções e os trabalhos de preservação dos seus remanescentes mas, o que era essa paisagem cultural da Região Missioneira? Mesmo tendo visto uma quantidade de elementos interessantes, não via uma conexão entre eles. Sempre que ouvia falar de paisagem ela era homogênea, específica de um tipo de comunidade e o que via ali, naquela Região, não era homogeneidade. Havia pequenos núcleos, alguns elementos dispersos, alguns costumes, alguns modos de fazer... Nesse momento comecei a pensar: “uma paisagem não pode ser heterogênea? Por que este conjunto de elementos - materiais e imateriais, construídos e naturais, humanos e não humanos - que compõem a Região não poderiam ser chamados de Paisagem Cultural? Há entre eles um fio condutor, uma história, um lugar e diversos costumes em comum”. Com esses questionamentos na cabeça, em 2009, iniciei o doutorado e me mudei para Laguna/SC me afastando fisicamente daquele lugar... Encaminhado ao doutorado pela saudosa professora Sandra Pesavento - infelizmente falecida no início desta jornada -, fui habilmente conduzido pela professora Celia Ferraz de Souza para chegar até aqui. Muitas vezes pensei em desistir

mas, impulsionado pela lembrança da professora Sandra e pelo incentivo da professora Celia, segui até o final, afinal de contas “um orientando da professora Celia nunca desiste”. Então, após viver durante 22 anos nas Missões, especificamente em São Miguel, pude perceber que a Região possui, além de um patrimônio de expressão mundial, um patrimônio formado pelas várias manifestações culturais, que foram trazidas por diferentes populações que ali se instalaram ao longo de mais de um século, e que foram se misturando, modificando e sendo modificadas - como eu fui modificado -, deixando suas marcas nos modos de ser, de fazer e de ocupar o espaço, tornando a Região única, com características próprias: as características do gaúcho missioneiro. Agora, já como posso vislumbrar uma paisagem cultural por entre as brumas das majestosas ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo (figura 1). E como missioneiro fico com saudade...



Figura 1: Igreja de São Miguel sob nevoeiro de um início de outono (foto do autor, 2005)

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI vieram carregados de contradições com relação aos avanços da humanidade, seja nas áreas técnico-científicas, seja nas áreas humanas. Fatos como a globalização, facilitados pelo desenvolvimento tecnológico, que vem acompanhado de processos de homogeneização social, econômica e cultural, acabaram gerando certas reações como a valorização de culturas locais, reivindicada por parte de setores da sociedade. Esta reação, norteadas por uma reafirmação da identidade, gerou uma busca de elementos que pudessem caracterizar uma sociedade ou parcela dela. Assim se levou à valorização de um patrimônio que não era, até o momento, compreendido como tal ou até mesmo a revalorização do patrimônio já consagrado, material e imaterial, produzido pelo homem ou natural. Atitudes como essas levaram a se considerar o patrimônio cultural em todas as suas instâncias e o seu envolvimento com a paisagem, gerando o conceito de paisagem cultural, que foi trabalhado no capítulo 2 desta tese.

Acompanhando o processo de globalização, a rápida transformação territorial que vem ocorrendo nos últimos cinquenta anos, tem colocado em risco o patrimônio cultural e ambiental das diversas comunidades. Como resposta, a valorização da paisagem e da cultura de cada comunidade vem tomando impulso como referência para estas transformações, entre outras razões, por sua direta associação com a memória coletiva, as referências culturais e seu conteúdo simbólico.

Com o objetivo de promover uma adequada gestão das áreas patrimoniais, vários países estão trabalhando no desenvolvimento de políticas públicas no sentido de preservar e valorizar a qualidade destes recursos (MARTINS, 2008). Para tanto, a identificação da paisagem, seus componentes culturais e seu entendimento como fator de importância para a identidade da sociedade se torna a primeira e uma das principais etapas de um trabalho nesse sentido.

Para se entender uma paisagem cultural é de grande importância não apenas a percepção do existente, mas as representações que este mesmo lugar teve no passado e as suas transformações (MARTINS, 2008).

A paisagem cultural é definida como o somatório da paisagem natural com as manifestações culturais materiais e imateriais no transcurso do tempo, ou seja, não somente vista pelo viés geográfico-territorial, senão também temporal (UNESCO, 1972; JAKOB, 2004; IPHAN, 2009). Como afirma o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim (2006, p. 62):

O valor de uma paisagem cultural resulta de sua função e de sua capacidade para reter marcas e registros antrópicos, o que compreende suas atividades passadas. O homem é um elemento significativo da paisagem, muitas vezes o principal. Desde a perspectiva cultural, a leitura e a compreensão da paisagem não se limitam ao espaço, também é temporal.

Diante desse quadro esta tese tem por objetivo abordar a questão do (re)conhecimento dos diversos elementos de identificação da Região Missioneira¹, no Rio Grande do Sul (figura 2). A Região é conhecida como detentora de um legado cultural – os sítios missioneiros - que, devido a sua importância para formação sócio-econômica e cultural do cone sul da América Latina, teve um deles - as Ruínas de São Miguel Arcanjo² - declarado patrimônio da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

Apesar de a Região ter uma história bastante rica e diversificada na sua formação, desde a década de 1920 os órgãos oficiais, municipais, estadual e federal, vêm trabalhando na preservação dos remanescentes das reduções jesuítico-guarani como o único patrimônio a ser considerado representativo na região. São poucas as iniciativas e ações, oficiais ou não, de preservação do patrimônio cultural de outras parcelas de sua formação. Vários elementos que representam estas outras épocas da sua ocupação vêm sendo desvalorizados com o intuito de evidenciar algum vestígio (arquitetônico ou

¹ Apesar de a antiga Província Jesuítica do Paraguay abranger uma extensa área que compreende parte dos atuais países da Argentina, Paraguai e Uruguai e quase todo o Rio Grande do Sul, optou-se, por questões práticas e político-administrativas, trabalhar com os municípios que formam a Associação dos Municípios das Missões (AMM), por serem estes provenientes dos municípios que surgiram a partir da divisão da região onde estavam localizadas as reduções de São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio, que nos séculos XVII e XVIII se encontravam sob o domínio da Coroa Espanhola. Hoje a AMM está composta por 26 municípios: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

² A UNESCO declarou Patrimônio da Humanidade as Ruínas de São Miguel, no Brasil, juntamente com San Ignacio Mini, na Argentina em 1983. Esta declaração foi ampliada para as ruínas de Nuestra Señora de Loreto, Sant'Ana e Santa Maria la Mayor, na Argentina, em 1984. Em 1993 foram declaradas Jesus del Tavarangue e Santísima Trinidad de Paraná, no Paraguai.

arqueológico) do período reducional³. Exemplos disso são o desmanche de construções representativas, de períodos arquitetônicos posteriores ou até mesmo de marcos de ocupação territorial, para encontrar um pequeno vestígio das reduções.

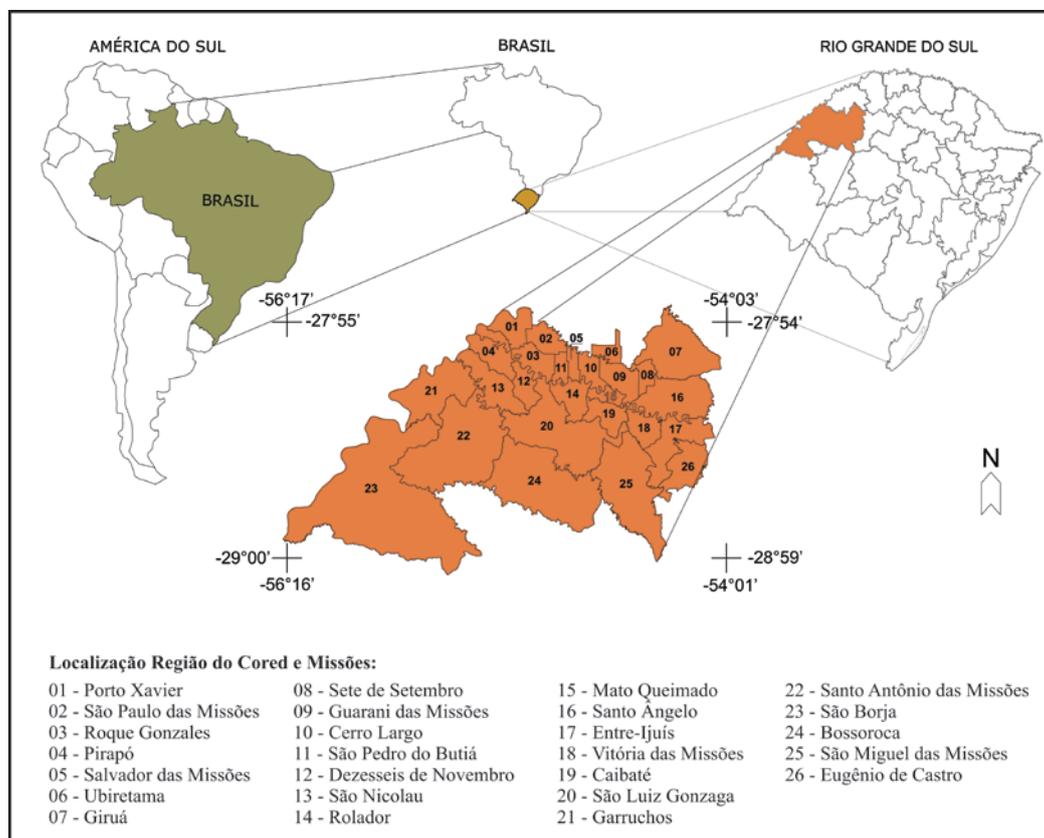


Figura 2: Localização da Região da Associação dos Municípios Missões/RS (adaptado de URI - IPHAN, 2008)

A configuração atual da Região Missioneira teve início no processo de expansão colonial ibérica e das relações que se estabeleceram entre os colonizadores e os habitantes locais e, entre ambos e o ambiente com seus recursos. Teve ainda a contribuição das diferentes migrações do início do século XX e as recentes formas de ocupação e exploração do território.

A Região possui uma geografia natural com uma área de extensas planícies, pequenos bosques e vegetação rasteira, o que propiciou o desenvolvimento da pecuária. Em outra área da região, especificamente nos altos do Planalto Rio-grandense, são características

³ Nesta tese será considerado como reducional o período compreendido entre 1626, ano da primeira entrada dos jesuítas na região do Tape, atual Rio Grande do Sul, até o ano de 1828 com o despovoamento provocado quando os moradores das reduções acompanharam Frutuoso Rivera, para fundar Bela Unión, no Uruguai.

as partes úmidas de mata e um relevo suave, próprio para a prática da agricultura, com alguns locais bastante acidentados. No sistema hídrico se destacam os rios Ijuí e Uruguai e seus afluentes. Trata-se, então, de uma região formada por abundante hidrografia mesclada com áreas de bosques e planícies de vegetação baixa. Por si só, estas características geográficas apontadas, já seriam um grande motivo para a realização de um planejamento regional.

As primeiras interferências do homem no ambiente natural desta região ocorreram a, pelo menos, dez mil anos atrás, com os nativos que aqui viviam. Estas terras eram formadas por umas poucas florestas e grandes extensões de campos cobertos de vegetação rasteira (DAMIANI, RAMOS e SILVA, 2007). Provavelmente os primeiros povoadores habitaram as proximidades do rio Uruguai e alguns vales encravados na serra gaúcha. Foi neste ambiente e neste clima árido que os grupos humanos passaram a circular. Faziam parte da Pré-história da região e foram os antepassados de alguns povos indígenas⁴ que habitavam esta parte do continente americano quando chegaram os conquistadores europeus (KERN, 1994).

Os primeiros migrantes que se instalaram nesta região foram os Guarani que vieram da região Amazônica a aproximadamente dois mil anos e introduziram novos costumes, como o manejo de florestas⁵ e o plantio de coivara⁶. Os Guarani utilizavam os recursos naturais com prudência, extraindo o necessário para a sobrevivência, mas sem esgotar os recursos e dando-lhes tempo para recuperar-se. Isto se dava não apenas por questões ecológicas, senão por que para o guarani tudo está interconectado - a religião, a prática agrícola e a língua – e nisto se baseia o modo de viver e de ser deste povo (VIÑUALES, 1990; MELIÁ, 1991; QUINTEROS, 2002). garantir

Animicamente o Guarani é um povo em êxodo, mesmo que não desenraizado, já que a terra que busca é a que lhe serve de base ecológica, hoje como em tempos passados e como será amanhã. Ao longo dos últimos 1500 anos – período em que as tribos Guarani podem considerar-se formadas com suas características próprias – os Guarani se têm mostrado fieis a sua

⁴ Os grupos indígenas que habitavam a região eram caçadores e coletores da Tradição Humaitá: Kaingang, Charrua e Minuano.

⁵ Os Guarani, nos seus deslocamentos, carregavam sementes de árvores e outras plantas que lhes eram necessárias para produção de utensílios ou para alimentação. Ao chegarem em um dado sítio abriam pequenas clareiras e espalhavam as sementes, dessa maneira garantiam que, anos mais tarde, teriam o necessário para sua sobrevivência.

⁶ Forma de plantar utilizado pelos Guarani que consistia na retirada de vegetação e queima da área, onde eram abertas pequenas covas com uma vara para introduzir as sementes.

ecologia tradicional, não por inércia, senão pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca dos condicionantes ambientais mais adequados para o desenvolvimento de seu modo de ser. A tradição neste caso é profecia viva. A busca da “terra sem mal” como estrutura do modo de pensar do Guarani, informa o dinamismo econômico e a vivência religiosa, que lhes são tão próprias (MELIÁ, 1991, p.15).

Este período se caracterizou pela relativa harmonia entre o homem e a natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, garantidos pela possibilidade de rotação das áreas e pela baixa pressão populacional.

No início do século XVII a região começou a adquirir novos contornos com a chegada dos Jesuítas. Inicialmente com as missões itinerantes que não deram muitos resultados e posteriormente, por volta de 1680, com a fundação das reduções⁷. Para entender o espaço missionário é necessário partir da premissa de que o mundo guarani era um todo unido e inseparável, como afirma Viñuales (1990, p. 325):

E no caso das reduções guaraníicas o todo e as partes estão tão estreitamente unidos que careceria de sentido dissociá-los. É assim que arquitetura e urbanismo não podem estudar-se como escalas isoladas ou instâncias as quais se pode ou não chegar. Porque, se bem nos encontramos com um núcleo de edifícios unidos entre si e todo o resto do povoado formado por construções bem diferenciadas, a maneira em que estas se dispõem as articula de tal modo que o conjunto opera como se estivessem enlaçadas.

O território reducional era compreendido não apenas pelos centros urbanos das reduções, mas também estava conformado pela infra-estrutura de suporte como as estâncias, os ervais e as caleiras entre outros, que ocupavam uma ampla área (figura 3). Era uma grande quantidade de campos que se encontravam agrupados por zonas e eram controlados comunitariamente, onde existiam construções como: capelas, currais, cercas de pedra, alojamentos e depósitos; todavia hoje se podem encontrar vestígios destas estruturas.

Nesse período foram introduzidas as construções que formavam os povoados, assim como o gado, varias espécies vegetais trazidas da Europa e a domesticação de espécies americanas. As formas de plantio foram modificadas com a introdução do arado de bois, assim como a de manufatura com as ferramentas metálicas, como as cunhas (MELIÁ, 1986). Durante largo tempo o sistema reducional foi se aprimorando chegando a formar

⁷ As reduções eram assentamentos organizados por religiosos para reunir em um local definitivo os indígenas, a fim de catequizá-los. O termo redução tem origem no latim, *reducere*, e designa o vínculo entre uma ação de catequese e um local específico.

um complexo de trinta povoados⁸ que se auto-abasteciam por meio do intercâmbio entre eles. Permaneceu um relativo respeito entre o homem e a natureza. Com o abandono do sistema das reduções, nas primeiras décadas do século XIX, a paisagem da região passou a possuir um novo elemento: os remanescentes dos povoados missioneiros, formados por prédios em ruínas, plantações mal cuidadas, poucos indígenas dispersos pela região e muitas lendas.

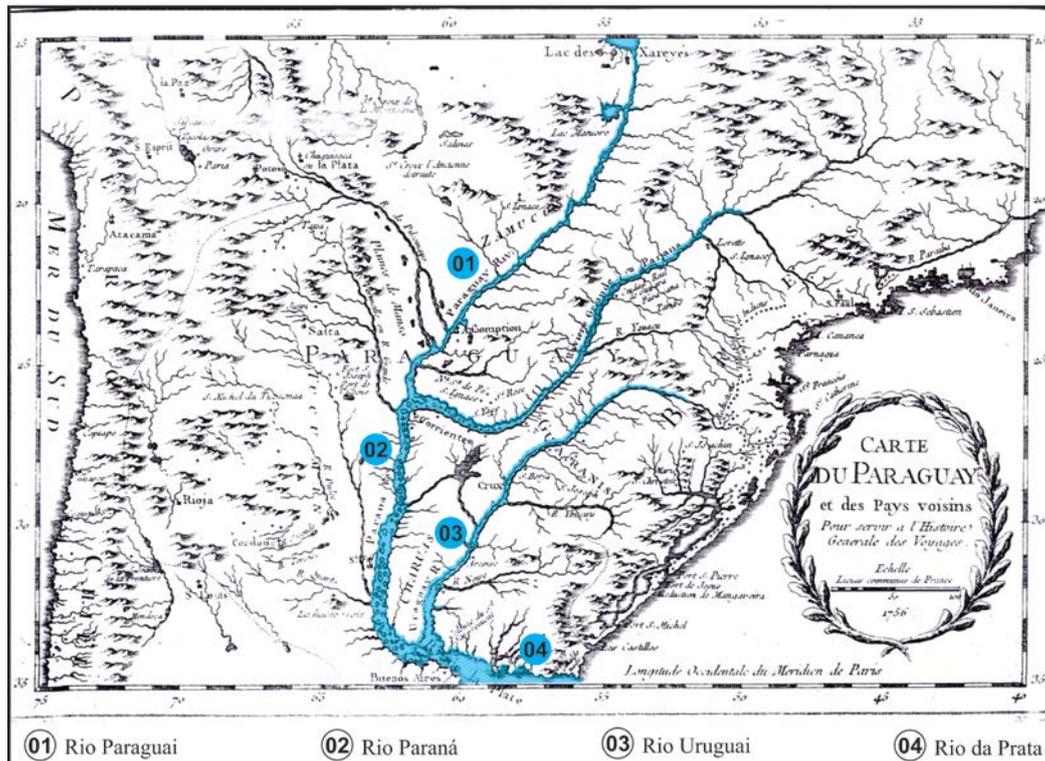


Figura 3: Mapa da Província Jesuítica do Paraguai: Paraguay ó Provincia de Rio de la Plata cum regionibus adjacentibus Tucuman et Sta. Cruz de la Sierra, 1630. (adaptado de JANSSONIUS, Johan. Atlantis Maioris Appendix Sive Pars Altera. Amsterdam, 1630 apud BARCELOS, 2006b)

Durante um longo período a Região Missioneira ficou praticamente abandonada. Em meados do século XIX teve início uma nova ocupação, por brasileiros, provenientes principalmente de São Paulo, que receberam terras do governo imperial como recompensa por serviços prestados. No entanto somente nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX é que a paisagem passou por uma profunda modificação.

⁸ Após a consolidação dos novos Estados Nacionais no início do século XIX, a chamada Província Jesuítica do Paraguai ficou dividida entre os países do Cone Sul, permanecendo 15 povoados em território da Argentina, 8 em território do Paraguai e 7 em território do Brasil. No Uruguai permaneceram apenas algumas estâncias e caleiras, onde era produzida a cal.

Migrantes de origem alemã, italiana e polonesa, vindos das suas regiões de assentamento originais do Rio Grande do Sul, entre outros, chegaram à região, modificando a realidade econômica e cultural, fundando novos núcleos rurais e urbanos, utilizando as referências construtivas européias aliadas à disponibilidade da matéria prima regional. Estes colonizadores iniciaram a derrubada das matas para dar lugar às construções e plantios, introduziram o cultivo de novos produtos agrícolas e a criação de animais para o consumo da população, assim como a instalação de indústrias caseiras, estabelecimentos comerciais e escolas. O período se caracterizou pela ampliação e consolidação das fronteiras, pela pequena propriedade e pela diversificação da agricultura marcando a paisagem e a formação de núcleos urbanos (VILLEGAS & STELLO, 2008).

Na década de 1960 uma nova modificação ocorreu com o início da mecanização da agricultura. A produção, que era fundamentada na pequena propriedade e na diversificação, passou a basear-se na monocultura extensiva, principalmente na cultura do trigo, da soja e do milho (BRUN, 1988). Novas culturas como a canola e o girassol passaram a dar um novo colorido à região a partir da última década do século XX, mas sem modificar a forma da paisagem, nem a relação espacial com o homem. A multiplicação e o crescimento dos núcleos urbanos, a concentração da terra em mãos de uns poucos proprietários e uma grande degradação da natureza são características que marcam este período (VILLEGAS & STELLO, 2008).

No transcurso dos últimos 350 anos a paisagem da Região Missioneira passou por profundas modificações, no entanto alguns traços permanecem como a geomorfologia, a hidrografia, as suaves coxilhas com vegetação rasteira, pastos e cultivos, recortadas por pequenos bosques de fauna e flora variadas, nativas e exóticas. Permanecem também muitos dos caminhos de interligação entre diferentes localidades, além da conformação espacial de núcleos urbanos e rurais, bem como exemplares da arquitetura das diversas fases de ocupação da região. Vários costumes utilizados pelos Guarani, como o chimarrão, o churrasco e a conversa ao redor do fogo se juntam às diferentes tradições trazidas pelos colonizadores europeus e são rasgos característicos do gaúcho missioneiro e que marcou culturalmente essa paisagem.

Considerando esta larga e diversificada trajetória de ocupação cabe questionar por que a Região Missioneira é conhecida e estudada apenas pelo legado cultural do período

reducional (patrimônio oficialmente reconhecido) quando ela possui uma grande diversidade de características (qualidade de sua paisagem natural, hábitos dos moradores, edificações das migrações e de vários períodos arquitetônicos) que são importantes tanto na configuração espacial como na identificação das populações que aí vivem.

A hipótese que se formula é de que apesar de existir um patrimônio cultural significativo do período reducional, ele não pode ser entendido como elemento isolado nem o único porque a Região em que se insere possui outras características, elementos e valores particulares que, juntamente com este patrimônio, a configura espacialmente e lhe dá uma identidade própria e, portanto, merecem ser conhecidos, analisados e valorizados.

A preservação do patrimônio missioneiro, entendendo-o como o antes, o durante e o depois das reduções, deve ser ampliado passando a se considerar que o conjunto das diversas contribuições culturais forma e enriquece enormemente a visão da região e poderá contribuir para seu crescimento. Ao valorizar exclusivamente só uma época e só um povo, as fases posteriores passam a ser desvalorizadas, o que induz a uma perda de identidade em sua cultura para cultivar a antiga⁹.

Reconhecer esses valores dará a verdadeira dimensão da importância cultural da região e promoverá o resgate das tradições destas comunidades, que vem sendo perdidas ao longo dos anos, assim como o fortalecimento da identidade da sua população. Valorizar os costumes e memórias torna mais provável a salvaguarda desta paisagem de importância histórica no contexto nacional e internacional, fortalecendo os valores de identidade das comunidades onde estes se inserem. O uso adequado de suas potencialidades, levando em consideração a diversidade cultural que a forma, pode promover o desenvolvimento sócio-cultural e econômico sustentável¹⁰ da Região.

⁹ Entre os anos de 1987 e 2009, quando vivi e trabalhei na Região como arquiteto do IPHAN, testemunhei a destruição de vários exemplares arquitetônicos de diferentes épocas e a desconfiguração do espaço urbano em função da tentativa de encontrar elementos, por menores que fossem, que comprovassem a ligação ao período reducional.

¹⁰ Apesar de não ser intenção deste trabalho realizar uma abordagem completa sobre o tema desenvolvimento sustentável, é importante conceituá-lo, uma vez que constitui um conceito dinâmico discutido no contexto nacional e internacional em constante expansão. Para efeito deste trabalho buscou-se adotar as definições utilizadas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no relatório chamado de “Nosso futuro comum”, também conhecido com “Relatório Brundtland”, presidido

Diante disso se reforça que o objetivo dessa tese é ampliar os estudos realizados até o momento, a partir de uma visão territorial de paisagem cultural. Mais do que a preservação do patrimônio edificado, a proteção do seu legado cultural, deve contemplar as paisagens, transformadas/criadas pelos primeiros habitantes na pré-história, pelas reduções jesuítico-guaranis, pelos migrantes de origem europeia de finais do século XIX e do início do século XX e pelos atuais moradores da região. Deverá contemplar, também, as tradições, os saberes e os fazeres que auxiliam a compreensão do território. Ao valorizar-se o todo, as partes ficam ainda mais valorizadas.

Deste modo este trabalho se propõe a identificar e reconhecer a paisagem cultural da Região Missioneira como detentora de valor patrimonial e identidade, considerando a diversidade cultural que a forma. Para tanto, a partir das permanências existentes na região escolhida, serão identificados os principais períodos, agentes e elementos que contribuíram para a formação da atual paisagem cultural e que são valores identitários da Região.

Muito já se escreveu sobre o tema das reduções em livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, bem como em diversas áreas do conhecimento, como história, arqueologia, arte, antropologia, arquitetura e urbanismo, alguns utilizando as Reduções como tema central, outros como apoio para discussões sobre as fronteiras meridionais ou a preservação cultural. Dentre outros se pode citar: Ana Lucia Goelzer Meira¹¹, Arthur Barcelos¹², Carlos Eduardo Neves de Moraes¹³, Carmen Regina

por Gro Haalen Brundtland, em 1987: “Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades”. “Uma sociedade sustentável é aquela capaz de persistir ao longo das gerações, aquela que consegue enxergar suficientemente longe, que é suficientemente flexível e suficientemente sabia para não colocar em risco seus sistemas de suporte, sejam eles físicos ou sociais. Para ser socialmente sustentável, as contribuições da população, do capital e da tecnologia para a sociedade, teriam de ser configuradas de modo a proporcionar condições materiais de vida adequadas e seguras para todos. Para ser fisicamente sustentável, o fluxo de materiais e energia da sociedade teriam de atender as três condições: a taxa de uso de recurso renováveis não exceder as taxas de regeneração; as taxas de uso de recurso não renováveis não exceder a taxa com que seus substitutos renováveis sustentáveis sejam desenvolvidos; e a taxa de emissões poluentes não exceder a capacidade de assimilação do meio ambiente”. Agrega-se que para esse desenvolvimento ser alcançado em sua plenitude, no entanto, a dimensão da cultura foi incorporada às ações necessárias para um desenvolvimento mais harmonioso e justo, englobando, também, os interesses da sociedade em relação ao patrimônio cultural material e imaterial.

¹¹ O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuição de Valores e Critérios de Intervenção - Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

¹² Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto

Dorneles Nogueira¹⁴, Claudete Boff¹⁵, Cristian Pío Ávila¹⁶, Flávio Leonel Abreu da Silveira¹⁷, Letícia Bauer¹⁸, Luiz Antônio Catafesto de Souza¹⁹, Luiz Antônio Custódio²⁰, Luiz Fernando Rhoden²¹, Maria Matilde Villegas J.²², Nadir Lurdes Damiani²³ e Vladimir Fernando Stello²⁴.

A tese de doutorado do antropólogo Flavio da Silveira, intitulada "As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul", apresenta uma análise das

Alegre, 1997e O mergulho no seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América Espanhola colonial – Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006a.

¹³ A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS, Brasil - Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

¹⁴ O Turismo, o Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões – Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

¹⁵ A Imaginária Guarani: O Acervo do Museu das Missões – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.

¹⁶ O que o guarani vende? Um estudo sobre sistema econômico e pessoal Mbyá-Guarani num contexto de relações interétnicas em São Miguel das Missões - RS – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

¹⁷ As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul - Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

¹⁸ O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950) – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

¹⁹ Crianças Mbyá -Guarani: Práticas educativas & tecnologias de produção da pessoa - Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Programa em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2010.

²⁰ A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002 e *Ordenamientos Urbanos y Arquitectónicos em el Sistema reduccional Jesuitico Guaraní de La Paracuária: entre su Normativa y su realización* - Tese de Doutorado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2010.

²¹ A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX: Tratados urbanos e arquitetura - Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

²² *Hacia un programa de gestión de los sitios arqueologicos misioneros del Brasil: el caso de San Juan Bautista* – Dissertação de Mestrado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2008.

²³ Cultura Material, Patrimônio e Educação: as reduções jesuítico-guarani e o ensino de história – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

²⁴ Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940 - Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

diferentes formas de enquadramento do tempo na conformação de fronteiras culturais na Região Missioneira, onde se deu o fenômeno das reduções jesuítico-guarani que transformaram as paisagens do noroeste do Rio Grande do Sul. A análise foi realizada a partir das trajetórias sociais dos “contadores de causos” que habitam a Região Missioneira. Considera-se, desta forma, que as paisagens fantásticas missioneiras, reveladas através de suas narrativas colocam a complexa relação entre memória e imaginário.

A historiadora Letícia Bauer apresentou a dissertação de mestrado intitulada "O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950)" contribuindo para o conhecimento e a interpretação das relações entre a História e a preservação usando como modelo os remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo e o Museu das Missões, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Apresenta a trajetória do Arquiteto Lucio Costa, nos remanescentes das Missões do Rio Grande do Sul, e do zelador Hugo Machado, no Museu das Missões, por meio de suas atuações entre 1937 e 1950, a partir de uma relação entre temporalidades distintas e do trânsito entre História e Memória.

O arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio produziu dois importantes trabalhos sobre o urbanismo das reduções Jesuítico-Guaranis. O primeiro estudo, a dissertação de mestrado intitulada “A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana Missioneira” é uma pesquisa que lança luz sobre o conhecimento das origens, as influências e as características do sistema Urbano das reduções Jesuítico-guarani e o significado dos componentes espaciais ali produzidos a partir do estudo de caso da redução de São Miguel Arcanjo no Rio Grande do Sul, tomando-a como um arquétipo para o estudo da tipologia urbana Missioneira. O segundo trabalho é a tese *“Ordenamientos Urbanos y Arquitectônicos em el Sistema reduccional Jesuitico Guaraní de La Paracuária: entre su Normativa y su realización”* onde o autor realiza um estudo de interpretação dos ordenamentos urbanos e arquitetônicos construídos no período colonial espanhol na região das reduções jesuítico-guarani. A partir de um panorama de antecedentes e consequentes desde períodos anteriores ao descobrimento até chegar ao final do processo reduccional, no século XVIII, buscou avaliar e checar as ordenações, propostas conceituais e teorias com as respostas materializadas tendo em conta os meios humanos, as condições materiais e a tecnologia disponíveis.

A arquiteta Maria Matilde Villegas J. realizou pesquisa referente aos trabalhos de preservação e gestão do Sítio Arqueológico de São João Batista, intitulada "*Hacia un programa de gestión de los sitios arqueologicos misioneros del Brasil: el caso de San Juan Bautista*". Neste estudo demonstra que as ações empreendidas sempre foram na área da conservação emergencial, de forma pontual nos remanescentes da igreja, sem levar em consideração a sua valorização, promoção e difusão, bem como a falta de uma visão de sistema, propondo diretrizes para um plano de gestão para o Sítio Arqueológico de São João Batista.

A dissertação de mestrado do arquiteto Vladimir Fernando Stello, "Sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940", avaliou as primeiras ações de salvaguarda realizadas nos remanescentes de São Miguel, à luz da evolução dos critérios internacionais de preservação do patrimônio cultural - anteriores, contemporâneos e posteriores às intervenções -, demonstrando a correção e a atualidade conceitual das mesmas. Tendo como base a contextualização histórica do monumento e a sistematização das informações sobre as obras nele empreendidas, averiguou a consonância com os preceitos de restauração da época em que foram realizadas bem como o seu avanço em relação às modernas teorias de preservação. A análise empreendida demonstrou que, embora tecnicamente possa haver críticas, os conceitos utilizados foram coerentes e podem ser considerados atuais.

A partir desse breve levantamento de teses e dissertações a respeito do tema Missões pôde-se constatar que os estudos realizados levam em consideração o legado cultural produzido pelas reduções Jesuítico-guarani ou pelos Guarani. Dos estudos analisados, somente a tese de Flavio da Silveira busca outro entendimento em relação às missões baseado nos "causos", mas que acaba por rondar o tema das reduções. Os outros cinco trabalhos são, especificamente, relacionados às reduções, aos sítios arqueológicos e aos remanescentes destes povoados. O que se pretendeu nesta tese foi extrapolar os estudos até o momento realizados, do ponto de vista da abrangência do patrimônio cultural e sua representatividade como identidade de uma região, preenchendo uma lacuna existente em relação ao patrimônio cultural da Região Missioneira. Se é importante realizar um estudo de forma detalhada e microscópica, este estudo deve ser feito com o fim de dar subsídios para entender o todo e não como forma de representação desse todo (GEERTZ, 2008).

A noção de que se pode encontrar a essência de sociedades nacionais, civilizações, grandes religiões ou o que quer que seja, resumida e simplificada nas assim chamadas pequenas cidades e aldeias "típicas" é um absurdo visível. O que se encontra em pequenas cidades e vilas é (por sinal) a vida de pequenas cidades e vilas. (GEERTZ, 2008, p. 15)

Quanto ao método de trabalho, inicialmente, se procurou analisar e entender a origem e a evolução de alguns campos do conhecimento que deram a base teórico-conceitual desta tese, quais sejam: paisagem cultural, patrimônio cultural e identidade. Foi estudada a relação do patrimônio cultural com a sociedade bem como a sua importância como elemento de identidade de uma população e fator de desenvolvimento regional. Em relação à paisagem cultural os elementos abordados diretamente com maior profundidade, neste estudo, são os relativos ao patrimônio material como os elementos arquitetônicos, urbanos, paisagísticos e naturais. No entanto, de uma maneira menos aprofundada, também foi tratado o patrimônio imaterial, como os saberes, os fazeres e as celebrações, pois é inerente do conceito de paisagem cultural abarcar todos estes elementos e as suas relações.

Em um segundo momento se realizou um estudo de caso²⁵ focado na Região Missioneira. A partir deste estudo, fez-se uma abordagem sobre a evolução da salvaguarda de monumentos, os conceitos e as teorias de restauração, procurando identificar o desenvolvimento dos critérios de preservação do patrimônio cultural, que partiu do monumento isolado à paisagem cultural utilizando a experiência de preservação do patrimônio cultural das Reduções, desde as primeiras ações empreendidas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1925, até a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN²⁶ nos anos 2010. Neste percurso das ações de salvaguarda desse patrimônio procurou-se entender como um

²⁵ Segundo Gil (1995) o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

²⁶ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional iniciou sua atuação na preservação do patrimônio missioneiro em 1937, com a visita técnica do arquiteto Lucio Costa e com o tombamento e obras de estabilização estrutural dos remanescentes da igreja de São Miguel Arcanjo e a construção do Museu das Missões em 1938. Ao longo do tempo a denominação para o órgão federal de preservação do patrimônio cultural teve várias mudanças:

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, de 1937 à 1946;
Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN, de 1946 à 1970;
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, de 1970 à 1979;
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, de 1979 à 1990;
Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC, de 1990 à 1994;
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, desde 1994.

elemento patrimonial passou de ser visto como um espólio de conquista da região ao principal símbolo de identidade da mesma região e até mesmo do Estado do Rio Grande do Sul. Após foi realizada uma pesquisa de campo procurando identificar os elementos primordiais que compõem a paisagem cultural da região. Esta pesquisa teve como ponto de partida o trabalho “Levantamento dos elementos do patrimônio turístico-cultural da Região das Missões”²⁷. Com este levantamento se buscou, a partir da realidade atual, conhecer a evolução histórica, espacial e sócio-cultural da região, além de identificar as permanências de importância patrimonial que determinam a paisagem cultural missioneira.

Esta tese está estruturada em introdução, quatro capítulos e as considerações finais. Nesta introdução se apresenta o objeto de estudo, justificativa, seus objetivos, hipótese, metodologia e estrutura da pesquisa.

No capítulo um - Preservação do Patrimônio e Paisagem Cultural: uma discussão teórica e conceitual - está apresentada a evolução dos conceitos de patrimônio cultural, de identidade e de paisagem cultural que foram utilizados neste trabalho e que suscitam muitos debates devido a sua abrangência e às mudanças de significados pelas quais passaram ao longo dos anos. Estes conceitos foram analisados a partir de uma perspectiva histórica, que partiu do monumento isolado à paisagem cultural, chegando-se a definição que foi a utilizada no desenvolvimento deste trabalho.

O capítulo dois – A Região Missioneira e a preservação do patrimônio cultural – faz uma cronologia e uma análise das ações de preservação na Região em estudo. Nesta análise pode-se constatar que, em praticamente todas as ações, os critérios e técnicas utilizados acompanhou o que ocorria em nível internacional. Constatou-se ainda, que aquelas ações estiveram voltadas primordialmente aos remanescentes culturais ligados ao período reducional, sejam eles materiais ou imateriais.

No terceiro capítulo – O processo de ocupação da Região Missioneira como gerador da paisagem atual – fez-se uma retrospectiva da ocupação da região baseada nos principais períodos de mudanças econômicas, sociais, culturais e de crescimento urbano. Como os

²⁷ Trabalho realizado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/Campus Santo Ângelo a partir de contratação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em convênio com o Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico (IAPH) entre 2006 e 2008. Trabalho coordenado, por parte do IPHAN, pelo autor desta tese.

diferentes grupos que se instalaram na região ajudaram a compor a sua atual configuração socioespacial a partir da forma que se relacionaram com o espaço e como utilizaram os recursos disponíveis em cada um dos diferentes períodos. Demonstra ainda, a partir dos registros escritos, os diversos olhares sobre a Região, pelos mais variados freqüentadores através do tempo conectando os vestígios materiais, móveis e imóveis, naturais ou construídos, aos estímulos imateriais que este mesmo lugar tem. Para tanto se analisou o olhar que os usuários atuais têm deste espaço, assim como este olhar foi se modificando de acordo com o tempo e com os diversos atores que usufruíram deste local como moradores, pesquisadores e visitantes.

O quarto e último capítulo – Novas abordagens para uma antiga paisagem - expôs a paisagem cultural da Região Missioneira, entendendo-a não apenas a partir da percepção do existente, mas as representações que este mesmo lugar teve no passado e as suas transformações. Como ela está composta, quais as suas permanências, quais os valores de paisagem que podem ser utilizados a fim de realizar uma caracterização da região. Pela formação do autor desta tese – arquiteto e urbanista - escolheu-se utilizar, principalmente, os elementos da arquitetura como símbolos para caracterizar e demonstrar as várias contribuições culturais que estão presentes na Região, pois se acredita que o imaterial é manifestado a partir do material.

Finalizando estão apresentadas as considerações finais feitas a partir da interpretação e discussão dos dados levantados

1. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E PAISAGEM CULTURAL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

1.1 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E IDENTIDADE

A palavra patrimônio compõe um léxico contemporâneo cuja característica principal é a multiplicidade de sentidos e definições (FERREIRA, 2006). Em sua raiz latina, *patrimonium*, implica herança, legado, posse e pode estar associado tanto com o paterno como com pátria (MOORE, 1996), nesse mesmo sentido Choay (2006) coloca que a palavra patrimônio, na sua origem, tem significado ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo, podendo ser caracterizado como herança paterna e/ou materna que é repassada aos filhos.

De acordo com Gonçalves (2003), o termo patrimônio está entre os que mais são usados cotidianamente, pois se fala de patrimônio econômico, financeiro e imobiliário de uma empresa, família ou país, além disso, se discute, os conceitos de patrimônio artístico, histórico, cultural, arquitetônico, urbanístico, etnográfico, ecológico, genético, tangível, intangível, paisagístico e natural.

Para Ferreira (2006, p. 79) “Quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido evocado é o da permanência do passado, a necessidade de resguardar algo significativo no campo das identidades, do desaparecimento”. O significado atual do léxico patrimônio tem sua principal influência a partir da França do século XV, a partir dos campos religioso e monárquico, onde foram delineados os novos sentidos atribuídos ao patrimônio (CHOAY, 2006; BABELON e CHASTEL, 1994).

No campo religioso, o patrimônio está associado ao sagrado, à fé, o que irá justificar o culto e devoção aos objetos sagrados e que se estenderão aos espaços onde estão contidos, as igrejas e os centros religiosos, resistindo às mudanças ocorridas com a Reforma (século XVI) e as diversas guerras medievais por disputas territoriais, políticas e religiosas, consolidando-se esteticamente no renascimento (BO, 2003).

No eixo monárquico, a exemplo do religioso, nasceu da necessidade que os soberanos tinham de escolher objetos ou locais como mediadores entre eles e seus súditos, no

entanto irá seguir um viés cultural, organizando bibliotecas e arquivos e estendendo-se, posteriormente, aos castelos, monumentos e obras de arte, não deixando de ser um patrimônio familiar (BO, 2003).

Com a Revolução Francesa (1789-1799), os comitês revolucionários reconheceram e classificaram o patrimônio como uma forma de materializar o sentimento nacional que se formou com o novo sistema político. Neste momento firmou-se, também, junto à noção de patrimônio a ideia de políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação. Este processo levou à consolidação dos instrumentos legais de proteção ao patrimônio no século XX (BABELON e CHASTEL, 1994).

Com relação aos efeitos da Revolução Francesa, sobre a noção e proteção do patrimônio Choay (2006, p. 75) argumenta:

[...] a obra conservadora dos comitês revolucionários parte de dois processos distintos: o primeiro, cronologicamente falando, foi a transferência dos bens do clero, da coroa e dos emigrantes para a Nação; o segundo, é a destruição ideológica que visou uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e sob o governo da Saúde Pública, e que suscita uma imediata reação de defesa.

Choay (2006) entende que a percepção moderna de patrimônio teve início no *quattrocento* quando se estabeleceu a visão histórica entre o mundo contemporâneo e a Antiguidade que é estudada a partir de seus vestígios. Neste contexto a preservação de monumentos passou a expressar a continuidade das realizações gregas e romanas, transformando-os em “alegorias da História” (BO, 2003).

No final do século XVIII, com a criação de órgãos de proteção dos bens históricos na França e a preservação do patrimônio se tornando preocupação do Estado, o uso da palavra patrimônio passou a designar, também, os bens protegidos por lei que formam o conjunto de bens culturais de uma nação. O conceito de patrimônio histórico dizia respeito ao conjunto de bens com valor para a história das construções e das artes, constituído por peças e objetos explicativos de uma civilização em um dado momento (CHOAY, 2006).

A intensificação do reconhecimento dos bens que constituíam o patrimônio histórico, no século XIX, serviu para criar referenciais comuns entre todos os que habitavam um mesmo território, resultando na identificação de costumes, de história e de uma língua,

ou seja, de uma identidade nacional²⁸. O patrimônio passou a ser uma construção social de extrema importância política (RODRIGUES, 2005). No Brasil essa discussão se dará, a partir do século XX, principalmente na era Vargas (1930-1945) e pode-se dizer que se prolonga até os dias de hoje, sobretudo pela grande diversidade de imigrações que ocorreram para a colonização e ocupação do território brasileiro.

Para Le Goff (2003) e Ferreira (2006) pode-se periodizar a questão do significado do patrimônio em três fases, sendo a primeira como a de afirmação do próprio termo; uma segunda fase no período entre a Primeira e Segunda guerras, onde o uso do termo patrimônio passou a ser apropriado por instituições e associações internacionais; e a terceira fase ocorrida entre os anos 1960 e 1980, quando a expressão patrimônio tomou uma dimensão mais complexa, onde "se passa de um patrimônio histórico a um patrimônio social; de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado; de um patrimônio visível, material, a um invisível, imaterial" (LE GOFF, 2003, p. 11). Isso ocorre a partir de ascensão dos movimentos sociais, no século XX, inicialmente na Europa e posteriormente na América Latina, que, em busca da afirmação da sua cidadania, passaram a reivindicar vários direitos, entre eles o patrimônio como forma de fortalecimento sociocultural.

Atualmente os profissionais ligados a preservação do patrimônio cultural utilizam a base conceitual construída na Europa, a partir do século XVIII, elaborada por vários tratadistas, dos quais se destacam o artista italiano Gian Batista Piranesi (1720-1778), os arquitetos italianos Giuseppe Valadier (1762-1839), Camilo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947), o arquiteto francês Viollet-le-Duc (1814-1879), o sociólogo inglês John Ruskin (1818-1900) e os austríacos arqueólogo Giovanni Winckelmann (1717-1768), arquiteto (urbanista) Camillo Sitte (1843 – 1903) e o historiador da arte Alois Riegl (1858-1905). Esta base considera a postura do homem perante o legado do passado, sua responsabilidade de preservar os bens culturais como elementos formadores e marcos da ocupação das cidades, e a importância desses bens para a sociedade com valores simbólicos e políticos.

Esta ressonância se deu também a partir das teorias e dos conceitos de preservação cultural, construídos no século XX, com os italianos arquitetos Carlo Ceschi (1904-

²⁸ Pode-se definir este conceito, segundo Gonçalves (1996), como repertório de traços culturais por meio dos quais os membros de uma nação se identificam.

1973) e Cesare Brandi (1906-1988) e o engenheiro Roberto di Stefano (1926-2005). É também de grande importância a contribuição latino-americana do arquiteto mexicano Carlos Olmos Chanfón (1928-2002), dos arquitetos argentinos Marina Waisman (1920-1997) e Ramon Gutierrez (nascido em 1939), além de brasileiros como o escritor Mário de Andrade (1893-1945), o advogado e jornalista Rodrigo Mello Franco de Andrade (1898-1969) e o arquiteto Lucio Costa (1902-1998). Seus estudos e práticas são referências de como atuar de forma a agregar a salvaguarda do patrimônio cultural às mudanças urbanas e socioculturais das cidades.

A trajetória do termo patrimônio assim como da ação de preservação, no Brasil, é relativamente curta, se comparada ao histórico da conservação do patrimônio cultural no Continente Europeu. Na Europa já havia, muito antes do descobrimento da América, algumas intenções de preservação de edificações do passado, como no século V quando o imperador romano Júlio Maiorano promulgou edital manifestando sua preocupação com relação à depredação dos edifícios da Roma Antiga. No Brasil até meados do século XIX várias ações de conservação foram realizadas, embora não fossem atuações efetivas de preservação no sentido atual da palavra, e muitas vezes ações isoladas sem maiores efeitos, esta prática serviu de base às teorias que, a partir daí, se sucederam (KÜHL, 1998; MONTES, 1998).

As Constituições Brasileiras de 1824 e 1891 não consideraram a questão da proteção do Patrimônio Cultural em geral. A Constituição de 1934, no artigo 10.III, menciona que é competência da União e dos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte²⁹ (SPHAN, 1980). Enquanto isso na Europa já ocorrera a discussão sobre as teorias de restauração assim como havia acontecido encontros sobre preservação de construções de épocas passadas, como a Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauo dos Monumentos promovida pelo Serviço Internacional de Museus, em 1931, colocando a grande importância da conservação do patrimônio edificado como forma de promover o bem estar do homem, produzindo a Carta de Atena de 1931. Em contraposição se estava debatendo, durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM- de

²⁹ O primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio, no Brasil, foi a Inspeção de Monumentos Nacionais criada pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934, como uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional.

1933³⁰, a arquitetura e o urbanismo modernos renegando, de certa forma, a herança do passado, apesar de haver um item denominado “Patrimônio Histórico das Cidades” que cita a preservação, mas apenas de elementos excepcionais como documentos do passado, pois o bem estar da população não deveria ser prejudicado pela manutenção de construções que não estavam de acordo como os novos cânones de circulação e salubridade. Somente no final da década de 1930, sob a influência dos intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento moderno, como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Prudente de Moraes Neto, Luis Jardim, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade é que o Brasil criou a sua lei de proteção do patrimônio (STELLO, 2005).

A proteção, por parte da União, do patrimônio histórico e artístico foi amadurecendo aos poucos e Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, entre 1934 e 1945, foi o grande responsável pela sua efetivação. Partindo do anteprojeto que havia solicitado a Mario de Andrade, em 1936, Gustavo Capanema confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o auxílio do jurista mineiro Paulo Duarte, a elaboração do projeto de lei federal de proteção do patrimônio e a organização da estrutura da instituição para tal fim – o SPHAN, criado oficialmente em 13 de janeiro de 1937 a partir da Lei nº 378. Em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-lei nº 25 que trata da proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro e no capítulo 1, artigo 1º, define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como:

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, seja por sua vinculação a feitos memoráveis da História do Brasil, seja por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Define ainda que estes bens são considerados parte integral do patrimônio histórico e artístico nacional depois de estar inscritos, separada ou agrupadamente, em um dos quatro livros do Tombo que são: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Em seus artigos expõe todas as normas e os procedimentos, efeitos, direitos e deveres dos proprietários. Da forma como foi instituído o Decreto-Lei, percebe-se que é o Estado quem irá definir o que é patrimônio

³⁰ Esse Congresso também ocorreu em Atenas, e seu documento principal ficou conhecido como Carta de Atenas, tendo influenciado uma geração pelo menos de arquitetos pelo mundo.

cultural, sendo composto somente pelos elementos tombados e em que categoria devem ser incluídos.

Na constituição de 1946, foi mantida a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios pela proteção do patrimônio, sem avanços na sua conceituação e abrangência.

No Brasil, de acordo com Kühn (1998) e Meurs (1994), ocorreu uma particularidade, que o diferenciou dentro do panorama mundial na área da preservação, foi o fato de que aqui, aqueles que defendiam a arquitetura do movimento modernista, foram os mesmos que lutaram pela conservação do patrimônio histórico, enquanto na Europa, havia um embate entre os modernistas e os preservacionistas. Cavalcanti (1995, p. 46) assinala: “[...] o fato de ser o mesmo grupo e praticamente os mesmos personagens que, ao mesmo tempo, revolucionaram as formas [da arquitetura] e zelam pela preservação das construções pretéritas”. Este zelo, no entanto, ocorreu de uma forma seletiva, não considerando os exemplares de linguagens neoclássica, eclética ou *art déco* considerados como “estilos” importados, e muito menos a arquitetura produzida pelos imigrantes, pois o que se pretendia era a construção e afirmação de uma unidade cultural tipicamente nacional, elegendo a arquitetura luso-brasileira como “estilo” nacional, símbolo desta brasilidade, que conformava o patrimônio cultural nacional. A influência dos arquitetos modernistas na política nacional de preservação foi bastante grande até os anos 1960 e de acordo com Cavalcanti (1995, p. 46):

Foi uma posição diversa daquela adotada pela vanguarda européia [...] Os arquitetos modernistas brasileiros moviam-se entre valores que se colocavam como antagônicos: tradição e modernidade, preservação do patrimônio histórico e vanguarda artística, arquitetura e restauração. As tentativas de integração desses dois pólos, considerados opostos pelo modernismo internacional, contribuíram para fazer a especificidade dos arquitetos modernistas brasileiros, assim como das intervenções feitas por eles em nosso patrimônio histórico, com o resgate, ou melhor, apropriação, do passado com seu interesse voltado para o futuro.

Por um largo período o termo patrimônio histórico foi utilizado como sinônimo de patrimônio cultural (LEMOS, 2000). Hoje seu conceito é bem mais amplo, pois se considera que ele é constituído de bens culturais, que são as produções das comunidades, nos aspectos emocional, intelectual, material e sua interação com os elementos da natureza. Neste contexto, o patrimônio deixa de ser um elemento excepcional e isolado para se tornar mais abrangente apontando para sua dimensão

social, suas múltiplas expressões em um universo da diversidade cultural. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) no seu artigo 4, define este conceito:

Diversidade cultural refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.

Deste modo, tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e o mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural. A transformação de bem cultural em Patrimônio Cultural é um salto qualitativo que ocorre quando uma comunidade passa a entender e se apropriar - ou se reapropriar - deste patrimônio como seu. Deste modo, pode-se entender que Patrimônio Cultural é constituído por bens materiais e imateriais, que se referem à ação e à memória de uma sociedade e que são reconhecidos por ela e por isso fazem parte da sua identidade.

A fim de rememorar as definições sobre identidade, faz-se referência à análise de Stuart Hall (2006) acerca das transformações do conceito durante a história, no qual o autor parte da percepção de identidade do sujeito do Iluminismo que “estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior” (p.10), que se tornava a sua própria identidade. Em um segundo momento trata da identidade do sujeito sociológico, que reflete “a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’” (p.10). Neste contexto, a identidade “preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ – entre o mundo pessoal e o mundo público” (p.10), de modo que o sujeito se projeta em identidades culturais e internaliza seus significados e valores como parte dele mesmo. No mundo pós-moderno ocorre a ruptura da ideia de sujeito e identidade como uma relação estável e unificada, dessa forma o processo de fragmentação enfrentado pelo sujeito na pós-modernidade resulta não em uma identidade “fixa, essencial e permanente” (p.12), mas em várias identidades que se projetam em identidades provisórias, variáveis. A identidade pós-moderna não é

unificada como a do sujeito no Iluminismo, muito menos coerente como a do sujeito sociológico.

A identidade é então formada e transformada por processos contínuos de acordo com os sistemas culturais que rodeiam os diferentes grupos sociais. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos” (HALL, 2006, p.13). Para o autor não há uma identidade unificada e coerente, o que existe são identidades contraditórias que deslocam o homem em diferentes direções.

Desse modo está claro que não se pode pensar a construção da identidade como algo puramente individual ou coletivo, mas como uma permanente negociação entre o indivíduo e a sociedade. Nesse sentido, essa construção não pode ser tomada como algo estático ou pronto, mas entendida como um processo permanente de interação e fluxos, ou seja, não há a construção de uma só identidade social, mas sim a configuração de múltiplas identidades, por vezes convergentes, em outras divergentes, mas sempre fluidas, que se movem a partir de fronteiras interativas.

Se poderia definir, indicativamente, a categoria identidade utilizando a acepção dada pelo dicionário, (FERREIRA, 1999, p. 1071): “Qualidade de idêntico”. Embora o mesmo verbete também defina identidade como “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.”, a ideia inicial remete à perspectiva de se buscar algo em comum com o outro, e não somente aquilo que lhe é único. Então, se identidade remete a traços individuais - como os citados acima -, naquilo que se pode chamar de identidade individual, em termos gerais o que confere identidade a um indivíduo está atrelado à sua inserção social. Embora identidade, em sua matriz etimológica seja referente a “igual, tornar comum, o mesmo, idêntico”, é preciso levar em conta que só se define o mesmo em relação ao outro. Assim sendo identidade pode ser tomada como uma categoria transitiva, que implica em relação de semelhança e concomitantemente, de diferença (ENNE, 2004). Desta maneira, a construção da identidade, socialmente falando, que se pode entender aqui como a maneira pela qual o homem se vê e deseja ser visto pelos outros, nunca será puramente individual, mas sim pensada em relação ao coletivo (GOFFMAN, 1988, MARZULO, 2005). Identidade, portanto, na sua dimensão social, é um conceito que necessita do outro para ser referendado, ou seja, não se constrói identidade para si e por si. É preciso interagir para que ela faça sentido. Dessa forma, a ideia de identidade remete, necessariamente, aos processos de interação entre

indivíduos numa sociedade, podendo ser considerada como a igualdade ou o comum de um grupo frente à pluralidade, como destaca Araujo (2007, p. 19):

No pensamento moderno, em uma semântica desencarnada, conceitual, taxonomia, enquanto estruturação de sistemas de signos, diz respeito ao agrupamento daquilo que é igual – ou melhor, daquilo que é reconhecido como comum na multiplicidade e em meio à mudança – e à correlata separação destes frente a seus diferentes. A positividade da igualdade suposta é dada pelo fundamento lógico da não contradição.

Nesse sentido a identidade é a igualdade que, sendo adjetivada de cultural, produz o sentido de “saber reconhecer-se”. Ela passa a ser um conjunto vivo de relações sociais e simbólicas, que estabelece a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade (PESAVENTO, 2008) e, segundo Haesbaert (2007, p. 42), “ela nunca é construída a partir da mera diferença ou de características ‘próprias’, ‘singulares’, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica identificar-se com, num sentido relacional, dialógico”. Como um conceito complexo, pode abranger manifestações de uma variada gama e sua discussão acaba sendo influenciada por questões como lugar, gênero, raça, história, crença religiosa e etnia entre outras.

Para Milton Santos (1996) o conhecimento e o saber se renovam no encontro de culturas, sendo que a produção de novos conhecimentos e técnicas são produto da interposição de diferentes culturas somadas àquilo que existia anteriormente. Santos (1996, p. 273), alinhado com o pensamento de Canclini (2006), não crê na homogeneização da cultura a partir da globalização, e concebe que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Para o autor, a importância de estudar os “lugares” está na possibilidade de captar seus elementos essenciais, suas características fundamentais, de modo a compreender suas possibilidades de interação com as ações globalizadas. É no “lugar” que a cultura irá ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

Segundo Stuart Hall (2006) uma identidade cultural enfatiza aspectos pautados pelo pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Ao analisar a questão, enfoca, particularmente, as identidades culturais ligadas ao nacional. Para ele, a nação é, além de uma entidade política – o Estado –, um sistema de representação cultural, ou seja, a nação é composta de representações e

símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. Para Hall (2006), as culturas nacionais produzem sentidos, contidos em estórias, memórias e imagens que servem de referências, com os quais o cidadão pode se identificar e construir, assim, sua identidade. Afirma ainda que, apesar disso, vive-se atualmente numa “crise de identidade” que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas, abalando os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos uma estabilidade no mundo social. A modernidade propicia a fragmentação da identidade. O que existe agora é o deslocamento e a ausência de referenciais fixos ou sólidos para as identidades, inclusive as que se baseiam numa ideia de nação.

Canclini (2006) questiona o próprio conceito de identidade cultural. Com o processo de globalização, a identidade cultural não pode mais ser vista como um conjunto de valores fixos e imutáveis que definem o indivíduo e a coletividade da qual ele faz parte. Assinala que o intercâmbio e a modificação são caminhos que orientam a formulação e a construção das identidades, este processo é denominado, por ele, de hibridação e a define como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2006, p. XIX).

Partindo desses conceitos, a identidade cultural deve ser abordada a partir de definições e critérios onde a preservação da identidade de uma comunidade não está mais condicionada a sua cristalização, mas, sim na ideia de dinamismo, de mutabilidade e aberta a múltiplas reconstruções (HAESBAERT, 2007). Dessa forma, pode-se verificar a abertura de novas possibilidades de entender o comportamento do homem em seu mundo. O que se impõe hoje, a partir disso, é garantir a preservação da multiplicidade e da diversidade e que a cultura, como uma longa conversa entre partes distintas, permita que convivam sujeitos dos mais diferentes matizes.

Dessa maneira pode-se dizer que a identidade está intimamente conectada à cultura nas suas mais diversas manifestações, que se constitui no patrimônio cultural de uma comunidade, e, a partir disso, pode-se entender que o fortalecimento da identidade de uma comunidade está associado à preservação de seu Patrimônio Cultural.

O Patrimônio Cultural, numa visão atualizada deste conceito de acordo com Crespo-Toral e Casares (2007), passou a ser visto como um recurso fundamental para o

desenvolvimento sustentável³¹, ou seja, seu uso pela população atual não deve comprometer sua utilização pelas gerações futuras. Patrimônio, portanto, é um resultado de uma dialética entre o ser humano e seu meio, entre a comunidade e seu território, entre o presente e o passado e entre esses e o futuro.

Ele não é apenas constituído pelos objetos do passado que são oficialmente reconhecidos, mas também por tudo que diz respeito à memória coletiva de uma sociedade e lhe proporciona sentido de identidade. Preservar o patrimônio cultural – objetos, documentos escritos, imagens, traçados urbanos, edificações, áreas naturais ou paisagens - é a garantia de que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria.

Patrimônio significa, então, o que é considerado como herança comum, o conjunto de elementos culturais e naturais, materiais e imateriais, herdados de seus antepassados ou criados no presente, em que uma comunidade se reconhece e se identifica e que deve ser transferido às gerações futuras.

A constituição de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, mas seu grande mérito, segundo Meneses (2012) foi a mudança da matriz. O patrimônio cultural brasileiro já não é somente composto por elementos tombados, determinado pelo poder público, mas o instituído pela sociedade. (MENESES, 2012, p. 34)

O poder público, agora, tem um papel declaratório e lhe compete, sobretudo, proteção, em colaboração com o produtor de valor, a comunidade [...] Entretanto, mesmo sem qualquer intervenção do poder público, existe o “patrimônio cultural nacional”.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural ressaltada na Constituição de 1988 teve clara influência na criação do Decreto nº 3.551/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial³², criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) como forma de preservação do patrimônio nacional. A inclusão dos bens ou manifestações de natureza imaterial como categoria de patrimônio cultural vai ao encontro do que estava

³¹ Como já foi conceituado na introdução desta tese (conforme nota de rodapé nº10).

³² Foram criados quatro livros de registro: 1) **Saberes**: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2) **Formas de expressão**: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 3) **Celebrações**: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 4) **Lugares**: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

previsto no anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio elaborado por Mário de Andrade em 1936, quando propunha que se registrasse as manifestações folclóricas e religiosas, os saberes e fazeres tradicionais.

Um novo passo em direção à ampliação do conceito de Patrimônio Cultural foi dado pelo IPHAN no ano de 2009 quando instituiu a Portaria nº 127 que introduz a chancela de Paisagem Cultural como forma de preservação patrimonial. Propondo uma nova percepção do que é patrimônio, ela é um instrumento que demanda novas maneiras de atuar na preservação dos diversos elementos - naturais, edificados e imateriais - que a conformam e para tanto deve envolver os poderes públicos e as comunidades que vivem nestes locais.

Como se pôde ver a institucionalização das práticas de preservação no Brasil, iniciada em 1937 pelo atual IPHAN, mostra uma experiência abrangente e diversificada e que influenciou as ações promovidas por instituições estaduais e municipais em todo o país. Ao longo dessa trajetória nota-se a evolução dos conceitos utilizados tanto nas escolhas do que preservar como na intervenção propriamente dita. No entanto, tomando-se como base as ações de preservação do Patrimônio Cultural, pode-se dizer que esta evolução não foi uniforme assim como se deu de forma tímida em todo país.

Diante disso se faz necessária uma reflexão a respeito dos conceitos que orientam a prática da preservação no Brasil a partir de uma ponderação entre práticas e representações, materialidade e imaterialidade, além dos diferentes valores dados ao patrimônio pelos distintos usuários. Não considerando estes valores isoladamente, pois diferentes elementos componentes do Patrimônio Cultural não podem ser inseridos, cada um, em pequenas “caixas” estanques, senão um conjunto de fatores que formam a sociedade. A partir disso pode-se afirmar que a preservação do Patrimônio Cultural é um ato político, “não no sentido partidário, mas no sentido da origem grega, a *pólis*, a cidade, ou seja, o que era regido compartilhadamente pelos cidadãos” (MENESES, 2012, p. 38).

Nesse sentido vê-se a necessidade de entender que o bem cultural possui uma função social como portador de uma mensagem do passado, mas que só tem sentido se for

usufruído no presente para, eticamente³³, promover a sua preservação, a partir de intervenções que o tornem acessível recuperando sua potencialidade.

O foco da questão é o reconhecimento dos bens culturais a serem preservados como elementos de identidade de uma população, sendo este um dos principais valores a ser levado em consideração na hora da tomada de decisão de o que preservar e como intervir tecnicamente em um bem cultural. Além disso, vem à tona a questão da relação das dimensões material e imaterial do patrimônio, sendo elas inseparáveis, e que interferindo em uma se estará interferindo em outra. O patrimônio cultural tem como suporte vetores materiais que possuem uma dimensão imaterial de significado e valor, assim como o denominado patrimônio imaterial possui uma dimensão material que lhe permite efetivar-se. A diferença não é de natureza, mas de operacionalização (MENESES, 2012).

Diante disso pode-se afirmar que a escolha dos elementos que compõem o patrimônio cultural não deve se restringir a elementos representantes de uma elite social ou cultural, e sim, incluir também manifestações culturais representativas de todos os componentes da sociedade, como índios, negros, imigrantes, etc. Ao tratar de referências culturais pode-se dirigir o olhar para as representações que configuram a identidade de uma região para seus habitantes, que remetem às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, à hábitos, à paisagens, etc. Desta forma a preservação deve passar necessariamente pelas referências culturais que pressupõem sujeitos protagonistas, detentores, formadores e modificadores desses bens.

Na mesma direção de Meneses (2012), Carsalade (2012) aponta tanto para a questão da materialidade e da imaterialidade, quanto para a dimensão política no sentido das práticas da intervenção no patrimônio cultural. Considera como eixos básicos para a intervenção em um objeto patrimônio cultural a intersubjetividade, a sustentabilidade e o respeito à natureza do bem. Agrega ainda a questão da nova significação que o bem terá quando devolvido à comunidade (CARSLADE, 2012, s/p):

³³ Sobre a ética na preservação: CUSTÓDIO, L. A. B., Patrimônio Edificado: conservação e ética. IN: Revista Ciência e Letras, nº 27. Porto Alegre: FAPA. 2000. P. 177-188; CARSLADE, Flávio de Lemos. *A ética das intervenções*. Palestra ministrada na Oficina do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Petrópolis. RJ. Dezembro de 2012. (Mimiog.)

Parece-nos, portanto, que não há como atuar no material sem atuar no imaterial e que, ao fazermos qualquer intervenção, estamos não só sujeitos ao espírito da nossa época, como também alteramos a leitura e o significado desse bem quando o devolvemos à população.

Neste contexto pode-se afirmar que a prática de preservação no Brasil, de uma forma geral, tem evoluído na direção apontada por Meneses (2012) e Carsalade (2012). Como prova disso pode ser assinalada a ampliação do número de bens tombados representantes de diferentes grupos sociais como o terreiro de candomblé Casa Branca³⁴, em Salvador/BA, as edificações em madeira dos imigrantes italianos³⁵ em Antônio Prado/RS e mais recentemente a Casa de Chico Mendes³⁶ em Xapuri/AC. Além do mais houve a ampliação do conceito de patrimônio cultural a partir da Constituição Federal de 1988 e a criação de novos instrumentos de preservação, além do Tombamento, como o Inventário Nacional de Referências Culturais e a Chancela da Paisagem Cultural.

1.2 UM CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

A polissemia do conceito de paisagem permite inúmeras abordagens de pesquisa, seja em disciplinas distintas, seja dentro de um mesmo campo disciplinar. Para entender o significado de “paisagem cultural”, tão em discussão no panorama atual, é necessário compreender a evolução do conceito de paisagem, sua formação e consolidação no imaginário coletivo.

Segundo Telles e Delphim (2008) o termo paisagem deriva da expressão *landship*, que surgiu no século XV nos Países Baixos, utilizada para designar as pinturas que retratavam a natureza como elemento central, deixando o homem em segundo plano, ou até mesmo excluindo-o da representação pictórica. Pode-se notar esta passagem do homem como foco central para uma participação coadjuvante analisando-se duas obras de pintores flamengos, a primeira do século XV e a segunda do século XVI. Em um dos

³⁴ Terreiro da Casa Branca constituído de uma área de aproximadamente 6.800 m², com as edificações, árvores e principais objetos sagrados, situado na Avenida Vasco da Gama s/nº Nome atribuído Terreiro da Casa Branca. Outra denominação: Terreiro de Candomblé Ilê Axé Iyá Nassô Oká. Nº Processo 1067-T-82, Livro Histórico Nº inscr.: 504 ;Vol. 1 ;F. 092 - Data: 14/08/1986, Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 093 ;Vol. 1 ;F. 043 - Data: 14/08/1986

³⁵ Conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado, Nº Processo 1248-T-87, Livro Histórico Nº inscr.: 529, Vol. 2 ,F. 011-012 - Data: 10/01/1990, Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 104, Vol. 1, F. 059-060 - Data: 10/01/1990

³⁶ Casa de Chico Mendes e de seu acervo, Nº Processo 1549-T-07, Livro Histórico Nº inscr.: 596, Vol. 3, F. 010-011 - Data: 17/10/2011

painéis do políptico “A Adoração do Cordeiro Místico”³⁷ (1426-1432) dos irmãos Hubert (1366-1426) e Jan van Eyck (1390-1441) percebe-se uma grande participação dos elementos da paisagem. Eles dão profundidade e luz à cena retratada (figura 4) de forma a reforçar a presença do cordeiro místico como ente divino que deve ser adorado pelo homem. Ainda não há um predomínio da natureza, mas ela aparece como foco principal. Já na tela “*El paso de la laguna Estigia*” (1520-1524) do pintor Joachim Patinir, (1480-1524), a paisagem predomina de forma tal que o homem é visto pequeno diante dela (figura 5). O mesmo termo, com a mesma concepção, derivou para *landschaft*, na Alemanha, *landscape* na Inglaterra, *paesaggio* para os italianos e *paysage* para os franceses (VIEIRA *et all*, 2008). Para Scofano (2011, p. 30) esta concepção:

[...] permite dois apontamentos: em primeiro lugar, o ambiente natural como componente primordial da paisagem; em segundo, a relação sentimental estabelecida entre o observador e a natureza retratada. Ambos permanecem incorporados à discussão da paisagem até hoje, sob a ótica de pesquisadores de diferentes campos do conhecimento.

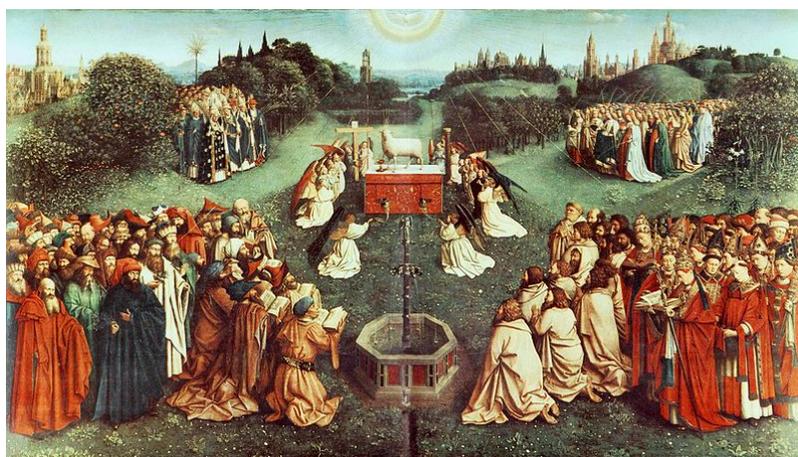


Figura 4: A Adoração do Cordeiro Místico – Hubert e Jan van Eyck – 1426-1432, óleo sobre madeira, 137,7 x 242,3 cm, Catedral de Saint-Bavo – Ghent. (http://users.skynet.be/sintbaafskathedraal-gent/EN_lamb.html)

Para Delphim (s/d), no século XVI, o termo passou a ter um significado cultural uma vez que paisagem deriva do latim *pagus*, que significa povoado, *pays* em francês para país em português, dentro de um conceito muito mais relacionado à cultura do que à ecologia.

³⁷ Este políptico composto por 24 painéis, encomendado por Joost Vidgt, um rico burguês flamengo, foi iniciado por Hubert van Eyck em 1426 e foi acabado em 1432, pelo irmão, Jan van Eyck. Encontra-se na Catedral de Gand.



Figura 5: *El paso de la laguna Estigia*, Joachim Patinir, nº de catálogo P01616, óleo sobre madeira, 64x103 cm, 1520 – 1524, Museu do Prado.
(<http://www.museodelprado.es/coleccion/galeria-on-line/galeria-on-line/obra/el-paso-de-la-laguna-estigia>)

Para se poder entender a importância e a abrangência, não apenas do termo, mas da própria paisagem cultural para a sociedade atual se faz necessário analisar como a relação do homem com a natureza e o seu entorno foi se modificando ao longo dos tempos, assim como o significado adquirido pela expressão paisagem.

1.2.1 O HOMEM E A NATUREZA

O Homem sempre teve uma relação bastante íntima e profícua com a natureza. Até a Idade Média esta relação se deu a partir do sentido do sagrado. A natureza era um espaço divino e tudo que pertencia a ela era dádiva ou castigo de um ser superior. Mais tarde, a natureza passou a ter uma concepção diferente, “passou a ser como um ser inteiramente exterior, feito de partes exteriores, exterior ao homem e a si mesma, vista como puro objeto” (GOLDSCHMIDT apud MERLEAU-PONTY, 2000, p. 9).

Entretanto, o homem passou a manifestar-se culturalmente a partir do momento em que ele se deu conta que poderia transformar o espaço, segundo Vitruvio (2000) - no século I a. C. -, quando ele pode intervir de forma efetiva sobre a natureza, ou seja, a partir do seu domínio sobre o fogo, quando passou a se reunir e se socializar. O início das manifestações culturais se deu quando ele se apropriou da natureza e buscou uma organização do espaço. Passou a fixar-se em um mesmo local, ao mesmo tempo em que passou a nutrir sentimentos de prazer gerado pela natureza e, segundo Assunto (1973), o mais importante deles foi o prazer estético. Este sentimento, na Antiguidade,

impulsionou o homem a escolher determinado lugar para se fixar, levando também em consideração o que seus vários componentes poderiam fornecer para a conservação da vida. Os condicionantes geográficos e climáticos influenciaram nas soluções adotadas para a construção das cidades. A forma como cada civilização se envolveu e interpretou as potencialidades do ambiente e os diferentes sentimentos frente à paisagem de cada lugar, possibilitaram a criação de ordens estéticas e culturais. “Cada obra de arquitetura [...] é a resultante entre os condicionamentos naturais e as ações do homem sobre o ambiente” (CALCAGNO, 1983, p. 1).

Na Grécia Antiga a arquitetura era colocada harmoniosamente na paisagem. Para obter essa perfeita harmonia entre a arquitetura e o ambiente, os artistas gregos estudaram formas para corrigir, em determinados casos, a perspectiva óptica, modificando a topografia e calculando inclinações nas formas arquitetônicas. Da mesma forma isto se dava na implantação de suas edificações, os lugares escolhidos para construir seus templos. Eram locais especiais dentro da paisagem, como se pode observar ao se analisar o Partenon (figura 6), sua localização e a relação de predomínio sobre o entorno.



Figura 6: Implantação do Partenon em local privilegiado na paisagem-
(<http://www.guiageografico-grecia.com/partenon.htm>)

No período romano as cidades mantiveram uma estreita relação com a natureza, os locais escolhidos eram planos e férteis, propícios ao desenvolvimento da agropecuária. Levavam em consideração, ainda, a paisagem e uma de suas principais construções eram os jardins “pois as pessoas ficavam perto da natureza, mas longe dos perigos da natureza selvagem, externa aos limites das vilas” (ABREU, 2005, p. 51). No entanto a

maior intervenção, ou a mais abrangente, foi a construção de estradas que formaram uma rede de comunicações entre as terras conquistadas, interferindo em um grande território. Naquele momento teve início a mudança na relação de sagrado com a natureza, dando espaço às idéias de domínio do homem sobre ela. Ou seja, o domínio dos Romanos sobre o seu território, tudo o que se encontrava dentro dele, era sua propriedade e ele poderia modificá-lo.

Estas formas de ocupação espacial de gregos e romanos, juntamente com os seus ensaios cartográficos, demonstram o começo de uma forma de controle do espaço que tinha implícita uma separação entre homem e ambiente, entre cultura e natureza. Mas, ao mesmo tempo a natureza formava parte de seu planejamento, influenciando nas soluções adotadas.

No México, a cidade de Teotihuacan³⁸ demonstra claramente a influência da natureza como elemento sagrado e de composição espacial. O posicionamento das principais estruturas, a Pirâmide da Lua (figura 7) e a Pirâmide do Sol (figura 8), conectadas visualmente e espacialmente pela grande praça e avenida cerimonial, evidenciam a influência da geografia e dos elementos naturais, demonstrando um urbanismo regido pelos elementos naturais ungidos como divindades. A cidade foi construída levando em consideração as perspectivas do espaço onde está inserida e utilizando as cores da natureza. Ao mesmo tempo em que edificaram uma cidade a partir da influência da natureza, também a transformaram desviando rios, construindo canais de irrigação, fazendo plantios e abrindo estradas.

³⁸ A história da cidade está dividida em 4 períodos: o primeiro período vai desde o ano 600 a.C. até 200 a.C.; o segundo período vai de 200 a.C. até 250 d.C., período da construção da calçada dos Mortos e da praça cerimonial chamada de “*La Ciudadela*”, pelos espanhóis; o terceiro período vai de 250 d.C. até 600 d.C., é a época do auge da cidade; o quarto período vai de 650 d.C. até aproximadamente 900 d.C. – trata-se a fase tardia, quando a cidade é destruída e queimada. (<http://www.inah.gob.mx>, acessado em 15/03/11)



Figura 7: Pirâmide da Lua vista a partir da Pirâmide do Sol (foto do autor, 2010)



Figura 8: Pirâmide do Sol vista a partir da Pirâmide da Lua (foto do autor, 2010)

Outro exemplo que merece ser mencionado é a cidade pré-colombiana de Machu Picchu (figura 9), localizada em uma das zonas mais elevadas dos Andes, no centro-sul do Peru. Consta de duas grandes áreas: a agrícola formada principalmente por terraços e recintos de armazenagem de alimentos; e a outra urbana, na qual se destaca a zona sagrada com templos, praças e mausoléus reais (<http://www.mcultura.gob.pe>). A disposição dos prédios demonstra a conexão que aquela sociedade tinha com a natureza e com o sagrado. No meio das montanhas, os templos, casas e cemitérios foram

distribuídos de maneira organizada, abrindo ruas e aproveitando o espaço com escadarias. Ao mesmo tempo em que o tratamento dado aos terraços para o cultivo evidencia a forma como trabalhavam e transformavam a natureza a fim de garantir a sua sobrevivência.



Figura 9: Machu Picchu (foto do autor, 2011)

Uma grande mudança na relação do homem com a natureza teve início no final da Idade Média. A natureza passou a ser vista como objeto de pesquisa e fonte de sobrevivência para o homem. “As descobertas científicas, as novas técnicas construtivas, domínios territoriais e econômicos vão fazer o Homem considerar a si mesmo e a sua atividade produtiva como a única fonte de transcendência” (ABREU, 2005, p. 58). Esta modificação na relação homem/natureza se firmou na renascença quando o homem “procura submeter a natureza – não conciliar-se com ela –, e converter o homem em centro e pólo dominador e organizador do universo” (BRANDÃO, 1999, p. 73). Esta foi uma posição reforçada pela igreja católica, pois, segundo o Gênese, o Homem estava divinamente autorizado a exercer sua soberania sobre o mundo natural, ou seja, ele deveria dominar a natureza (TARNAS, 2001, p. 264).

A Revolução Científica, no século XVII, reforçou esta ideia e o Iluminismo consolidou definitivamente o pensamento moderno. Para Nicolau Copérnico (1473-1543), Galileu Galilei (1564-1642), Descartes (1596-1650) e Newton (1643-1727) a natureza era observável e tinha causas explicáveis, “O objetivo do conhecimento era adaptar a natureza à vontade do homem” (TARNAS, 2001, p. 313). O Homem e a ciência se

colocaram acima da natureza, e foi em função desta perda da intimidade com a natureza, com ênfase na razão, que houve um movimento nas artes, onde escritores, artistas plásticos e músicos buscaram novamente, na natureza, a sua fonte de inspiração (TARNAS, 2001).

Entre meados do século XVIII e meados do século XIX operou-se de forma lenta, porém gradual, uma ruptura dos conceitos que existiam sobre a natureza com o surgimento de uma nova visão, impondo uma maneira mais integrada do homem frente ao mundo: a concepção de paisagem. Com o caos urbano, a crise existencial, a dessacralização da natureza, em meio a todos esses conflitos, a paisagem foi descoberta como busca de uma nova vida, como tentativa de um retorno a sua essência (ABREU, 2005).

Alguns autores, como Jakob (2004), atribuem a origem do conceito de paisagem ao quadro sócio-histórico da cidade, do meio urbano, do “anti-campo.” A paisagem emergiu do olhar de um sujeito frente a frente com a natureza, de um Homem que passou a controlar aquilo ao qual foi anteriormente submisso. O autor destaca que por volta do século XIX a cultura europeia voltou-se de forma extraordinária para a paisagem: a paisagem emergiu de todas as partes, espalhou-se em poesia e prosa, como realidade visual e sonora, como fenômeno representado, como símbolo do espírito humano ou alegoria de uma procura impossível. Passou a ser cantada, evocada, descrita e decomposta.

Quando a paisagem alcançou uma forma reconhecida pelo Homem, ele passou a ver a paisagem como uma construção estético-filosófica do território, que mostra novos problemas e valores sociais, que se evidenciaram com o movimento romântico no campo das artes. “Dessa forma, a paisagem passou a expressar a típica oposição entre ciência e vida; entre o campo e a cidade” (ABREU, 2005, p. 101).

No mundo moderno a relação do Homem com a natureza se dá pela dicotomia, de um lado a sua exploração incontrolada, de outro uma crescente consciência, restrita a uma pequena parcela do planeta, de que ele não poderá sobreviver sem respeitá-la. A era industrial, sem dúvida, gerou impactos ambientais jamais vistos na história da humanidade, ela vive do consumo de recursos naturais e energias não renováveis, “a produção em escala consumiu energia, gerou vapores químicos, resíduos industriais e

resíduos perigosos em uma progressão geométrica sem precedentes na economia pré-industrial” (MINC, 2005, p. 34). Para o ambientalista José Lutzenberger (1994, s/p), o problema está no conceito que Homem moderno tem de mundo, onde ele vê a natureza, imprescindível a sua sobrevivência, mas ao mesmo tempo externa a ele:

A visão cartesiana que ainda domina grande parte do pensamento científico atual coloca-nos como observadores externos da Natureza. Daí o conceito de "ambiente natural". O ambiente é visto como algo externo a nós, no qual estamos total e umbilicalmente imersos, é verdade, mas que não faz parte de nosso ser - uma dicotomia bem clara.

Apesar dessa contradição entre preservar e dominar, para o professor Miguel Sattler (2007, p.15-16), a preocupação com um modo de viver em harmonia com o ambiente natural tem atraído atenções e já se percebe mudanças no comportamento do homem em relação ao uso e convivência com a natureza:

(...) porque em todas as áreas de atividades humanas tem havido um despertar de consciência sobre os impactos que todos temos causado sobre nosso planeta, que possui recursos finitos e que os sistemas de suporte à vida, como água, ar, solo, energia, precisam ser preservados, em sua composição qualitativa e quantitativamente, para que não se comprometa de maneira irreversível a sobrevivência humana e de outras espécies.

1.2.2 O HOMEM E A PAISAGEM

Atualmente a paisagem tem sido objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento, entre elas a história, a geografia, a arquitetura, o planejamento urbano, as artes visuais, e, mais recentemente, a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Para Meneses (2002, p. 29) isso se deve a que “esse caráter movediço do tema deriva, em grande parte, da própria polissemia da palavra paisagem”, pois o termo, coincidente com a idéia de natureza e espacialidade, permite várias derivações. As diversas expressões como paisagem sonora, paisagem religiosa, paisagem política, contribuem para a dificuldade de um denominador comum sobre o conceito. Conforme Corrêa (1997, apud Meneses, 2002, p. 30), “À paisagem foi essencialmente atribuído um papel de integração, pela sua capacidade de articular o saber sobre a natureza com o saber sobre o homem”.

O estudo da paisagem surge como um subcampo da Geografia conhecido como Geografia Cultural que, alicerçado na tradição que emergiu no final do século XIX e início do século XX, ganhou novas dimensões durante o último quartel do século XX

(ROSENDAHL e CORRÊA, 2005). A ampliação temática é uma dessas novas dimensões. Os novos temas dizem respeito tanto à materialidade da cultura quanto os aspectos não materiais.

Durante muito tempo a Geografia foi a área do conhecimento que mais se dedicou a discussão do tema e de seus vários conceitos. O geógrafo alemão Otto Schlüter (1872 - 1959), em 1907, partiu de uma concepção do homem como construtor da paisagem, nesse sentido definiu a Paisagem Cultural como a expressão das transformações temporais no espaço, resultando das construções humanas estabelecidas como cultura. Esta configuração poderia ser entendida segundo as leis, a ordem social e os parâmetros individuais (GOMES, 1997) A paisagem cultural sintetiza a importância de considerar a cultura de um determinado grupo e suas relações com a natureza, como fatores determinantes da configuração de um local específico. Portanto, preservar determinados atributos da paisagem significa proteger o legado cultural de uma comunidade para as gerações futuras. Sauer, no início do século XX, foi um dos primeiros geógrafos a trabalhar o tema de forma abrangente, segundo Ribeiro (2007, p. 19):

Fortemente influenciado pela geografia alemã, Sauer tomou dos autores Schlüter e Passarge os conceitos de paisagem natural e cultural. A primeira é aquela paisagem ainda sem as transformações do homem, enquanto a segunda é a paisagem transformada pelo trabalho do homem.

Sauer (2004 [1925], p. 59), dentro de uma visão positivista, tratou a paisagem cultural como um conceito científico, abordando-a em aspectos materiais, esta seria o resultado da ação da cultura sobre a natureza ao longo do tempo:

A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural, o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e, provavelmente, atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento

Diferentemente de Sauer, que encontrou dificuldades ao renegar os fatores simbólicos e subjetivos em suas análises, um grupo de geógrafos no final da década de 1960, destacando-se David Lowenthal e Yu-Fu Tuan, incorporou uma visão mais humanista ao conceito. Sobre o pensamento destes geógrafos, Ribeiro (2007, p. 24) comenta:

Para esses geógrafos, diferentemente daquilo que a geografia cultural havia feito até então, a paisagem representava mais do que simplesmente o visível,

os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas.

Nas décadas de 1980 e 1990 a Geografia tratou de conciliar essas duas abordagens, revisando os conceitos da Geografia Cultural, de Sauer, e da Geografia Humanista. Dentro deste contexto de renovação da Geografia Cultural surgiu uma abordagem de fundo marxista, de onde se pode ressaltar o geógrafo americano Denis Cosgrove que entendeu a paisagem como uma interação entre a natureza, a atividade humana e a sua representação ou simbologia (COSGROVE, 2004 [1989]).

Conseqüentemente, nossa geografia deixa escapar muito do significado contido na paisagem humana, tendendo a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas. A idéia de aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de tratá-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados, claramente estranha para nós. Entretanto, isto é o que me proponho explorar, sugerindo maneiras de tratar a geografia como uma humanidade e como uma ciência social. (COSGROVE, 2004 [1989], p. 97)

Os estudos realizados pelo geógrafo francês Augustin Berque apontam na mesma direção, principalmente com respeito à interação e a simbologia da paisagem, indicando que:

A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação. (Berque, 2004 [1984], p. 84-85)

Para Milton Santos (2008, p.103) a paisagem estaria desprovida da animação, tal propriedade seria reservada ao conceito de lugar "Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima". Na concepção de Castello (2007, p 12) espaço é um todo, mais amplo "onde se situam as pessoas", já os lugares "são espaços percebidos como detentores de qualidade", ou seja, são portadores de referências culturais. Sendo assim os lugares estão contidos nos espaços.

A partir dos autores anteriormente apresentados, se conclui que o conceito de paisagem é bastante amplo e considera a interação entre o Homem e a natureza. É nesse sentido que esta tese se posiciona tendo em conta que a paisagem é um documento que mostra as relações socioespaciais ao longo dos tempos, nas suas mais diversas manifestações, materiais e imateriais, tanto na sua dimensão funcional como ecológica. Mais que representar o passado ela é a realidade presente, se mostra como um mosaico constituído de lembranças sobrepostas, apropriado pelo Homem que vive em uma determinada região. Então se pode dizer que a definição de paisagem cultural utilizada nesta tese seria o que Santos (2008) define como “espaço” e Castello (2007) define como “lugar”.

A partir dos autores anteriormente apresentados, se conclui que o conceito de paisagem é bastante amplo e considera a interação entre o Homem e a natureza. É nesse sentido que esta tese se posiciona tendo em conta que a paisagem é um documento que mostra as relações socioespaciais ao longo dos tempos, nas suas mais diversas manifestações, materiais e imateriais, tanto na sua dimensão funcional como ecológica. Mais que representar o passado ela é a realidade presente, se mostra como um mosaico constituído de lembranças sobrepostas, apropriado pelo Homem que vive em uma determinada região.

1.2.3 A PAISAGEM COMO CATEGORIA DE PATRIMÔNIO

Grande parte das Recomendações da UNESCO e dos documentos internacionais de preservação³⁹ faz referência ao patrimônio natural e paisagístico, normalmente de forma ligada à sua excepcionalidade, beleza ou materialidade. Mesmo a “Recomendação de Paris” de 1962 (CURY, 2004), que trata especificamente das paisagens, se atém a estes conceitos. Muitas vezes tratando a paisagem como complemento ou um enquadramento que dá maior visibilidade à obra arquitetônica, ou ainda como uma obra da natureza e raramente como a interação do cultural com o natural. A convenção da UNESCO (1972), que criou a “Lista do Patrimônio Mundial”, estabeleceu e definiu de forma separada o patrimônio cultural do natural. A vinculação do patrimônio cultural com o natural surgiu somente a partir da “Convenção de Bruxelas” (1982) na figura da

³⁹As Cartas Patrimoniais são documentos reconhecidos internacionalmente, onde se estabelecem normas, procedimentos e conceitos sobre a preservação de bens culturais.

paisagem e teve sua culminância, em nível internacional, na Convenção Européia da Paisagem (2000). O Brasil vem acompanhando este processo com certa defasagem, mas já possui uma discussão bastante desenvolvida sobre o tema e se iniciam as primeiras aplicações práticas de preservação da paisagem cultural.

Embora tenha havido tombamentos como os de Paraty⁴⁰, Laguna⁴¹ e Ouro Preto⁴², onde o componente paisagístico está incluído, de maneira geral, não houve uma preocupação com a paisagem cultural nos termos de seu significado atual. O que se observa era um conceito mais restrito, como uma ideia de panorama ou de pano de fundo, mais de natureza do que de cultura, sem explicitar a dimensão imaterial.

1.2.3.1 A evolução do conceito de paisagem como patrimônio no ocidente

A “Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios” da UNESCO - Paris, 1962 (CURY, 2004), embora não forneça uma precisa definição de paisagem, permite que se subentenda tratar-se da dimensão material da mesma. Propôs a preservação dos lugares e paisagens (rurais ou urbanas) formados pela natureza ou pelo ser humano, que oferecessem um interesse cultural ou estético ou que constituíssem meios naturais característicos, ao mesmo tempo recomendou que a proteção deveria estender-se a todo o território e não apenas a algumas paisagens específicas. A adoção de medidas de caráter preventivo, em uma dupla vertente, educativa e de controle e planejamento foi o modo proposto para a sua proteção.

⁴⁰ Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Paraty e, separadamente, o edifício da Santa Casa. Nome atribuído Paraty, RJ: conjunto arquitetônico e paisagístico. Nº Processo 0563-T-57, Livro Belas Artes Nº inscr.: 441 ;Vol. 1 ;F. 082 ;Data: 13/02/1958, Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 017 ;Vol. 1 ;F. 004 ;Data: 13/02/1958. Outras Inscrições: Livro das Belas Artes, Nº inscr.: 510 ;F. 093 ;Data: 01/03/74; Livro Arq. Etn./Paisag., Nº inscr.: 063 ;F. 014 ;Data: 01/03/1974. OBS.: Em 01/03/1974 foi inscrito sob o nº 510, às folhas 93, do livro de Tombo das Belas Artes, o Município de Paraty, inscrição esta que inclui o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade.

⁴¹ Centro Histórico da Cidade de Laguna. Nº Processo 1122-T-84; Livro Histórico Nº inscr.: 500 ;Vol. 1 ;F. 089 ;Data: 23/12/1985; Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 089 ;Vol. 1 ;F. 039 ;Data: 25/04/1985.

⁴² Conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Ouro Preto. Nome atribuído Ouro Preto, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico. Outras denom. Cidade de Ouro Preto; Centro histórico de Ouro Preto; Sítio histórico de Ouro Preto. Nº Processo 0070-T-38; Livro Belas Artes Nº inscr.: 039 ;Vol. 1 ;F. 008 ;Data: 20/04/1938; Livro Histórico Nº inscr.: 512 ;Vol. 1 ;F. 098 ;Data: 15/09/1986; Liv. Arq./Etn./Psg. Nº inscr.: 098 ;Vol. 1 ;F. 047 ;Data: 15/09/1986. OBS.: “Monumento Nacional de acordo com o Decreto nº 22928, de 12/07/1933.” Em 22 de maio de 1989, foi feita a averbação do perímetro tombado do “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto ” como se segue: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, nas folhas 47 a 65; Livro do Tombo Histórico, 1º volume, na folha 98; e 2º volume, na folha 17; de acordo com a Ata da 137ª Reunião do Conselho Consultivo do SPHAN, realizada em 13/10/1989.

A “Convenção Sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da UNESCO - Paris, 1972 (CURY, 2004), além de estabelecer as definições de patrimônio cultural e de patrimônio natural, postulou estratégias gerais de proteção nacional e internacional; estabeleceu um Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural para gerenciar a “Lista do Patrimônio Mundial” para a qual também criou o Fundo para a Proteção do Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural⁴³. O Artigo 1º definiu o patrimônio cultural, utilizando três figuras básicas:

- a) Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- b) Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- c) Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza e as zonas - incluindo os locais de interesse arqueológico - com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O patrimônio natural foi definido no artigo 2º utilizando, basicamente, os mesmos critérios em relação ao patrimônio cultural, mantendo como sinônimo de importância o “valor universal excepcional”. As categorias do patrimônio natural são:

- a) Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- b) As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem hábitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

⁴³ No Brasil para uma recomendação internacional ter validade ela deve ser avaliada e aprovada pelo Congresso Nacional (art. 84, VIII da Constituição Federal/88). Esta recomendação foi aprovada por meio do Decreto nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977, passando a fazer parte das normas jurídicas brasileiras.

- c) Os locais de interesse natural ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural.

De acordo com estas definições, o patrimônio é entendido como “algo” herdado, natural ou cultural, tangível, que deve ser preservado e a importância para sua conservação está justificada pelo seu valor estético e excepcional.

Neste mesmo ano, a UNESCO publicou a “Recomendação sobre a proteção no âmbito nacional do patrimônio cultural e natural” (1972), onde ficou assinalada uma mudança conceitual fundamental: não apenas se consideram dignos de conservação os lugares e sítios de interesse excepcional, senão também aqueles que possuem um caráter mais modesto, segundo o item nº 5 do título III:

O patrimônio cultural ou natural deverá ser considerado globalmente como um todo homogêneo que compreende não só as obras que representam um valor de grande importância, mas ainda os elementos mais modestos que adquiriram um valor cultural ou natural.

A “Carta de Florença relativa à proteção dos jardins históricos” - 1981 (CURY, 2004), não aborda a questão propriamente da paisagem, se atendo ao conceito de jardim histórico que é definido como uma composição arquitetônica, podendo ser imponente e grandiosa ou modesta.

A “Convenção de Bruxelas sobre a conservação da natureza e a proteção das paisagens” (UNESCO, 1982), procurou proteger a percepção estética que o homem pode ter das belezas panorâmicas naturais no território dos três países-membros do Benelux: Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Esta Convenção apresenta um interesse particular pelo fato de valorizar a proteção da paisagem, definida em seu artigo 1º como sendo a:

Parte perceptível da terra definida pela relação e a interação entre diversos fatores: o solo, o relevo, a água, o clima, a flora, a fauna e o homem. No seio de uma unidade paisagística determinada, esses fenômenos dão lugar a um esquema resultante da combinação de aspectos naturais, culturais, históricos, funcionais e visuais. A paisagem pode ser considerada como o reflexo de atitude da coletividade em face de seu meio natural e da forma como ela age sobre ele.

Com esta definição, ficaram vinculados o patrimônio natural e o cultural. Já não se promove o conceito deles em separado, senão como uma única realidade sob a figura da

“paisagem”. Além disso, se introduziu o fator visual como variável a ser levada em conta na configuração das paisagens.

A “Declaração do México” - 1985 (CURY, 2004) colocou a dimensão imaterial no conceito de cultura, enquanto que a “Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular” - Paris, 1989 (CURY, 2004), pela primeira vez, destacou a importância da cultura tradicional e popular para a identidade dos povos e como parte integrante do patrimônio cultural.

A “Carta da Paisagem Mediterrânea” ou “Carta de Sevilla” - 1992, proclamada pela Conferência de Poderes Locais e Regionais, do Conselho da Europa, promovida e assinada pelas regiões de Andalucía, Languedoc-Rosell n e Toscana, consagrou definitivamente a subjetividade como um dos elementos definidores da paisagem. Sendo esta a manifesta o formal da rela o sensível dos indivíduos e das sociedades, no espaço e no tempo, com um território mais ou menos modelado por fatores sociais, econômicos e culturais. Uma rela o que pode ser de ordem afetiva, identitária, estética, simbólica, espiritual ou econômica, e que implica na atribui o às paisagens, de valores de reconhecimento social.

Em 1992, vinte anos após a “Conven o sobre a Prote o do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” da UNESCO de 1972 - desde onde se arrasta a oposi o entre patrimônio natural e patrimônio cultural -, foi realizada uma revisão dos critérios culturais das “Orienta es para a Implementa o da Conven o do Patrimônio Mundial”, que incorporou a categoria de paisagens adotando o seguinte conceito:

As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1  da Conven o. Ilustram a evolu o da sociedade humana e a sua consolida o ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas. (UNESCO, 2008)

Até então a Conven o da UNESCO considerava como patrimônio mundial os bens culturais, naturais e mistos - como intera o entre as duas primeiras- porém sem incluir a dinâmica dessa inter-rela o. O Comitê definiu várias categorias para o enquadramento da paisagem cultural: a primeira   a paisagem claramente definida, a segunda categoria   a paisagem essencialmente evolutiva que se subdivide em duas subcategorias: a paisagem relíquia (ou f ssil) e a paisagem viva; e a terceira   a

paisagem cultural associativa. Novamente atribuiu o valor de excepcionalidade para que possa ser inscrita na Lista de Patrimônio Mundial. Além da categoria específica de paisagem cultural, outras três foram incorporadas: cidades e centros históricos, canais do patrimônio e rotas do patrimônio.

Cabe ressaltar que a UNESCO tem como missão, em relação ao patrimônio cultural e natural, nomear exemplares de excepcional valor para a humanidade e que não compete a ela a seleção de exemplares de particular interesse para apenas um país. A proteção e preservação do patrimônio de importância local ou vernacular deve ser uma preocupação dos países membros como ficou especificado na “Recomendação sobre a proteção no âmbito nacional do patrimônio cultural e natural” (1972), assim como em algumas das cartas patrimoniais onde esta ação é atribuição de cada nação.

A “Carta de Mar del Plata sobre Patrimônio Intangível” - 1997 (CURY, 2004) assim como a “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” - Paris, 2003 (CURY, 2004) trataram da importância do inventário e registro do patrimônio imaterial e sua vinculação com o patrimônio tangível cultural e natural, ponto de grande importância para o conceito de paisagem cultural.

A “Carta de Cracóvia” – 2000, ratifica os princípios colocados na Carta de Veneza (de 1964) e acrescenta o conceito de patrimônio imaterial ligado ao material. Conjugando a proteção do patrimônio com a sustentabilidade e com os aspectos econômicos e sociais, trata as paisagens como patrimônio cultural, coloca a dimensão educativa dos monumentos e a importância de uma educação formal para a preservação. Dispõe, ainda, sobre a importância da pesquisa científica multidisciplinar para a conservação.

A "Convenção Européia de Paisagem" (Consejo de Europa, 2000) foi fruto de uma grande reflexão, iniciada em 1994 pelo Conselho da Europa, e abordou o tema de modo diferenciado ao adotado pela UNESCO, justamente por estar dirigida aos países e não ao contexto mais amplo do “mundial”. Nela foram aglutinados os pequenos avanços sobre a matéria dispersos nos distintos documentos elaborados sobre a paisagem, fruto do debate de especialistas sobre o tema. A paisagem foi definida como “qualquer parte do território tal e como é percebido pela população, cujo caráter seja o resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos”. A grande diferença conceitual com a UNESCO parte da expressão "qualquer parte", pois deixa de considerar a paisagem sob o critério seletivo da excepcionalidade, mas de uma forma mais abrangente de

caracterização de território. Ou seja, o objeto desta Convenção é uma realidade física que não está circunscrita a uma demarcação concreta, senão que se delimita a partir da interpretação humana, vinculando-a às posições subjetivistas da Carta de Sevilla. Além disso considera que todo o território é paisagem, devendo-se levar em conta os espaços singulares assim como também os cotidianos ou degradados.

Pela primeira vez, a paisagem foi considerada por si mesma, não como complemento de elementos culturais ou ambientais, se constituindo em um aprofundamento do conceito preconizado pela “Convenção de Bruxelas”. A paisagem foi definida em um sentido amplo, como resultado da confluência de múltiplos fatores, entendendo que quando se adjetiva (rural, industrial, agrária, cultural, etc.) tão somente se está ressaltando um caráter dela mesma, sem excluir outros aspectos.

Da mesma forma que a UNESCO, a Convenção Européia dividiu a paisagem, criando três tipologias: paisagens de considerável importância, paisagens ordinárias e paisagens degradadas. Em comum entre as duas Convenções se tem o objetivo de identificação de unidades de paisagem, a partir da homogeneidade de suas características, sobretudo observando os aspectos físicos do território e da ocupação humana.

Em uma breve análise sobre este processo pode-se depreender que o conceito de paisagem ultrapassou, a bastante tempo, a concepção artística. No entanto a visão dominante de paisagem ainda está associada à materialidade que um determinado local apresenta onde a imaterialidade pode estar representada. Contudo, como afirma Castriota (2009), a discussão da temática da paisagem cultural entre especialistas, tanto na academia como nos órgãos de preservação, vem contestando este entendimento, dando lugar a uma concepção mais ampla e dinâmica. É nesse sentido que esta tese tratará a paisagem, tentando entendê-la e visualizando-a em um contexto mais amplo, tanto geográfica como historicamente, utilizando o caso da Região Missioneira que possui um processo de ocupação composto de várias contribuições socioculturais e, no entanto, é evidenciada somente pelo período reducional.

1.2.3.2 A evolução do conceito de paisagem como patrimônio no Brasil

No Brasil a questão da preservação da paisagem foi referida, pela primeira vez, por Mario de Andrade quando, a pedido de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, em 1936 elaborou o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional - SPAN⁴⁴. Na sua proposta seriam criados 4 livros do Tombo, dentre os quais o Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, no qual o patrimônio paisagístico seria inscrito, pois desta categoria participariam, dentro das Artes Arqueológica e Ameríndia (ANDRADE, 2002, p. 275):

c) Paisagens - Determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brazis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.

A paisagem estaria presente ainda como representante da Arte Popular (ANDRADE, 2002, p. 275): c) Paisagens - determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos do Recife, etc.

Sem dar um conceito muito claro do que seria esta paisagem passível de ser tombada, Mário de Andrade deixa explícito que seriam as agenciadas pelo homem e não as naturais. Outro ponto de interesse para o conceito atual de preservação da paisagem cultural, o patrimônio imaterial, também estava contemplado no trabalho de Mário de Andrade, dentro da categoria da Arte Popular, pois nela estavam presentes tanto as manifestações folclóricas e religiosas como os saberes e fazeres tradicionais.

Este anteprojeto deu as linhas básicas para a elaboração do Decreto-Lei Nº 25, de 1937, que organizou a proteção do patrimônio nacional. Este Decreto-Lei, no entanto, não contemplou alguns pontos importantes como a questão do patrimônio imaterial e modificou a forma de ver a questão do patrimônio paisagístico, embora tenha incluído o termo “paisagístico” ao Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, dando a paisagem um caráter diferente do dado por Mário de Andrade. Enquanto Mário de Andrade pensava nas paisagens de certa forma popular (vernacular) o Decreto-Lei vai concebê-

⁴⁴ Denominação proposta por Mario de Andrade para o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

las como feição notável e incluiu as paisagens naturais, conforme constata o §2º do Artigo 1º:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Esta forma de ver a paisagem irá refletir nos tombamentos feitos nas primeiras décadas de existência do órgão de preservação do patrimônio brasileiro onde, segundo Ribeiro (2007, p. 72) a prática da proteção se dará “sobretudo a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção de paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial”. Esta visão se reforça com a afirmação de Rodrigo Mello Franco de Andrade (ANDRADE, 1987, p. 87).

[...] interessa tanto proteger a ambientação própria de determinado monumento quanto a ambientação adequada ao sítio urbano. Assim, o destaque da silhueta característica do sítio no panorama que o envolve não deve ser sacrificado pela introdução de novas áreas construídas em proximidade excessiva. Ainda pela necessidade de resguardar-lhe o aspecto desatacado na paisagem circundante, devem ser impedidas, nos espaços vagos de seu perímetro, edificações novas cujo volume ou altura seja desproporcionado com a escala das construções existentes

De acordo com a análise dos dados levantados por Ribeiro (2007), até a década de 1960 o IPHAN seguiu um certo padrão para a escolha dos bens de caráter paisagístico que foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, isto sem levar em consideração os outros dois valores, agrupando-os em quatro grupos: dos jardins e bens ligados ao paisagismo; dos conjuntos; dos monumentos emoldurados por elementos naturais e das áreas cujo panorama era considerado relevante para a população do entorno.

Esta maneira de entender o tema da paisagem, dentro do IPHAN, começou a ser modificada a partir da década de 1970, quando iniciaram os estudos de entorno a fim de garantir a visibilidade dos conjuntos tombados. Com a administração de Aloísio Magalhães no IPHAN (1979-1982), teve início uma gradual modificação na caracterização do patrimônio cultural brasileiro, com a introdução, embora sem muita ênfase, nem muitos resultados práticos, de conceitos ligados à imaterialidade. O patrimônio natural, entre os anos 1985 e 1990, ganhou dentro do IPHAN uma Coordenadoria, que segundo Ribeiro (2007, p. 104):

(...) foi capaz de sistematizar um conjunto importante de discussões sobre o assunto e de implementar ações que continuaram sendo levadas a cabo pelos técnicos a ela ligados, mesmo após a sua diluição dentro de outros setores da Instituição.

Na Constituição Federal de 1988 a preservação do patrimônio natural e do cultural foi tratada em dois capítulos diferentes. O capítulo sobre o meio ambiente tratou da conservação da natureza do ponto de vista biológico, atribuindo a competência de sua preservação aos órgãos ambientais. O capítulo sobre cultura estendeu a preservação cultural ao patrimônio imaterial bem como ao natural, atribuindo sua gestão às entidades culturais. Este fato trouxe consigo implícito um problema, pois no momento em que o patrimônio cultural e o natural são separados em capítulos diferentes, assim como também sua gestão por distintas instituições, fez com que seu manejo e preservação fossem pensados de formas diversas. Dessa maneira criou-se um hiato para a concepção do patrimônio cultural de forma integrada.

Um grande aporte para esta integração se deu, no ano 2000, com a ampliação da proteção do patrimônio cultural, por meio do decreto nº 3551 de 4 de agosto, quando o governo federal instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Dessa forma os bens imateriais passaram a ser reconhecidos com o patrimônio cultural nacional, com a inscrição no Livro de Registros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Este fato abriu espaço para a discussão de mecanismos diferentes, de maior abrangência e mais adequados à preservação dentro da diversidade que caracteriza o patrimônio cultural nacional.

Um dos primeiros documentos brasileiros a propor uma conceituação e o estabelecimento de procedimentos para a preservação da paisagem cultural foi a Carta de Bagé (2007). Este documento foi elaborado como conclusão da “Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira”, seminário realizado pelo IPHAN/RS e a Prefeitura Municipal de Bagé, onde vários especialistas nacionais debateram o tema. Nos Artigo 2º e 3º deste documento a paisagem cultural foi definida, com fundamentos na Constituição Federal de 1988, como:

Artigo 2 - A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

Artigo 3 - A paisagem cultural é um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos, que pode apresentar todos os bens indicados pela Constituição, sendo o resultado de múltiplas e diferentes formas de apropriação, uso e transformação do homem sobre o meio natural.

Ao mesmo tempo em que deu uma definição para a paisagem cultural, conferindo-lhe uma abrangência de valores não verificada em outras categorias de bem patrimonial, a “Carta de Bagé” indicou a forma de reconhecimento oficial através da “chancela” e propôs procedimentos para sua salvaguarda, inovadores na área da preservação cultural no Brasil, a partir da gestão compartilhada entre as várias instâncias governamentais e as comunidades residentes dos locais reconhecidos:

Artigo 13 - Um conselho local, constituído pelo órgão de patrimônio cultural e por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil, proprietários de terras e populações tradicionais residentes cuidará da paisagem cultural que deverá ser tratada e divulgada como exemplo de respeito à natureza, ao meio ambiente, à cultura, à obra do homem e aos seres humanos, incluindo nossos antepassados e nossos sucessores, induzindo a todos a uma nova postura de respeito e amor onímodo.

O IPHAN, por meio da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, estabeleceu a Chancela de Paisagem Cultural Brasileira. No seu artigo 1º define a Paisagem Cultural Brasileira como:

[...] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo Único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

Importante ressaltar que para esta definição a utilização da expressão “peculiar” e “representativa” substitui a expressão “excepcional valor” utilizada no Decreto-Lei nº 25/37, dando-lhe um caráter mais vernacular, aproximando-o da temática sócio-ambiental proposta por Mário de Andrade no seu anteprojeto de criação do órgão de proteção do patrimônio brasileiro.

Pode-se dizer que a “Carta de Bagé” teve grande influência sobre a Portaria nº 127/09, tanto na definição de paisagem cultural, como na forma de proteção, a partir da chancela e na forma de gestão compartilhada entre poderes públicos e comunidades. A proposta de criação de Planos de Gestão para orientar e acompanhar as ações de preservação de uma paisagem chancelada é a grande inovação feita pela Portaria, pois, comumente as

comunidades são chamadas apenas para conhecer os planos de preservação de sítios tombados, não sendo convidados a participar na sua elaboração. Em comum ainda possuem a não segmentações da paisagem cultural, diferindo do proposto pela UNESCO (1992) e pela Convenção Européia da Paisagem (2000), dando maior liberdade para a seleção dos critérios a serem apontados na triagem das paisagens a receberem a Chancela, assim como a avaliação periódica, tanto da gestão como da paisagem propriamente dita.

Cabe ressaltar que a chancela é um instrumento de proteção diferente do tombamento, pois sobre a paisagem cultural chancelada não está previsto a aplicação de sanções ou restrições administrativas e/ou jurídicas que impeçam sua transformação - fato inerente ao próprio conceito de paisagem. O que garantirá a sua preservação é seu Plano de Gestão, que poderá ser acompanhado das várias formas de proteção disponíveis nas esferas públicas federal, estaduais e municipais, como fica explícito nos artigos 2º e 3º da Portaria 127/2009:

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

Outro avanço em relação ao instrumento do tombamento é a obrigatoriedade da realização de um Pacto de Gestão, com a participação das esferas públicas e comunidades, o que impede que a chancela seja imposta pelo poder público, garantindo a participação da sociedade na definição do que deve ser protegido.

Uma fragilidade que se pode detectar na Portaria é a falta de definição de parâmetros básicos para a elaboração dos Planos de Gestão que, se por um lado dá a liberdade de ajustar os planos às peculiaridades de cada paisagem, por outro pode criar problemas de avaliação por parte do IPHAN que deverá revisar periodicamente a manutenção do título outorgado. Outro problema a que se pode fazer referência é a falta de capacitação dos agentes, tanto das esferas públicas como da sociedade civil, que serão envolvidos na elaboração das propostas de Chancela bem como dos Planos de Gestão.

A Chancela é um instrumento de preservação bastante recente e sua aplicação ainda não pode ser avaliada. A primeira Chancela de Paisagem Cultural Brasileira foi aprovada em 03 de maio de 2011, pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para os núcleos rurais de Testo Alto, em Pomerode, e Rio da Luz, em Jaraguá do Sul, que fazem parte do projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina. Este projeto começou a ser desenvolvido a mais de vinte anos pela Superintendência do Iphan em Santa Catarina, em conjunto com a Fundação Catarinense de Cultura e com os diversos municípios que compõem o roteiro. A parceria entre os agentes públicos que trabalham neste projeto foi pactuada em 2007 no termo de Cooperação que criou oficialmente os Roteiros Nacionais de Imigração.

Como se pôde ver o conceito de paisagem cultural no Brasil está muito ligado ao tema e à Instituição Federal de preservação, que vem fazendo um esforço em difundir e utilizar este conceito. Tem se utilizado do pensamento mundial a respeito do tema, com relação ao seu conceito está mais próximo à Convenção Européia de Paisagem (2000) que as definições estabelecidas pela Unesco (1992). No que tange à forma de proteção parece apresentar-se mais abrangente uma vez que propõe a participação das comunidades na elaboração dos instrumentos de gestão e preservação.

1.3 A PAISAGEM CULTURAL NESTE CONTEXTO

Pode-se notar como o conceito de paisagem foi se modificando com o passar do tempo, partindo de uma abordagem muito restrita e fragmentada, desde a concepção artística até a geográfica, tanto no âmbito acadêmico como no campo prático da preservação. Este conceito é cada vez mais amplo, chegando a uma abordagem abrangente da gestão do patrimônio cultural e do território a partir de sua paisagem. Onde a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço, que identifica uma região e sua população. Onde ela é considerada como um documento que mostra as relações, as transformações que ocorreram ao longo do tempo, um testemunho da história e como um produto da sociedade com sua materialidade e suas representações simbólicas, tanto na sua dimensão funcional como ecológica.

Segundo Schama (1996) a paisagem nasce a partir do olhar do viajante e da tradição construída, da mesma forma que um mosaico constituído de lembranças sobrepostas de

um mundo alterado pela ação humana e com a sua bagagem cultural. É a apreensão, o conhecimento do ambiente e um olhar que constrói representações do real, criando imagens. Pode-se dizer que a relação do homem com o espaço, amplia o poder de contemplação e desenvolve as sensações, tanto as impulsionadas pela memória, como pelas vivências pessoais. Para Heidtmann Junior (2013, p. 49) a paisagem só existe se estiver carregada de um conceito cultural, pois “Paisagem é cultura antes de ser natureza, um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha”.

O termo “paisagem cultural” compreende uma grande diversidade de manifestações entre o homem e seu meio ambiente natural: de monumentos arquitetônicos e centros históricos à espaços naturais, agrícolas, industriais, simbólicos, religiosos, míticos, arqueológicos, geológicos, paleontológicos, pareidólicos, históricos, artísticos, literários, tradições e formas de fazer dentre muitas outras. Isto faz com que, quando se remete a este conceito, se enfrente um grande número de definições e campos de atuação que, ao mesmo tempo, são diversos em seus conteúdos, são complexos e ambíguos. Vários estudos demonstram esta pluralidade, mas, deve-se ter em conta que sua abordagem necessita ser realizada em seu conjunto, ressaltando suas interações, seu caráter integrador de diferentes aspectos, que é onde reside a riqueza deste conceito.

No Brasil é um tema que tem sido, recentemente, muito discutido, mas pouco aplicado. A conservação da paisagem ainda têm se pautado numa concepção tradicional, mas, é nas discussões acadêmicas, nas instituições e com as pessoas envolvidas que o assunto tem ganhado novos rumos, a paisagem cultural aplicada à preservação do patrimônio e ao planejamento territorial tem muitas possibilidades. Este conceito lança novos desafios exigindo para isso, tanto a atuação acordada dos órgãos públicos em níveis nacional, estadual e municipal com das populações locais, assim como de desenvolvimento e revisão dos convencionais instrumentos de proteção e gestão do território.

Esta abordagem de paisagem cultural permite uma valorização das comunidades e seu território, como elemento de identidade, de integração entre patrimônio material e imaterial, cultural e natural no transcurso do tempo que está em permanente construção e mudança, como resultado das diversas interações entre o homem e a natureza, de diferentes práticas culturais em um diálogo entre saberes, fazeres, afetos e símbolos. É nesse sentido que esta tese tratará a paisagem, tentando entendê-la e visualizando-a em

um contexto mais amplo, tanto geográfica como historicamente, utilizando o caso da Região das Missões que possui um processo de ocupação composto de várias contribuições socioculturais e que, no entanto, é evidenciada somente pelo período reducional.

No capítulo seguinte se fará uma leitura das ações de preservação na Região Missioneira demonstrando a conexão existente entre estas ações e a evolução dos conceitos aqui definidos, embora estas tenham sido, praticamente, restritas aos elementos do patrimônio reducional. Também se demonstrará que, apesar dessa evolução, o conceito de paisagem cultural, que está sendo discutido no âmbito do IPHAN para as Missões, ainda não foi colocado em prática.

2 A REGIÃO MISSIONEIRA E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

No Rio Grande do Sul, já em 1921, havia iniciativas quanto a valorização da história e à preservação do patrimônio, com a criação da Seção do Rio Grande do Sul do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGBRS, com apoio de Borges de Medeiros, Presidente do Estado, e de Getúlio Vargas, então deputado estadual (GUTFREIND, 1992). Oficialmente o Rio Grande do Sul teve sua primeira iniciativa na preservação do patrimônio, não a partir de uma lei específica, mas, primeiramente, por meio do Regulamento de Terras da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 1922. Esse Regulamento no seu título X, a respeito da nova norma de terras de 10 de agosto de 1922, no capítulo VII que trata dos “Logares Históricos”, descreve no artigo 24º: “Serão mantidos no domínio público, ou trazidos para este e devidamente conservados, os logares notabilizados por factos assinalados da evolução do Estado”. (SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, 1925)

A segunda forma foi a ação do Estado, de preservação do patrimônio missioneiro com as obras empreendidas, entre 1925 e 1927, nos remanescentes da Igreja de São Miguel Arcanjo, em Santo Ângelo, atual município de São Miguel das Missões (STELLO, 2005). Pode se comprovar este fato com a leitura do relatório da Secretaria de Obras Públicas em 1925:

E, de acordo com despacho presidencial de 2 de Outubro de 1925, em officio desta Directoria, n.º 236, de 30 de Julho, ficou a mesma autorizada a providenciar sobre a guarda e conservação das ruínas do majestoso templo de São Miguel, um dos Sete Povos das Missões, no município de Santo Angelo.

Na região das Missões, mais especificamente nos povoados missioneiros, durante o período reducional (séc. XVII e XVIII) e início do século XIX, várias intervenções de melhorias e de conservação foram empreendidas nas suas edificações, mas sem a visão de preservação de patrimônio cultural. No entanto, apesar destas intervenções, já em meados do século XIX as edificações se encontravam em estado de arruinamento (figuras 10 e 11).



Figura 10: Ruínas de São Miguel Arcanjo (Demersay, 1846 – Mapoteca do Itamaraty)



Figura 11: vista do prtico lateral oeste, 1892. (ANS)

Desde a desocupao definitiva dos povoados das redues, como de São Miguel Arcanjo em 1828 (LEAL, 1984) até a década de 1920 a região ficou praticamente abandonada, sofrendo grande deteriorao (figuras 12 e 13) tanto em funo do desgaste natural dos materiais e dos sistemas construtivos utilizados, como pela ao do homem que retirava estes elementos para utilizá-los em novas construes (CUSTÓDIO, 1994).



Figura 12: Igreja de São Miguel em ruínas antes das intervenções do governo do Estado, anterior a 1925 (APHNM – IPHAN, s/d)



Figura 13: interior da nave central da Igreja de São Miguel antes das intervenções do governo do Estado, anterior a 1925 (APHNM – IPHAN, s/d)

É importante deixar claro que a Região Missioneira só foi alvo de trabalhos de conservação a partir de 1925, quando o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, realizou as primeiras obras nas ruínas da Igreja de São Miguel Arcanjo que teve como responsável técnico o engenheiro João de Abreu Dahne, chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa.

Nesta ocasião foi feita a primeira delimitação da área a ser protegida (figura 14), também foram realizados trabalhos de estabilização na maior parte das estruturas da Igreja. Esta obra, fundamentalmente, consistiu na colocação de trilhos metálicos nas aberturas da fachada principal, pórtico, arcos internos e torre. Esta ação foi de grande importância porque deu condições para frear o processo de arruinamento do monumento. Não se tem informação sobre os conhecimentos específicos de restauração por parte do Engenheiro Dahne, no entanto, as obras empreendidas estão em sintonia com os preceitos estabelecidos pelo Restauo Moderno de Camillo Boito⁴⁵ (1836-1914), quais sejam: os monumentos são considerados documentos da história do homem e deveriam ser preservados os acréscimos, as modificações e as marcas do tempo – a pátina-, se deveria dar preferência às consolidações aos reparos, e os reparos às restaurações; as intervenções contemporâneas deveriam ser diferenciadas dos elementos originais, de forma harmônica e muito bem documentadas.



Figura 14: vista leste da torre após a estabilização e implantação do cercamento [1927 - 1938] (ANS).

Ao mesmo tempo tratou-se de um tipo de intervenção com caráter reversível, o que seria colocado como princípios restaurativo apenas na Carta de Veneza⁴⁶ de 1964 que

⁴⁵ Camillo Boito, aproveitando as teorias de Viollet-le-Duc e Ruskin, formulou uma série de princípios que influenciaram de tal forma os estudiosos e arquitetos restauradores, que no IV Congresso de Engenheiros e Arquitetos Italianos de 1883, fizeram parte de um documento, que por muitos críticos é considerado a primeira carta de restauração, tendo grande importância para a elaboração das cartas subsequentes (KÜHL, 1998; MONTES, 1998; STELLO, 2005).

⁴⁶ A Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, conhecida como a Carta de Veneza, é resultado dos debates realizados durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos realizado em 1964. Tiveram grande atuação, tanto na organização do encontro como na elaboração da carta, os arquitetos Roberto Pane, Cesare Brandi e Pietro Gazzola e o

estabeleceu princípios como: o conceito de monumento é ampliado para os conjuntos de caráter vernacular; os monumentos devem ter utilização a fim de garantir sua manutenção; utilizar técnicas modernas somente quando as técnicas tradicionais não forem adequadas; respeitar os aportes válidos de todas as épocas; a restauração deve ser empregada em último caso, respeitando a estrutura e autenticidade dos materiais, deixando clara a intervenção e deve ser resultado de consenso e não obra de um único arquiteto (STELLO, 2005).

Em 1937 Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do recém-criado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, designou o arquiteto Lucio Costa para realizar uma visita técnica à região dos “Sete Povos das Missões”⁴⁷ e recomendar as providências para sua conservação. Na mesma época ele projetou o Museu das Missões.

Seu relatório⁴⁸ foi de extrema importância e em 1938 foram declarados patrimônio nacional “Os Remanescentes do Antigo Povo de São Miguel” e a “Casa Construída com Material Missioneiro”⁴⁹, (figuras 15 e 16) no entanto, os demais sítios missioneiros - São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau - ficaram sem nenhum tipo de proteção, mas, por outro lado, os critérios de intervenção por ele estipulados servem de base para os trabalhos desenvolvidos pelo IPHAN nos sítios missioneiros do Rio Grande do Sul até os dias de hoje (STELLO, 2005).

Ainda em 1938 tiveram início as obras de consolidação nos remanescente da Igreja de São Miguel⁵⁰. Foi realizada a estabilização das paredes do pórtico e da torre, com a desmontagem e remontagem destas estruturas (figura 17). No corpo da igreja realizou-se a limpeza, fechamento de fendas para impedir a infiltração da água e um sistema de drenagem em toda a extensão da nave. Pode-se dizer que esta obra estava alinhada com

engenheiro civil Roberto di Stefano. Nela foram definidos princípios que norteiam a prática da preservação.

⁴⁷ A partir do relatório feito pelo escritor Augusto Meyer. Augusto Meyer (1902-1970), diretor da Biblioteca Pública do Estado, foi o primeiro representante na 7ª região do SPHAN, que compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cargo que ocupou por poucos meses, pois em 1938 transferiu-se para o Rio de Janeiro para assumir o Instituto Nacional do Livro.

⁴⁸ Relatório de Lucio Costa existente no Arquivo Noronha Santos – IPHAN - RJ

⁴⁹ Casa de Material Missioneiro, em São João, declarada como Patrimônio Nacional: Processo nº 104-T-38, inscrição nº 29 - Livro das Belas Artes, em 20/04/1938. Esta casa foi demolida por volta de 1960, segundo informações obtidas com moradores da região.

⁵⁰ Teve como responsável técnico o arquiteto Lucas Mayerhofer que, a partir dessa experiência e dos estudos realizados na ocasião a respeito da redução de São Miguel arcanjo, em 1947 escreveu o livro “Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões”.

os critérios propostos pelo Restauro Científico de Gustavo Giovannoni⁵¹ (1873 – 1948) que, em linhas gerais, estabelecia diretrizes como: a restauração não deve estar baseada em hipóteses; deve-se realizar intervenções mínimas evitando os trabalhos maciços e extensos; os monumentos de caráter arqueológico devem ser consolidados e conservados, nunca completados. Percebe-se que as diretrizes estabelecidas pelo arquiteto Lucio Costa estavam em plena sintonia com recomendações estabelecidas no Restauro Científico.



Figura 15: Fotografia da casa construída com materiais das ruínas da redução de São João Batista, demolida em na década de 1960 (APHNM – IPHAN, s/d)

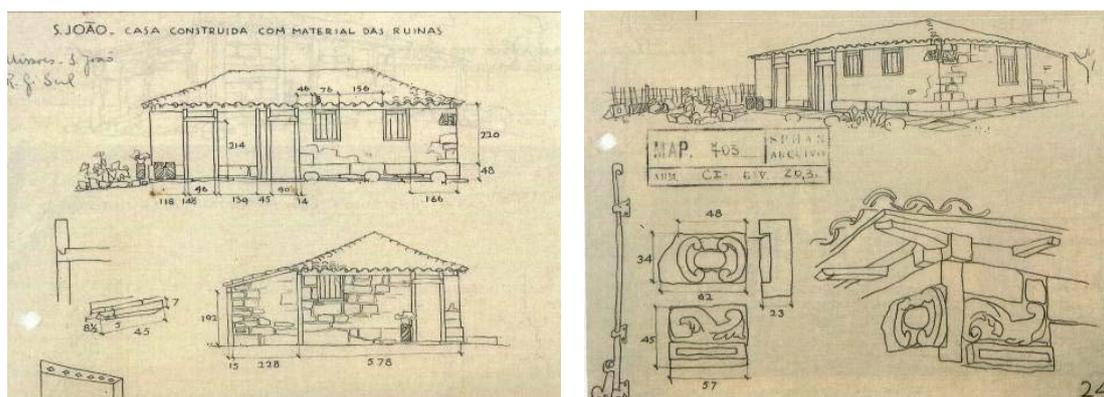


Figura 16: desenhos da casa construída com materiais das ruínas da redução de São João Batista, demolida em 1960 (COSTA, 1997)

⁵¹ O arquiteto italiano Gustavo Giovannoni passou a reelaborar, na década de 1930, a teoria de Camillo Boito, onde confere maior importância aos valores históricos e documentais de um monumento que aos seus valores artísticos e estéticos, configurando dessa forma o que se chamou de **restauro científico**. Sua obra influenciou dentro da Itália - na redação da Carta de Restauro Italiana, de 1932 - e até mesmo fora de seu país - na elaboração da Carta de Atenas, de 1931 (STELLO, 2005).

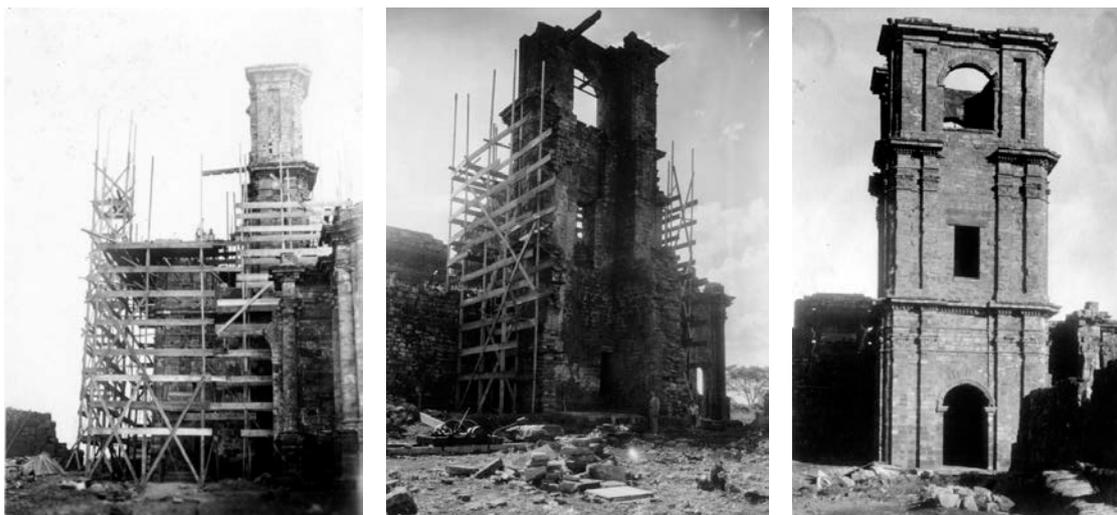


Figura 17: Estabilização da torre, 1938 (ANS)

Nesta época foi construído o prédio do Museu das Missões para abrigar a coleção de imagens sacras missioneiras, de madeira policromada, recolhidas na região pelo zelador João Hugo Machado. Esta edificação é um dos primeiros e mais representativos prédios da arquitetura modernista no Rio Grande do Sul (LUZ, 2000) (figuras 18 a 20). Lucio Costa se inspirou na arquitetura residencial dos Guarani nas reduções para o projeto do Museu das Missões, mas concebido dentro dos preceitos do modernismo, linguagem contemporânea a sua concepção. Esta posição está perfeitamente em acordo com os fundamentos das cartas de Atenas⁵² (1931), de Restauro Italiana⁵³ (1932) e de Atenas⁵⁴ (1933) além das teorias de restauração de Camilo Boito e de Gustavo Giovannoni que preconizam que às novas construções no entorno de monumentos não sejam

⁵² A Carta de Atenas de 1931 foi promulgada como resultado da 1ª Conferência Internacional sobre os Monumentos Históricos, promovida pelo Escritório Internacional dos Museus, da Sociedade das Nações, realizada em Atenas. Propõe como princípios básicos: a manutenção regular e permanente dos monumentos, a reutilização respeitando o caráter histórico e artístico, a valorização e preservação do monumento e seu entorno, a utilização de materiais e técnicas modernas, não alterando o aspecto da obra restaurada.

⁵³ A Carta do Restauro Italiana de 1932, redigida pelo Conselho Superior de Antiguidades e Belas Artes, foi influenciada pelas ideias de Givannoni, com sua teoria do chamado restauro científico. Seu princípio básico era de que a restauração é uma atividade feita de ciência, arte e técnica, propondo: utilizar critérios apoiados nas razões históricas; que é mais importante executar a manutenção e a consolidação que a restauração; a mínima intervenção com utilização de linhas simplificadas, utilizar técnicas modernas e materiais diferentes que os originais; não desconfigurar a edificação por razões de utilização; as novas construções devem utilizar a linguagem contemporânea, mas de forma harmônica com o antigo; realizar escavações arqueológicas com técnica adequada e os achados conservados no próprio local.

⁵⁴ A segunda Carta de Atenas foi elaborada durante o 4º CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que teve lugar em Atenas, no ano de 1933. Este documento estabeleceu os princípios do urbanismo moderno, versando sobre vários temas como a cidade e sua região, a habitação, o lazer, o trabalho, a circulação e o patrimônio histórico. A conservação de edifícios antigos se justifica para obras com valores arquitetônicos e quando não acarretar sacrifício ao crescimento das cidades. Não se deve empregar um estilo antigo sob pretextos estéticos, as novas obras em centros históricos devem utilizar a linguagem do modernismo.

competitivas, que tenham a marca de seu tempo e sejam harmônicas com o entorno pré-existente.

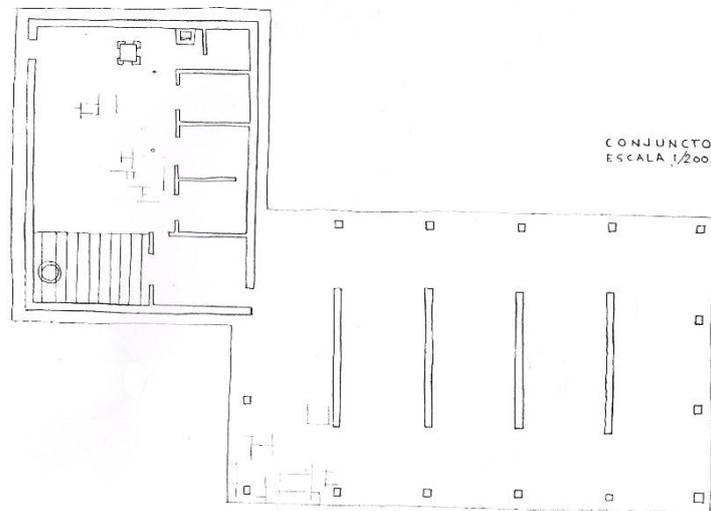


Figura 18: projeto de Lucio Costa para o Museu das Missões (COSTA, 1937 - ANS)

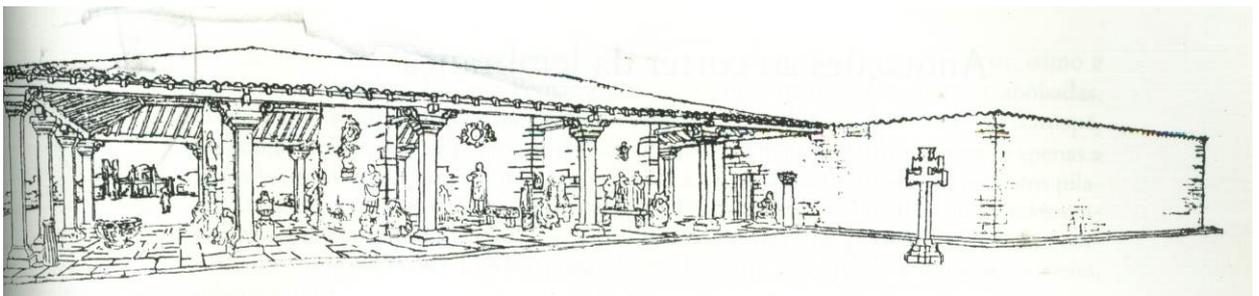


Figura 19: perspectiva do projeto de conjunto Museu com casa do zelador (COSTA, 1997).



Figura 20: construção do Museu e Casa do Zelador (ANS, 1938)

Na década de 50, do século XX, surgiu a primeira legislação do Estado do Rio Grande do Sul, a fazer referência ao tema do patrimônio arquitetônico, o Plano Diretor de Piratini elaborado pelo engenheiro e urbanista Francisco Riopardense de Macedo delimitava a área do centro histórico da cidade⁵⁵, no entanto esse evento ficou restrito à cidade de Piratini. Riopardense de Macedo (1921-2007) teve sua formação em urbanismo em Montevideu, trabalhou na Secretaria de Obras do Estado, foi diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1961, coordenou um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura (FA/UFRGS) que organizou o “Primeiro Seminário para Estudo e Defesa do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul”, encontro com o objetivo de debater o futuro do patrimônio cultural gaúcho⁵⁶ (STELLO, 2005), questionando a visão de que este deveria ser ligado, quase que exclusivamente, a memória farroupilha.

Em 1954 foram iniciadas novas obras de conservação nos remanescente da Igreja de São Miguel⁵⁷. Os trabalhos realizados foram de limpeza do interior da igreja, chegando ao nível dos pisos, recomposição do sistema de drenagem, executado em 1938, e de alguns trechos dos muros. Foi construída e instalada uma sala de exposição do Museu no interior das ruínas da Igreja, com a adaptação de parte da nave lateral do lado do evangelho⁵⁸ (figura 21 e 22) (STELLO, 2005). A solução adotada levou em consideração as recomendações de Lucio Costa no seu relatório de 1937, além de, como no caso da construção do Museu das Missões (1938-40), refletir os princípios básicos das cartas de Atenas (1931), de Restauro Italiana (1932) e de Atenas (1933) assim como das teorias de restauração de Camillo Boito e de Gustavo Giovannoni.

⁵⁵As informações sobre a preservação no estado do Rio Grande do Sul foram obtidas no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE que está organizando uma publicação sobre a instituição a partir de entrevistas realizadas em 2003, pela historiadora Thaís Gomes Fraga com os diretores da instituição.

⁵⁶Participaram da organização deste Seminário o arquiteto Julio de Curtis, o senhor Paulo Pedroso Xavier, diretor do Arquivo Histórico e os senhores Fernando Sampaio e Pedro Leite Villas Boas, representando a Divisão de Cultura.

⁵⁷ Teve como responsável técnico o arquiteto Maurício Dias da Silva.

⁵⁸ A solução arquitetônica e estrutural desta unidade de exposição foi dos arquitetos Maurício Dias da Silva e Victor Noel Saldanha Marinho, optaram por esta solução pois “O aspeto das novas dependências seria o de “simples abrigo”, devendo se incorporar às ruínas sem com elas se confundir ou prejudicar suas características. (Relatório. ANS, pasta São Miguel das Missões – 1937-1980)

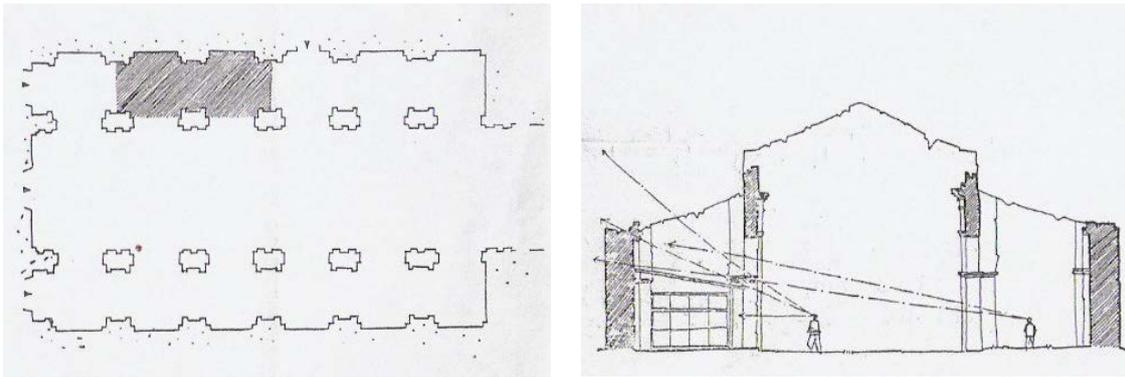


Figura 21: Esquemas para a Sala de Exposição instalada no interior das ruínas da igreja (SILVA e MARINHO, 1954, ANS)



Figura 22: Sala de Exposição instalada no interior das ruínas da igreja (acervo do autor, cartão postal - ColonVist, s/d)

Em finais da década de 1950 foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas⁵⁹ na Região, com intervenções nos sítios urbanos de três das antigas reduções, São Luís Gonzaga, São Borja e São Nicolau. Estes trabalhos tinham como objetivo encontrar os subterrâneos das Missões, sem, contudo, apresentar uma metodologia de preservação arqueológica (BARCELOS, 2000).

Os sítios arqueológicos missioneiros passaram a ter proteção legal a partir de 1961 com a criação da Lei nº 3924, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e protege, indistintamente, todos os sítios arqueológicos nacionais. Nessa época as áreas onde se localizavam os remanescentes reducionais já eram reconhecidas

⁵⁹ A cargo do Padre Luís Gonzaga Jaeger, do Instituto Anchietano de Investigações.

como sítios arqueológicos pela comunidade científica como se pode apreender dos trabalhos de pesquisa ou prospecções arqueológicas realizados por Pedro Ignácio Schmitz, Fernando La Salvia, José Proença Brochado. No entanto este reconhecimento e a promulgação da Lei nº 3924 não garantiram uma proteção efetiva destes sítios arqueológicos que seguiram sendo ocupados por moradias, lavouras e pastagem para animais, assim como não houve reflexos de ações para sua preservação.

Em 1964, foi criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, ligada à Divisão de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, tendo como atribuição inventariar, tomba e conservar os bens culturais do Rio Grande do Sul que, no entanto, não promoveu trabalhos de preservação ou tombamentos na região das Missões. Entre os anos de 1969 e 1972, a pedido da Secretaria de Educação do Estado, Riopardense de Macedo realizou um levantamento regional do acervo do patrimônio histórico e artístico, ampliando a visão do patrimônio cultural gaúcho (STELLO, 2005).

A primeira intervenção com metodologia arqueológica ocorreu entre os anos 1967 e 1969 quando foram realizadas atividades de pesquisa sobre a cerâmica proveniente dos sítios arqueológicos da região noroeste do Estado – São João Batista, São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo. Estes trabalhos foram realizados sob a coordenação do arqueólogo José Proença Brochado com a participação dos arqueólogos Danilo Lazzaroto e Rolf Steinmets (LA SALVIA, 1983).

Novas obras de conservação foram iniciadas no final de 1967 e se estenderam até começos de 1970, se restringindo, ainda, ao sítio de São Miguel. Executou-se um reforço estrutural da fachada principal da Igreja, com a inserção de elementos de concreto armado. Foi realizada a adaptação da antiga sacristia como uma unidade do Museu, construindo-se uma cobertura com o mesmo desenho da abóbada original em alvenaria de tijolos a partir dos fragmentos ainda existentes, desativando-se e demolindo a sala construída na nave da igreja em 1954. Estas obras foram coordenadas pelo arquiteto Luis Saia (1911- 1975), que iniciou sua atuação no IPHAN em 1936, no Departamento de Cultura, a partir de 1938 foi diretor da representação em São Paulo até sua morte em 1975, durante este período executou várias obras de restauração em toda a região sul do Brasil. Ampliou o debate entorno dos critérios de restauração e, juntamente com Renato Soeiro promoveu em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP e o Conselho de Defesa do

Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - Condephaat⁶⁰ o “Curso de Especialização em Conservação de Monumentos e Conjuntos Históricos” - CECRE⁶¹ de 1974 (MORI, 2011). O CECRE se firmou como um dos mais importantes cursos de especialização na área na América Latina até a década de 1990, e que formou um grande número de profissionais que hoje trabalham com a preservação do patrimônio edificado no Brasil e países da América Latina.

Em 1970 ampliou-se a proteção do patrimônio cultural missioneiro, quando foram tombados os Sítios Arqueológicos de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau⁶², além de uma coleção de treze peças da imaginária missioneira que se encontra na igreja matriz da cidade de São Luiz Gonzaga⁶³.

Nesta mesma década, foram feitos os levantamentos topográficos e arquitetônicos dos Sítios Arqueológicos principais: São Nicolau, São João Batista, São Miguel Arcanjo e São Lourenço Mártir⁶⁴. Também foram realizados vários poços de sondagem nos diferentes sítios com a intenção de estabelecer o perímetro de abrangência e o nível das construções, a fim de delimitar as áreas de alcance dos remanescentes e a poligonal de proteção. Posteriormente foram executadas as escavações em toda a área da igreja e da casa dos padres em São Miguel, deixando aparentes os pisos originais, melhorando a

⁶⁰O Condephaat é um órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, criado pela Lei Estadual nº 10.247 de 22 de outubro de 1968.

⁶¹O Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos - CECRE- foi itinerante até a sua terceira edição, ocorrendo em São Paulo, Recife e Salvador, onde se fixou a partir de 1981 como uma atividade regular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, oferecido bianualmente, contando com o apoio do IPHAN e da UNESCO. Desde 2009 passou a ser Mestrado Profissional.

⁶²Ruínas do Povo de São Nicolau e respectivos remanescentes, onde se encontrarem; Nome atribuído Povo de São Nicolau: ruínas e remanescentes. Nº Processo 0813-T-69, Livro Histórico, Nº inscr.: 424-A; Vol. 1; F. 069; Data: 22/01/1970.

Ruínas do Povo de São Lourenço e respectivos remanescentes onde se encontraram; Nome atribuído Povo de São Lourenço das Missões: ruínas e remanescentes do povoado. Nº Processo 0813-T-69, Livro Histórico, Nº inscr.: 426-A; Vol. 1; F. 069; Data: 18/03/1970.

Ruínas do Povo de São João e respectivos remanescentes; Nome atribuído Povo de São João: ruínas e remanescentes do Povoado. Nº Processo 0813-T-69, Livro Histórico, Nº inscr.: 423-A; Vol. 1; F. 069; Data: 22/01/1970.

⁶³Inscrição Dez (10) Imagens Missioneiras, de Madeira, na Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga; Nome atribuído Imagens Missioneiras, 13. Nº Processo 1076-T-83, Livro Belas Artes Nº inscr.: 557; Vol. 2; F. 005; Data: 20/02/1984, Livro Histórico, Nº inscr.: 491; Vol. 1; F. 086; Data: 20/02/1984. OBS. Apesar de a inscrição registrar 10 imagens, o processo lista 13 imagens, a saber: Santo Antônio de Pádua, Santa Barbara, Nossa Senhora da Conceição, Cristo Crucificado, Nossa Senhora das Dores, duas imagens de Santo Isidro, São Francisco de Assis, São João Batista Menino, São Luiz Gonzaga, Senhor Morto, Senhor dos Passos e Santa Teresa de Ávila.

⁶⁴ Em 1974, um grupo da Universidade de São Paulo, formado pelos acadêmicos de arquitetura Odair Carlos de Almeida, Luis Saia Neto, Julio Abe e Antônio Luiz Dias de Andrade, coordenados pelo arquiteto Luis Saia, realizou um levantamento arquitetônico dos remanescentes missioneiros de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo.

visualização destes espaços, bem como de seus alpendrados e de algumas casas de índios, no entanto não foi realizado nenhum trabalho de conservação destes remanescentes (STELLO, 2005). Embora estivessem presentes outras áreas do conhecimento nestas ações, elas foram utilizadas como acessórios para o que era considerado o elemento principal, as ruínas da Igreja de São Miguel, não ocorrendo a inserção dessa prática aos trabalhos de preservação que serão realizados no local, pelo menos até o final do século XX, quando outros campos científicos começam a ser incorporados nas ações de conservação do patrimônio missioneiro, como será visto mais adiante.

Ainda neste período a área protegida do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo foi ampliada, passando de 4 para 20 hectares, fato decisivo para a conservação futura do sítio. O cemitério, que ainda era utilizado pela comunidade, foi desativado e seus enterramentos retirados, distanciando, ainda mais do monumento, a população que crescia ao redor do sítio arqueológico. Segundo Bauer (2006, p. 124-125)

O descontentamento em relação à remoção dos entes queridos somava-se ao término inevitável de diversos ritos, como a vinda de um rezador que, de tempos em tempos, congregava familiares dos falecidos em cerimônias no cemitério da ruína.

Em 1978 foram elaboradas as “Diretrizes para Desenvolvimento Físico da vila de São Miguel das Missões”, a partir de convênio entre o SPHAN, o Município de Santo Ângelo e a Secretaria do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, através da Companhia Estadual de desenvolvimento Regional e Obras - CEDRO. Este plano, que foi coordenado pelo arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio⁶⁵, da CEDRO, definiu áreas de proteção rigorosa, diretrizes para a expansão urbana e áreas para atividades de apoio ao turismo cultural, a partir das recomendações estabelecidas pelo SPHAN, que tinha como propósito principal a manutenção da ambiência do sítio arqueológico, preservando as visuais do seu entorno limitando a altura das edificações e a ocupação excessiva da área.

⁶⁵ O arquiteto Luiz Antônio Bolcato Custódio é graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1977. Durante sua gestão frente a representação do IPHAN no Rio Grande do Sul (1987 a 1996) promoveu a ampliação da abrangência da representatividade do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, com o tombamento de 47 edificações representantes da imigração italiana, em Antônio Prado. Deu impulso ao intercâmbio técnico entre os países do MERCOSUL a fim de debater os critérios e técnicas de preservação do patrimônio jesuítico-guarani. Foi diretor do Departamento de Promoção do IPHAN de 1996 a 1999. Promoveu várias ações para a difusão e preservação do patrimônio reducional e tem realizado importantes estudos sobre as Reduções.

Reforçando a diretriz definida nos Encontros de Governadores⁶⁶ em Brasília, em 1970, e Salvador, em 1971, foi criado e efetivamente instalado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, órgão vinculado à Secretaria da Cultura tendo como atribuição a preservação do patrimônio cultural do Rio Grande do Sul a partir da Lei Estadual nº 783 de 1979, contudo sem repercussão imediata na preservação do patrimônio da Região Missioneira.

Nesta mesma época, por iniciativa do Governo do Estado de Rio Grande do Sul e da então Fundação Nacional Pró-Memória - SPHAN, hoje IPHAN, foi encaminhado um projeto de arqueologia que atendesse aos interesses do Estado e salvaguardasse uma porção maior do legado cultural do período missioneiro no Rio Grande do Sul. Este projeto consistiu em (LA SALVIA, 1983, p. 214):

Redefinir os sítios urbanos e de exploração econômica dos povos missioneiros com o estudo dos remanescentes, salvaguardando o material arqueológico, histórico e arquitetônico possibilitando sua utilização como elemento de informação turística e de formação cultural.

Em 1980, com a cooperação do Governo do Estado foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas sistemáticas na região das missões, nos remanescentes de São Nicolau⁶⁷. Este trabalho permitiu ampliar a visão a respeito do patrimônio missioneiro, a partir da descoberta de objetos de uso tradicional na cultura guarani, objetos relacionados com o cotidiano reducional além de elementos construtivos como pisos cerâmicos de diferentes tipos (figura 23). Todavia a falta de análise dos materiais escavados e de divulgação dos resultados junto à comunidade, assim como a falta de uma ação de conservação dos remanescentes, não contribuiu efetivamente no entendimento daquele legado cultural nem de sua proteção.

No entanto, a conservação dos sítios missioneiros ainda se dava de uma forma esporádica, com algumas visitas técnicas ou obras de caráter emergencial e temporário, sem continuidade e sem uma visão de sistema integrado. No início da década de 1980 a UNESCO, a pedido da SPHAN/FNPM, enviou o engenheiro italiano Roberto di Stefano (1926 – 2005), especialista em restauração arquitetônica, professor da Universidade de

⁶⁶ Encontros onde debateu-se a questão do patrimônio histórico e as políticas de preservação que deixaram de ser atribuição, praticamente exclusiva, da União passando a ser, efetivamente, responsabilidade também dos estados e municípios, embora nas Constituições Brasileiras de 1934, 1947 e 1967 já estivesse contemplado este compartilhamento.

⁶⁷ Trabalho executado pelo arqueólogo Fernando La Salvia, da Subsecretaria de Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Nápoles a fim de prestar consultoria⁶⁸ para os trabalhos de consolidação a serem executados às ruínas da Igreja de São Miguel. Roberto di Stefano foi um dos organizadores do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos realizado em 1964, quando foi redigida a Carta de Veneza, em 1972 fundou a *Rivista Restauro – “Quaderni di Restauro dei Monumenti e Urbanistica dei Centri Antichi”* – importante publicação sobre o tema da restauração que dirigiu até o ano de sua morte. Foi assistente e amigo de Roberto Panne (1897-1987), um dos principais expoentes da escola do Restauro Crítico⁶⁹, juntamente com Cesare Brandi (1906 – 1988) e Renato Bonelli (1911-2004), que coloca que o monumento deve ser tratado como uma obra de arte onde somente a matéria pode ser restaurada e que o restaurador, a partir de uma análise crítica das instâncias histórica e estética, poderá fazer suas escolhas e definir a forma de atuação, sem cometer uma falsificação artística ou histórica.



Figura 23: Pisos encontrados nas escavações arqueológicas nas ruínas da Igreja de São Nicolau, 1980 (APHNM– IPHAN)

Em suas visitas técnicas ao sítio de São Miguel, reuniu-se com o arquiteto Julio Nicolau Barros de Curtis, diretor da representação do SPHAN no Rio Grande do Sul, o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2011)⁷⁰, diretor de Conservação e Restauração do

⁶⁸ Foram três visitas técnicas a São Miguel: a primeira entre 4 e 6 de agosto de 1980, quando elaborou as recomendações para iniciar os estudos sobre o monumento; a segunda entre 15 e 16 de novembro de 1980, quando elaborou o termo de referência para os trabalhos de consolidação e terceira entre 26 e 27 de abril de 1981 a fim de estudar o levantamento completo e fazer o planejamento completo das ações.

⁶⁹ O denominado Restauro Crítico foi sistematizado por Cesare Brandi na publicação *Teoria del restauro*, organizada a partir das aulas de restauração dadas por ele no *Istituto Centrale del Restauro* entre 1939 e 1960 que foi publicado em Roma em 1963.

⁷⁰ O arquiteto Silva Telles foi professor adjunto da FAU/UFRJ (1952-1982), Diretor de Conservação e Restauração do IPHAN (1957-1988), delegado brasileiro no Comitê Patrimônio Mundial - UNESCO, 1982/1989, Secretário do IPHAN / Presidente da FNPM (1988-1989) e membro do Conselho Consultivo do IPHAN, 1994/2002. Como técnico do IPHAN foi responsável por vários estudos e ações para a

IPHAN e com o *designer* Aloísio Magalhães, presidente da Fundação Nacional Pró-memória (figura 24).



Figura 24: Augusto da Silva Teles, Aloísio Magalhães, Julio Curtis e Roberto di Stefano, reunidos em frente às ruínas da Igreja de São Miguel, 1980. (APHNM– IPHAN)

O *designer* Aloísio Magalhães (1927-1982) foi diretor-fundador do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC⁷¹ de 1975 a 1979, quando foi incorporado ao novo sistema integrado Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional pró-Memória - SPHAN/FNPM, do qual foi o primeiro presidente (1979 a 1982). Para Aloísio o patrimônio cultural de uma nação não abrange apenas edifícios e monumentos, mas também o conhecimento por ela produzido, retomando o enfoque amplo e diversificado proposto pelo anteprojeto de Mário de Andrade. E esse era sua concepção para o órgão de preservação do patrimônio⁷² (CAMPELLO, 1994). Foi por

preservação do patrimônio nacional e influenciou na formação de muitos profissionais do IPHAN. Durante o período que atuou como representante do Brasil junto a UNESCO defendeu a candidatura de São Miguel como Patrimônio da Humanidade.

⁷¹ Segundo Fonseca (2005, p. 144-145) o CNRC tem uma finalidade diferente do SPHAN, pois “Tratava-se não de eleger símbolos da nação nem de conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim de buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais”, e para isso “Os projetos desenvolvidos no CNRC punham entre parênteses modelos de interpretação já prontos, inclusive os quadros conceituais das diferentes disciplinas, e procuravam, através de uma perspectiva interdisciplinar, apreender a dinâmica específica de cada processo cultural estudado, formulando, a *posteriori*, tipologias e modelos”.

⁷² Segundo Campello (1994, p. 11-12): Não mais se queria privilegiar a identificação e preservação dos refinados produtos históricos e artísticos, paradigmáticos de nossa formação nacional, mas, sobretudo, queria-se voltar para as questões da memória e da identidade brasileiras, em suas elaborações tanto eruditas como populares. O projeto de Aloísio, que, em decorrência de sua morte prematura, não chegou a se completar, visava introduzir, ao lado do saber especializado dos técnicos do patrimônio, esta

iniciativa de Aloísio Magalhães que tiveram início as tratativas para indicar⁷³ ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, os remanescentes de São Miguel como Patrimônio da Humanidade⁷⁴

O arquiteto Julio Nicolau Barros de Curtis graduou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1955. No seu retorno ao Rio Grande do Sul em 1956, realizou trabalhos para o IPHAN junto às obras na Matriz de Viamão. Foi professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (1958 a 1991) onde, em 1977, idealizou o Gabinete de Estudos e Documentação da Arquitetura Brasileira - GEDAB. Arquiteto do extinto Departamento Nacional de Estradas de Ferro entre 1969 e 1975, foi cedido ao IPHAN entre 1969 e 1975. Entre 1975 e 1977 trabalhou na RFFSA, retornando ao IPHAN como diretor regional de 1978 até 1987, quando passou a ser Técnico Consultor da regional até sua aposentadoria. Curtis teve larga trajetória no estudo da arquitetura gaúcha e na preservação do patrimônio edificado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Foi um importante difusor do patrimônio cultural por meio de suas aulas de arquitetura brasileira e dos vários artigos escritos para publicações especializadas, mas, principalmente, no jornal Correio do Povo, que alcançava uma parte da população não especializada.

Naquela reunião em São Miguel das Missões, foi elaborado um termo de referência com as recomendações técnicas dos trabalhos de consolidação que deveriam ser retomados. A partir da leitura deste termo percebe-se que suas recomendações estavam em clara sintonia com a teoria do Restauro Crítico tratando o monumento em questão como uma ruína e, a partir disso, propor ações de consolidação e não de reconstrução⁷⁵. Este posicionamento vai ao encontro do proposto por Lucio Costa no seu relatório de 1937,

conscientização mais ampla do processo cultural e da valorização de nosso modo de ser, vislumbrada por Mário.

⁷³ Memorando de Aloísio Magalhães para Eduardo Portela, ministro do MEC, 4 de abril de 1979.

⁷⁴ Segundo notícia publicada no Boletim do SPHAN nº 15, de 1981, página 9 a UNESCO já havia expressado a importância dos remanescentes das Reduções do Cone Sul “Em sua 20ª reunião, realizada em 1978, a própria Conferência Geral da UNESCO incluiu as Missões Jesuíticas entre os conjuntos que devem ser preservados ‘pela importância que têm para a história e a civilização de toda a humanidade’”.

⁷⁵ Tendo se reconhecido tal conceito, o monumento deve ser analisado a partir da instância histórica e então elaborar os preceitos básicos para o projeto (BRANDI, 1999, p. 37): “A legitimidade da conservação das ruínas radica, pois, no juízo histórico que se lhes outorga como testemunho mutilado, mas ainda reconhecível, de uma obra ou feito humano”. Não se deve, no entanto, esquecer da instância estética, da qual a ruína, sem dúvida alguma, também está revestida (BRANDI, 1999, p. 46): “[...] não podemos senão insistir com tudo isto no conceito de que, também desde a instância estética, a ruína deve ser tratada como relíquia, e a intervenção que se leve a cabo deve ser de conservação e não de reintegração”.

43 anos antes: “Com efeito, não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes; os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar” (COSTA, 1937, p. 3). O avanço aqui está no desenvolvimento de novos sistemas de consolidação, diferentemente do que foi realizado nas obras de 1938-40 quando as estruturas desaprumadas foram desmontadas e remontadas, o proposto foi a consolidação das estruturas sem ter que recorrer àquele método.

A partir destas recomendações foi executado, sob a coordenação do arquiteto Fernando Machado Leal, um levantamento gráfico detalhado da igreja pelos arquitetos Odair Carlos de Almeida (1949-1992) e Luiz Antônio Custódio, bem como vários estudos históricos, análises dos materiais e das características construtivas. Após o detalhado estudo do monumento, das suas patologias e causas foi montada uma equipe local de obras, sendo seus componentes capacitados para trabalhar na consolidação de estruturas de pedra⁷⁶.

Outra recomendação do termo de referência era a propósito da ampliação de atuação na preservação do patrimônio missioneiro recomendando a execução de um plano geral de conservação e valorização de todos os remanescentes das antigas reduções relacionando-o com os planejamentos municipais e estadual. Esta recomendação garantiria um importante avanço na forma de tratar o patrimônio missioneiro, vendo-o não como monumentos isolados, mas como um sistema, assim como a inserção da preservação do patrimônio no planejamento regional, no entanto, ela não foi levada adiante.

Com a declaração de São Miguel como Patrimônio da Humanidade em 1983⁷⁷, pela UNESCO, foi assegurado ao monumento, mas não à Região Missioneira, condições de apoio e preservação privilegiadas no contexto nacional. Apesar de a UNESCO ressaltar a importância de sistema inscrevendo como Patrimônio da Humanidade um conjunto de remanescentes - São Miguel, no Brasil, e Santo Inácio, Loreto, Santa Maria e Santa Ana, na Argentina - as instituições responsáveis pela sua preservação seguiram trabalhando isoladamente cada sítio, não levando em consideração o contexto espacial amplo em que se davam as interações entre cada uma das reduções.

⁷⁶ A orientação foi do mestre de obras Agostinho Silva, de 1981 a 1988, que havia trabalhado na consolidação das ruínas do Castelo da Torre de Garcia D’Avila, na Praia do Forte (BA).

⁷⁷ Nesta ação, participaram os arquitetos Silva Telles e Julio Curtis (IPHAN) e o Secretário Nacional de Cultura, Aloísio Magalhães. Na ocasião o arquiteto Silva Telles era delegado brasileiro no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Além da reconhecida importância, foi fundamental para a declaração, a trajetória de preservação e o plano de ordenamento urbano de 1978.

Desde então, os trabalhos de conservação adquiriram caráter permanente, com base técnico-conceitual no Restauro Crítico, e se mantiveram apesar das mudanças políticas e administrativas que incidiram sobre a atuação dos organismos de preservação. Até 1986, a coordenação geral continuava sob a supervisão do IPHAN Rio de Janeiro⁷⁸ e, sempre que necessário, envolvendo técnicos do Instituto ou especialistas convidados⁷⁹.

Neste período se consolidaram as alvenarias de pedras e tijolos das paredes da igreja. Os arcos internos recuperaram sua função estrutural, podendo-se retirar alguns dos trilhos introduzidos nas obras de 1925 (figura 25).



Figura 25: em primeiro plano se vê o arco original em pedra com parede de tijolos sobre ele, em segundo plano arco refeito em tijolos (foto do autor, 1991)

A torre passou por novo processo de estabilização com costuras metálicas e com a da consolidação dos seus alicerces. Na época estes trabalhos foram de grande importância e serviram de exemplo de metodologia para a prática da conservação de monumentos em todo o país, conforme pode ser comprovado pela notícia publicada no Boletim do SPHAN, nº 17 de 1987, p.2:.

⁷⁸ A partir do Departamento de Tombamento e Conservação, coordenado pelo arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles. A direção de obras, até 1987, foi do arquiteto Fernando Machado Leal. As obras tiveram como responsáveis técnicos os arquitetos Ana Lúcia Meira (1981), Odair Carlos de Almeida (1981-1986) e Maturino Salvador Santos da Luz (1986-1987).

⁷⁹ Arquiteto Roberto Lacerda para critérios de intervenção; engenheiro Raimundo Oliva para exames estáticos e engenheira Sílvia Puccioni para estruturas.

O encontro de São Miguel das Missões teve por objetivo estudar o mais completo e detalhado levantamento científico jamais realizado de um monumento histórico no país e que consumiu Cr\$ 16 milhões e um ano e meio de trabalho, para apontar o estado atual das ruínas de São Miguel e fornecer os dados necessários para o planejamento de sua conservação.

Em 1985 teve início o projeto “Arqueologia Histórica Missioneira”⁸⁰ realizado por meio de um acordo de cooperação técnica entre o SPHAN, a Universidade Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS, a Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul – PUCRS, a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC e a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI. Este projeto teve como principais objetivos, a integração das instituições de pesquisa e a preservação do patrimônio histórico e arqueológico missioneiro; a ampliação dos temas abordados; a realização de várias intervenções nos sítios arqueológicos e a formação de pessoal especializado em arqueologia histórica e pré-histórica, por meio da realização dos Sítios–Escolas. A maior parte dos trabalhos foram desenvolvidos nos locais das antigas reduções de São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luís Gonzaga e Santo Ângelo Custódio, para os quais foram realizados projetos específicos. As pesquisas arqueológicas realizadas tiveram como principais resultados a formação de pessoal especializado e um grande número de trabalhos acadêmicos contribuindo enormemente para a ampliação dos conhecimentos sobre as reduções. Contudo a consequência prática para a preservação dos sítios arqueológicos, assim como para as comunidades existentes nos seus entornos, foi pequena, pois os resultados obtidos não foram socializados. A experiência do Sítio-Escola Internacional⁸¹ executado dentro deste projeto em 1992, em São Miguel, colocou em prática a realização da pesquisa de campo associada à discussão teórica, entretanto este foi um evento isolado que não teve os desdobramentos esperados em relação à salvaguarda deste patrimônio.

Do ponto de vista da divulgação e promoção do patrimônio reducional pode-se citar o projeto “Missões 300 Anos”, uma parceria entre o IPHAN/RS e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, realizado no ano de 1987. Este projeto desenvolveu diversas ações como exposições, peças teatrais, espetáculos de música, seminários e criação de obras de arte, envolvendo as comunidades das cidades onde estão os vestígios

⁸⁰ O trabalho foi coordenado pelos professores arqueólogos Arno Alvarez Kern da PUCRS e Pedro Augusto Mentz Ribeiro da UNISC.

⁸¹ Coordenado pelo professor arqueólogo Arno Alvarez Kern, da PUCRS, com o apoio do IPHAN.

arquitetônicos das reduções, ao mesmo tempo que difundiu o patrimônio cultural das antigas reduções contribuiu para o conhecimento da região por parte do IPHAN.

Durante este período vários encontros internacionais sobre a preservação do patrimônio cultural foram realizados em diversos países da Europa e Américas. A partir das discussões e de trabalhos apresentados sobre o tema foram escritos documentos de referência⁸² reconhecidos internacionalmente, sobre os conceitos, as normas e os procedimentos sobre a preservação de bens culturais.

O Brasil acompanhou a evolução conceitual do termo patrimônio e esta evolução ficou expressa na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 2004), quando definiu que o Patrimônio Cultural é composto pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

- a) as formas de expressão;
- b) os modos de criar, fazer e viver;
- c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A partir de 1987, os trabalhos passaram a ser responsabilidade da Diretoria Regional do SPHAN⁸³, com sede em Porto Alegre. Além dos trabalhos que já vinham sendo realizados em São Miguel, foram iniciados os trabalhos de consolidação das ruínas da igreja de São Nicolau⁸⁴ (figura 26), quando também foi montada uma exposição com o material arqueológico escavado em 1980, devolvendo, finalmente, parte do acervo e do conhecimento adquirido naquelas escavações.

⁸² Estes documentos são conhecidos como Cartas patrimoniais e a partir de sua leitura pode-se ter uma noção da evolução do conceito dado ao patrimônio, ultrapassando o de monumento histórico.

⁸³ A Direção Regional passou a ser coordenada por: Luiz Antônio Bolcato Custódio – de 1987 a 1996, Luiz Fernando Rhoden – de 1996 a 2000, Débora R. M. da Costa – de 2000 a 2003 e Ana L. G. Meira - a partir de 2003. As obras tiveram como responsáveis técnicos os arquitetos: Maturino Salvador Santos da Luz – de 1987 a 1988, Vladimir Stello – de 1987 a 2009, Débora Magalhães da Costa – de 1988 a 1989, Maria Matilde Villegas J. – de 2002 a 2006, Cândice Ballester – de 2007 a 2011 e Sandra Petry - a partir de 2011.

⁸⁴ As obras tiveram como responsáveis técnicos os arquitetos Luiz Fernando Rhoden - 1987 e Vladimir Fernando Stello – de 1988 a 1989.



Figura 26: Vista da parede lateral oeste das ruínas da igreja de São Nicolau após a consolidação executada em 1988-89 (foto do autor, 2001)

Até 1989 a estrutura do SPHAN nas Missões estava restrita a um escritório para coordenar as obras de consolidação dos remanescentes de São Miguel que, esporadicamente realizava ações de conservação nos sítios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau, propriedades da União. Nessa ocasião foi criado o Escritório Técnico⁸⁵ para a região das Missões, permitindo uma melhor gestão deste Patrimônio, ampliando sua competência de ação para os outros sítios missioneiros. Inicialmente se deu continuidade aos trabalhos de consolidação no Sítio de São Miguel Arcaño e São Nicolau, principalmente das estruturas arruinadas das igrejas, e à proteção física e organização de estruturas de recepção para os sítios de São João Batista e São Lourenço Mártir. A partir da década de 1990 houve uma mudança na maneira de pensar e tratar este patrimônio com a inclusão de outras áreas do conhecimento e de atuação em um panorama mais amplo do conceito de preservação, criando uma equipe multidisciplinar. Iniciou-se o intercâmbio sistemático com as equipes técnicas da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e da Bolívia, buscando ações conjuntas e unificação de critérios em relação às estruturas missioneiras, patrimônio comum a estes países. A partir do Sítio de São Miguel, atividades de pesquisa, conservação e difusão se expandiram pelos demais sítios missioneiros da Região. Nesse momento se começa a notar uma modificação na forma de entender o patrimônio

⁸⁵ Até então existia um escritório para as obras de São Miguel que, esporadicamente, realizava ações de conservação nos outros sítios arqueológicos missioneiros. Foram chefes do Escritório Técnico: Vladimir Fernando Stello – de 1989 a 1990, M^a Matilde Villegas J. - de 2002 a 2006, Vladimir Fernando Stello – de 2006 a 2009, Cândice Ballester – de 2009 a 2011 e Sandra Petry - a partir de 2011.

cultural missionário, passando para uma visão ampliada de contexto, mas ainda restrita ao período reducional.

Com a reforma administrativa empreendida pelo governo federal, em 1990, o trabalho de preservação nas missões sofreu graves conseqüências com a extinção do Escritório Técnico do IPHAN e a demissão de todos seus técnicos e operários. Houve uma reação da comunidade regional e estadual que, baseada na Constituição Federal de 1988, entrou com uma ação legal como instrumento de defesa do patrimônio, que determinou ao governo federal a reintegração da equipe técnica e dos operários que trabalhavam nos sítios arqueológicos missionários. Isso demonstra uma mudança na maneira da comunidade ver aquele patrimônio, que era considerado um obstáculo, em função das limitações que eram impostas, pelo IPHAN, a fim de preservar o sítio arqueológico e sua ambiência.

O Museu das Missões teve sua primeira direção⁸⁶ designada em 1991. Nesse momento foi realizado o inventário da imaginária missionária existente no Estado⁸⁷. Esta pesquisa permitiu a multiplicação do número de peças conhecidas e foram registradas cerca de 500 itens em coleções públicas e privadas, em áreas urbanas e rurais.

Neste mesmo período tiveram início dois projetos de pesquisa e valorização utilizando tecnologia computacional: a Reconstituição Informatizada da Redução de São Miguel⁸⁸ e a de Informatização do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo⁸⁹, estes trabalhos permitiram o acesso ao conhecimento científico produzido sobre as reduções e seu patrimônio cultural a partir de um site e como educação patrimonial disponibilizando quiosques interativos para os visitantes do Sítio. Estes serviços foram desativados em 2005, deixando uma lacuna na divulgação da história das Missões, bem como interrompendo um trabalho de pesquisa de grande importância.

No âmbito estadual houve os primeiros tombamentos na região das missões, mas não do patrimônio da época reducional. Foram declarados patrimônio estadual as casas dos ex-

⁸⁶ Foram diretores: Maria Inês Coutinho (1991-1993), Luís Cláudio da Silva (1993-1999) Gladis Pippi (2000-2003), Vladimir Fernando Stello (2003-2004), Letícia Bauer (2004-2006) e Ariston Correa Filho (a partir de 2007).

⁸⁷ O trabalho foi coordenado pelas museólogas Mabel Leal Vieira e Maria Inês Coutinho, apoiado pela Comissão Missões e com patrocínio da Fundação Vitae

⁸⁸ Trabalho realizado entre 1991 e 1995 em AUTO-CAD desenvolvido pelo IPHAN em conjunto com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, sob responsabilidade de Isabel Rocha e Vladimir Fernando Stello. Produtos: CD-ROM e vídeo.

⁸⁹ Trabalho realizado entre 1993 e 1997 com apoio da IBM-Brasil, com capacitação de pessoal, instalação de laboratório de informática, produção de bases de dados, CD-ROM, programas multimídia e site na Internet.

presidentes da República Getúlio Vargas, atual Museu Getulio Vargas⁹⁰, e João Goulart⁹¹ no ano de 1994.

Seguindo essa linha de atualização do conceito de patrimônio cultural, a partir de 1991 o conceito de preservação do patrimônio missioneiro foi ampliado, passando a trabalhar em outras áreas. Em São Miguel as ações de preservação se estenderam para as estruturas secundárias como o colégio e as oficinas e no ano de 1993 se realizou um trabalho conjunto de consolidação e escavação arqueológica na Fonte Missioneira (figura 27), um dos locais de abastecimento de água do antigo povoado de São Miguel. O sitio composto de nascentes, vestígios arqueológicos e arquitetônicos, foi trabalhado por uma equipe de arquitetos e arqueólogos.

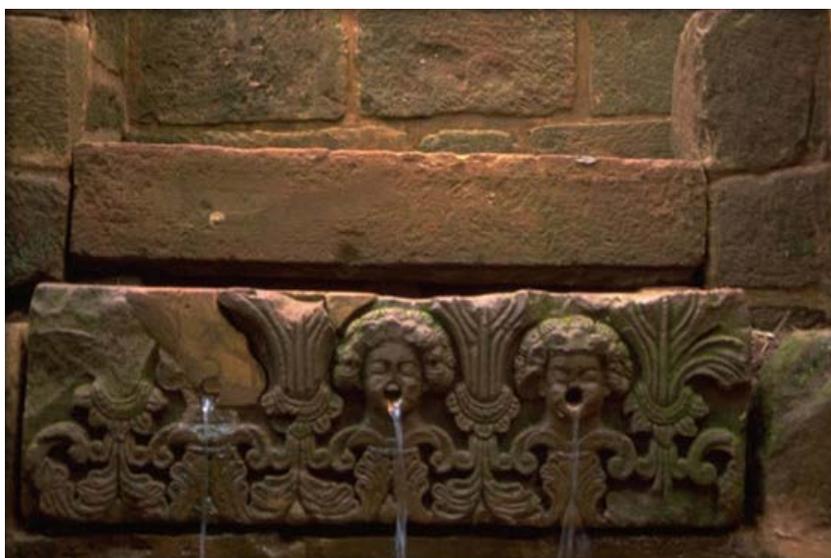


Figura 27: Bacia da Fonte Missioneira após a sua restauração em 1992 (foto do autor, 1992)

Em 1995, culminando com um trabalho de mais de dez anos realizado pelo IPHAN/RS, a área protegida do Sítio de São Miguel Arcanjo foi novamente ampliada sendo desocupada a partir da transferência de várias edificações que se encontravam sobre o sitio arqueológico, por meio de uma ação concertada entre várias instâncias administrativas e a comunidade. Entre estas edificações, estava a escola da cidade, o clube social, um posto policial e nove casas. O Governo Estadual transferiu os serviços públicos para outras áreas e as propriedades privadas foram indenizadas pelo Governo

⁹⁰ Processo de tombamento nº 1706-1100-SEDAC/93.0, Número de inscrição do Livro Tombo: 74 - Livro Tombo Histórico, Data de inscrição: 16/08/1994.

⁹¹ Processo de tombamento nº 1705-1100-SEDAC/93.7, Número de inscrição do Livro Tombo: 75 - Livro Tombo Histórico, Data de inscrição: 16/08/1994.

Federal em parceria com a Municipalidade de São Miguel das Missões. Realizou-se um plano de diretrizes específico para o entorno imediato a fim de preservar sua ambiência. Esta ação, justificada técnica e conceitualmente, que causou uma grande transformação no cenário urbano de São Miguel das Missões, além de preservar parte dos vestígios arqueológicos da antiga redução e possibilitar uma boa leitura do núcleo principal da redução, propiciaria a inserção adequada do Centro de Documentação e Pesquisas, projeto do IPHAN/RS, na época. Na mesma ocasião também foram transferidas as quatro edificações que estavam construídas sobre a área protegida do sítio arqueológico de São João Batista, em convênio entre o IPHAN e o Município de Entre-Ijuís. Estas ações deram condições para uma proteção mais efetiva destes sítios arqueológicos, bem como ajudaram a ambiência e a leitura do espaço reducional.

Neste período a área do meio ambiente se integrou a este processo por meio da revitalização da Quinta⁹², onde foram replantadas as espécies descritas nos documentos históricos, e da criação e implantação de um projeto paisagístico para o Sítio de São Miguel e seu entorno. A partir do plantio da Quinta pode-se promover uma aproximação com os moradores em função de atividades de campo organizados pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, trazendo os agricultores para dentro do espaço do Sítio e agregando as informações sobre a história das missões e a preservação do patrimônio cultural. Em São João Batista foi montado um percurso de visitação conjugando espaços arquitetônicos e a vegetação nativa existente, identificando-a e mostrando como eram utilizadas estas espécies pelos guarani⁹³. Os conceitos de preservação ambiental se estenderam para os outros Sítios e, em 2004, este processo teve uma ampliação dos horizontes com a introdução de novos conceitos paisagísticos⁹⁴. Esta ampliação do raio de ação mostra um amadurecimento em relação à preservação, deixando de estar centrado no patrimônio edificado e se alinhando aos conceitos mais modernos de preservação integral, entretanto ainda focado ao patrimônio da época reducional.

⁹² Projeto de revitalização da Quinta com plantio de árvores frutíferas, coordenado pelo engenheiro florestal Luís Claudio da Silva e pelo arquiteto Vladimir Fernando Stello, em 1994, com apoio técnico da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - Ascar de São Miguel das Missões.

⁹³ Projeto coordenado pelo engenheiro florestal Luís Claudio da Silva e pelo arquiteto Vladimir Fernando Stello, em 1997.

⁹⁴ Aporte técnico do Arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, em conjunto com técnicos do Escritório Técnico do IPHAN nas Missões.

O “Programa Integrado de Valorização”⁹⁵, durante muitos anos, foi uma ação implementada destinada a envolver acadêmicos de diversos cursos e universidades na temática das missões, por meio da realização de atividades informativas e práticas de campo nos sítios arqueológicos, envolvendo também as comunidades que vivem nos entornos dos Sítios Arqueológicos Missioneiros. Foram ações que, pelo cunho formativo, auxiliaram na capacitação dos participantes para a análise crítica, formulação e desenvolvimento de ações de preservação do patrimônio cultural levando em consideração a interdisciplinaridade.

Na área da educação patrimonial⁹⁶ foi organizado um conjunto de folhas didáticas para os estudantes de educação básica. Posteriormente o Escritório Técnico⁹⁷ realizou oficinas de arqueologia simulada para os alunos das escolas, principalmente do município de São Miguel das Missões. Esta ação possibilitou uma maior aproximação e entendimento dos estudantes sobre a arqueologia e o processo de preservação.

Com o retorno de um grupo de guaranis⁹⁸, em 1994, o IPHAN passou a ter uma nova abordagem do patrimônio cultural, agregando-lhe a dimensão imaterial, apoiando-os e permitindo o uso e livre acesso ao Sítio de São Miguel Arcanjo como lugar de manifestação de sua cultura. Os indígenas, historicamente, foram definidos como indolentes e muitos moradores da região de descendência guarani, a partir de casamentos com espanhóis ou portugueses, escondiam essa origem. Com a valorização de sua cultura, a partir da incorporação do grupo no dia a dia do Sítio e da exposição de uma maquete, executada pelo guarani José Acosta, nas dependências do Museu das Missões, percebe-se o início de uma modificação na forma da sociedade vê-los, bem

⁹⁵ Trabalhos coordenados por Luiz Antônio Custódio, José Otávio Catafesto de Souza, Vladimir Fernando Stello e Luis Claudio da Silva, ocorreram seis edições, de 1994 a 1999.

⁹⁶ Os trabalhos de Educação Patrimonial foram delineados a partir de encontro nacional realizado em São Miguel, em 1987, sendo coordenados por Maria de Lourdes Parreiras Horta e Evelina Grunberg, da Coordenação Geral de Acervos Museológicos do IPHAN.

⁹⁷ Estas oficinas foram concebidas e organizadas pelo arqueólogo José Otávio Catafesto de Souza, pelo engenheiro Florestal Luis Claudio da Silva e pelo arquiteto Vladimir Fernando Stello. Estiveram em funcionamento de 1994 até 2009.

⁹⁸ No ano de 1994, um grupo de guaranis, a maioria vindos da Argentina, que estavam acampados no município de Tupanciretã, foram levados por ordem do prefeito municipal daquela cidade, para o município de São Miguel das Missões. Este fato marcou o seu retorno definitivo à região, já que desde a década de 1960 ela não fazia mais parte das rotas de deslocamentos dos Guarani, em função de uma ação de expulsão ocorrida naquela época quando acampavam ao lado do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. Já antes disso, em 1989, houve a passagem de um grupo de Guaranis que permaneceram em São Miguel, na área da Fonte Missioneira, por um curto período, e em 1993 o casal de guaranis Paula e José Acosta, com seu filho Alejandro, se instalaram no mesmo local, onde permaneceram até se reunirem com o novo grupo que chegou em 1994 (observação feita a partir das anotações do caderno de campo do autor, 1995).

como uma aceitação da sua ascendência / descendência por parte de alguns moradores que, em conversas informais, passaram a comentar sobre o assunto⁹⁹ (STELLO, 2005).

Em 2001 os trabalhos de consolidação de São Miguel se intensificaram nas estruturas do colégio, oficinas e no cotiguaçu¹⁰⁰, aperfeiçoados pela introdução de novos aportes na tecnologia de conservação como o uso da cal nas argamassas¹⁰¹. Também foi dado início aos trabalhos de conservação dos pisos cerâmicos encontrados nas escavações de 1970 na área da Casa dos Padres¹⁰² (figura 28) com uma nova metodologia que permitiu a sua exposição e conservação.



Figura 28: Pisos cerâmicos na Casa dos Padres após o processo de consolidação e levantamento gráfico, Sítio de São Miguel Arcanjo (Matilde Villegas J., 2003)

Entre 2003 e 2005, as ações de preservação foram aplicadas aos Sítios de São João Batista e em São Lourenço Mártir¹⁰³. Foram executadas escavações arqueológicas e obras de consolidação nas estruturas das igrejas, recuperando parte de sua configuração espacial (figuras 29 e 30), estes trabalhos marcaram um avanço na maneira de tratar estes Sítios, com equipes coordenadas de arquitetura e arqueologia, contando ainda com a participação de técnicos em pesquisa histórica e meio ambiente.

⁹⁹ Observação feita a partir das anotações do caderno de campo do autor, 2005.

¹⁰⁰ Casa das viúvas e órfãos na redução.

¹⁰¹ Este trabalho contou com orientação da arquiteta Maria Isabel Kanan, do IPHAN-SC.

¹⁰² Este trabalho teve metodologia criada pelos arquitetos Maria Matilde Villegas e Vladimir Fernando Stello. Posteriormente foi utilizada na conservação dos pisos nas ruínas missioneiras da Argentina e do Paraguai.

¹⁰³ Trabalhos coordenados pelos arquitetos Maria Matilde Villegas e Vladimir Fernando Stello, com aporte de José Otávio Catafesto de Souza e Vera Lúcia Trommer Thaddeu (arqueologia), Letícia Bauer (história), Carlos Fernando de Moura Delphin (meio ambiente).



Figura 29: Fachada dos remanescentes da igreja de São Lourenço após a intervenção de 2007 (foto do autor, 2007)



Figura 30: Parede lateral oeste dos remanescentes da igreja de São João após os trabalhos de consolidação em 2003 (foto do autor, 2007)

Em São Nicolau foram consolidadas as paredes do Cabildo¹⁰⁴ e executada a cobertura de proteção da adega, única estrutura deste tipo ainda existente nos sítios missioneiros do Brasil. O sobrado dos Silva, edificação do início do século XX executada com pedras retiradas das ruínas da igreja da redução de São Nicolau, teve suas paredes consolidadas e sua cobertura restaurada a fim de conter a sua deterioração para, posteriormente,

¹⁰⁴ O mesmo que Cabido, ou seja, o local onde se reunia o conselho dos caciques que formavam uma redução, uma espécie de prefeitura.

executar o projeto de reutilização elaborado pela Prefeitura Municipal de São Nicolau¹⁰⁵.

Nota-se uma ampliação da forma de abordagem da conservação do patrimônio da época reducional, contudo não há um avanço, por parte da entidade federal de preservação, no reconhecimento de outras formas de manifestação do patrimônio cultural da Região. Por parte do Estado, além do tombamento das casas dos ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart ocorridos em 1994 como já foi mencionado, somente no ano de 2010 ocorreu um novo tombamento, a Capela Verzeri¹⁰⁶, principalmente por suas pinturas decorativas realizadas pelo artista italiano Emílio Sessa, concluídas em 1953. Em 2013 o Estado tombou o prédio da Antiga Estação Férrea¹⁰⁷ (atual Memorial da Coluna Prestes) em Santo Ângelo.

No âmbito municipal algumas ações merecem ser mencionadas como as realizadas pela Prefeitura Municipal de Santo Ângelo com a restauração da Estação Ferroviária¹⁰⁸ em 2002, do prédio da prefeitura municipal¹⁰⁹ em 2004 e o entorno da Catedral Angelopolitana, quando demoliram edificações de linguagem arquitetônica do Ecletismo (figura 31) e do *Art' Deco*, suprimindo testemunhos da evolução urbana da cidade, para evidenciar vestígios arqueológicos das fundações da antiga igreja reducional (figura 32) entre 2006 e 2007.

Vale, ainda, observar as ações realizadas pela Municipalidade de São Pedro do Butiá, que construiu a sede da Prefeitura imitando, formalmente, a arquitetura em enxaimel (figura 33). Também criou o Parque Municipal, onde reconstruiu uma edificação de migrantes alemães que já havia sido demolida e transferiu, para lá, outras cinco construções em enxaimel, retiradas do interior do município, alterando sua forma original.

¹⁰⁵ Projeto elaborado, em 2005, pelos arquitetos Evelize Daronco, Igor Norbert Soares, Maria Amélia Dockorn e Maria Matilde Villegas. As obras, realizadas em 2006/2007, foram patrocinadas pela *World Monuments Fund* e Prefeitura Municipal de São Nicolau com apoio técnico do Escritório Técnico do IPHAN nas Missões.

¹⁰⁶ Processo de tombamento nº 001384-1100/09.0 - SEDAC, Número de inscrição do Livro Tombo: 96 - Tombo Histórico e 004 - tomo Belas Artes, Data de inscrição: 23/03/2010. Ressalta-se que o tombamento estadual refere-se apenas aos elementos artísticos existentes na capela, não incluindo o prédio do colégio.

¹⁰⁷ Processo de tombamento nº 002799-1100/11-7 - SEDAC, Portaria nº 046/2013 Número de inscrição do Livro Tombo: 96 - Tombo Histórico e 004 - tomo Belas Artes, Data de inscrição: 16/07/2013.

¹⁰⁸ Tombado como patrimônio municipal conforme a lei nº 825 de 19 de novembro de 1984.

¹⁰⁹ Tombado como patrimônio municipal conforme a lei nº 1.789 de 12 de abril de 1994



Figura 31: Construção em linguagem eclética entre o prédio da prefeitura municipal de Santo Ângelo e a Catedral, demolido para evidenciar vestígios arqueológicos do período reducional. (foto do autor, 2006)



Figura 32: Vestígios arqueológicos do período reducional, evidenciados ao lado da Catedral. (foto do autor, 2006)



Figura 33: Prédio da Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá, pastiche do enxaimel. (foto do autor, 2006)

Estas últimas ações, empreendidas pelas prefeituras municipais de Santo Ângelo e de São Pedro do Butiá, citadas como exemplos, ocorrem de forma generalizada em toda a região. Elas podem ser classificadas como um equívoco do ponto de vista técnico e conceitual em relação à valorização e preservação do patrimônio e da paisagem cultural, pois não levaram em consideração o contexto sócio-cultural em que foram criadas nem mesmo a situação atual em que se encontram. De certa forma evidenciam uma visão generalizada e distorcida do que é patrimônio cultural e preservação.

A instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial deu condições de, em 2004, ter início o INRC do grupo M'Bya-Guarani que vive em São Miguel das Missões e utiliza o Sítio Arqueológico, onde tem a sua disposição uma casa de passagem¹¹⁰, como local de venda de artesanato, visando o conhecimento e a preservação do seu patrimônio cultural. Como desdobramento dessa ação, em 2007 o IPHAN promoveu, em parceria com o Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina – CRESPIAL, um encontro internacional, quando foi recomendada a elaboração de um projeto regional de identificação e valorização da cultura do povo Guarani, existente no Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, visando a promoção de ações articuladas entre esses países. Em 2009, o IPHAN iniciou o inventário brasileiro¹¹¹ no âmbito do Programa Multinacional Valorização do Mundo Cultural Guarani. Este posicionamento vai ao encontro do que é proposto na Carta de Mar del Plata¹¹² sobre o patrimônio intangível de 1997 e na Convenção para a

¹¹⁰ Casa construída na Quinta Missioneira que serve de alojamento de trânsito para os Guarani que vivem na aldeia distante 30 km do Sítio Arqueológico. A edificação foi construída pelo Governo do Estado em 2005, por solicitação do grupo Guarani durante I Seminário Latino Americano "Um Olhar para as Comunidades Indígenas Guarani" promovido pelo IPHAN/Escritório Técnico das Missões, o Núcleo Orientado para a Inovação da Edificação-NORIE/Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC).

¹¹¹ A primeira etapa do inventário elencou quatro referências culturais para estruturarem o desenvolvimento do inventário: O Nhemongarai (ciclos rituais), Yvy Rupa (plataforma terrestre), Poraive Xondaro (constituem ao mesmo tempo formas de expressão, comunicação e produção. São cantos, rezas, formas discursivas de diversas naturezas, danças, educação para a atenção e percepção, e um conjunto de saberes e práticas relacionadas à produção de corpos e pessoas), e Nhemongueta (língua Guarani). As descrições realizadas na primeira fase são de base bibliográfica, sem especificar as ocorrências particularizadas por localidades. Na etapa em curso do Inventário Nacional de Referências Culturais Guarani Mbyá está acontecendo a identificação do Poraive Xondaro. Pretende-se com este chamamento avançar na identificação de outros bens culturais que constituem o patrimônio cultural dos Guarani Mbyá – IPHAN – Edital de chamamento público nº 03/2013 – Inventário Nacional de Referências Culturais do povo Guarani Mbyá - Anexo 1.

¹¹² A Carta de Mar del Plata foi promulgada como resultado das Primeiras Jornadas do Mercosul sobre Patrimônio Intangível realizadas em Mar Del Plata, Argentina, de 10 a 13 de junho de 1997. Coloca como princípio básico que a integração cultural do Mercosul seja apoiada na pluralidade de culturas da região sem a uniformização do modelo cultural para as comunidades e para isso recomenda que seja realizado o registro das expressões do patrimônio cultural intangível e que sejam criadas condições para seu conhecimento, promoção e proteção.

salvaguarda do patrimônio cultural imaterial¹¹³ da UNESCO de 2003, voltando-se para o conhecimento, preservação e valorização de um patrimônio cultural pouco reconhecido.

Na tentativa de ampliar o conhecimento e a proteção do patrimônio cultural da Região Missioneira, a partir de 2005, o IPHAN está trabalhando com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH). São uma série de ações¹¹⁴ que formam parte de um projeto de maior amplitude regional denominado “Guia da Paisagem Cultural para a Gestão do Desenvolvimento Sustentável do Território das Missões Jesuítico-Guaraní no Brasil”.

O IPHAN/RS, em 2007, avaliando a sua trajetória na preservação do patrimônio cultural missioneiro após 70 anos de atuação, viu a necessidade de ampliar o alcance dos modos e instrumentos de proteção e de valorização deste patrimônio. A partir dessa avaliação, está buscando evoluir na aplicação dos instrumentais técnico-jurídicos e de políticas públicas voltadas à preservação, por meio de ações amplas, desenvolvidas utilizando o conceito de território, que relaciona o fato histórico com seu espaço geográfico e seu contexto natural, paisagístico e sócio-cultural. Para tanto foi apresentada a proposta de criação do Parque Histórico Nacional das Missões¹¹⁵ tendo como limites físicos os quatro Sítios Arqueológicos pertencentes à União - São João Batista, São Lourenço Mártir, São Miguel Arcanjo e São Nicolau -, e como área de abrangência a região dos 26 municípios que compõem a Associação dos Municípios das Missões, definido como:

[...] uma unidade de gestão territorial que engloba tanto a proteção de bens materiais quanto o estudo e salvaguarda das relações culturais e sócio-ambientais que ali vêm ocorrendo, visando sua preservação, compreensão e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região das antigas

¹¹³ A Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é o resultado da 32ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em Paris, em 17 de outubro de 2003, foi ratificada pelo Brasil em março de 2006. Coloca como princípio básico a proteção do patrimônio cultural imaterial, reconhecendo a interdependência entre ele e o patrimônio material cultural e natural, assim como a sua importância como fator de aproximação entre os seres humanos.

¹¹⁴ Entre estas ações se destaca o inventário de bens patrimoniais e infra-estrutura turística e a cartografia atualizada dos vinte e seis municípios que conformam a região da Associação dos Municípios das Missões - AMM, além de um estudo iconográfico da coleção do Museu das Missões.

¹¹⁵ Grupo de trabalho composto por: arquiteto Vladimir Fernando Stello, arquiteta Cândice Ballester e técnico em arqueologia Luiz Felício, do Escritório Técnico das Missões; museóloga Isabela Marques de Souza, do Museu das Missões; arqueólogo Tobias Vilhena, sociólogo Marcus Vinícius Benedeti e historiadora Beatriz Muniz Freire, da Superintendência do Rio Grande do Sul; arquiteta Anna Finger, do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – Brasília.

reduções jesuítico-guaranis, incluindo definitivamente este fenômeno histórico como parte da construção da identidade nacional.

O Parque¹¹⁶ foi efetivamente criado no âmbito da Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012, do Ministério da Cultura, como uma unidade técnica dentro do Regimento Interno do IPHAN e tem suas competências estabelecidas no artigo 114:

Ao Parque Histórico Nacional das Missões compete:

I - preservar a memória histórica e os remanescentes do antigo povo de São Miguel Arcanjo;

II - gerir os Sítios Históricos e Arqueológicos Missionários; e

III - executar as diretrizes e ações técnico-administrativas emanadas da Superintendência do IPHAN no Estado do Rio Grande do Sul.

Como se pode observar o avanço conceitual pretendido na proposta elaborada pelos técnicos do IPHAN foi bastante reduzida, voltando o foco a ser o patrimônio Jesuítico-guarani.

Em abril de 2013 foi elaborado o projeto “Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis”, uma cooperação técnica entre o Governo Brasileiro, por meio do IPHAN, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, com vistas a:

(...) promover o conhecimento e facilitar o desenvolvimento dos instrumentos de gestão que auxiliem no processo de instalação do Parque Histórico Nacional das Missões, buscando principalmente preconizar seu valor como Patrimônio Nacional e da Humanidade, a diversidade sociocultural e ambiental do seu território e o seu potencial como indutor do desenvolvimento regional (p. 2).

Analisando este documento nota-se que, apesar de se propor a realização de um estudo amplo da região (conforme citação transcrita acima), as ações elencadas continuam estando focadas principalmente no patrimônio produzido pelos Jesuítas e pelo povo Guarani. Seja este anterior ao contato com os europeus, com os vestígios arqueológicos pré-missionários; nos séculos XVII e XVIII, com os remanescentes das antigas reduções; ou no século XXI, com o patrimônio imaterial dos guaranis que vivem, atualmente, em São Miguel das Missões. Não se percebe, ainda, um avanço em relação à abrangência do conceito de patrimônio cultural.

¹¹⁶ O Parque Histórico Nacional das Missões – PHNM, assim como o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, são duas unidades técnicas criadas no âmbito do Decreto nº 6.843, de 7 de maio de 2009, referente ao Regimento Interno do Iphan, estabelecido por meio da Portaria nº 92, de 5 de julho de 2012.

Pode-se ressaltar que, no âmbito estadual, está ocorrendo uma ampliação dos bens protegidos na Região com os recentes tombamentos, na cidade de São Nicolau, do Sobrado da Família Silva¹¹⁷ (figura 34) e da Casa de Pedra¹¹⁸ (figura 35), localizada próximo ao Sítio arqueológico da São Nicolau. Mas, de certo modo, seguem sendo ligados às reduções, pois as duas edificações são construídas com materiais retirados dos remanescentes reducionais, e a justificativa para seus tombamentos está ligada a este fato, sendo denominadas como: "Casa com pedras da antiga redução" e "Sobrado Silva com pedras da antiga redução" (IPHAE, 2013).



Figura 34: Sobrado da Família Silva, construído com pedras retiradas das ruínas da igreja de São Nicolau (foto do autor, 2006)

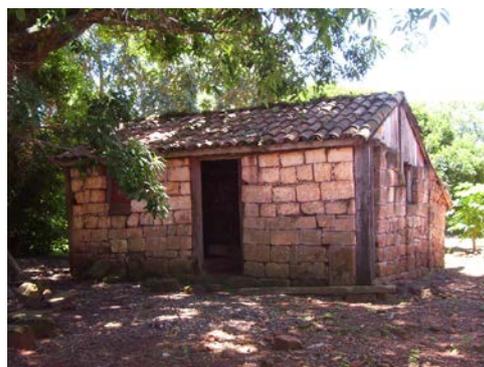


Figura 35: Casa de Pedra, construída com pedras retiradas das ruínas da igreja de São Nicolau (foto do autor, 2004)

Nessa trajetória de preservação do patrimônio cultural na região das missões percebe-se como as ações realizadas pelos órgãos oficiais estiveram, basicamente, focadas nos elementos patrimoniais da época reducional, principalmente até o início do século XXI. Inicialmente voltadas para os vestígios arquitetônicos de grande imponência, como a igreja de São Miguel Arcanjo, e posteriormente ampliando sua abrangência para outras construções, como as oficinas, casa dos padres e cotiguaçu, assim como para os sítios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau.

Embora a prática da preservação tenha acompanhado a evolução dos critérios e técnicas indicados pelas teorias de restauração e pelas cartas patrimoniais, ou mesmo em alguns casos até estarem adiantadas em relação a elas como, por exemplo, na intervenção ocorrida em 1925-27, não houve uma evolução na abrangência temática do que deveria

¹¹⁷ Processo de tombamento nº 000830-1100/13-1-SEDAC, Portaria nº 072/2013, Data de publicação: 15/10/2013.

¹¹⁸ Processo de tombamento nº 000830-1100/13-1-SEDAC, Portaria nº 071/2013, Data de publicação: 15/10/2013.

ser protegido e valorizado como apontam os novos conceitos de cultura e patrimônio cultural.

Antes de demonstrar que a Região Missioneira possui outros elementos, diferentes dos remanescentes da época reducional, compondo o seu patrimônio, é importante entender como se deu o seu processo de ocupação. Este contou com várias contribuições das diferentes populações que a ocuparam e modificaram sua paisagem, bem como despertaram diversos olhares que se dirigiram a ela, conteúdo do próximo capítulo.

3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO MISSIONEIRA COMO GERADOR DA PAISAGEM ATUAL

O processo de urbanização do Rio Grande do Sul, diferentemente do restante do Brasil, não teve no litoral sua maior ocupação, pois esta se deu prioritariamente nas regiões centro e nordeste (BARROSO, 1992, p. 35):

Sua rarefeita ocupação fugia à regra do caso brasileiro, uma vez que até o século XIX, especialmente, muitos estados pontilhavam uma intensa rede urbana na área litorânea em oposição aos grandes vazios da área ocidental.

Por não oferecer atrativos para a política econômica da época, o Rio Grande do Sul começou tardiamente a ser colonizado. Somente a partir do século XVII é que Jesuítas e Bandeirantes iniciaram a penetração no território. Os Jesuítas fazendo missões e fundando as reduções com os Guarani e os bandeirantes para aprisionar os indígenas catequizados (BARROSO, 1992). A partir da decadência do sistema reducional, em finais do século XVIII, inúmeras pessoas permaneceram espalhadas pela Região Missioneira.

A conquista da região pelos portugueses em 1801 incentivou a sua reocupação, inicialmente com a vinda de portugueses, de africanos e afrodescendentes escravizados, e posteriormente com alemães, poloneses e italianos entre outros. Estes novos ocupantes deram outra conformação sócio-espacial para o território e promoveram lutas desiguais com os indígenas que se encontravam dispersos pela Região. Foram os vencedores, pois além de possuírem tecnologias mais avançadas para a ocupação e preparo da terra, estavam em sintonia com o governo imperial e com o sistema colonial e em função disso ocuparam as melhores terras e se sobrepuseram econômica e culturalmente.

Neste transcurso houve muitas mudanças na região, devidas às várias contribuições das diferentes populações que a ocuparam e modificaram a paisagem, tornando-a única e com características peculiares. Diversos são os olhares possíveis para uma paisagem, assim como as formas de expressá-los como, por exemplo, por meio da literatura, da poesia, da pintura, da música, do teatro, do cinema, de cartas, relatórios técnicos, etc. Com a paisagem da Região das Missões não é diferente. Na literatura, com “O Tempo e o Vento” (O Continente -1949, O Retrato - 1951 e O Arquipélago, 1961) de Érico Veríssimo, “Sepé Tiaraju – Romance dos Sete Povos das Missões” (1975) de Alcy

Cheuiche, "O Caminho de Pedra" (1988) de Mário Simon, "Breviário das Terras do Brasil" (1997) de Luis Antonio de Assis Brasil. A obra litúrgica "Missa da terra sem males" (1979) com texto de Dom Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra e música de Martín Coplas. Na música de Cenair Maicá, Jaime Caetano Braun, Noel Guarany e Pedro Ortaça entre outros. Em peças teatrais como a "a Lenda da Cobra Grande" de Carlos Carvalho, "Máscara de Taré" e "Cobra Grande" de Jerson Fontana, "Assim na Terra como no Céu" de Fritz Ochwaelder (tradução é de Dom Evaristo Arns), "Aiuka Caraiba" (Morte aos Brancos) de Cesar Vieira e "A Fonte" (1988) montagem de Luiz Arthur Nunes baseada na obra de Érico Veríssimo "O Tempo e o Vento". No cinema, com "A República Guarani" (1978) com roteiro e direção de Sylvio Back, "A Missão" (1986) com roteiro de Robert Bolt e direção de Roland Joffé e "O Tempo e o Vento" (2013) com roteiro de Letícia Wierzchowski e Tabajara Ruas e direção de Jayme Monjardim. Nesta tese optou-se por utilizar as informações contidas nas cartas ânuas escritas pelos jesuítas do período reducional, os relatos dos demarcadores do tratado de Madri, de diversos viajantes que passaram pela região durante o século XIX e de técnicos que participaram do processo de preservação dos remanescentes reducionais.

3.1 ANTECEDENTES

Há aproximadamente 13 mil anos, as terras que hoje pertencem ao Rio Grande do Sul eram formadas por umas poucas florestas e grandes extensões de campos cobertos de vegetação rasteira, muito parecidos às savanas e às estepes. Foi neste ambiente e neste clima árido que os grupos humanos passaram a circular pelo território. De acordo com estudos arqueológicos a ocupação humana deve ter iniciado cerca de 12.700 anos antes da chegada dos europeus (DAMIANI; RAMOS e SILVA, 2007).

Provavelmente estes primeiros povoadores habitaram as proximidades do rio Uruguai e alguns vales encravados na serra gaúcha. Fazem parte da Pré-história da região e foram os antepassados de alguns povos indígenas que habitavam esta parte do continente americano quando chegaram os conquistadores europeus (KERN, 1994).

Os diversos grupos humanos que aqui viviam atravessavam diferentes graus de desenvolvimento técnico, em relação à elaboração de artefatos, mas em essência eram muito semelhantes. Eram nômades, viviam da caça, da pesca e da coleta de raízes,

frutos e folhas. Suas habitações eram cavernas ou abrigos subterrâneos, onde podiam manter-se protegidos contra o ataque de animais e inimigos. Em muitos casos, também construía abrigos próximo aos rios com a finalidade de ter melhor acesso à água e a pesca (figura 36).

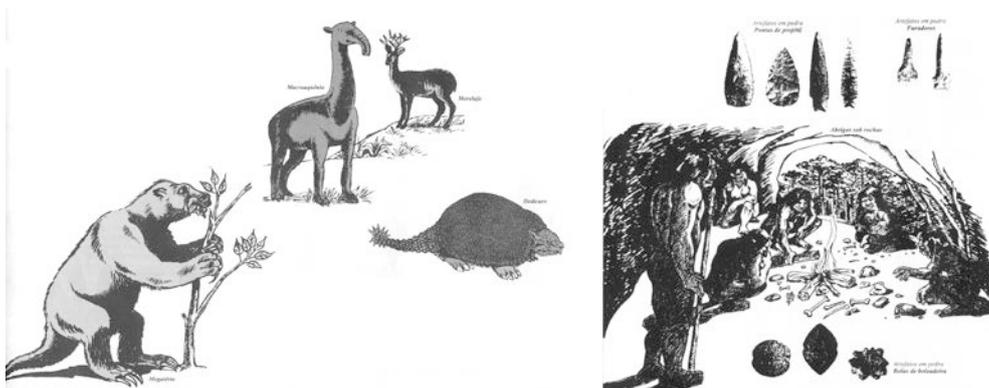


Figura 36: Animais e abrigo do homem pré-histórico (CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato – 2004)

A produção de artefatos era diversificada, confeccionavam machados, facas, lanças, pontas de flechas, anzóis, agulhas, moedores e mãos de pilão, entre outros. Estes artefatos eram feitos de pedra, madeira, ossos, chifres e conchas¹¹⁹.

Damiani, Ramos e Silva (2007, p. 6) assinalam que no caso específico do território brasileiro estas populações foram classificadas, por arqueólogos e paleontólogos, dentro de grandes grupos denominados de Tradição:

[...] para mostrar as diferenças e as semelhanças técnicas e culturais entre as povoações humanas que habitavam o território. Neste sentido, temos a seguinte relação: Tradição Umbu: \pm 9.000; Tradição Humaitá: \pm 6.600; Tradição Vieira: \pm 1.800; Tradição Taquara: \pm 1.600; Tradição Guarani: \pm 1.800 entre outras. Ressaltamos que dentro de cada tradição havia subdivisões internas chamadas fases.

Algumas destas tradições possuem ligação direta com os atuais grupos indígenas da Região. Os Kaingang seriam descendentes da tradição Taquara; os Minuano, da tradição Vieira, e os Guarani, pertencentes à tradição Guarani ou Tupi-Guarani. É muito provável que grande parte destes grupos tenha circulado pelo território que abarca a

¹¹⁹ No entorno das cidades da região das missões, todavia é possível encontrar instrumentos líticos de pedra polida, tais como, as pedras de boleadeiras muito usadas em guerras e caçadas.

atual Região Missioneira. Isto se deve em parte ao relevo, à abundante hidrografia existente, destacando-se o rio Uruguai.

3.2 OS GUARANI - PERÍODO PRÉ-REDUCIONAL

Por volta de 2 mil anos atrás, povos ceramistas, seminômades, que viviam na Amazônia começaram a mover-se em direção ao sul (figura 37). Eram grupos da tradição Tupi-Guarani que, como bons canoeiros, migraram através dos rios dispersando-se durante centenas de anos em direção à várias regiões do sul da América (KERN, 1994, p. 104):

Os Guarani, por sua vez, baixaram da Amazônia para o sul, pelos caminhos hidrográficos da bacia platina. Se instalaram desde o sul de Mato Grosso e do Trópico de Capricórnio, até a foz do rio da Prata, ocupando também o litoral sul-brasileiro. [...] Suas aldeias e seus territórios de caça, pesca e coleta, ocuparam amplos espaços nos férteis vales dos rios Paraguai, Paraná, Uruguai e Jacuí, assim como em seus afluentes.

Não existe ainda um consenso, entre os pesquisadores do tema, de quais foram os motivos que levaram a esta grande migração. As investigações a atribuem a questões naturais, derivadas das variações climáticas que atravessavam. Segundo Schmitz (2006), se sabe que houve uma grande seca naquele período, além de que é provável que houvesse ocorrido um aumento considerável dessas populações e a escassez da caça e das terras cultiváveis.

Estas populações, ao mudar-se para novos territórios, foram desalojando outros grupos e submetendo-os pela força e pelas alianças (KERN, 1994, pp 104-106):

A destruição, por meio desse ritual [o canibalismo], dos principais e melhores guerreiros inimigos, deve haver provocado o terror entre os grupos atacados. Foram importantes também os aparatos bélicos que possuíam, constituídos por tacapes, lanças, arcos e flechas. Sabe-se que os Guaranis faziam continuamente expedições guerreiras, atacando os povos vizinhos para devorá-los em cerimônias de canibalismo.



Figura 37: Mapa da grande migração Guarani (adaptado de DAMIANI, 2004)

Os Guarani ocupavam um imenso território, que se entendia desde o Chaco Argentino até o Atlântico e das Capitânicas do Sul (Brasil) até o rio da Prata, mas não de uma maneira homogênea ou exclusiva, nesta região viviam também os Gualacho, os Guanana, os Charrua, os Xokleng e os Minuano (MONTEIRO, 1992). Esse processo de dominação cultural sobre os outros povos da região se denomina de guaranização (RAMOS, 2008).

A instalação das aldeias buscava os vales quentes e úmidos e, em pequenos terrenos ou hortas próximas, cultivavam milho, mandioca, feijão e abóboras entre outros. Sobre os recursos alimentícios dos Guarani, Diego García (1941, apud MELIÁ.; SAUL y MURARO, 1987, p. 21) comenta: “Habitam nas ilhas outro grupo que se chama os Guaranis; estes comem carne humana..., tem e matam muitos peixes e *abatís* (milho), e semeiam e colhem *abatís* e aboboras”.

Segundo Meliá (1984) e Viñuales (1990) os Guarani não eram nômades, podendo ser qualificados de migrantes, pois não dependiam exclusivamente da caça e da coleta, eles eram agricultores que exploravam habilmente a terra, derrubavam e queimavam as árvores para fazer seus plantios, a utilizavam por um tempo e a deixavam, voltando muitos anos depois quando a mesma já se havia recomposto (MELIÁ, 1984, p. 30): “o fato de mudar de aldeia não é nomadismo, é simplesmente traçados muito bem planejados para, ao fim, voltar novamente às áreas que tinham abandonado 50, 60 anos atrás”.

Os Guarani faziam um manejo da área ocupada incorporando a ela espécies vegetais, trazidas de outras regiões, que eram importantes para sua alimentação, para produção de utensílios ou motivos religiosos. A forma de trabalhar a terra para o plantio feito pelos Guarani foi explicada por um jesuíta anônimo em um informe de dezembro de 1620 (MCA I, 1951, p. 166):

(...) el modo de hacer sus sementeras es: primero arrancón y cortan los arboles pequeños y despues cortan los grandes, y ya cerca de la sementera como están secos los arboles pequeños (aunque los grandes no lo están mucho) les pegan fuego y se abraça todo lo que han cortado, y como es tan grande el fuego quedan quemadas las raizes, la tierra hueca y fertilizada con la çeniça y al primer aguaçero la siembran de mais, mandioca y otras muchas raizes y legumbres que ellos tiene muy buenos: dase todo con grande abundancia.

Desta maneira, como afirmam Viñuales (1990), Meliá (1991) e Quinteros (2002), os Guarani utilizavam com equilíbrio os recursos naturais (figura 38) extraindo o necessário para a sobrevivência, mas sem esgotar os recursos e dando-lhes tempo para recuperar-se. De acordo com Falcade e Bachi (1989, pp. 34-37):

(...) as relações de reciprocidade que constituía, a própria concepção teórica do mundo, em uma vida cotidiana igual e comunitária onde indicava a idéia de não separação entre homem e natureza: o que explica a vida do indígena, explica a vida da natureza.

Isto se dava não apenas por questões ecológicas, senão por que para o guarani tudo está interconectado - a prática agrícola, a religião e a língua – e nisto se baseia o modo de viver e de ser deste povo, como ressalta Meliá (1991, p. 15):

Animicamente o Guarani é um povo em êxodo, mesmo que não desenraizado, já que a terra que busca é a que lhe serve de base ecológica, hoje como em tempos passados e como será amanhã. Ao longo dos últimos 1500 anos – período em que as tribos Guarani podem considerar-se formadas com suas características próprias – os Guarani se têm mostrado fiéis a sua ecologia tradicional, não por inércia, senão pelo trabalho ativo que supõe a recriação e a busca dos condicionantes ambientais mais adequados para o desenvolvimento de seu modo de ser. A tradição neste caso é profecia viva. A busca da “terra sem mal” como estrutura do modo de pensar do Guarani, informa o dinamismo econômico e a vivência religiosa, que lhes são tão próprias.

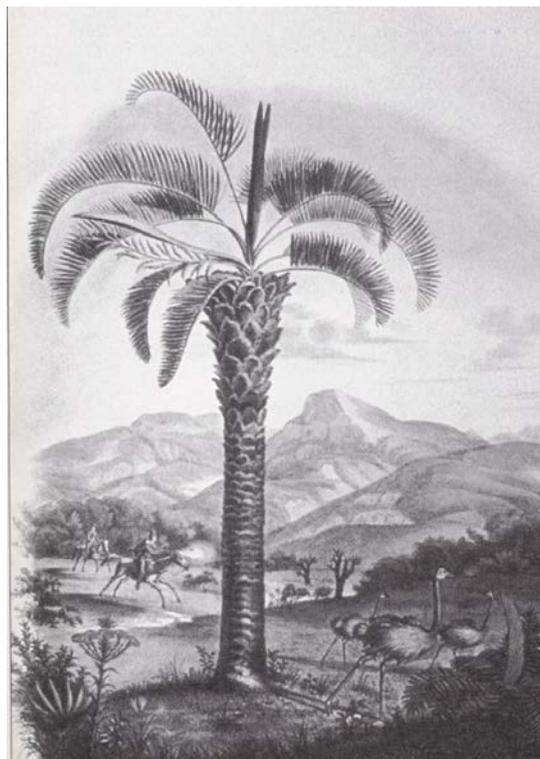


Figura 38: Caça de emas (PAUCK, 1849, apud DUVIOLS, 1991)

As aldeias dos Guarani geralmente eram instaladas em descampados feitos no meio dos bosques, perto de fontes de água e de terras férteis (figura 39). Também era importante ter por perto a argila para produção de cerâmica, pedras para a elaboração de implementos líticos e fibras vegetais para a cestaria. O sítio era escolhido não somente pro razões estratégicas senão também por questões místicas (KERN, 1994, pp. 107-110):

Pela manhã, quando as trevas da noite se dissipavam para dar lugar aos raios do Quaray, o sol, e quando a neblina começava a subir da calha do rio, renunciando a vinda do novo dia, os caciques e pajés pronunciavam as palavras sagradas e inspiradas.



Figura 39: Acampamento guarani (PAUCK, 1849, apud DUVIOLS, 1991)

Um jesuíta anônimo descreveu em dezembro de 1620 qual era sua impressão sobre a nação Guarani, como eram suas aldeias e como se relacionavam com os outros povos indígenas (MCA I, 1951, p. 166 - 167):

Esta nación es muy estendida y toda tiene una lengua: es gente labradora, siempre sembra en montes y cada tres años por lo menos mudan chacara. (...) Sus poblaciones antes de reducirse son pequenas porque como siempre siembran en montes quieren estar pocos porque no se les acaben y también por tener sus pescaderos y cagaderos acomodados. Es esta gente valerosa en la guerra y donde quiera que están tienen sujetas las naciones çircunveginas. son altivos y soberbios y a todas las naciones llaman esclavos (...)

A organização social era familiar e tribal e as aldeias eram compostas por casas ovais onde poderiam viver mais de cem indivíduos - as famílias extensas. As casas eram distribuídas ao redor de um espaço coletivo, geralmente em número de três a seis. Este espaço coletivo servia de circulação, reunião, danças e festividades. Enquanto as mulheres eram as responsáveis pelo cultivo e os trabalhos domésticos, os homens eram responsáveis pela caça, a pesca e a guerra com outras tribos (KERN, 1994).

No informe do mesmo jesuíta anônimo citado anteriormente há uma descrição detalhada de como os Guarani viviam e como eram suas casas dentro de uma aldeia (MCA I, 1951, p.166-167):

Habitan en casas bien hechas armadas en çima de buenos horcones cubiertas de paja, algunas tienen ocho y diez horcones y otras mas o menos conforme el çazique tiene los basallos porque todos suelen vivir en una casa, no tiene división alguna toda la casa, esta esenta de manera que desde el principio se

vee el fin:, de horcon a horcon es un rancho y en cada uno habitan dos familias una a una banda y otra a otra y f. 3 r. el fuego de estambos esta en medio: duermen en unas redes que los españoles llaman hamacas las quales atan en unos palos que quando hacen las casas dejan a proposito y están tan juntas y entretejidas las hamacas de noche que en ninguna manera se puede andar por la casa. Tienen por los lados tapia francesa y cada aposento tiene dos puertas una de cada lado pero no tienen bentanas. no tienen puerta ni caja ni cosa cerrada, todo esta patente y no ay quien toque a cosa de otro.

Seus mortos eram enterrados em covas próximas aos locais das habitações, dentro de urnas cerâmicas, com os joelhos recostados ao peito. Os pertences do morto eram depositados ao seu lado, para que pudessem auxiliá-lo na vida depois da morte (DAMIANI, 2004).

Os líderes de cada comunidade eram chamados de *morubixabas*. Seu poder estava centrado na capacidade de fazer alianças, na retórica e na quantidade de mulheres que possuíam, pois como eram elas as que trabalhavam, permitia que distribuísse muitos favores e presentes para a comunidade, dando-lhes prestígio. Os líderes tinham influência local, mas havia alguns que exerciam certa autoridade a um número maior de aldeias. Para Meliá (1991) e para Kern (1994) o cacique possuía a liderança enquanto tinha muito que distribuir.

Além dos caciques, estavam os *karai* que eram guias religiosos, curandeiros e porta-vozes das antigas tradições. Atribuía a si mesmos a capacidade de manipular as forças da natureza e comandar determinados animais. Geralmente, viviam afastados e exerciam sua influência sobre varias aldeias. Foram os *karai* que, na tentativa de proteger a cultura e o modo de ser dos Guarani, ofereceram maior resistência aos conquistadores portugueses e espanhóis (MELIÁ, 1986).

A economia era baseada, segundo Kern (1985, p. 34), na produção doméstica e de consumo tribal regido pela reciprocidade, onde os bens e alimentos circulavam como dons ou presentes, uma permuta que não tinham tempo nem quantidade fixos para o retorno:

A doação gratuita dos bens e dos alimentos é um dever de cada um e o privilégio de todos [...] Cada um dá e ganha tudo de todos. Esta situação se estabelece não somente entre os indivíduos e as famílias, mas igualmente entre os caciques e seus comandados. [...] desta maneira, a economia indígena se articulava em termos de reciprocidade e de redistribuição dos bens e alimentos, em um solidarismo constante.

Outro traço importante deste povo, provavelmente o mais significativo, era a religiosidade e estava presente em praticamente todas suas ações diárias, mas o momento de maior exaltação se dava a partir da dança ritual e do canto. Segundo Meliá (1986, p. 158) “A religião dos Guarani [...] pode ser definida como inspiração, sacramentalizada no canto e na dança, dirigida por ‘profetas’ na busca da terra sem mal”. A importância da religião para o povo Guarani, que vai influenciar em sua forma de viver de maneira determinante, também é confirmada por Schaden (1954, p. 249):

Seu ideal de cultura é a vivência mística da divindade, que não depende das qualidades éticas do indivíduo, senão da disposição espiritual de ouvir a voz da revelação. Essa atitude e esse ideal são os que lhe determinam a personalidade. E como as aves do céu que não semeiam e não colhem e que não coletam em graneleiros, o Guarani vai vivendo sua vida sem preocupar-se com necessidades econômicas que talvez lhe possam sobrevir.

Neste sentido, para Meliá (1986) e para Schaden (1954), a palavra é muito significativa já que para o Guarani ela é o começo de tudo. Quinteros (2002, pp. 20-21) expõe da seguinte maneira seu significado para este povo:

Foi criada por *Ña-nde Ru vusu* desde seu celestial coração, do amor de seu coração fez nascer, por meio de chamas e tênue neblina, a palavra, quando nada existia e, esta palavra flor se abriu no primeiro canto sagrado que entregou a seus filhos. A palavra fundamental cria o homem guarani, lhes dá seu nome: palavra-alma. Cria o mundo guarani, o mundo religioso. A palavra lhes permite o acesso ao divino. A religião se vive através da palavra própria de cada homem, da palavra chamánica, profética, do sonho. A palavra dá sentido ao mundo guarani e é ao mesmo tempo canto, coletivo e pessoal, e é reza, e é sonho criador, é inspiração, é saúde, é curação. O guarani busca a perfeição através da perfeição do uso da palavra. A palavra é sagrada, não se aprende.

Tudo isto fundamenta o Guarani e vai expressar seu modo de ser (MELIÁ, 1991, p. 9):

O modo de ser dos Guarani, que eles chamam *ñande reko*, é sobre tudo um modo de ser religioso: *ñande reko marangatu* isto quer dizer que, a experiência religiosa não somente constitui para eles um aspecto fundamental de sua cultura, senão uma forma essencial de sua identidade e da consciência de seu destino.

Relatos deixados por europeus, como do cronista alemão Ulrico Schmidl¹²⁰ que esteve na região do Prata entre 1534 e 1553, dão testemunho da imagem que possuíam de uma

¹²⁰ Viajante, cronista e militar alemão que participou da conquista espanhola do território do Rio da Prata entre 1534 e 1553, acompanhando Pedro de Mendoza. A partir de suas observações ele escreveu o livro “*Viaje al Río de la Plata*” em 1567, também conhecido como “*Derrotero y viaje a España y las Indias*”, traduzido por Edmundo Wernicke em 1938, na Argentina.

terra fértil com abundante variedade de fauna e flora (figura 40) (apud MELIÀ, 1986, p. 20):

Ahí nos dio Dios el Todopoderoso su gracia divina, que entre los susodichos Carios o Guaranís hallamos trigo turco o maíz y madiotín, batatas, madioca-poropí, mandioca-pepirá, maní, bocajá [palmera coco] y otros alimentos más, también pescado y carne, venados, puercos del monte, avestruces, ovejas indias, conejos, gallinas y gansos y otras salvajinas las que no puedo decribir todas en esta vez. también hay en divina abundancia la miel de la cual se hace el vino; tienen también muchísimo algodón en la tierra.



1. La imagen europea de los Carios. "Estos Carios o Guaranís son gentes bajas y gruesas... las mujeres y los hombres andan completamente desnudos, como Dios el Todopoderoso los ha creado" (Schmidl 1947:54)
Grabado en la obra de U. Schmidl, *Vera historia admirandae cuiusdam navigationis...* Noribergae: Impensis Levini Hulsii, 1599.

Figura 40: Gravura com imagem dos índios guaranis (Cariós) (SCHMILD, 1599 apud MELIÀ, 1986)

Este período se caracterizou pela introdução de novos costumes, como o manejo de florestas e o plantio de coivara¹²¹. Houve uma relativa harmonia com a natureza e seu uso sustentável, garantido pela possibilidade de rotação das áreas e pela baixa pressão populacional.

¹²¹Forma de plantar utilizado pelos Guarani que consistia na retirada de vegetação, queima da área e semeadura com a abertura de orifícios com uma vara para introduzir as sementes.

3.3 AS REDUÇÕES – SÉCULO XVII E XVIII

Quase 1.500 anos depois da chegada dos Guarani, uma nova etapa marcou a Região. Com o contato entre as culturas europeia e ameríndia ocorreram mudanças substanciais na ocupação da América do Sul, como assinala Kern (1994, p. 125):

As vicissitudes destes contatos entre os brancos ibéricos e as sociedades indígenas aí instaladas geraram em parte o genocídio, e uma importante miscigenação com as transformações culturais decorrentes. As venturas e desventuras desta nova população, que emerge deste processo histórico, abrem um novo capítulo na historia da região do Prata.

Na América espanhola, a política urbanizadora foi implantada utilizando rígidas normas como forma de impor sua cultura aos povos nativos. Os jesuítas tiveram um papel muito importante neste processo de ocupação desde a América Central até a bacia do rio da Prata. As missões jesuítico-guaranis¹²² do Paraguai constituíram, junto com as de Moxos e Chiquitos, na Bolívia, a única experiência planejada e sistemática de propor um modelo alternativo ao traçado urbano que se identifica habitualmente com as disposições reais de Felipe II (GUTIERREZ, 1982).

A partir de 1609 os jesuítas iniciaram o estabelecimento de assentamentos permanentes - as reduções-. Reavaliando suas experiências, desenvolvidas em Juli no Peru, os padres organizaram uma grande rede urbana que ocupou um vasto território. Este complexo de núcleos urbanos, estâncias de gado e cultivos diversos, como os grandes ervais, seguiu crescendo até 1767 quando a Companhia de Jesus foi expulsa de América (ARMANI, 1996; GUTIERREZ, 1982; FURLONG, 1969). Para Custódio todo este complexo sistema (2011, p. 176) "não serviu apenas aos fins de evangelização, mas teve também conotação de caráter demográfico, econômico e político, auxiliando a consolidar o processo colonial de conquista, domínio territorial e humano"

¹²²Embora tanto a historiografia como os relatos dos Jesuítas se refiram genericamente às reduções como Guaranis, outras parcialidades indígenas compuseram as reduções; "Da mesma forma, os jesuítas geram uma língua reducional fundamentada naquele idioma, além de que, sem sombra de dúvida, são os Guarani a maioria da população missional. Com isso, os missionários não apenas reduzem a cultura Guarani, mas também todas as demais a primeira, ocasionando, assim, um fenômeno que atinge drasticamente a historiografia. Os não-Guarani, de fato efetivos naquele processo, são relegados a um papel de última importância, quando não absolutamente ignorados pelos historiadores. Como resultado, tais grupos permanecem com sua história suprimida, ocorrendo, como no caso dos Jê, uma pré-história seguida de uma história contemporânea, especificamente a partir do século XVIII. Contudo, por de trás desse aspecto aparentemente confortável e facilitador para os estudos, esconde-se uma diversidade que em muito pode enriquecer as análises sobre as reduções ou evitar equívocos maiores ao se tomar informações das populações reducionais como se fossem dados restritos aos Guarani" (BAPTISTA, 2006a, p 57-58).

Com a criação da Província Jesuítica do Paraguai, os missionários começaram a implantação e a organização das reduções no Alto Paraná, na Região do Guairá, atual estado do Paraná, até 1628 foram fundadas 13 reduções. Na região do Tape, atual território gaúcho, as reduções começaram a ser organizadas em 1626, chegando a fundar 18 reduções¹²³ (figura 41). Com a investida dos Bandeirantes sobre as regiões do Guairá e do Tape, houve um esvaziamento e a destruição daquela experiência reducional, que culminou com o êxodo para o lado ocidental do rio Uruguai, em 1632, dos índios sobreviventes. Assim acabou, em 1640, aquela que é tida como a primeira fase das reduções no sul do Brasil (PORTO, 1954; FURLONG, 1969).



Figura 41: Mapa com as reduções da primeira fase na área do Tape, (atual Rio Grande do Sul). Em destaque a Região Missioneira - (adaptado de DAMIANI, 2004)

¹²³São Nicolau (1626), São Francisco Xavier, Candelária do Piratini, Todos os Santos do Caaró, Assunção do Ijuí, Candelária do Ibicuí, São Carlos (1631), Apóstolos (1631), São Tomé (1632), Natividade (1732), São Miguel (1632), Santa Tereza (1632), Sant'Ana (1633), Jesus e Maria (1633), São José (1633), São Joaquim (1634), Cosme e Damião (1634) São Cristóvão (1634).

A partir de 1680 o Império Português começou oficialmente a sua investida sobre a Bacia do Prata com a fundação da Colônia de Sacramento. Estabeleceu-se, em razão disto, um confronto de interesses imperialistas que teve repercussões políticas que incidiram diretamente sobre a organização e a ocupação do espaço platino. Esta região constituiu-se, para a época, em um marco vital para firmar o domínio comercial na América do Sul (PESAVENTO, 1984).

A estruturação definitiva destas povoações só foi possível, porém, a partir do final do século XVII, quando passado o período das incursões escravagistas, puderam estabelecer e aperfeiçoar um processo civilizatório sem precedentes, envolvendo índios guaranis e jesuítas europeus, constituindo uma rede de 30 povoados (figura 42) (CUSTÓDIO, 2002, p. 50):

Dessa forma, durante mais de cento e cinquenta anos, os missionários evangelizaram os Guarani, em diferentes regiões, estruturando um sistema reducional que, em seu apogeu, foi constituído por trinta povoados, articulados por uma rede de estradas, portos e ligações fluviais, entre estâncias de gado, lavouras e ervais, chegando a envolver cerca de 150 mil índios e 457 jesuítas.



Figura 42: mapa atual com a localização dos trinta povoados missioneiros, assinalando em vermelho os sítios onde ainda existem vestígios aparentes (adaptado de APHNM - IPHAN, 1990)

Para entender o espaço missioneiro é necessário partir da premissa de que o mundo guarani era um todo unido e inseparável, como afirma Viñuales (1990, p. 325):

E no caso das reduções guaraníticas o todo e as partes estão tão estreitamente unidos que careceria de sentido dissociá-los. É assim que arquitetura e urbanismo não podem estudar-se como escalas isoladas ou instâncias as quais se pode ou não chegar. Porque, se bem nos encontramos com um núcleo de edifícios unidos entre si e todo o resto do povoado formado por construções bem diferenciadas, a maneira em que estas se dispõem as articula de tal modo que o conjunto opera como si estivessem enlaçadas.

O território reducional era compreendido não apenas pelos centros urbanos das reduções (figura 43), mas também estava conformado pela infra-estrutura de suporte como as estâncias e os ervais entre outros, que ocupavam uma grande extensão. Era uma grande quantidade de campos que se encontravam agrupados por zonas e eram controlados comunitariamente. Nestes locais existiam construções como currais, cercas de pedra, pequenos silos e capelas.

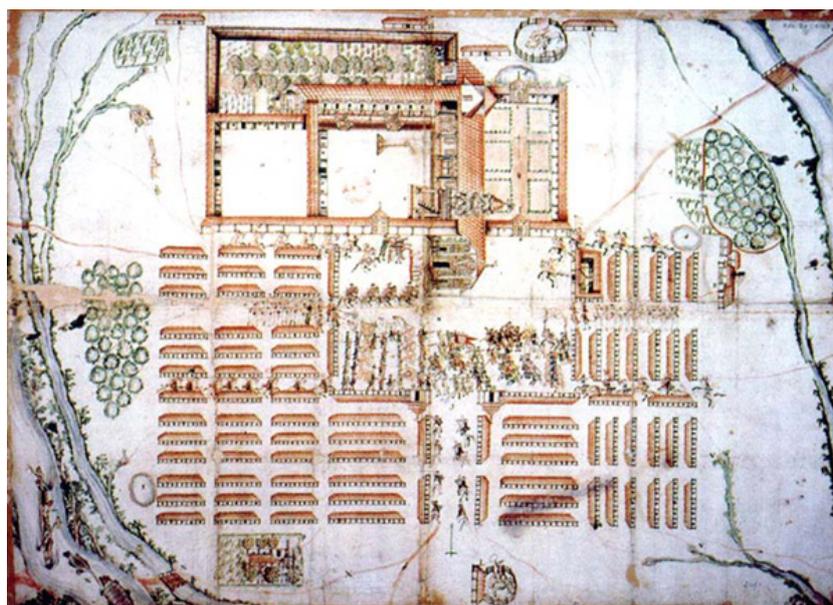


Figura 43: Plano da Redução de São João Batista (AS. Mapas, Planos y Dibujos XXIX. Años 1503-1803. Vol. I, 1980)

A percepção do Guarani destes fatos era demonstrada através de seus dirigentes, fundamentalmente os chamados pajés que se opunham a estas transformações. Num primeiro momento os jesuítas eram vistos pelos Guarani como feiticeiros, segundo Meliá (1986) “Feiticeiros de Deus”. Em relato de um guarani transcrito pelo Padre

Montoya ([1639] 1982, p 57-58) fica claro qual o seu pensamento a respeito dos jesuítas:

Los demonios nos han traído a estos hombres –decía otro dirigente guaraní a su gente– pues quieren con nuevas doctrinas sacarnos del antiguo y buen modo de vivir de nuestros antepasados... No es razón que esto pase adelante, sino que los desterremos de nuestras tierras, o les quitemos las vidas.

A localização foi um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento das reduções, desde as primeiras recomendações dadas na legislação das Índias, de 1523, já eram determinadas suas características¹²⁴ (Impresora de Dicho Real y supremo Consejo, 1971, apud BARCELOS, 2000, p 126):

Procurem ter a água perto, e que se possa conduzir ao Povoado e possessões, ramificando-a se for possível, para melhor aproveitar-se dela, e os materiais necessários para edifícios, terras de trabalho, cultivo e pasto [...] Não elejam sítios para povoar muito altos, pelo incômodo dos ventos e dificuldade do serviço de acarreo, nem lugares muito baixos, porque podem ser doentios: funde-se nos medianamente elevados, que corram desimpedidos os ventos do Norte e meio-dia...

Ordenamos que o terreno e cercanias, que se há de povoar, se eleja em todo o possível o mais fértil, abundante de pastos, lenha, madeira [...] nem haja corrupção de ares, nem águas.

Nas primeiras fundações estas indicações foram pouco utilizadas, o que ocasionou muitas mudanças na localização dos Povoados, isto é destacado por vários autores, entre eles o padre Torres em suas instruções de 1609 (apud BUSANICHE, 1955), que na época do estabelecimento das primeiras reduções do Paraguai, fez ênfase neste ponto.

Os jesuítas também levaram em conta as necessidades e vontade dos guaranis: “Se busca a proximidade de boas águas para beber e para banhar-se, assim como gosta o guarani. Que haja bosques para lenha e madeira e que esteja livre o local pelo lado sul, para receber ventos frescos.” (VIÑUALES, 1997, p. 97).

Para os jesuítas a realidade guarani era vista não só por ela mesma, mas em contraste com o ideal de homem político e humano, que seria de fato o indígena “reduzido” (MELIÁ, 1986). Para a organização dos povoados a instrução do Pe. Diego Bollo (1609, apud MELIÁ, 1986, p. 2) era que se fizessem nos locais escolhidos pelos guaranis assim como “fazer um traçado ao modo dos de Peru ou como mais gostarem os

¹²⁴ De la población de las ciudades, villas y pueblos, Libro III, Tit. VII, p. 19. Ordenanza II. Recopilación de leyes de los reynos de las Indias. Madrid, Impresora de Dicho Real y supremo Consejo, 1971, apud BARCELOS, A. H. F. 2000, p 126.

índios” e serviriam, sobre tudo, para proteger o indígena “Na consciência dos primeiros Padres – e isso aparece muito claro nas instruções do Provincial Diego Bollo – a redução é um lugar de proteção contra a encomenda¹²⁵ e qualquer forma de escravidão” (MELIÁ, 1981, p. 2).

Também se pode ver que a definição de redução, segundo o padre Antonio Ruiz de Montoya (1639) é a clássica dos jesuítas, onde se descreve como uma empresa religiosa e uma realização sócio-cultural que modifica a estrutura étnica da nação Guarani (MONTROYA, [1639] 1982, p. 58):

Chamamos reduções aos povos de Índios, que vivendo na sua antiga usança em matos, serras e vales, em escondidos arroios, em três, quatro o seis casas sozinhas, separados a légua, duas, três e mais uns de outros, os reduziu a diligência dos padres a povoados grandes e a vida política e humana, a beneficiar algodão com o que se vistam, porque comumente viviam em nudez ainda sem cobrir o que a natureza ocultou.

Fazer missões para os jesuítas era substituir as estruturas sociais e as pautas culturais, os costumes selvagens e bárbaros não eram compatíveis com a fé cristã e por isto tinham que ensinar aos índios a viver politicamente. Na carta anua de 1614, o Provincial Diego Bollo (apud MELIÁ, 1986, p 145), comentava: “Foi necessário construir este povo desde suas fundações. Para cortar a acostumada ocasião para o pecado, eu resolvi construí-lo na maneira dos povos espanhóis”. Para os jesuítas, este espaço deveria ser entendido como “espaço sagrado de evangelização” onde todos os elementos eram concebidos de forma a valorizar o elemento principal, a Igreja. Esta forma de ver a redução fez com que o resultado tenha sido um grande espaço de características barrocas onde o elemento teatral era de suma importância.

A localização era escolhida pelos missionários, sempre em acordo com os índios, levando em consideração fatores como a topografia, a proximidade de fontes de água, a vizinhança com terras cultiváveis e as possibilidades de acesso (ARMANI, 1982). As primeiras reduções ocupavam uma área bastante grande, facilitando a ambientação dos Guarani, que não estavam acostumados às aglomerações urbanas, pois suas aldeias eram formadas por poucas casas grandes. Segundo Armani (1982, p. 98) “No núcleo central das primeiras missões estava, portanto, reduzido ao essencial, e as cabanas dos índios se distribuíam desordenadamente em suas proximidades”.

¹²⁵Sistema pelo qual os indígenas eram obrigados a prestar serviços para os espanhóis em troca da sua evangelização.

Outro fato que influenciou na localização das primeiras reduções foi os impactos externos, como as incursões dos bandeirantes em busca de mão de obra escrava, que induziram a constantes transmigrações, provocando o abandono de alguns povoados e a fusão de outros.

Todo este processo de mudanças ocorridas nesta primeira época fez com que, posteriormente, a eleição dos lugares para a fundação destes povoados seguisse orientações mais precisas, isto se vê de uma forma clara nos relatos do padre Antonio Sepp (1980, p. 139-140), sobre a localização de São João Batista no ano de 1697:

Explorar o sítio era tão necessário para nós, como todos os da Europa, antes de povoarem uma terra, e aos romanos antes de tomarem posse das colônias. Inquiriam bem a situação do lugar, se era palustre, arenoso, etc [...], a que ventos estava exposto, se rodeado de matas e bosques, se irrigado por riachos e rios tranquilos; além disto a abundância de águas e de fontes, a salubridade [...] abundância de pedras e rochas para cortar, ou a falta delas; a qualidade do solo e da argila para a fabricação de telhas e tijolos e mil outras coisas necessárias para fundar uma aldeia ou um povoado.

A localização foi um fator determinante para o êxito das reduções, tanto por serem lugares isolados das cidades espanholas, como pelo cuidado com que eram escolhidos estes espaços.

Somente a partir da segunda geração de guaranis catequizados é que os núcleos urbanos das reduções começaram a adotar seu aspecto definitivo (ARMANI, 1982). Para Gutiérrez (1974) este ordenamento espacial e a construção das novas edificações é que vão ser determinantes na compreensão das reduções. O Padre Cardiel ([1780] 1984, p. 57) descreveu a forma como estas construções estavam colocadas (figura 44) e sua eficiência enquanto espaço urbano:

Todas as casas estão feitas a cordel, e têm galerias de três varas de largura ou mais, de maneira que quando chove, se pode andar por todas as partes sem molhar-se, exceto ao atravessar de uma rua a outra. Todas as casas dos índios são também uniformes: não tem uma mais alta que outra, nem mais larga ou comprida.

Dado o grau de aparente uniformidade e regularidade com que se apresentou a implantação urbana das reduções, muito se tem discutido a respeito dos possíveis modelos que influíram sobre o traçado dos povos missionários. A maneira de síntese se assinala alguns elementos que já foram reconhecidos como: as experiências anteriores dos povoados franciscanos formados no Paraguai; a doutrina de Juli, no Peru,

estabelecida pelos próprios jesuítas; as *Leyes de Indias*; a recomendação do padre Diego de Torres Bollo e a forma de distribuição e organização espacial dos índios guarani em suas aldeias. De qualquer forma, o resultado foi uma organização espacial diferenciada, que passou a ser o cenário perfeito para o cotidiano da missão, um cotidiano “[...] que se desenvolve como teatro religioso.” (MELIÁ e NAGLE, 1995, p. 14).

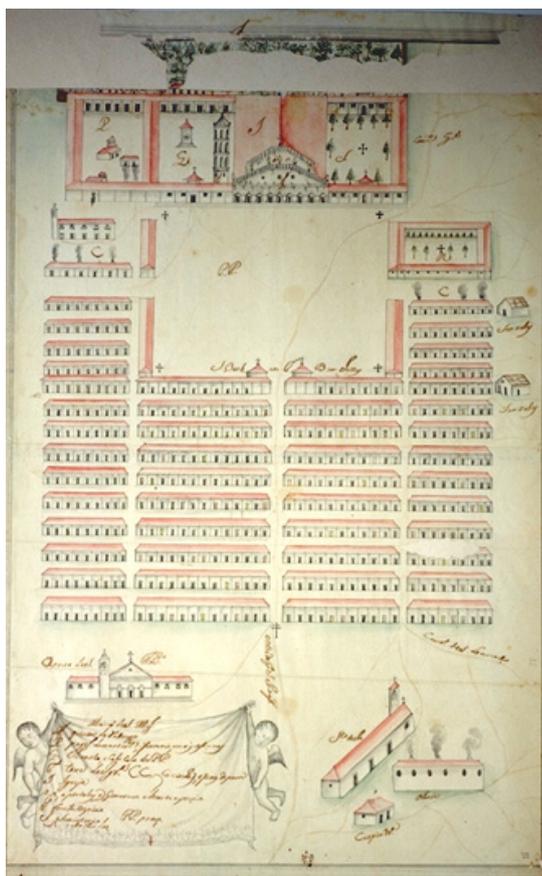


Figura 44: iconografia da redução de São Miguel Arcanjo - 1756 (Biblioteca Nacional)

A formação de um povoado sedentário demandou, no caso dos guarani, uma mudança profunda de seus hábitos de vida. Os guarani passaram de caçadores seminômades a integrar assentamentos fixos, transformando-os em sedentários, o que implicou em outra forma de vida que exigiu uma diferente planificação dos recursos naturais e produtivos (figuras 45 e 46). Segundo Gutiérrez (1993, p. 32) também houve uma adaptação dos jesuítas à realidade dos nativos:

O evitar a ruptura com este meio natural foi, pois, uma das conseqüências essenciais na definição de um traçado aberto para os novos povoados. Isto levou a ruas amplas, a uma inserção integral com a paisagem, a hierarquizar a praça ampla com visuais prolongadas, a incorporação da vegetação onde isto fosse possível, quer dizer há traços de estima e respeito com o entorno físico.

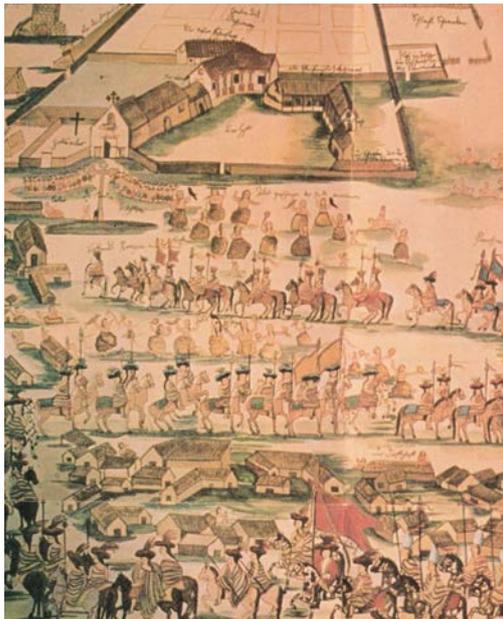


Figura 45: Novas maneiras de organização e produção introduzidas pelos Jesuítas (PAUCK, 1849, apud DUVIOLS, 1991)

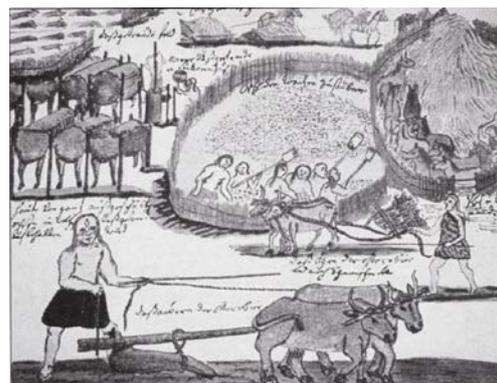
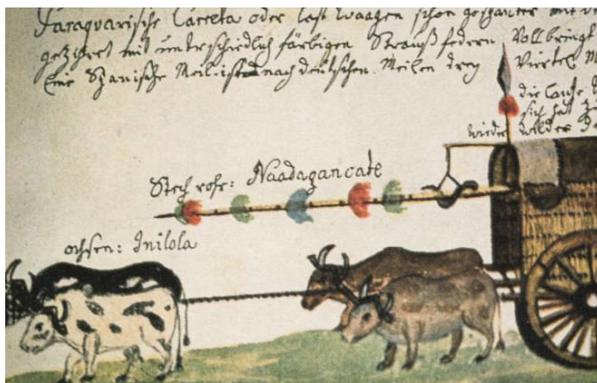


Figura 46: Introdução de animais e implementos (PAUCK, 1849, apud DUVIOLS, 1991)

Por sua parte os jesuítas tinham critérios próprios para assegurar o reino teocrático, incorporando a utopia da comunidade justa na construção de uma sociedade plenamente cristã na terra. Para Gutiérrez (1993, p. 33) fica demonstrado que houve uma interação entre a concepção de espaço sagrado dos Guarani e dos jesuítas:

Ambas visões se fundirão, integrarão e complementarão na sacralização do conjunto urbano, onde os usos para os bailes, danças, cantos, trabalhos comunitários, atividades lúdicas, a catequese e outros afazeres cívicos, laborais ou religiosos se articulam com naturalidade em um novo modo de vida que está claramente contido no esquema tipológico da missão jesuítica.

Autores como Meliá & Nagle (1995) e Gaona (1998) consideram que os Guarani mais que adaptar-se a esta estrutura, a assumiram como própria, resultando em um urbanismo

que foi um sincretismo imposto e necessário para a sobrevivência das Reduções e das populações indígenas. Para Schalleberger (2006, p. 66) “A redução passou a ser, de certo modo, a reconstrução do tekoha¹²⁶, isto é, do espaço onde os índios pudessem viver e produzir a sua vida, só que, agora, mediados pelos jesuítas”. Como prova deste sincretismo se pode citar o relato do padre Pedro Romero em 16 de maio de 1633 (MCA III, p. 58) durante a construção da igreja da redução de São Nicolau (da primeira fase):

Avian antes las Yndias prevenidose y llebado mas de ciento y cinquenta calabazos de su vino que hazen de maiz para regalar a los trabajadores: y assi despues de lebandado todos se juntaron y bevieron a su usanza con gran fiesta y alegria, despues aca na proseguido en lebandar los demas horcones, ett.a con que está ya en muy buen punto la Yglesia.

Em carta do padre jesuíta Pedro Mola ao superior das missões do Tape, o padre Pedro Romero, em 22 de outubro de 1635 (MCA III, 1969, p.116) dá informações sobre a região onde está situada a redução de Jesus Maria localizada, então, próxima a atual cidade de Santa Maria, confirmando a preocupação com que eram escolhidos os locais para os seus assentamentos:

Aiudó mucho tambien para reducir la gente el aber mudado el pueblo en mejor sitio como V.R. lo mandó, el qual, fuera de tener muy buena bista y ser puesto sano y airoso está rodeado de hermosos arrosios y fuente y altísimos montes y rios de mucho pescado, dei qual nos probeieron los índios con mucha abundancia a nosotros y a otros p." de otras reducciones. (p.116)

No documento “*Estado de las rreducciones dei Parana y Uruguay y el fruto que por los rreliгиозos de la Compania de Jesus han conseguido sus avitadores*” escrito em 1640 fica demonstrado como as igrejas, ainda na primeira fase de implantação, eram imponentes e a importância disso para convencer os indígenas a se tornarem cristãos. Sobre a igreja da redução de São Nicolau, da primeira fase, em 1636 (MCA III, 1969, p. 179):

(...) anse entablado tambien en esta redduccion la esclavitud de nra S.ra con grande provecho de lós congregantes y dio fin a el ano de 36 con la dedicacion de La yglesia nueva y collocaçion en ella dei sanctiss.^{TM0} Sacram.10 haçiendo una fiesta mui solemne a q concurrieron muchos padres y cantores de otras rred." p.a celebraria con mayor devoçion. es la yglessia mui hermosa y capaz y el sagrario de linda architectura todo lo q.' ayuda p.a estos nuevos xpianos hagan mayor aprecio de las cossas de la fee como lo an

¹²⁶ Espaço de vivência Guarani, compreende não apenas a aldeia, mas tudo que diz respeito a sua manutenção física e espiritual.

hecho los desta rred.on acudiendo a vicitar el ss.mo sacram.10 con grande devoçion.

Ao mesmo tempo em que se pode ter essa visão de que o Guarani assimilou e assumiu a vida em redução, havia os grupos que não se deixavam reduzir e tinham uma atitude de rebeldia, inclusive provocando a morte de jesuítas como no caso dos padres Roque Gonzales de Santa Cruz, José Cataldino e Pablo Benevides ocorrida em 1628. Esta oposição também foi registrada pela documentação jesuítica que transcreveu o discurso de um guarani (Blanco, 1929 apud MELIÁ 1981, s/p).

¿Por ventura fue otro el patrimonio que nos dejaron nuestros padres, sino la libertad? La misma naturaleza que nos eximión del gravamen de ajena servidumbre, ¿no nos hizo libres aun de vivir aligados a un sitio? ¿No ha sido hasta ahora común vivienda nuestra quanto rodea estos montes, sin que adquiera posesión en nosotros más el valle que la selva? Pues, ¿por qué consientes que nuestro ejemplo sujete a nuestros indios y lo que es peor a nuestros sucesores, a este disimulado cautiverio de reducciones de que nos desobligó la naturaleza?

O traçado das reduções, embora não fosse igual em todas elas, seguia alguns preceitos básicos, de acordo com um plano teórico, que os diferenciava tanto dos modelos espanhóis como dos povos indígenas. O crescimento demográfico era limitado, cada povoado não deveria ultrapassar um número definido de habitantes, as casas dos índios eram unidades coletivas organizadas em fileiras com alpendres ao redor, cada uma conformando uma quadra; era evidente a importância do acesso principal ao povoado, ressaltando a existência do núcleo principal fixo, formado pelas construções de maior destaque destinadas à igreja, ao colégio, às oficinas e ao cemitério. A hierarquia dos espaços era um traço significativo, que diferenciava claramente o poder espiritual e o poder temporal, marca predominante do espaço Barroco (CUSTÓDIO, 2002).

O plano urbano das reduções era complementado por outras estruturas como os tambos - albergues dos viajantes -, hospitais - que muitas vezes eram temporários -, matadouros, atafonas - fornos de pão e moinhos -, capelas e ermidas, entre as quais se destacam as de miserere - utilizadas para os velórios -, assim como também olarias e curtumes.

Além do núcleo central das reduções, eram encontradas as fontes e nascentes que serviam para abastecimento de água, lugares destinados para a extração do barro e as pedreiras. Também se encontravam as áreas complementares de produção agropecuária,

que eram conformadas pelas estâncias de gado, as plantações de erva mate, trigo e milho entre outros e um grande número de elementos que vão complementar estes povoados. Além disso, com o sistema reducional consolidado, com povoados distribuídos em um grande território, uma economia baseada no escambo entre uma redução e outra e a venda de produtos para outras regiões, como Buenos Aires e Assunción, "se estabeleceu um sistema de comércio, em rede, que correspondeu ao espírito cooperativo instituído pelos jesuítas" (CUSTÓDIO, 2011, p. 181).

Este conjunto tão complexo e ao mesmo tempo tão organizado permitia que apenas dois religiosos pudessem dirigir toda a comunidade e que chegassem a alcançar os níveis de desenvolvimento que as reduções da Província Jesuítica do Paraguai conseguiram.

A interação cultural, a superposição, a conversão e a dominação, nos mais diversos níveis e áreas, levaram em consideração a acumulação de experiências adquiridas ao longo deste processo e utilizaram todos os artifícios, principalmente da arquitetura e das artes. Desta maneira se pode dizer que as reduções, assim como as cidades, sempre representaram, através do tempo e do espaço, diferenciados símbolos físicos do poder (AYMONINO, 1981).

Os arquitetos jesuítas e os construtores traziam modelos, gostos e soluções técnicas próprias de sua época (DE PAULA, 1993). Os materiais disponíveis na região eram diferentes, segundo a época da construção dos edifícios. Tudo isso fez com que as soluções arquitetônicas de uma redução para outra e até dentro do mesmo povoado, fossem bastante diferentes (STELLO, 2005) e segundo Gutiérrez (s/data, pp. 8-9)

Somente no caso das Missões dos jesuítas no Paraguai (atuais territórios da Argentina, Brasil e o Paraguai) ou as de Moxos e Chiquitos (atual Bolívia) oferecem um conjunto de povoados importantes formados sobre outras pautas urbanas que as do regime do daimio tradicional.

O modelo alternativo está na realidade constituído pelas missões jesuíticas do Paraguai, Moxos e Chiquitos, que realizam várias dezenas de povos com similar esquema, configurando um caso peculiar na tipologia dos povoados indígenas.

As artes de uma maneira geral e, especialmente, a arquitetura foi de grande importância na estratégia dos jesuítas para a conversão dos indígenas. As imponentes igrejas mostravam, em toda sua opulência, a superioridade do poder espiritual sobre o poder terreno. São estruturas arquitetônicas que chamavam a atenção de quem passasse pela

região a exemplo dos registros feito pelos demarcadores de terras, espanhóis e portugueses, em 1756, no cumprimento do tratado de Madri, como o do Capitão dos Dragões português Francisco Graell (1998, p.82) que em seu diário descreveu a Igreja de São Miguel:

[...] a igreja é muito grande, toda em pedra grés, com três naves em “meia-laranja”, muito bem pintadas e douradas, com um pórtico magnífico e de belíssima arquitetura; as abóbadas em forma de meia-laranja são de madeira; o altar-mor é de entalhes sem dourar, esculpido, dois em estilo italiano, também dourados.

Ainda sobre a imponência da igreja de São Miguel e a riqueza da Região Missioneira vale ressaltar o que relatou Gomes Freira de Andrade em carta de 22 de junho de 1756 (apud RHODEN, 1999, p. 136), sugerindo que se mudasse para ali o bispado de São Paulo: “[...] aquelle grande templo he proprio para cathedral, e a abundancia e produção dos dízimos faria em breves annos mais pinque rendimento, que o da capitania de São Paulo, na qual hum vigário geral dependente do bispo do Rio de Janeyro seria bastante [...]”.

Quando foi assinado o Tratado de Madrid, de 1750, entre Espanha e Portugal, os sete povos localizados na banda Oriental do Rio Uruguai, deveriam passar ao domínio português. Em função disso os Guarani reduzidos, por serem considerados cidadãos espanhóis, deveriam abandonar os seus povoados. Eles se rebelaram e explicaram sua atitude em numerosas cartas, onde aparece enfaticamente um modo de ser guarani já transculturado, mas relativamente autônomo e decidido em sua resistência. Meliá (1981, p. 4) transcreve alguns trechos dessas correspondências:

[...] o que significa para o índio esta sua redução, seu povo. A terra na qual agora estão é antes de tudo "a terra onde Deus nos pôs", "a terra que Deus nos deu", "onde Deus nos criou", "onde Deus nos reuniu". Esta terra é uma espécie de sacramento de vida cristã.

Destes escritos pode-se apreender que os indígenas apreciavam com orgulho as igrejas construídas por eles nas reduções “[...] También se llega que tenemos una iglesia grande donde nos juntamos, que nos ha hecho sudar y dado mucho trabajo, y no sólo sudar sino que por ella hemos derramado mucha sangre y acabado las vidas”. (carta de um guarani anônimo, apud MELIÁ, 1986, p. 183)

Desde um ponto de vista socioeconômico os índios também têm clara consciência de que seus povoados foram fruto de seu trabalho, segundo suas próprias palavras (apud MELIÁ, 1986, p. 183):

Nuestro Santo Rey no sabe ciertamente lo que es nuestro pueblo ni lo mucho que nos ha costado. Mirad, señor, más de cien años hemos trabajado nosotros, nuestros padres y nuestros abuelos para edificarlo y ponerlo en el estado que al presente tiene, habiendo todos tolerado con incesante tesón por tan dilatado tiempo increíbles fatigas hasta derramar nuestra sangre para concluirlo y perfeccionarlo... consta el pueblo de 72 grandes hileras de casas, tiene hierbales muy grandes, y seis algodones de mucha extensión. Las chacras de los indios de todas suertes de semillas son como mil y quinientas. Hay en fin otras innumerables obras de toda suerte de labor.

A visão que os Guarani tinham sobre as reduções, em 1753, estaria de acordo com a aceitação que demonstraram no início da sua implantação. A redução representava um modo de vida com vantagens nada desprezíveis. Segundo Meliá (1981, p. 8) “este modo de vida, em 1753, parece plenamente assumido através de uma ideologia que podemos qualificar de reducional. O Guarani da redução seria uma nova realidade sociocultural e religiosa”.

Neste período, na Região, o principal elemento de transformação foi a chegada dos Jesuítas no início do século XVII com a fundação das reduções, espaços permanentes de conversão dos nativos. Ainda foram introduzidas as construções que formavam os povoados, assim como o gado, varias espécies vegetais trazidas da Europa e a domesticação de espécies americanas. As formas de plantio foram modificadas com a introdução do arado de bois, proporcionando uma produção em maior escala. Permanece um relativo respeito entre o homem e a natureza. A paisagem se constituía dos espaços urbanos, representados pelos povoados, onde havia uma aglomeração de edificações e pessoas, e do rural onde estavam as estâncias de criação de gado e de plantio, além de outras estruturas como as olarias e barreiros, entre outras.

3.4 O ABANDONO E O REPOVOAMENTO – SÉCULO XIX E MEADOS DO XX

A expansão sobre o território levou a guerras permanentes entre portugueses e espanhóis, tendo como motivo principal a definição dos limites das suas colônias (figura 47). O Tratado de Tordesilhas foi completamente transgredido durante a unificação das coroas portuguesa e espanhola (1580-1640), o que levou a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, no qual se estabeleceu a permuta dos Sete Povos da Banda Oriental do Rio Uruguai pela Colônia do Sacramento. No entanto, as disputas pelos territórios trans-fronteiriços na região platina prosseguiram até 1851 quando os limites entre Brasil e Uruguai ficaram definidos (PESAVENTO, 1984).

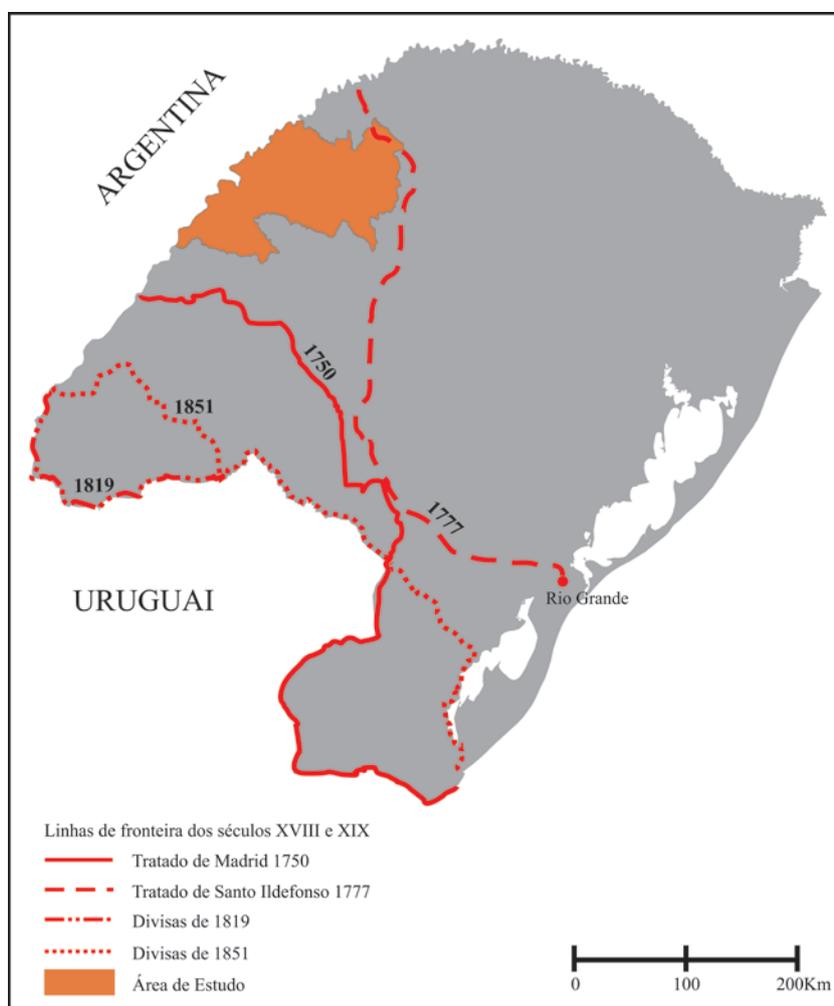


Figura 47: Linhas de fronteira dos séculos XVIII e XIX. (adaptado de BARROSO, 1992)

Com o Tratado de Madri, o governo português passou a preocupar-se pela ocupação do oeste rio-grandense, região que passaria ao seu domínio. Para tanto a coroa portuguesa promoveu a vinda de casais açorianos, que começaram a chegar em 1752 na Província

de Rio Grande de São Pedro. No entanto, devido à Guerra Guaranítica e a demora na desocupação das reduções estes imigrantes, que entraram pela região do estuário do Guaíba e subiram pelo rio Jacuí, se instalaram em Viamão, Porto Alegre, Santo Amaro e Rio Pardo (PORTO, 1954; RHODEN, 1999). Segundo Barroso (2009, s/ p)

O projeto de colonização com açorianos no oeste visava estabelecer uma cunha na área fronteira, garantindo o domínio português na região. De lá viriam, em contrapartida, índios aldeados para as imediações de Porto Alegre. Contudo, a contestação indígena interceptou a efetivação do tratado logo depois anulado (Tratado de El Pardo, em 1761), enquanto os açorianos, na espera, iam-se assentando, uns na faixa litorânea, outros no corredor do Jacuí. Espalhados por Rio Grande, Mostardas, Estreito, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio (Osório), Cachoeira e Rio Pardo, eles condensaram a população desses núcleos. Por outro lado, deram início ao povoamento de Taquari, Santo Amaro (General Câmara), Triunfo e Piratini, entre outros.

Em 1760, em função da crescente importância militar da região, foi criada a Capitânia do Rio Grande de São Pedro, desvinculando-a de Santa Catarina, passando a ser subordinada ao Rio de Janeiro e tendo como sede Rio Grande (RHODEN, 1999).

Com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, os povoados missioneiros da Banda Oriental do Rio Uruguai, assim como a Colônia do Sacramento passaram ao domínio da Espanha, que já havia chegado até o Desterro, atual Florianópolis. Afim de não perder o território já conquistado no sul do Brasil, Portugal, descumprindo o Tratado, adotou uma política de concessão de sesmarias para além dos limites estabelecidos na área (RHODEN, 1999).

A região dos sete povos da Banda Oriental do Rio Uruguai foi conquistada pelos portugueses em agosto de 1801, tomando o território a configuração aproximada do atual Rio Grande do Sul. Após a conquista, a região passou a ser administrada por uma Comandância Militar, subordinada ao governo com sede em Porto Alegre. Neste período iniciava-se a fase da organização da sociedade gaúcha. O governador Veiga Cabral, mandou realizar os trabalhos de demarcação das terras conquistadas e fazer um levantamento da situação dos povoados missioneiros. São Luis Gonzaga, que estava praticamente abandonado, foi a primeira sede deste comando. Em 1803, a jurisdição religiosa das missões, que até aí pertencia a Buenos Aires, passou ao bispado do Rio de Janeiro e o povo de São Francisco de Borja foi escolhido para ser a sede da nova paróquia.

Com a finalidade de estabelecer um comando próximo à região Platina, no ano de 1807, foi criada a Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul que se desvinculou do Rio de Janeiro. Em 1809 o novo capitão-geral do Rio Grande do Sul criou os primeiros quatro municípios (figura 48): Santa Madre de Deus de Porto Alegre, Rio Grande de São Pedro do Sul, Santo Antonio da Patrulha e Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, ao qual passou a pertencer à região missioneira (BARROSO, 1992).

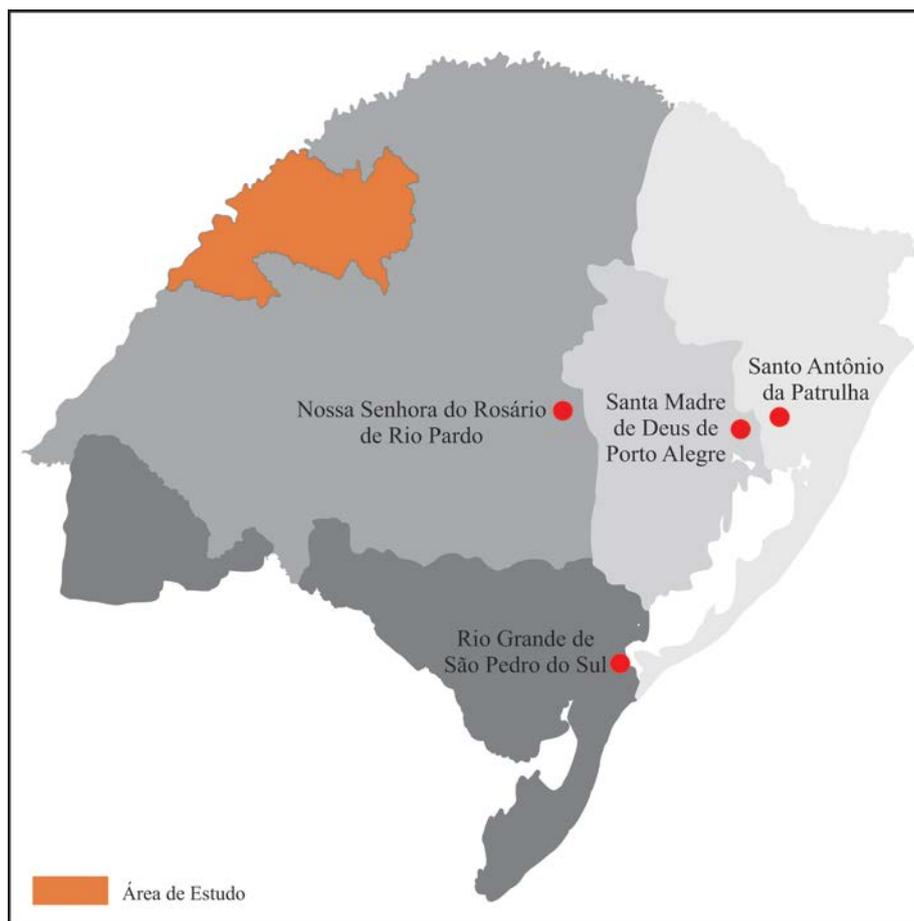


Figura 48: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1809. (adaptado de SOUZA, 2000)

Em 1828, o general uruguaio Frutuoso Rivera invadiu a região dos Sete Povos, levando consigo para o Uruguai aproximadamente 31 mil cabeças de gado, 60 carretas carregadas com objetos de valor e praticamente todos os indígenas aptos para o trabalho (PORTO, 1954). Para resguardar a posse definitiva desta região, foi importante iniciar o processo de urbanização do noroeste da Província com a criação de novas localidades (SOUZA, 2000, p. 32):

A partir do século XIX, com a relativa ocupação da região do vale do Jacuí e dos campos do sul, o eixo de urbanização se deslocou de Santa Maria em direção ao norte, em regiões também propícias ao desenvolvimento da pecuária. Foram surgindo Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeira das Missões. A região das Missões, uma vez incorporada a Província, propiciou o surgimento de núcleos que rapidamente chegaram a condição de freguesia, como São Borja e Santo Ângelo.

Passado o período das invasões externas, os antigos povoados de índios caíram em abandono. Nesta fase da história, a Província do Rio Grande entrou em um período de aparente calma. Os índios, herdeiros do "glorioso" passado missioneiro, estavam desaparecendo. Os que não haviam abandonado as reduções, no êxodo de 1828, estavam se dispersando pelos campos para trabalhar nas estâncias e nos novos povoados que se fundavam, além do processo de mestiçagem que ocorria.

O abandono do sistema reducional, em meados do século XIX, propiciou o surgimento de um novo elemento, muito marcante, na paisagem da Região: os remanescentes dos povoados missioneiros, formados por prédios em ruínas, plantações mal cuidadas, poucos indígenas dispersos pela região e muitas lendas, mas que ainda impressionava os viajantes. Em sua passagem pela Região Missioneira, entre 1817 e 1839, Nicolau Dreys deixou sua impressão a respeito do que viu (1927, p. 101):

Os Sete Povos passarão rapidamente ao estado de lugares abandonados (...). Alí, a civilização retrogradou; o silêncio do deserto se estende pouco a pouco sobre tais vilas outrora florescentes, e o trabalho lento, mas incansável da destruição que já não se vê paralisado pela mão reparadora do homem, vai dia após dia desmoronando estes templos elegantes e as moradias numerosas e regulares que o circundam.

Vários são os comentários a respeito da natureza desta região, alguns poucos de insatisfação com as pragas existentes e muitos de admiração pela beleza e exuberância encontrada, como anota Baptista (2006b, p. 60): “Não é de se estranhar que quando entram nas ruínas, mais do que capitéis ou adornos das igrejas, o que vêem são as ‘majestosas’ e ‘belas’ plantas que ali estão vivendo”. Avé-Lallemant (1953, p. 220) falando da igreja de São Miguel, informou que, em 1858:

E essa construção, engenhosa e gigantesca, ali estava convertida em tristes ruínas. [...] No chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar. A torre estava rachada em

muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertos de fetos¹²⁷, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantes, uma floresta de criptógamos e até árvores.

Com o grande vazio¹²⁸ que se apresentava na outrora rica região missioneira, o governo da Província e o governo central passaram a estimular a chegada de migrantes de outras regiões do Brasil. Nesta época, a Região Missioneira pertencia ao município de Rio Pardo, posteriormente, em 1822, passou a pertencer a Cachoeira do Sul e a Cruz Alta, em 1834 (figura 49).

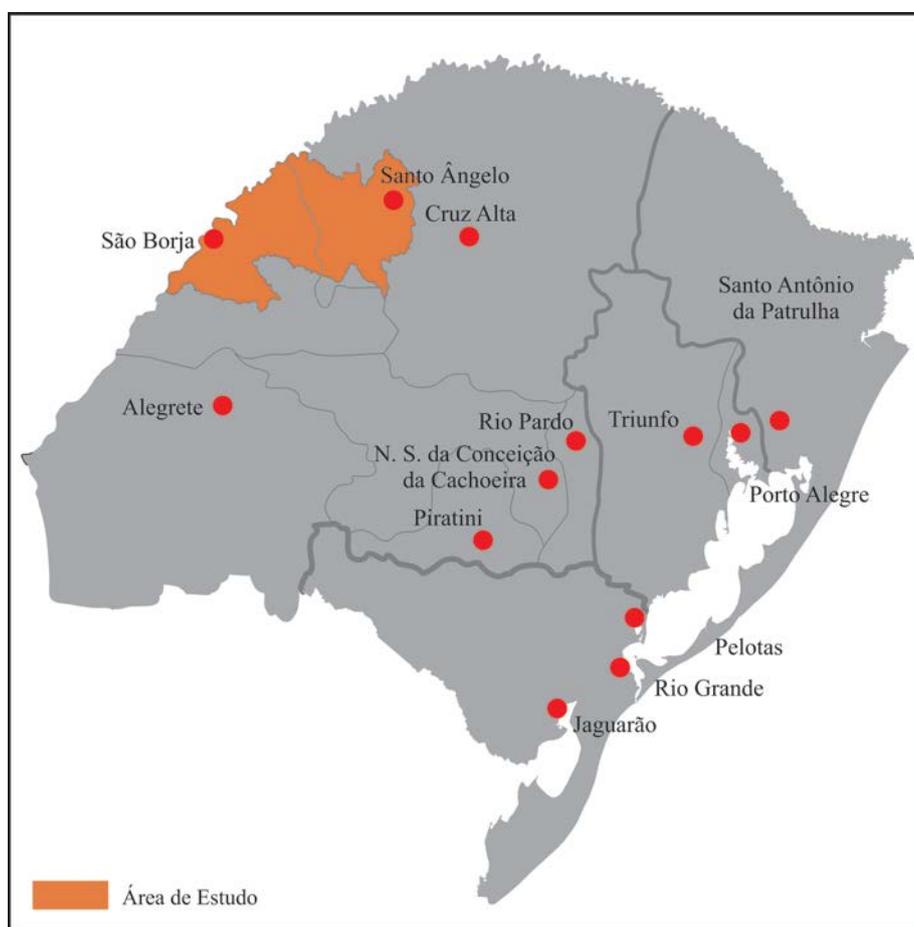


Figura 49: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1835. (adaptado de SOUZA, 2000)

Em 1824, o governo tentou criar uma colônia alemã na Região, no entanto esta não chegou a prosperar devido às precárias condições que os colonos encontraram e também

¹²⁷ Algas, briófitas, pteridófitas e fungos terrestres podem ser encontrados em diferentes tipos de substratos dispostos nos planos horizontal (no solo) e vertical (sobre troncos de árvores, rochas, barrancos, etc.).

¹²⁸ Na realidade a região nunca ficou totalmente abandonada, pois um pequeno número de indígenas permaneceu por aí disperso.

ao não cumprimento das promessas do governo. Desta primeira colonização, somente ficaram algumas famílias, tais como os Kruel, os Holsbach, os Schmidt e os Bulgsdorph, que ainda possuem descendentes na Região (RAMOS, 2010).

No entanto, o efetivo repovoamento da Região iniciou-se em 1831 com a chegada de algumas famílias paulistas. Estas passaram a se dedicar ao comércio da erva-mate, da madeira e das mulas, apropriando-se das terras e do gado que haviam sido abandonados pelos jesuítas e guaranis, em propriedades isoladas que não chegavam a formar núcleos urbanos.

Muitos dos novos moradores vieram por conta própria. Entre eles se pode citar um grande número de militares que serviram às forças do Império que, ao sair do Exército, resolveram viver na Região, onde já estavam adaptados. Nestes casos, o governo lhes doava lotes de terra, sesmarias de campo. Outros grupos de habitantes eram oriundos das tropeadas. Estes viajavam constantemente ao sul com a finalidade de efetuar a compra de tropas de gado e mulas, para revendê-las no interior de São Paulo. Deve-se considerar também os comerciantes, que viam nestas terras uma nova oportunidade de enriquecimento. Os extensos ervais foram mais um dos motivos que trouxeram os migrantes a esta Região. A erva-mate, depois de colhida, era vendida por um bom preço aos países do Prata. Além destes ocupantes, as estâncias que se formavam, passaram a substituir o trabalho de indígenas cativos pelo trabalho escravo negro, que ocorria em todo Brasil (RAMOS, 2010). No interior do atual município de Bossoroca ainda existem os vestígios de um cemitério de escravos negros, bem como uma senzala que faz parte de uma antiga estância. No atual município de Giruá há evidências de um povoado quilombola.

Neste transcurso as terras indígenas foram entregues aos novos povoadores de diversas procedências como os portugueses, alemães, italianos, poloneses e em menor número russos, árabes e judeus entre outros. No entanto muitos indígenas remanescentes das reduções ou não, ainda andavam dispersos pela região.

Sobre estes indígenas, os viajantes que passaram pela Região no século XIX e início do XX, comentam que eram naturalmente indolentes, com uma perceptível inclinação ao furto, ao homicídio, à infidelidade, à prostituição e, principalmente, à preguiça. Saint-Hilaire ([1820] 1987, p. 270) registrou que: “Geralmente nessas habitações vêm-se

redes, onde, quase sempre, está uma mulher deitada com indolência”. Ainda ([1820] 1987, p. 316) falando sobre a prostituição das índias guaranis comentou: “não havendo no meio delas senão alguns velhos, entregam-se a primeiro que se apresenta, seja negro, seja branco e muitas vezes sem exigir retribuição alguma”. Ao mesmo tempo se admiraram “ao vê-los envolvidos em práticas religiosas que, ainda que ultrapassadas, indicam uma certa potencialidade humana que lhes parece tão rara em outras situações — geram-se, assim, importantes relatos sobre as práticas e crenças dos indígenas daquele momento” (BAPTISTA, 2006b, p. 61).

Em boa parte dos povoados ainda eram encontrados pequenos grupos de indígenas ocupando algumas estruturas reducionais, principalmente as mais centrais próximas à antiga praça. Arsène Isabelle ([1833-34]1983, p. 18), teve a impressão de se deparar com “um verdadeiro quartel em torno do qual erguem-se, sem ordem regular, ranchos, chácaras e algumas casinhas decentemente cuidadas”.

Outros comentários recorrentes são a respeito da grandiosidade e da falta de cuidados, por parte das autoridades, com as estruturas remanescentes das reduções. Saint-Hilaire ([1820] 1987, p. 309), opinou que: “Se, no início, tivessem atacado essas obras quando necessário, as aldeias não estariam à beira de total destruição, [...]”. Arsène Isabelle ([1833-34]1983, p. 19) denunciou: “longe de pensar em repará-los, [as autoridades] levam delas materiais para empregá-los em novas construções”. Avé-Lallemant ([1858] 1953, p. 219-220) demonstrou claramente o impacto que estes povoados parcialmente abandonados e em processo de arruinamento provocavam nos visitantes:

Subitamente me encontrei numa praça bastante ampla, de uns cem pés de largura e de comprimento e vi um quadro, esta região, tão surpreendente quanto melancólico. Diante de mim, uma velha igreja, construída de pedra vermelha, de proporções tão grandiosas quanto nobres, porém já em ruínas. [...] Ao lado do templo outrora tão soberbo, uma praça cercada por um alto muro de pedra lavrada. Atrás dele e atrás da igreja, o colégio dos jesuítas, construído em grandiosas proporções. Atrás de tudo, um grande pomar, hoje completamente abandonado.

Os registros de Hemetério José Veloso da Silveira, que passou pela Região no final da década de 1880, mais precisamente na antiga redução de Santo Ângelo Custódio, destacaram a falta de preocupação na conservação da igreja do período reducional, que foi demolida para dar lugar e reutilizar os materiais para a construção de uma pequena capela (1909, p. 172):

Em nossa visita de 1886, começavam a demolir parte do frontispício (referente à Igreja) para aproveitar os materiais na capela que pretendiam construir.

Com efeito, veio tudo a baixo, com exceção de duas colunas ainda conservadas, uma caída sobre o solo, outra ainda em pé e a prumo, ambas monolíticas (...). No lugar da quase basílica, levantada pelos jesuítas, mas barbaramente destruída e abandonada, campeia a nova igreja, construída por influência do novo pároco Francisco Rositi, verdadeiro contraste de seus quatro predecessores.

Dos novos ocupantes da Região, os primeiros a chegar foram os portugueses em meados do século XIX que migraram das primeiras colônias onde haviam sido instalados. Esses portugueses chegaram ao Rio Grande do Sul a fim de colonizar a Região Missioneira, que seria desocupada em função do Tratado de Madri. No entanto, com a Guerra Guaranítica e a demora na desocupação da Região por parte dos missionários, foram assentados provisoriamente em Rio Grande, Porto do Dorneles, Viamão, Taquari e Rio Pardo (FLORES, 2010; KÜHN, 2004). Estes novos ocupantes, entretanto, nada tinham em comum com o recente passado missioneiro e apenas viam as terras a serem ocupadas e aqueles remanescentes como materiais a serem reutilizados.

Os comentários a respeito das novas populações que chegaram à Região demonstram a falta de ligação e de significado que estes vestígios possuem para os mesmos. Estes migrantes causam profundas alterações de peças sagradas, como se pode perceber nos registros feitos por Silveira ([1855-1886] 1979, p.184) ao passar por São João Batista:

Mas o que era uma verdadeira injúria a esses monumentos, que deveriam ser guardados como pertencentes da história, foi o chiqueiro de porcos formado por capitéis, baixos relevos e outras obras de arquitetura. Como esse, muitos outros proprietários fizeram a mesma coisa.

Nesses relatos se pode ver a decadência dos, antes admiráveis, povoados, que pouco a pouco foram sendo abandonados pelos homens e invadidos pela natureza (figura 50). Junto com a vegetação que lentamente foi encobrindo os antigos edifícios, surgiram animais domésticos - como vacas e cavalos que pastavam sobre os pavimentos - silvestres - como os morcegos que deixavam no interior da igreja “um odor fétido” - e selvagens - como uma onça comendo um terneiro no meio da igreja de São Miguel (SAINT-HILAIRE,[1820] 1987; SILVEIRA [1855-1886]1979). Avé-Lallemant ([1858] 1953, p. 220) conta o avanço da natureza sem deixar de se encantar:

[...] uma floresta de criptógamas¹²⁹ e até árvores, pouco ficando a dever aos jardins suspensos de Semíramis. Maravilhosas borboletas esvoaçavam sobre as ruínas e no alto, nos mais elevados pontos, os pássaros da floresta chilreavam a sua canção sobre a solidão profunda, grave, premonitória.



Figura 50: A Igreja de São Miguel em 1920, em ruínas e tomada pela vegetação (ANS)

Além da destruição provocada pelo abandono e pelas novas populações, foram registrados também a presença de caçadores de tesouros que, atraídos pelas lendas dos “tesouros dos jesuítas”, passaram a viver junto às ruínas dos povoados. Estes homens foram responsáveis por vários danos, causando grandes modificações às estruturas, abrindo enormes covas e removendo pedras (AVÉ-LALLEMANT [1858]1953; SILVEIRA [1855-1886] 1979).

Em 1846 o Rio Grande do Sul possuía 18 municípios (figura 51), sendo que a Região Missioneira estava concentrada nos municípios de São Borja e Cruz Alta, já existindo as vilas de Santo Ângelo e de São Luiz Gonzaga (FORTES e WAGNER, 1963).

Em 1875, a Província de Rio Grande possuía 37 vilas originárias dos primeiros quatro municípios, a maioria delas no Município de Rio Pardo, entre as quais se encontravam as vilas de Santo Ângelo e de São Borja que originaram aos municípios que formam a atual Região Missioneira (FORTES e WAGNER, 1963) (figura 52).

¹²⁹ O mesmo que fetos, ver nota de rodapé nº124.

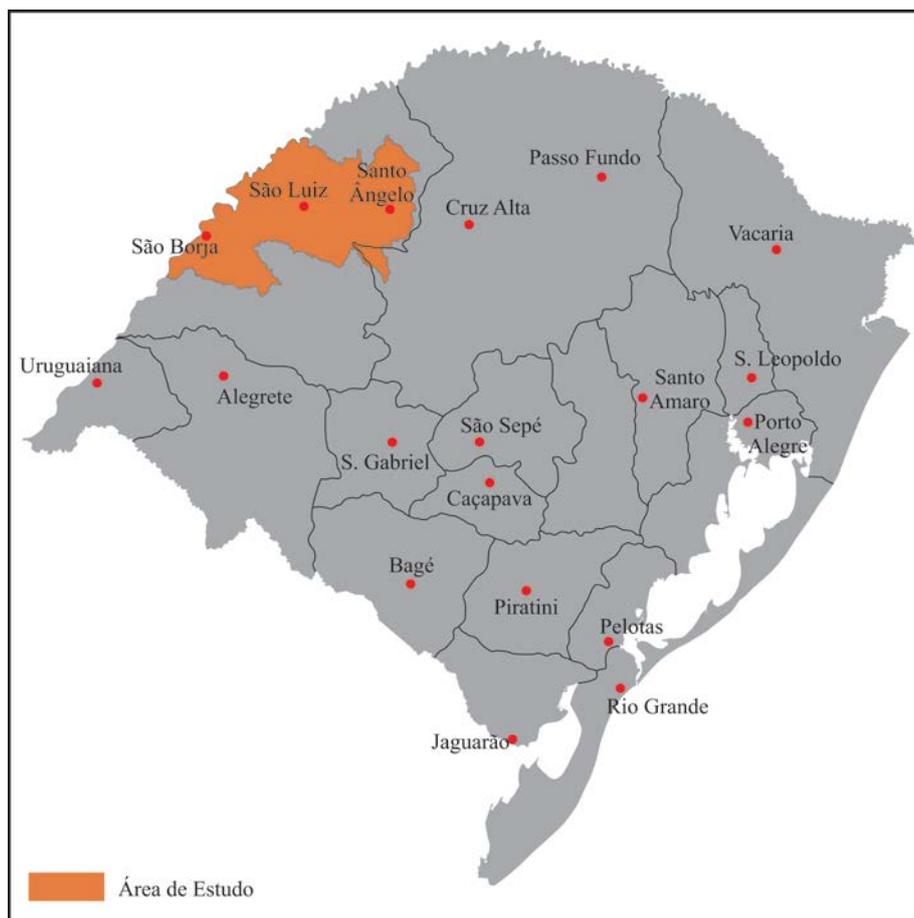


Figura 51: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1846 (Adaptado de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2002)

Desde o início do século XIX havia a preocupação das autoridades nacionais e provinciais em povoar as terras conquistadas da Espanha. Entretanto a ocupação da Região ainda era bastante precária, Avé-Lallemant descreve como era desolada a região e mesmo assim era possível encontrar uma variedade de artigos de uso para os moradores em um armazém de propriedade de um imigrante alemão ([1858] 1953, p. 218):

Chegamos a Carajazinho, [...] à beira da estrada, uma venda e um armazém de mercadorias; um pouco fora da estrada, uma estância, e isso é todo o lugarejo.

No armazém, onde apei por um momento, reinava boa ordem; havia ali, para vender, tudo que é necessário para a vida, mesmo vida do campo, desde o sapato parisiense e o guarda-sol de seda até a colossal espora de ferro de ferro do peão e uma multiplicidade de coisas que, pelo seu alto preço, não se compreende que encontrem compradores. E, todavia, encontram-nos sem esforço. No sapato envernizado parisiense, mete-se amanhã ou depois o pé de uma mulata, de uma índia ou de uma imigrante alemã, e, no passeio a cavalo, o guarda-sol de seda azul furta-cor protege tanto os cabelos louros de uma europeia como a cabeça de uma negra africana ou de uma guarani sul-americana.

O proprietário do armazém era outro alemão, também de Oberstein, Frederico Kruel....

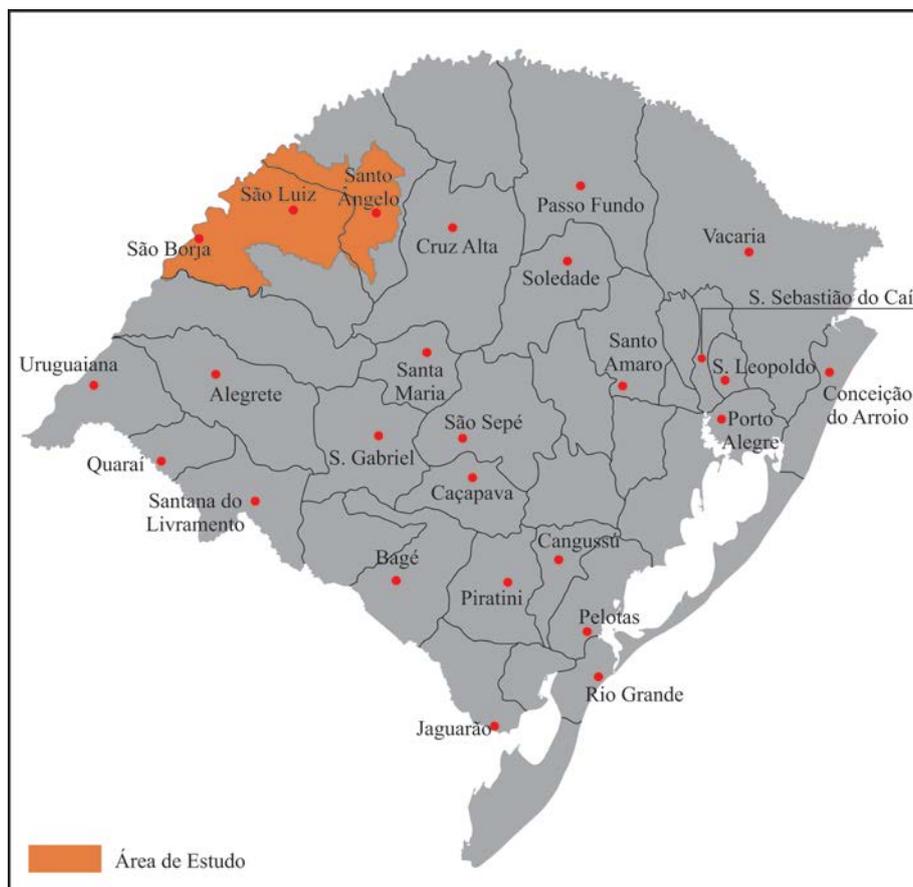


Figura 52: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1875 (adaptado de Barroso, 2009)

Em artigo publicado no Correio do Povo em 10 de agosto de 1971 o arquiteto Julio Nicolau Barros de Curtis (2003, p.321) faz referência à Região Missioneira e menciona a importância de uma edificação do século XIX (figura 53), a mesma descrita por Avé-Lallemant em 1858:

Queremos nos referir à “Casa Grande do Carajzinho”.
Perdida em um ermo do município de Santo Ângelo, mais precisamente no distrito de São Miguel, constitui-se a edificação em precioso remanescente de arquitetura do oitocentismo rio-grandense.

Entretanto somente a partir de finais daquele século e princípios do XX é que esta ocupação foi intensificada, pois até então a colonização se desenvolvia próximo aos centros econômicos, onde eram mais fáceis as comunicações, o transporte e a comercialização da produção. Em função disso grande parte da produção da região conquistada estava sendo desviada pelo rio Uruguai e mandada para os países platinos,

o que aumentou a preocupação do governo em relação aos meios de transporte. O desenvolvimento agrícola da Região dependia da modernização e ampliação da rede de transporte, que começou a ser solucionada em 1890 com o início da construção da ferrovia que ligou São Paulo a Rio Grande, passando pelo planalto rio-grandense. Em 1894 foi inaugurada a estação ferroviária de Cruz Alta aproximando a malha ferroviária de todo o norte da Província e, conseqüentemente, da Região Missioneira, facilitando a chegada e escoamento de população e da produção, assim como o acesso à produtos que não eram produzidos pelas colônias próximas.



Figura 53: Edificação do século XIX no distrito de Carajazinho, no município de Entre-Ijuis (Curtis 1971, 2003, p. 322)

As áreas de campo situadas entre a depressão central e a fronteira sudoeste foram ocupadas em função das facilidades para a pecuária extensiva, o principal fator da riqueza da Província até início do século XX, propiciando uma ocupação extensiva de povoados. Já a região noroeste além dos ervais, teve grande atração, pois possibilitava a exploração do gado, do couro, dos cavalos e mulas deixados pelas antigas reduções (BARROSO, 2009). Além de ser caminho para o comércio destes produtos com o centro do país, pois os caminhos litorâneos e via Campos de Cima da Serra já estavam abandonados, sendo substituídos pelas ligações via Missões, que possibilitava uma melhor vinculação com os centros consumidores.

Nonoai, Pontão, Palmeira e Cruz Alta, os pontos mais procurados pelos tropeiros, balizavam a pecuária e o comércio noroeste, reforçado com o projeto da estrada do Mato Grosso. Ela passaria próximo a Nonoai, e já em 1858 teve suas imediações demarcadas pelo engenheiro de Obras Públicas, Francisco Rave. Dois anos depois, outro engenheiro José Maria Pereira de

Campos, reconhecia o Salto Grande, no rio Uruguai. Este, em seu condensado relatório, aplicou-se, acima de tudo, a fomentar a ocupação da zona missioneira, na promoção da sua navegação, na interligação de estradas até Rio Pardo, Cruz Alta e outros pontos, e no estabelecimento de colônias militares para a "exploração mais metódica e racional" da extensa região ervateira, riqueza essa à mercê de muitos aventureiros e dos vizinhos do Prata, sem que a província do Rio Grande do Sul pudesse desfrutar desse potencial econômico. (BARROSO, 2009, s/p).

Com a fundação da Colônia Oficial de Ijuhy em 1890 as regiões Noroeste e Planalto começaram a ser colonizadas. Inicialmente, com lotes retangulares de 250 x 1000 m, junto à floresta, os colonos praticavam uma agricultura muito próxima a exercida pelos indígenas, com o corte e queima da mata, produzindo uma agricultura de subsistência. No entanto, com a melhoria das práticas agrícolas e a ampliação das terras agricultáveis, pela derrubada da mata, passaram a produzir um excedente que, a partir de 1895, pode ser comercializado e transportado para Cruz Alta (DUDERMEL et al., 1995). A rede de municípios se ampliou para 56, principalmente no centro e noroeste do estado, a Região Missioneira seguiu com um número reduzido de municípios (figura 54).

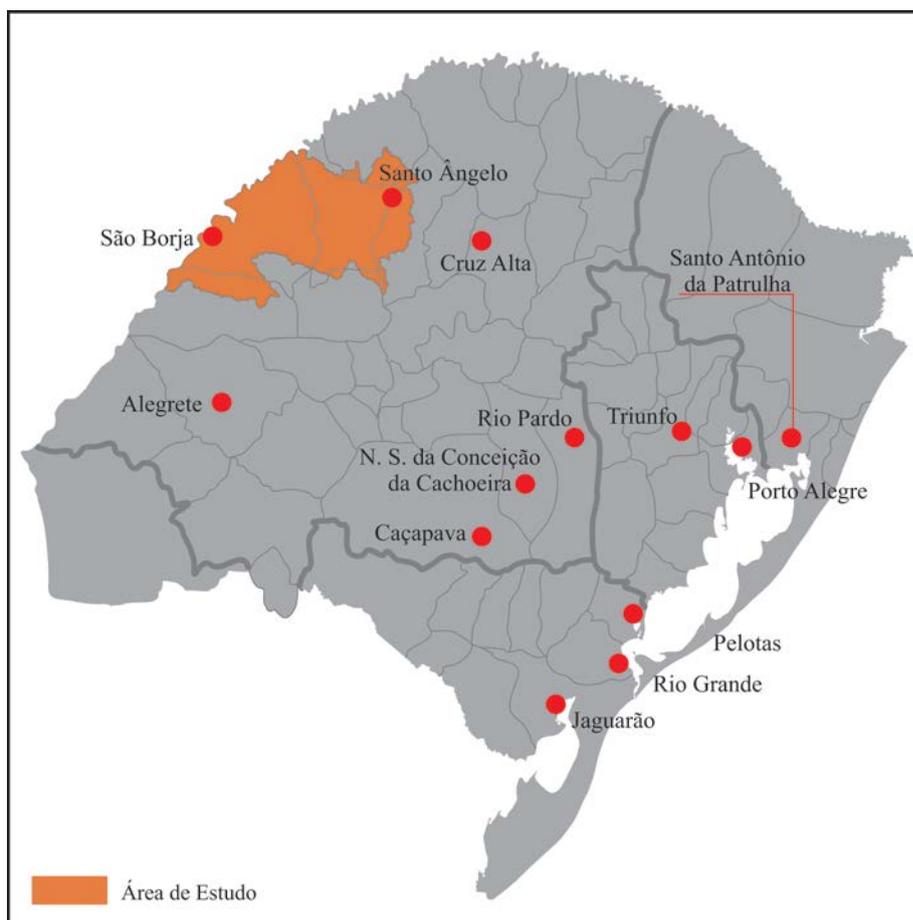


Figura 54: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1889. (adaptado de SOUZA, 2000)

Nesse contexto um movimento migratório interno se desencadeou em direção a Região Missioneira. Após a frustrada tentativa de sua ocupação por imigrantes alemães, ocorrida por volta de 1824, somente no início do século XX foi que colonizadores de origem germânica retornaram. Descendentes dos primeiros colonos se deslocaram para a Região, pois, além da disponibilidade dos produtos e das terras, as antigas colônias estavam esgotadas em termos de áreas livres para estes se instalarem¹³⁰ (BARROSO, 2009) (figura 55). A Companhia de Colonização Bauerverein¹³¹ adquiriu as terras situadas entre os rios Ijuí e Comandai até o rio Uruguai e promoveu a venda de lotes, proporcionando que inúmeras famílias fossem assentadas na região. Esse assentamento denominado Serro Azul compreendia as áreas dos atuais municípios de Cerro Largo, Porto Xavier, Roque Gonzáles, Salvador das Missões, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Sete de Setembro. Conforme Spies (2000, pp 14-17):

No Rio Grande do Sul fora fundada a Companhia de Estrada de Ferro Alemã (Nortwestbahn) para construir uma ferrovia. (...) Em troca da construção, a Companhia recebia a concessão para colonizar uma faixa de terra de 5 Km ao longo da estrada (...). Mas não obteve sucesso. Até 1900, essa não chegara a assentar uma dúzia de colonos e o projeto foi repassado à Bauernverein, que através de um acordo com a Nortwestbahn e o Governo Estadual, comprometia-se a colonizar a gleba Serro Azul, no prazo de 10 anos, para assentar famílias de origem alemã. (...) adquiriram lotes de terra na área compreendida entre os rios Ijuí e Comandaí, que foi repartida em lotes segundo critérios diversos. Dividia-se em faixas de terra de um a dois quilômetros de largura, chamados de “linha”. (...) Cada localidade, desde o início, procurou obter auto-suficiência. Por isso era necessário capela, escola e clube da comunidade, além de uma casa comercial.

A colonização germânica na região ocorreu ainda, de forma menos marcante, em outras cidades como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja, para isso foi de grande importância a chegada da ferrovia, em 1911, na então Colônia de Ijuhy, possibilitando que a colônia passasse de uma economia agrícola de subsistência para a comercialização regional de produtos, tanto de saída como de entrada. (RUCKERT, 1985).

¹³⁰ “E são visíveis duas rotas de penetração: uma partia de Montenegro e seguia por Estrela, Lageado, Soledade, Cruz Alta, Ijuí, Santo Angelo até Santa Rosa; e outra partia de Caxias, indo a Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Palmeira das Missões até Três Passos”. (BARROSO, 2009, s/p)

¹³¹ Uma sociedade de colonos católicos e protestantes da colônia velha preocupados com a falta de terras para seus filhos.

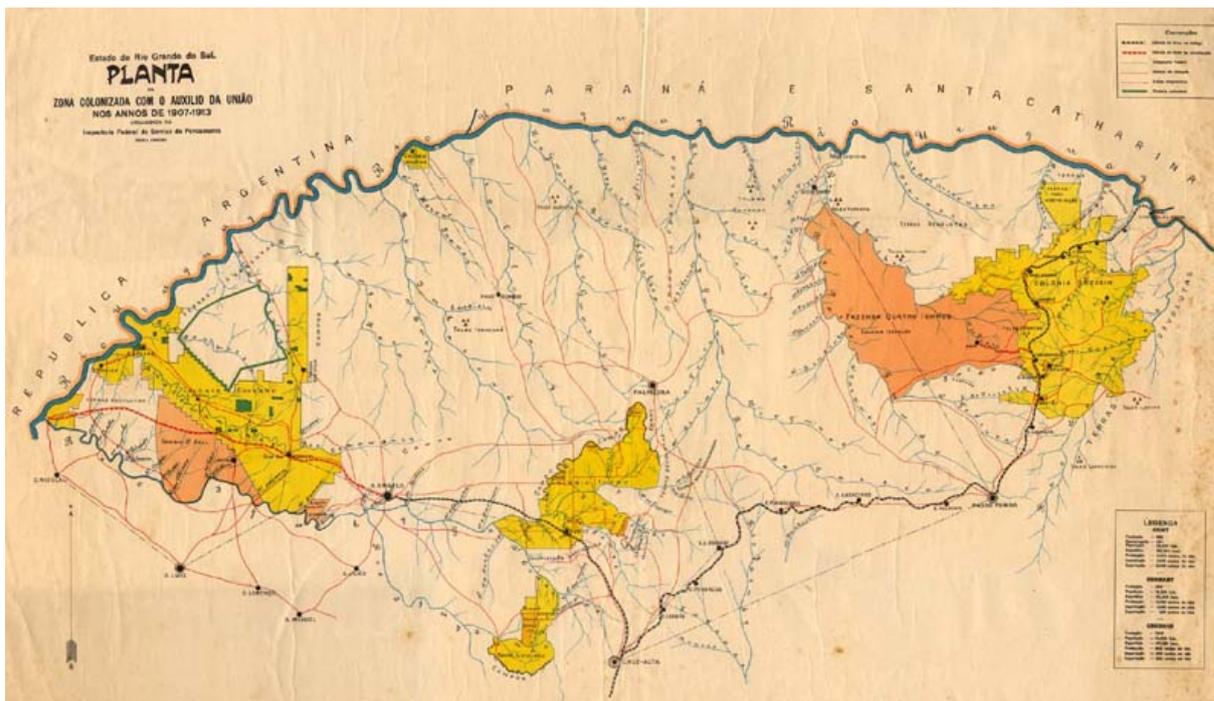


Figura 55: Estado do Rio Grande do Sul - Planta da zona colonizada com o auxílio da União; Inspeção Federal do Serviço de Povoamento, 1907-1913. (IHGRGS - http://ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.5/499-243.htm)

Por volta de 1891 o governo brasileiro fundou uma colônia mista constituída de dois núcleos, um a margem esquerda do rio Uruguai – sede do atual Município de Porto Lucena, e o outro núcleo Comandaí, as margens do rio de mesmo nome, sede do atual município de Guarani das Missões (IBGE, 2007). Até por volta de 1894 a população era formada por suecos, poloneses, russos, austríacos, alemães e brasileiros, a partir daí passou a receber um grande número de imigrantes poloneses de outras colônias do Estado, como Bento Gonçalves, Veranópolis e Garibaldi, tornado-se quase que exclusivamente polonesa (POLANCZYK, 2006).

A Região teve, também, a presença de descendentes de imigrantes italianos, porém ela não foi tão significativa e constante como a alemã e a polonesa, pois a sua vinda não ocorreu a partir de colônias destinadas à eles, mas por meio de deslocamentos dispersos das velhas colônias de outras regiões do estado, principalmente do centro e da serra gaúcha. As colônias mais próximas da Região Missioneira estavam em Cruz Alta e Soledade fundadas em 1899, que eram particulares, e Erechim, fundada como colônia mista pela Diretoria de Terras e Colonização em 1910 (CRUZ, 1986). Com eles vieram os traços socioeconômicos e culturais que já estavam sendo desenvolvidos com mais intensidade nas colônias italianas da encosta da serra gaúcha, e que acrescentaram

significativamente na formação dos traços peculiares da Região Missioneira como a culinária, as festas e tradições religiosas.

Esta nova ocupação deu início ao regime de policultura. Estes novos ocupantes possuíam, além de capital inicial, animais de tração e transporte e equipamentos como o arado e a carreta, o que possibilitou um incremento do cultivo, tornando possível o excedente de produção, para venda, e a partir disso um desenvolvimento financeiro que possibilitou a aquisição de terras ampliando as unidades produtivas (DUDERMEL et al., 1995).

Neste período para atender às novas demandas foi necessário o fornecimento de energia elétrica que inicialmente era produzida por máquinas a vapor e por moinhos d'água. Também, foi imprescindível, a construção de estradas e pontes para os deslocamentos da população e dos produtos manufaturados nas colônias assim como para trazer bens dos centros mais desenvolvidos. A partir disso surgiram os “bolicchos” ou “bodegas” e a figura do comerciante como um agente fundamental na colônia. Estes lucravam extraindo sua mais-valia dos produtos como milho, trigo, feijão, mandioca e suínos adquiridos do colono e revendendo-as aos centros consumidores, ao mesmo tempo que traziam produtos beneficiados dos grandes centros para as colônias. De um modo geral, esses agentes tornaram-se lideranças entre os colonos, assumindo o papel de financiadores ou emprestadores, num contexto em que o colono ainda não recorria ao crédito bancário, adquirindo também concentração de poder em decisões políticas (RUCKERT, 1985). Os comerciantes, que acumularam mais que a maioria dos pequenos “bolicheiros”, buscaram investir em terras e tornaram-se, mais tarde, efetivamente agropecuaristas. O estado continua sendo subdividido, atingindo 67 municípios, seguindo as tendências anteriores de uma concentração maior de municípios no centro e noroeste, a Região Missioneira passou a ter três municípios: São Borja, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga (FORTES e WAGNER, 1963) (figura 56).

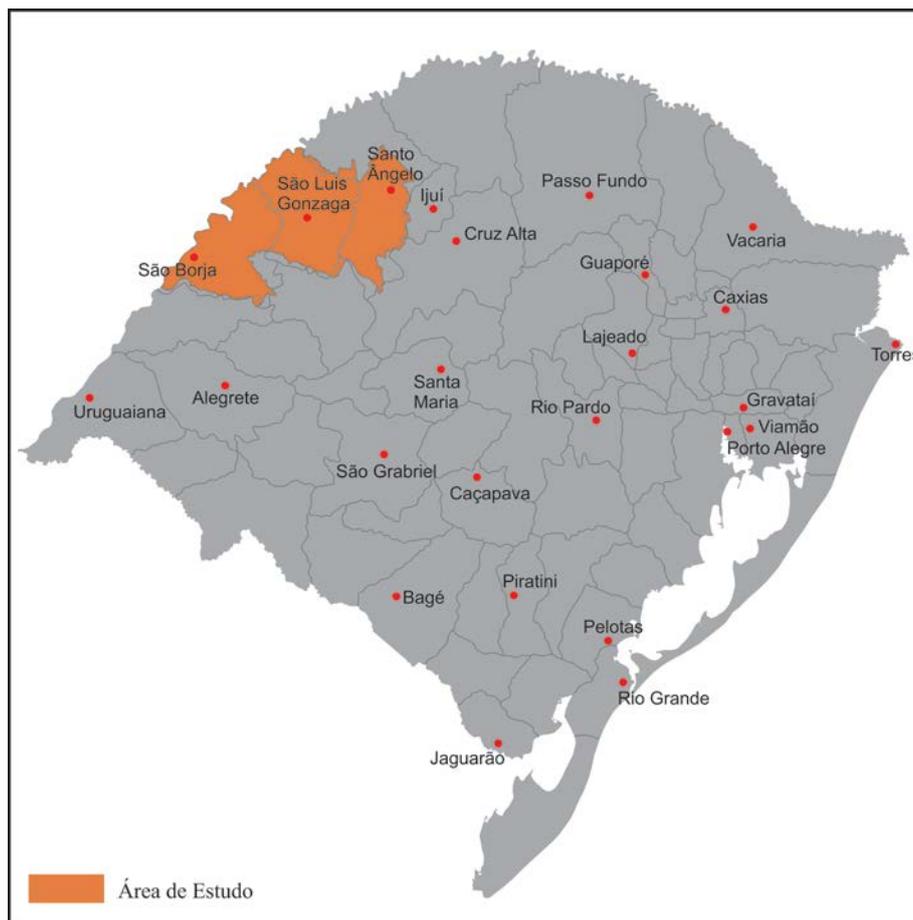


Figura 56: Divisão administrativa do Rio Grande do Sul em 1912. (adaptado de ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2002)

Em 1913 foi instalada a estação ferroviária em São Borja, aproximando a região das missões ao oeste gaúcho e abrindo a possibilidade de conexão com o Uruguai e a Argentina por meio da ferrovia. Outras estações ferroviárias foram implantadas na região ao longo deste período como Santo Ângelo e Catuípe em 1921, Giruá em 1928, Santa Rosa em 1940 e São Luiz Gonzaga e Bossoroca em 1943 (IPHAE, 2002). Com isso ampliou-se a rede de conexões da região com outros centros e que foram de grande importância para a sua ocupação e crescimento econômico e sócio-cultural. Estas novas conexões permitiram que a produção regional fosse enviada para centros maiores, assim como a chegada de bens de consumo que não eram produzidos na região (figura 57).

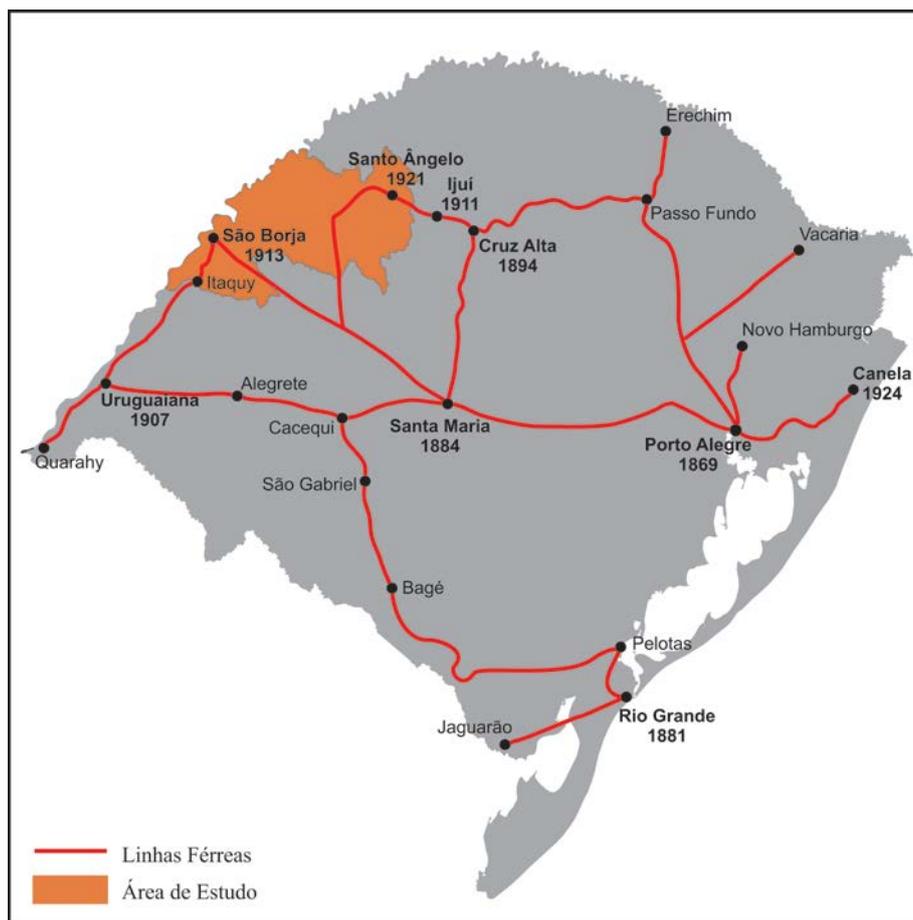


Figura 57: Linhas ferroviárias do Rio Grande do Sul em 1924 (adaptado de SOUZA, 2000)

A vinda dos primeiros colonizadores trouxe um modelo multifacetado para as atividades econômicas. Baseados em um modelo agropastoril, eles dedicaram-se primeiramente a criação de gado. Na região das atuais cidades de São Borja, Bossoroca, Itacurubi e Garruchos, os vastos campos de vegetação rasteira contribuíram para o desenvolvimento dessa atividade que ainda hoje possui uma enorme representatividade na economia da Região. Ainda neste período ocorreu um início de industrialização, bastante incipiente e de organização familiar, principalmente as de beneficiamento de produtos animais (banha, couro, etc) e agrícolas (algodão, farinha de milho e de trigo, moagem de café, etc), madeireiras (serrarias, esquadrias, etc) como a serraria do Cel. Bráulio de Oliveira (figura 58) e a Casa da Banha (figura 59) localizadas em Santo Ângelo (AHMACPS). Em março de 1929 foi fundada a Associação Comercial, na Vila de Santo Ângelo, mostrando que este setor já estava tendo um crescimento que influenciava economicamente a região (ACISA).



Figura 58: Serraria do Cel. Bráulio de Oliveira, 1916. (AHMACPS)



Figura 59: Casa de Banha, 1931 (AHMACPS)

Nesse período teve início o interesse pela conservação dos remanescentes arquitetônicos das reduções, primeiramente com a ação do Governo do Estado, em 1925, quando foram feitas obras de limpeza e estabilização nas ruínas da Igreja de São Miguel.

O relatório apresentado pelo Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Sergio Ulrich de Oliveira, em setembro de 1926 (Relatório da Diretoria de Terras e Colonização – junho 1925/maio 1926) atesta como os remanescentes missioneiros impressionavam e deveriam ser alvo de proteção por parte do governo estadual:

Temos o prazer de consignar que, por despacho presidencial de 2 de Outubro de 1925, em officio desta Diretoria, n.º 236, de 39 de Julho, ficou a mesma autorizada a providenciar sobre a guarda e conservação das ruínas do magestoso Templo de São Miguel, um dos Sete Povos das Missões, no município de Santo Angelo.

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, a sua primeira iniciativa na área da preservação do patrimônio missioneiro foi a realização de um relatório¹³² pelo escritor Augusto Meyer, onde foi manifestada a importância em preservar aqueles remanescentes (MAYERHOFER, 1947, p. 23):

O Sr. Rodrigo M. F. de Andrade recorreu primeiramente aos serviços de seu assistente técnico no Estado do Rio Grande do Sul, o escritor Augusto Meyer, que apresentou um relatório circunstanciado sobre o assunto, ressaltando o interesse documentário das ruínas.

No mesmo ano o diretor do SPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, incumbiu o arquiteto Lucio Costa de dirigir-se à Região Missioneira, no Rio Grande do Sul, a fim de proceder a uma vistoria nos remanescentes arquitetônicos dos chamados "Sete Povos das Missões".

Durante sua estada na região Lucio Costa percorreu seis dos sete povos acompanhado por Augusto Meyer (figura 60). Sua primeira impressão sobre as ruínas de São Miguel foi: "como os vestígios de um naufrágio". No seu relatório fez uma descrição do estado de conservação dos remanescentes missioneiros encontrados e atesta o seu excepcional valor. Apontou quais as medidas para a conservação apenas de São Miguel que, em sua opinião, eram as únicas que mereciam ser preservadas, "Não só por ficarem aí mais acessíveis, mas por serem os vestígios de São Miguel [...] os únicos que ainda apresentam interesse como conjunto arquitetônico [...]" (COSTA, 1937, p. 7).

Estes remanescentes são ainda classificados como "vestígios apreciáveis – S. João, São Miguel, São Lourenço, e São Nicolau." (Correio do Povo, 1938), e como "ruínas do monumento incomparável que é, entre nós, a igreja da São Miguel" (ANDRADE, 1987).

Pode-se dizer que este período caracterizou-se pela ampliação e consolidação das fronteiras, a consolidação de núcleos urbanos, pela implantação da pequena propriedade e pela diversificação da agricultura de subsistência (BRUN, 1988, p. 56, 57):

A agricultura tradicional se caracterizava pela utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, a fertilidade natural do solo e mão de obra direta. O objetivo primeiro da produção é a alimentação da família, sendo o

¹³²Durante a pesquisa realizada nos arquivos do IPHAN e da Fundação Casa de Rui Barbosa, onde se encontra o arquivo pessoal de Augusto Meyer, não se encontrou o referido relatório. Existem somente referências sobre sua existência.

excedente destinado à comercialização. Era praticada em pequenas propriedades, que foram se subdividindo sempre mais em virtude das partilhas por heranças (...) a sabedoria da vida e do trabalho tinham grande valor. As principais energias utilizadas eram oriundas diretamente da própria natureza: energia humana e animal, da água e do vento.



Figura 60: Lucio Costa, Leleta sua esposa e Augusto Meyer nas ruínas de São Miguel em 1937 (ANS)

3.5 A ATUALIDADE - MEADOS DO SÉCULO XX E XXI

As transformações que ocorreram no mundo após a II Guerra Mundial (1939-1945) refletiram no país, onde as relações entre o meio rural e o urbano passaram por uma nova configuração com o incentivo à industrialização que passou a ser o setor mais dinâmico da economia, atraindo as pessoas do campo para os grandes centros urbanos, principalmente a partir da ditadura de 1964. Além disso, a falta de uma política para fixação do homem no campo agregado à chamada modernização da agricultura ou “Revolução Verde”¹³³ provocou a expansão das migrações campo-cidade. As políticas

¹³³ A Revolução Verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou este processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos

públicas brasileiras voltaram suas atenções para questões de cunho produtivista para o meio rural, incentivando o uso da tecnologia na produção agropastoril, seja por meio de técnicas que possibilitavam maior aproveitamento e produtividade da terra, seja pela mecanização do cultivo, ou ainda por meio da utilização de máquinas e implementos agrícolas, além de produtos químicos como adubos e fertilizantes, defensivos e corretivos do solo (GOODMAN *et al.*, 1990; CARDOSO, 1994), incentivando a monocultura da soja e do trigo voltados para o mercado externo (figura 61), acelerando o declínio da agropecuária de base familiar.

[...] Em nome da soja, especialmente, muitos abandonaram a horta da porta da casa, o chiqueiro do fundo do quintal, prejudicando a lavoura de subsistência, ficando obrigados a comprar os produtos essenciais que, antes, eles mesmos produziam e se abasteciam (BARROSO, 2009, s/p).

Embora, desde a década de 1930, o cultivo de soja no Rio Grande do Sul já possuísse certa importância, por ser utilizada pelos colonos na produção de alimentos aos suínos, somente após a II Guerra, com a início da produção industrial de óleo vegetal no país, principalmente a partir do final da década de 1960, é que ele se tornou economicamente significativo (FRANTZ, 1982).



Figura 61: Alta mecanização da agricultura, monocultura baseada no trigo e soja (foto do autor, 2006)

Acompanhando o que ocorreu em todo país, a partir do final da década de 1950, na Região Missioneira houve a gradativa substituição do modelo de transporte ferroviário

industrialmente. O conhecimento teórico e prático para esta tarefa já tinha sido estabelecido. Portanto, em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos. (GOODMAN *et al.*, 1990, p. 34).

pelo modelo rodoviário¹³⁴, implicando na ampliação da malha rodoviária a fim de proporcionar o transporte dos produtos agropastoris para outras áreas e ao mesmo tempo suprir de produtos que não são produzidos na região.

Estes fatores foram definitivos para a nova configuração espacial da Região, que passou por um processo de transformação das relações sociais, econômicas e da produção agropastoril, acompanhado de uma grande concentração da propriedade da terra. A atividade agropecuária que era baseada na pequena propriedade e na diversificação, passou a se firmar na monocultura extensiva, principalmente na cultura do trigo, da soja e do milho (figura 62) (BRUN, 1988, p. 60):

À medida que o processo de modernização se implanta e avança, a agricultura tende a se especializar, se orientando em direção a um ou dois produtos (raramente mais), em cada região. Esta tendência em direção à monocultura, de um lado, cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade e, de outro lado, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, onde se estabelecem as relações capitalistas de produção [...]

A partir das décadas de 1950 e 1960 houve uma ampliação e diversificação do parque industrial, baseado na economia agropastoril que, segundo Barroso (2009), sendo de cunho multinacional, desenvolveu uma grande dependência devido a alta mecanização da produção. Ainda nesse período teve início à formação de entidades voltadas ao ensino superior como a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado – FIDENE, atual Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, fundada em 1956 em Ijuí e possui Campi em Ijuí, Panambi, Santa Rosa e Três Passos; o Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo

¹³⁴ O rodoviarismo enquanto política de Estado teve origem com o ex-presidente Washington Luis (1869-1957). No seu governo (1926-1930) foi criada a Polícia Rodoviária Federal e o Fundo Especial para Construção e Conservação de Estradas de Rodagens Federais, incentivando a instalação de rodovias no país. Esse deslocamento preferencial para as rodovias deveu-se, principalmente, pela falta de investimentos nas ferrovias e, cada vez mais, o Estado assumiu a coordenação de uma política de desmonte do setor ferroviário. Com o sucateamento crescente e o material rodante obsoleto, os trens perdiam velocidade, tornando o transporte de bens perecíveis bem mais arriscado do que pelas rodovias, tornando-se antieconômico. Contudo, foi durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1902-1976), entre os anos 1956-1961, que o rodoviarismo foi implementado de maneira contundente. Pode-se analisar a sua estratégia por dois aspectos distintos. Primeiramente, a de integração do Brasil, com a transferência da capital federal para o interior do País e a consequente construção das rodovias Belém-Brasília, Brasília-Rio Branco e Cuiabá-Porto Velho, no intuito de estabelecer relações comerciais e proporcionar o povoamento em áreas mais afastadas do Centro-Oeste e da região Norte. O outro aspecto dessa opção foi o caráter político-econômico, pois ampliar a malha rodoviária poderia atrair empresas internacionais do ramo automobilístico. De acordo com a Teoria dos Polos Econômicos, a participação de um tipo de indústria como a de automóveis, permite efeitos de escala ou de arraste por atrair empresas correlatas ao ramo central. (PAULA, 2006).

Ângelo - IESA, fundada em Santo Ângelo em 1963; e a Fundação Universidade Integrada - FURI, atual Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, fundada em Santo Ângelo em 1968 e que hoje possui campi em Santiago, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo, Frederico Westphalen e Erechim.



Figura 62: Vista aérea da região, próximo ao sítio arqueológico de São João Batista (Edegar Cavalheiro, 2005 - APHNM – IPHAN)

Esses acontecimentos geraram um crescimento tecnológico e econômico desigual para os municípios da Região, assim como contribuíram para o processo de urbanização das cidades onde foram implantadas as indústrias e as instituições de ensino superior. Agregado ao êxodo rural, provocado pelo sistema produtivo implantado, ampliou as diferenças sociais, criando áreas deprimidas no entorno das cidades maiores como Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e São Borja.

A matriz produtiva que teve início nas décadas de 50 e 60, do século XX, se expandiu até finais dos anos de 1970, quando sucessivas frustrações pela perda das colheitas puseram em dúvida o modelo utilizado. Agregaram-se a isto os problemas ecológicos decorrentes deste processo onde se aplicavam quantidades excessivas de fertilizantes e defensivos químicos pondo em risco o meio ambiente e a própria vida humana (BRUN, 1988, p. 79):

Diante desse quadro pouco alentador, foi necessário repensar a agricultura da região. A alternativa vislumbrada e em início de implantação é a diversificação agropecuária. Não é propriamente um retrocesso à fase anterior, da agricultura tradicional, mas um avanço dentro da modernização, com certa correção de rumo.

Desse modelo resultou um processo acentuado de desigualdade econômica, gerando pobreza e concentração de terras e renda além de uma forte degradação da natureza pela expansão da fronteira agrícola e uso excessivo de defensivos agrícolas. Além disso, a internacionalização da economia brasileira tornou a agricultura vulnerável à flutuação do mercado exterior que agregado à frustrações de safras, causadas pelo esgotamento da terra e pelas mudanças climáticas, tornou o pequeno agricultor cada vez mais dependente expropriando-o de suas terras, ampliando o êxodo rural e inchando as periferias dos centros urbanos, incrementando a oferta de mão-de-obra para o setor industrial e de serviços e conseqüentemente deprimindo o preço da força de trabalho.

A maioria dos pequenos agricultores que abandonaram a diversificação agrícola a fim de inserir-se na agricultura moderna, durante a década de 1980 mergulhou em profundas dificuldades, pois com a economia brasileira marcada pela instabilidade, houve a redução do crédito agrícola subsidiado e a fase expansionista deu lugar a um período de estagnação e declínio. (BELIK & PAULILO, 2001). A região vem sendo caracterizada como de pouco dinâmica econômica, dependendo basicamente do setor primário, que enfrenta uma crise prolongada nos últimos 20 anos, pois o processo de modernização conservadora, baseada na imposição da monocultura e do pacote tecnológico, gerou uma dinâmica de forte êxodo rural. Em função disso cidades como Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga passaram a concentrar um grande número de habitantes, vivendo em sub-habitação, ampliando o desemprego e o crescimento da informalidade.

Sem possibilidades de conseguir manter-se com o cultivo do binômio soja/trigo, teve início a discussões sobre o modelo de desenvolvimento rural praticado até o momento, que foram intensificadas a partir da década de 1990. Esses debates estão baseados na concepção de desenvolvimento sustentável, onde além das relações de produção convencionais com a diversificação da agricultura, o meio rural abrange um leque composto de outras relações e funções como a agroindústria e o turismo rural (PINHEIRO, 1995, CARNEIRO, 2000). O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDRS - Território das Missões (2006, p. 24) coloca claramente a necessidade de elaboração de um plano territorial para a Região que leve em consideração suas características específicas, sem levar em conta a questão cultural que, apoiada em estudos minuciosos da paisagem, poderia servir de eixo estruturador de um planejamento regional.

São legítimas e absolutamente oportunas todas as iniciativas que tenham por foco a busca de novos caminhos para o desenvolvimento regional, sem perder de vista o tema da segurança alimentar, da redução das desigualdades, do combate à desnutrição, do fortalecimento do tecido produtivo local e regional, os quais devem estar fortemente apoiados numa abordagem territorial, fugindo, portanto, da atuação estritamente local ou municipalista.

Paralelamente ao crescimento da ocupação urbana e à diversificação da economia da Região, houve uma ampliação nos esforços de preservação do patrimônio cultural do período reducional. Nas intervenções realizadas em 1954-1955, em 1967-1970 e 1981-1987 os trabalhos estiveram concentrados nas estruturas arquitetônicas da Igreja de São Miguel. Todos seus coordenadores confirmaram a grandiosidade e imponência das ruínas da igreja de São Miguel, no entanto não deram importância ao seu entorno formado por outros remanescentes que completam a estrutura principal da redução (STELLO et al, 2003), muito menos aos outros elementos de composição do espaço reducional como fontes, olarias ou caminhos. Em 1983 as ruínas de São Miguel Arcaño foram reconhecidas como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Vários são os depoimentos a respeito da importância dos remanescentes reducionais e principalmente da grandiosidade da igreja de São Miguel. O professor Julio Curtis se manifestou em várias ocasiões, mencionando a grandeza destas ruínas, mas lhes impõem um cunho de relíquia de guerra e não como uma herança e que, como fato histórico, seriam menos importantes que as construções dos imigrantes, por menos imponentes que sejam:

Nos limites da arquitetura que, em particular, nos interessa, poderíamos registrar, preliminarmente, uma fase proto-histórica - que antecede à ocupação definitiva do nosso território - definida pela civilização material que os missionários construíram e cujos despojos nos chegaram na forma de ruínas espetaculares, entre as quais se destacam, com absoluta prioridade de interesse, os remanescentes do Povo de São Miguel (CURTIS, 1976 in CURTIS, 2003, p 131)

Ora, se se der ao trabalho de examinar a história da nossa civilização material com perspectivas mais amplas do que aquelas que lhe permite a preocupação com episódios anedóticos, verá que o legado casual das missões nos fala muito menos do que os pardieiros deixados por colonos açorianos, alemães e italianos, ou por seus descendentes.

As ruínas de São Miguel representam para o Brasil, guardadas as proporções, aquilo que as ruínas do templo POSEIDON, em Paestum, representam para a Itália de hoje e - também nos permitindo erudição - diríamos até que aqueles restos gregos são muito menos evidenciados e acarinhados pelos italianos do que os monumentos que lhe serviram de apoio material a sua unificação" (CURTIS, 1978 in CURTIS, 2003, p 229)

O consultor da UNESCO Roberto di Stefano em entrevista ao Boletim do SPHAN, em 1980 e em 1982, demonstrou reconhecer neste patrimônio uma grande importância, tanto arquitetônica como histórica e social:

(...) não hesita em reconhecer nas ruínas das missões jesuíticas a mesma importância de outras ruínas célebres, como a Acrópole, o Coliseu e outras (Roberto di Stefano, Boletim do SPHAN nº7, 1980, p. 9)

São Miguel é, de fato, um patrimônio mundial a testemunhar o nascimento de um novo mundo gerado pela ação civilizatória jesuíta. O Brasil é depositário de um monumento que não é apenas parte da história deste país, mas um marco importante da história mundial (Roberto di Stefano, Boletim do SPHAN nº 17, 1982, p. 4)

A opinião do IPHAN, como Instituição, sobre as ruínas missioneiras ficou expressa em matéria publicada no Boletim do SPHAN nº 11 de 1981, colocando a importância da preservação destes remanescentes para que possam ser "lidas" e entendidas pois se tratam de vestígios de grande importância para a história nacional:

(...) as ruínas de São Nicolau constituem um precioso documento da civilização material missioneira e os trabalhos ali realizados têm como um de seus objetivos a "devolução ao homem contemporâneo e aos seus pósteros das condições de leitura, na pedra e no barro, de um dos episódios mais notáveis da civilização jesuítico-guarani" (Boletim 11, 1981, p. 12)

Sandra Pesavento, em um artigo publicado em 2007 com o título "Missões, um espaço no tempo: paisagens da memória", fez uma leitura da representação que uma ruína podem ter. Especificamente sobre as ruínas missioneiras ela as classifica como um elemento que vai muito além da sua materialidade, que possui uma força tal que pode rememorar muito mais que sua própria história:

Podemos agora retornar às ruínas das Missões jesuíticas, como marcos materiais dotados de um poder invocador daquilo que é hoje invisível: trata-se de uma história que cruza tempos e lugares marcados pela guerra, na Ibéria de além-mar e no sul da América do Sul (p.57).

Ela deve comportar o antigo, ou seja, o tempo acumulado. Ela é a exibição de uma obra, feita por outros homens, em outra época. É marca de alteridade, pois. Como tal, ela assinala, para o espectador do presente, fatos e valores dotados de significado para uma comunidade. Não necessariamente ou em exclusividade os dos grandes personagens da história e dos grandes feitos, mas também os registros do passado que foram conservados pela memória social (p. 60).

Tudo isso, a rigor, é patrimônio, material e imaterial, que falam ambos de um pertencimento. Pedras que despertam sonhos e sonhos que encontram abrigo nas pedras (p. 63)

A partir de 1987 as obras de conservação passaram a ser coordenadas pela Superintendência Regional do IPHAN, nos primeiros anos os técnicos seguiram dando importância aos vestígios arquitetônicos da Igreja de São Miguel. A partir da década de 1990 esta visão se ampliou e passou a ver o espaço missionário como um complexo de elementos distribuídos pelo território, sendo todos de grande importância para o entendimento do sistema reducional, passando a trabalhar na preservação dos diversos vestígios e sítios arqueológicos missionários (STELLO et al, 2003).

Esta mudança na forma de entender o espaço missionário ampliou, nos últimos anos, o horizonte de atuação do IPHAN. As intervenções que estão sendo realizadas na Região Missionária não se reduzem a uma simples consolidação de muros de pedra, senão um programa integrado onde monumento, meio ambiente, turismo e comunidade trabalham em conjunto na valorização do legado cultural reducional, que segue sendo o patrimônio reconhecido, tanto interna como externamente à região.

Ao longo dos anos, as emancipações, a partir dos municípios de São Borja e Santo Ângelo, foram se sucedendo criando-se os 26 municípios que formam a região (figura 63). Novas culturas, como a canola e o girassol, passaram a fazer parte do rol da produção agrícola do território. A multiplicação e o crescimento dos núcleos urbanos, a concentração da terra em mãos de uns poucos proprietários e uma grande falta de respeito à natureza são características que marcam este período.

É importante ressaltar que a visão da grande maioria das pessoas, sejam moradores ou visitantes, ainda está muito ligada aos remanescentes reducionais. Embora não existam muitos estudos a respeito da forma como os visitantes e moradores percebem estes locais, pode-se apreender algumas informações sobre o assunto, a partir de relatórios existentes no arquivo do Parque Histórico Nacional das Missões - PHNM/IPHAN em São Miguel das Missões e da observação “in loco” durante o período em que o autor desta tese participou das ações de preservação dos remanescentes missionários (1987 – 2009).

Para poder analisar a situação dos moradores se deve partir da visão que os novos ocupantes destes locais tinham nas décadas de 1950 a 1970. Na maioria dos casos percebiam os sítios como um empecilho para o seu desenvolvimento, isto muitas vezes se devia ao fato de não possuírem raízes neste local, que acreditavam não pertencer a

sua memória mesmo que, muitos deles, possuíssem traços de origem guarani e a maioria utilizava costumes herdados dos povos que ali viviam anteriormente.

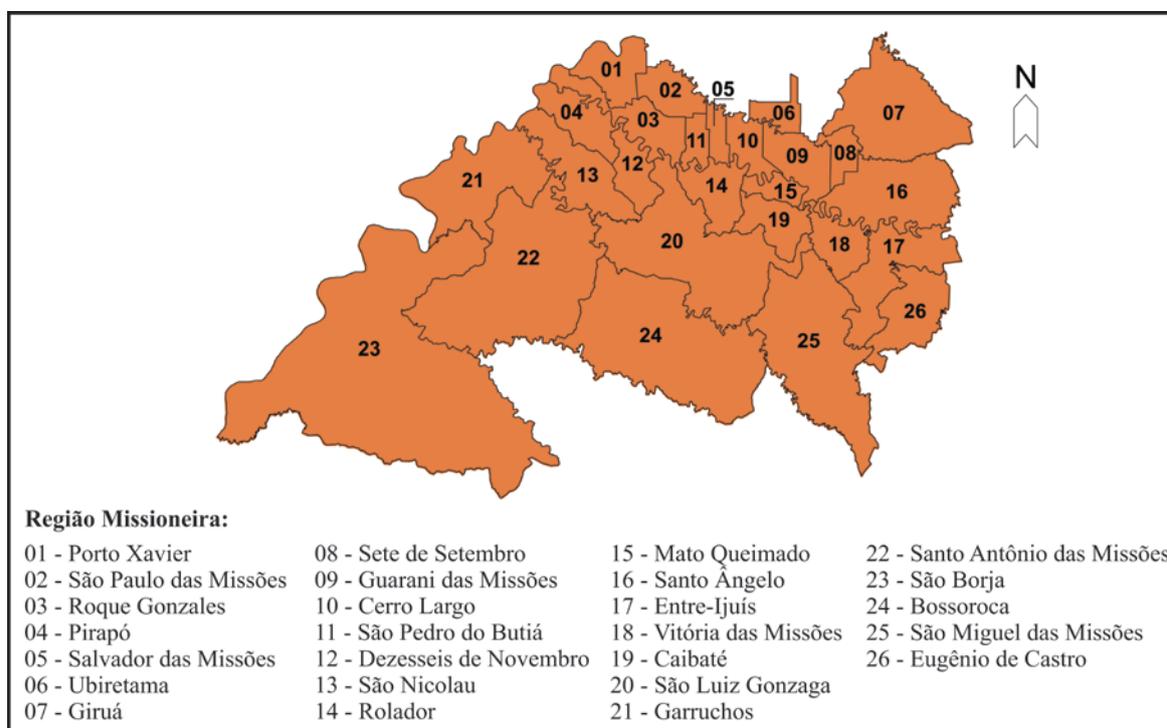


Figura 63: Mapa da Região Missioneira, com os 26 municípios que compõem a área de estudo (adaptado de URI - IPHAN, 2008)

Com as ações de preservação executadas e com a difusão cultural a partir da década de 1970, esta atitude perante estes monumentos vem alterando a imagem que estes grupos de pessoas têm destes espaços. Na atualidade pode-se perceber que os moradores dos entornos dos sítios arqueológicos missioneiros, têm uma posição ambígua. Por um lado utilizam a figura do passado missioneiro como elemento de afirmação cultural de sua memória, mesmo que, muitas vezes, esta memória não seja herdada diretamente dos seus antepassados, mas que já a assumiram como formadora de sua tradição. Por outro lado eles ainda vêm problemas em relação às regras de preservação dos entornos destes locais que impõem normas para o crescimento urbano e limitam de alguma forma a utilização de seus próprios espaços.

O grupo dos visitantes pode ser subdividido em turista e estudantes. Os turistas, aqui definidos, como visitantes que chegam ao local com o intuito de conhecer a cultura regional. Os estudantes, que representam cerca de 70% dos visitantes destes sítios (APHNM), são trazidos pelas suas escolas e muitas vezes recebem informações sobre a

história das reduções. Estes dois subgrupos em sua grande maioria percebem estes espaços como “grandiosos”, não apenas quanto ao visual, mas também pela história que estes vestígios possibilitam conhecer, ficando "assombrados" com a grandeza dos espaços encontrados, principalmente com a igreja de São Miguel pelo requinte de sua arquitetura. Mas para eles é muito difícil perceber a partir dos remanescentes destas reduções a complexidade e magnitude daquele sistema, tanto em seu funcionamento físico como sócio-cultural

Outro elemento que alimenta o imaginário destes usuários são as diversas lendas que circulam ao redor da história e que têm influenciado na forma de perceber estes espaços, como é o caso da lenda da Cobra Grande que habitaria a torre da igreja de São Miguel e faz com que os visitantes “vejam” as suas marcas nas paredes de pedra. Ou do tesouro dos Jesuítas onde se imagina que tenham objetos de ouro e prata enterrados ou escondidos nestes sítios e que provocaram várias destruições.

Alguns usuários sentem o espaço como uma alternativa de lazer, sem grandes preocupações de apreender alguma lição que possa ser tirada deste local. Outros o vêm com uma conotação religiosa, outros, como exemplo de interação cultural ou ainda como exemplo de atrocidades contra os indígenas. Tanto os moradores como os visitantes que percorrem os sítios missioneiros os têm percebido como locais carregados de significados diversos, mas todos têm em comum a percepção de que é um lugar de grande significação, não só para a região, mas para a história da humanidade.

Como se pôde ver a Região Missioneira teve um longo processo de ocupação que introduziu grandes modificações em cada um dos períodos, ampliando as fronteiras agrícolas e urbanas, multiplicando as influências culturais. Acompanhando este processo vê-se que a visão dos diversos atores, que agiram ou passaram pela Região, se modificou, passando de um entendimento territorial formado por vários elementos para uma visão centrada no patrimônio reducional.

Tendo conhecido o processo de ocupação da Região Missioneira e as várias contribuições que resultaram na sua atual configuração socioespacial, cabe identificar os elementos que são importantes nessa composição da paisagem, muitos quase desconhecidos ou não reconhecidos como tal, assunto que será analisado no próximo capítulo.

4. NOVAS ABORDAGENS PARA UMA ANTIGA PAISAGEM

A leitura da paisagem missioneira como tem sido enfocada até o momento está voltada, principalmente, para o patrimônio do período reducional. A intenção neste capítulo é mostrar que além deste período houve a contribuição de novos ocupante em diferentes períodos na Região. Acompanhando o processo de mudanças socioeconômicas, culturais e de crescimento urbano da região, ocorreram transformações na maneira de ocupar os espaços, na forma de produção agropecuária, nas redes de conexões interurbanas e na arquitetura que marcaram profundamente essa paisagem e que, até o momento, não tem sido consideradas nem valoradas como representativas da Região Missioneira.

A forma de aproveitamento dos recursos naturais existentes em um determinado território¹³⁵ e que ocorreu no transcurso da ocupação humana alterou e segue alterando a paisagem natural com a introdução de elementos produzidos pelos homens e mulheres que fazem destes locais seu espaço de vida e de manifestação sociocultural. Esta interação entre o natural e o antrópico forma um mosaico, uma configuração sócio-espacial característica, uma paisagem cultural que é dinâmica, que evolui com o passar do tempo.

A paisagem cultural é um espaço percebido, é a decorrência da ação dinâmica mútua entre fatores naturais (como o relevo, a hidrografia, a flora e a fauna) e humanos (como as atividades econômicas, a arquitetura, o urbanismo), é uma realidade física com sua representação cultural, com sentimentos e emoções que são despertados na ocasião em que é contemplada, ou seja, não há paisagem cultural sem observador¹³⁶.

Se não há paisagem cultural sem observador, concorda-se com Meneses (2002, p. 32) quando afirma que “A percepção visual é (...) uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem”. Nesse sentido, o perceber uma paisagem cultural pode

¹³⁵Nesta tese o conceito de território a ser utilizado está baseado nos estudos de Teófilo (2002) e Flores (2003). Segundo Teófilo (2002), “o território tende a ser uma micro-região com claros sinais de identidade coletiva, compreendendo um número de municípios que mantenha uma ampla convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, articulado com novos mercados, e que promova uma forte integração econômica e social, ao nível local”, ou seja, território passa a significar o espaço geográfico englobado por uma determinada identidade, cujos limites foram socialmente estabelecidos. Nesse sentido a sua formação é um processo, determinado pelos limites construídos pelas comunidades a partir de suas relações sociais, então o conceito de território se refere a uma identidade coletiva.

¹³⁶Conforme foi definido no capítulo 1 desta tese.

ser comparado a uma fotografia, pois cada observador, com sua carga cultural, fará sua leitura de um determinado evento, em um dado momento, com uma certa luz e uma determinada emoção que não mais se repetirá, assim como afirma o fotógrafo americano Richard Avedon (2004):

Um retrato não se assemelha a nada. No momento em que uma emoção ou fato se transforma em fotografia, não é mais um fato, e sim uma opinião. Não existe imprecisão em uma fotografia. Todas as fotografias são precisas. Nenhuma delas é a verdade.

Embora uma paisagem possa ser valorizada por todos do ponto de vista de sua beleza, ou por ser agradável, surpreendente, etc. e, as vezes, rechaçada por proporcionar emoções desagradáveis, ela pode ainda ter uma valoração, ou seja uma atribuição de valor que permite propor instrumentos técnicos e jurídicos para protegê-la, preservá-la, restaurá-la e até mesmo aperfeiçoá-la. Para poder falar dessa valoração da paisagem cultural da Região Missioneira ser faz necessário um recuo teórico a fim de entender quais são os diferentes valores na composição dessa paisagem.

Para Nogué e Sala (2006, p. 9) “A paisagem é concebida, também como um produto social, a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado desde uma dimensão material, espiritual, ideológica e simbólica”. As paisagens podem ou não ter um reconhecimento oficial (legal), porém todas possuem aspectos que devem ser levados em consideração, em maior ou menor grau, quando sofrerem intervenções e isso se traduz em valores que podem ser classificados como:

- a) Valores Religiosos e Espirituais: referem-se aos elementos que se relacionam com práticas e crenças religiosas, como igrejas, templos, cemitérios, terreiros de umbanda.
- b) Valores Simbólicos e Identitários: correspondem à identificação que um determinado grupo sente em relação à paisagem. Referem-se aos elementos da paisagem que despertam relações de pertencimento, como danças e comidas típicas, as festas, idiomas.
- c) Valores Produtivos: são aqueles referentes à capacidade de proporcionar benefícios econômicos convertendo seus elementos em recursos, como campos para plantio, pastagens para gado, lagos, fontes de águas minerais.

d) Valores de Uso Social: referem-se à utilização, por parte de um indivíduo ou determinado grupo, para locomoção, prazer, lazer, passeio, repouso, observação panorâmica, lugares de encontro, educação ambiental, prática de esporte ou funções terapêuticas, como os salões paroquiais, cinemas, clubes sociais, parques, praças, mirantes.

e) Valores Históricos: referem-se aos espaços e conjuntos de elementos que tenham valor dentro de uma perspectiva histórica. São marcas mais relevantes que o ser humano deixou na paisagem ao longo da história, como tipologias construtivas, tipologias de assentamento, centros históricos, conjuntos arquitetônicos, estruturas de parcelamento do solo e estruturas de limites físicos, sistemas de irrigação, rede de caminhos públicos.

f) Valores Naturais e Ecológicos: referem-se aos fatores e elementos que determinam a qualidade do meio natural. São identificados como parte da paisagem que apresentam primordialmente valores ecológicos, como rios, cascatas, nascentes, matas nativas.

g) Valores Estéticos: referem-se à capacidade de transmitir sentimento de beleza, em função do significado e apreciação cultural que adquiriu ao longo da história. Representam seus valores intrínsecos, em função das cores, diversidade, forma, proporção, escala, textura e unidades dos elementos que conformam a paisagem. Porém, o valor estético da paisagem costuma ter uma base cultural profunda, associando à beleza padrões ou modelos e não deve ser resultado apenas dos fatores primários como a cor e a textura.

O professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, há muitos anos vem estudando os conceitos de patrimônio cultural, as formas e as implicações de sua preservação para a sociedade brasileira. Em um texto recente, discutindo a “desarticulação entre práticas e representações” e a “inconveniência da polaridade entre material e imaterial” afirma ser imprescindível “repensar o quadro de valores culturais vigentes e que precisaríamos formular do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores sejam imanentes às coisas” (2012, p. 25). Dessa forma, pontua alguns valores a serem atribuídos ao patrimônio cultural, mas que também podem ser aplicados à paisagem:

a) Valores Éticos: são valores associados às interações sociais, a postura de um indivíduo ou coletividade em relação ao outro, são capazes de estabelecer critérios que conduzem às suas ações levando em consideração a postura dos outros agentes sociais.

b) Valores Afetivos: quando se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença¹³⁷ ou identidade, as representações e o imaginário sociais. Está ligado à memória e não à História - relacionada com o conhecimento intelectual, científico.

c) Valores Pragmáticos: são valores de uso percebidos como qualidades, pois são condições que estão à disposição dos usuários e que qualificam a prática da sua ação naquele espaço.

d) Valores Cognitivos: quando é base de conhecimento, ou seja, é tratado como documento que dá múltiplas respostas, é um valor de fruição intelectual. A partir dele se pode conhecer o conceito ou as causas de organização de um determinado espaço, as circunstâncias históricas (técnicas, econômicas, políticas, sociais, culturais), usos e apropriações, os agentes que fizeram parte de sua construção e de sua trajetória.

e) Valores Formais ou Estéticos¹³⁸: quando o bem é reconhecido por possuir características que estimulem a percepção, não como documento, mas como elemento capaz de instigar a produção e a transmissão de sentidos – alimentados pela memória, convenções e outras experiências – dando nova qualidade à consciência e ao agir do homem.

O processo de atribuição de valor a um bem ou uma paisagem tem início quando cidadãos, comunidades ou instituições decidem que este bem ou paisagem deve ser conservado, pois representa algo que merece ser lembrado e transmitido às gerações futuras, ou seja, possuem “significado histórico, simbólico e espiritual, sua função

¹³⁷Na concepção de Valle (2002) o sentimento de pertença pode ser definido como os laços que prendem o sujeito ao modo de ser, aos comportamentos e estilos de um grupo ou comunidade do qual se torne membro, fazendo com que ele se sinta e aja como participante pleno, sobretudo no que diz respeito aos papéis sociais, às normas e valores.

¹³⁸Meneses (2012, p. 36) explicita textualmente qual o sentido que ele utiliza para o termo estético “Estou tomando estético no sentido original, tomado do grego. *Aísthesis* significa percepção. Não estou me referindo à beleza, bela forma, aos sistemas do belo, cânones historicamente mutáveis, não universais. A estética diz respeito a essa ponte fundamental que os sentidos fornecem para nos possibilitar sair de dentro de nós, construir e intercambiar significados para agir sobre o mundo”.

política, suas qualidades estéticas, além da própria capacidade do patrimônio em auxiliar as comunidades a negociar e formar sua identidade” (MASON, 1999, p. 2). Quando se observa os testemunhos do passado – objetos, monumentos, paisagens – não se procura, apenas, o significado original, mas sim compreender as leituras que estimularam ao longo do tempo. Descontextualizados do momento da sua criação, retirados da esfera do cotidiano, abrem-se a múltiplos significados e usos.

Estes valores podem ser atribuídos diferentemente por diversos indivíduos ou agentes que também conferem significados distintos para uma mesma paisagem, dessa forma a atribuição de valores é influenciada pelo contexto sociocultural, ou seja, são vistos como relativos (LIPE, 1984). Diante disso se entende que a valoração de uma paisagem passa por uma dificuldade metodológica de definição de qualidade que seja válida para toda a sociedade. Do ponto de vista metodológico, o esforço que se faz é destacar alguns tipos de valores.

Vale salientar que diversas são as maneiras de atribuição de valores para uma paisagem, já que distintos atores com diferentes culturas - comunidades locais, investigadores e visitantes - determinarão uma forma diversa de atribuir ou reconhecer esses valores. De todos modos uma paisagem poderá possuir múltiplos valores sobrepostos, sem que haja um predominante ou até mesmo tendo um valor que se sobressaia ela terá outros valores no seu contexto. Diante disso esta tese não determinará valores para os diferentes elementos componentes da paisagem regional, se aterá a mostrar a pluralidade que compõe o espaço missioneiro na atualidade.

As duas proposições anteriormente expostas, de Nogué e Sala (2006) e de Meneses (2012), apresentam similaridades nas suas abordagens de atribuição de valor pelo modo de interpretar os conceitos, concordam que a valoração não é intrínseca à paisagem, mas depende de vários fatores particulares de cada observador. Utilizam expressões diferentes para significados parecidos. Alguns conceitos dos valores propostos por Nogué e Sala (2006) como os "estéticos" e os "naturais e ecológicos", na concepção de Meneses (2012), são entendidos como um único denominado de "formais e estéticos", assim como os "produtivos" e "de uso social" estão contemplados nos "pragmáticos".

Após análise dos sistemas de valoração propostos pelos autores anteriormente citados e analisando o contexto da paisagem da Região Missioneira, nessa tese se propôs a

criação de outro sistema, diferente dos anteriores, que permitirá realizar uma atribuição de valor para a paisagem ou seus elementos, mais adequado às suas características.

Valores Simbólicos

O símbolo é a reunião de significante e significado, num objeto concreto, através do qual se traduz uma realidade em outra, ocorrendo como um produto da imaginação (MAGALHÃES, 2001). O simbolismo na paisagem, desde o mundo clássico, está associado ao lugar, como uma combinação das necessidades do homem com um determinado sítio natural. O produto da interação do homem com o meio é o que faz o lugar porque, na sua ausência, o lugar é sítio de características físicas, às quais o homem não criou relação emotiva e simbólica. Assim, o simbolismo do lugar representa não só as características físicas do mesmo como também uma transformação no interior do homem que permite a atribuição de um significado mítico, transformando-o num lugar significante (SANTOS, 2012; SAUSSURE, 1991). A percepção da paisagem passa sem dúvida pela relação de simbolismo do lugar com o homem, refletindo um pouco as suas necessidades emotivas.

Valores Culturais

Os testemunhos do passado, que vão dos aglomerados urbanos às práticas culturais, são elementos reveladores de uma dinâmica que articula de forma complexa e original as referências locais e que formam "uma rede intangível de significados" (CASTRIOTA, 2009, p. 101). O valor cultural pressupõe uma acumulação de fatores históricos, econômicos, políticos e sociais que são refletidos na paisagem, ou seja, é um processo de construção da identidade a partir da acumulação e assimilação dos aspectos positivos e negativos das várias contribuições culturais, ao longo do tempo. Para Isnardis (2004, p. 15) "As intervenções que um povo promove sobre as feições naturais de uma determinada localidade (...) encontram-se estreita e insofismavelmente associadas à percepção dessas feições e à atribuição de significados culturais a elas". São aspectos culturais, que abarcam não somente as relações de sobrevivência, mas também os fenômenos de percepção e atribuição de significados aos lugares.

Valores Ambientais

O valor ambiental é o suporte da paisagem, quer seja urbana ou rural, histórica ou contemporânea, que integra as estruturas indispensáveis à sustentabilidade ecológica. Os elementos de expressão espacial visíveis e não-visíveis que estabelecem um contexto ecológico constituem a matriz de todas as interações culturais, ecológicas e sociais (MAGALHÃES, 2001). Neste atributo a biodiversidade é um item de grande relevância, pois, além de sua importância intrínseca como elemento natural, ela traz informações de grande interesse sobre os conhecimentos tradicionais associados à ela. Também demonstram a atuação do homem sobre o meio a partir da inclusão de novas espécies vegetais ou animais, tanto ornamentais como produtivas. A percepção e a interpretação das dimensões ambientais, das singularidades e importância dos seus sistemas ecológicos naturais e construídos, das atitudes e condutas humanas, contribuem essencialmente, para a compreensão das transformações visíveis e não-visíveis da paisagem enquanto legado.

Valores Cênicos

O valor cênico se apresenta como algo que exalta o sentido visual de forma positiva ou negativa, devido às características inerentes dos elementos que compõem a paisagem. A qualidade cênica da paisagem pode ser definida como um fenômeno essencialmente visual que corresponde a uma unidade de cenário (BLANKSON *et al*, 1991), ela está em parte nos olhos do observador, contudo depende também das características específicas da paisagem que são observadas (DANIEL, 1990; LOTHIAN, 2000), passando a ser uma realidade física percebida individualmente pelo homem em que intervêm todos os sentidos, fundamentalmente a visão. Assim, as preferências com base na qualidade da paisagem e na experiência vivida por cada observador traduzem-se em opiniões subjetivas que vão ser exclusivas de cada um (MORERO *et al*, 2007, MENDES, 2010). Neste sentido, a paisagem é um produto entre o próprio território heterogêneo com seus elementos e o observador com as suas características e estado emocional. É possível verificar que os recursos físicos e ecológicos que contribuem para as componentes visuais são a base para a qualidade cênica da paisagem, sendo também importantes na avaliação e gestão da mesma (MENDES, 2010).

O quadro seguinte mostra, de forma sintetizada, a visão dos pesquisadores citados anteriormente e a visão proposta nesta tese (figura 64).

Nogue e Sala	Meneses	Esta Tese
Valores Religiosos e Espirituais	Valores Éticos	Valores Simbólicos
Valores Simbólicos e Identitários	Valores Afetivos	
Valores Produtivos	Valores Pragmáticos	Valores Culturais
Valores de Uso Social		
Valores Históricos		
Valores Naturais e Ecológicos	Valores Formais ou Estéticos	Valores Ambientais
Valores Estéticos		Valores Cênicos

Figura 64: tabela síntese dos valores da paisagem

Saliente-se que, mesmo fazendo parte de uma mesma região e de um mesmo processo histórico de formação e ocupação, com pequenas diferenças de épocas, existem segmentos de paisagem diferenciados em função, principalmente, dos resultados sócio-espaciais resultantes da densidade de ocupação e do caráter produtivo: a urbana e a rural. A urbana, com uma economia baseada na indústria, comércio e serviços, com uma maior diversidade e concentração de elementos culturais, materiais ou imateriais, tendo uma predominância dos espaços construídos sobre os naturais. E a rural, com uma economia baseada na agropecuária, onde há uma maior dispersão do construído em relação ao natural, embora muita parte desse natural já tenha sofrido um processo de antropia pelo modo de ser e fazer do homem.

Além disso, existem vários núcleos de paisagem dentro destes dois grandes segmentos que são caracterizados pelas diferentes etnias e seus modos de relacionar-se com o espaço geográfico assim como nas relações sociais. No entanto não se trata de núcleos isolados, pois os mesmos influenciam e são influenciados uns pelos outros e deve-se,

ainda, levar em consideração que existe uma forte carga histórica que os une. Com isso não se quer dizer que não haja uma paisagem cultural regional, mas que ela é constituída de várias partes que formam o todo assim como Meneses (2002) afirma em relação à paisagem-nação que seria “como vetor de identidade nacional” (p. 41) e “Agora, porém, não é mais a unicidade da paisagem que é ressaltada, mas sim a diversidade paisagística, caleidoscopicamente exibida, em paralelo com a ‘paisagem humana’, também expressa como diversidade cultural” (p. 43). Para a caracterização destes diversos núcleos seria necessário outro estudo em relação à classificação das unidades de paisagem a exemplo do que é feito na Espanha, a partir dos catálogos da paisagem, o que não é o propósito desta tese.

Entendendo que paisagem é a interação entre homem e natureza, tanto na instância material como imaterial, e que o material é a representação tangível do imaterial, este resultado aparece tanto nas formas de produção agropecuárias como na arquitetura e no urbanismo. Nesta tese se deu prioridade aos elementos da arquitetura, como forma de demonstrar as diversas contribuições que formaram a atual paisagem da Região Missioneira. Yázigi (2002) afirma que os arquitetos - diplomados e não diplomados - são, conscientemente ou não, grandes modificadores das paisagens a partir das formas arquitetônicas e urbanas que evidenciam tecnologias, relações sociais, usos, etc.

Para entendermos o peso de suas obras na paisagem, poderíamos dizer que o estado natural da superfície terrestre é modificado, essencialmente, por dois grandes agentes: pelo grupo da agricultura-mineração e pelo da arquitetura, que inclui também todas obras de engenharia: casas, edifícios, sistema viário, barragens, etc. (Yázigi, 2002, p. 16)

O que se encontra na atual paisagem da Região Missioneira é a somatória das diversas contribuições culturais que se deram ao longo do tempo. Após o declínio do sistema reducional a Região passou a ser ocupada por diversos grupos sociais que formaram uma diversidade e peculiaridade de arquitetura, ocupação e tradições. Outras camadas se assentaram sobre aquele ambiente anteriormente modelado, aumentando sua complexidade. A distinção nos tempos e nas formas de ocupação da Região deixou marcas na paisagem que vão além das questões geográficas e materiais. Sendo a sua paisagem cultural um palimpsesto dos diversos tempos que ali se registraram, foram identificados e apresentados alguns fragmentos deste palimpsesto. Explorando outros tempos do mesmo espaço, encontra-se processos próprios de ocupação e de manifestações culturais profundamente ligadas ao cotidiano e à região.

Os primeiros elementos, pós reduções, que se pode encontrar são os deixados pelos militares, tropeiros e comerciantes de origem lusa ou luso-brasileira que povoaram estas terras no início do século XIX atraídos pelas terras devolutas, pelo gado e pelos extensos ervais. Também açorianos que haviam emigrado para ocupar a Região Missioneira e haviam se assentado provisoriamente entre Rio Grande e Porto Alegre. Estes novos moradores trouxeram um modelo agropastoril de ocupação do espaço (figura 65), se instalando em grandes extensões de terra – as estâncias -, fato que não promoveu uma aglomeração urbana.



Figura 65: Criação de ovelhas - Distrito de São Lourenço - São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2008)

Também foram responsáveis pelo início da diversificação de atividades econômicas a fim de suprir as suas necessidades em relação a insumos para a agropecuária bem como para o bem estar das suas famílias. Reutilizaram muitas das estruturas já existentes do período reducional, como as taipas de pedra para divisão das estâncias, além de materiais de construções existentes nas reduções (figuras 66 a 70).



Figura 66: Poço de pedra - São João das Missões (foto do autor, 2007)



Figura 67: Soleira de porta em casa rural Família Falcade - São Lourenço (foto do autor, 2007)



Figura 68: Capitel em casa rural - Entre-Ijuis (Mário Simon, s/d)



Figura 69: Taipa de divisa de estâncias (foto do autor, 2007)



Figura 70: Casa de pedra da Estância do Sobrado, Bossoroca (foto do autor, 2007)

Trouxeram também crenças e costumes (figuras 71 e 72), além da arquitetura com suas técnicas construtivas que foram adaptadas à realidade local. Suas construções, conhecidas como de influência luso-brasileiras (figuras 73 a 76), são edificações simples, a maior parte térreas com pouca preocupação estética, feitas de tijolos artesanais com argamassa de barro, telhado em duas águas de telha capa-canal, com beirais estreitos, vergas de linhas retas. Internamente possuem uma distribuição espacial com base no esquema da arquitetura açoriana. Muitas vezes construídas com pedras pertencentes às antigas construções reducionistas. Esta arquitetura foi mais utilizada nas sedes das fazendas, onde muitas ainda se conservam. Atualmente são poucos os exemplares urbanos que se reconhecem pois, no final do século XIX e início do XX, foi uma prática comum agregar elementos da arquitetura utilizada na época, principalmente a eclética e a *art déco*, à fachada frontal, mantendo a configuração espacial interna. Um exemplo da arquitetura produzida pelos luso-brasileiros foi a “Casa Construída com Material Missioneiro”¹³⁹ tombada pelo IPHAN, em 1938, não pela importância da representação da sua tipologia, mas por reutilizar materiais retirados dos remanescentes das antigas reduções, que nunca teve nenhum tipo de ação de preservação por parte do IPHAN e que foi demolida na década de 1960 pelo seu proprietário.

¹³⁹Já referida no capítulo 1 desta tese.



Figura 71: Capelinha, casa rural, São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2007)



Figura 72: Padaria do Juca, em funcionamento até os dias atuais, em 1947, Cerro Largo (MMP)



Figura 73: Sede da Estância Jesuítica do Sobrado - Bossoroca (VILLEGAS J., 2008)



Figura 74: Residência rural de Pedro Gonçalves de Olivera, Esquina Ezequiel - São Miguel das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 75: Residência Portuguesa Carajazinho, Entre-ijúis (foto do autor, 2007)



Figura 76: Casa da Quinta, São Miguel das Missões (foto do autor, 2007)

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX a paisagem passou por uma profunda modificação. Imigrantes alemães, italianos e poloneses, entre outros, chegaram à Região, modificando a realidade econômica e cultural, fundando novos núcleos rurais e urbanos utilizando as referências construtivas européias aliadas a disponibilidade da matéria prima regional. Estes colonizadores iniciaram a derrubada dos bosques para dar lugar às construções e plantios, introduziram o cultivo de novos produtos agrícolas e a criação de animais para o consumo da população, assim como a instalação de indústrias caseiras, estabelecimentos comerciais e escolas. Trouxeram consigo também costumes religiosos, festas, jogos que até hoje fazem parte das tradições da Região (figuras 77 a 83).



Figura 77: Festa Religiosa em Pirapó (MMP, s/d)



Figura 78: Reunião de amigos. Na bandeira está a inscrição "A União de Atiradores de Pirapó - Fundada em 1923" (MMP, s/d)

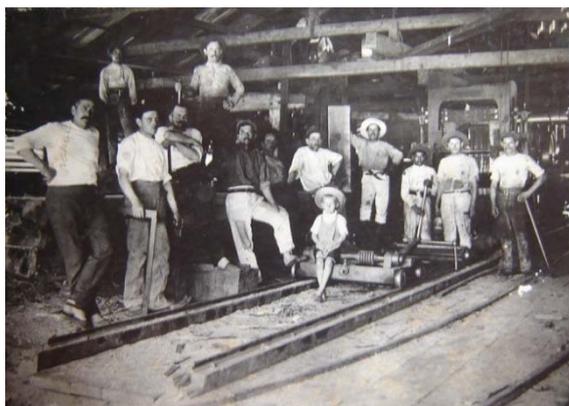


Figura 79: Serraria, São Nicolau (MMP, s/d)



Figura 80: Fábrica de rodas de carroça e móveis Reisdorfer e Hech, Salvador das Missões (MMP, s/d)



Figura 81: Casamento de Ernesto e Verena Sebastiani, Cerro Largo (MMP, s/d)



Figura 82: Reunião familiar, jogo de cartas e chimarrão, Pirapó (MMP, s/d)



Figura 83: Poço para retirada de água, cerca de proteção para a horta ornamentada com conchas de caramujos, forno de pão - Cerro Largo (fotos do autor, 2008)

A arquitetura da imigração alemã na Região, assim como na área das primeiras colônias, se caracterizou por apresentar duas tipologias diferentes. A primeira utilizou a estrutura em enxaimel (figuras 84 a 87) para suas construções. Conforme Weimer (1987):

A arquitetura espontânea mais notável e característica que o imigrante alemão praticou no meio rural do Rio Grande do Sul foi o enxaimel, uma estrutura geométrica independente de madeira com fechamento não-portante (taipa, adobe, etc.). Essas construções típicas foram realizadas em “uma segunda fase na qual os colonos já estavam plenamente estabelecidos”, sendo que em épocas anteriores eles construam cabanas, ranchos ou abrigos temporários. A arquitetura do imigrante alemão no espaço rural sul-riograndense constitui-se em uma reinterpretação do enxaimel europeu, com profundas adaptações em função de condicionantes materiais, climáticas e interações culturais internas.



Figura 84: Casa 3, Salvador das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 85: Casa Frederico Guilherme Kuntz Linha Butiá Inferior, São Pedro do Butiá (VILLEGAS J., 2008)



Figura 86: Casa Rambo, Pirapó (VILLEGAS J., 2008)



Figura 87: Casa Assmann, Cerro Largo (VILLEGAS J., 2008)

A segunda tipologia se distinguiu pelas construções em alvenaria de tijolos, rebocada com argamassa de cal, utilização de mansardas, telhados altos, beirais e alpendres com avarandados (figuras 88 a 91). Segundo Vidor (2005):

[...] algumas com características comuns: casas de alvenaria, colégios, clubes ou edificações de escritórios; as primeiras com telhado de cumeeira única e quatro planos, duas para cada lado com inclinações diferentes. A primeira partindo da cumeeira com inclinação menor de 45° e a segunda, a que repousa sobre as paredes, com inclinação superior a 45°. Varanda em um ângulo frontal da casa, ou seja, desenvolvimento em C ou L com parapeito de alvenaria e pilares revestidos com reboco. As janelas se desenvolvem em sentido vertical, portanto tornando as elevações frontais mais elegantes.



Figura 88: Casa 08 – provável moinho, Salvador das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 89: Casa Paroquial, Salvador das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 90: Casa da Família Stoffel, Linha Bonita Norte, São Pedro do Butiá (VILLEGAS J., 2008)



Figura 91: Casa Simon, Cerro Largo (VILLEGAS J., 2008)

Com a imigração italiana surgiram as construções de base rural italiana (figuras 92 a 95), dificilmente distinguíveis porque são muito simples e foram modificadas e, hoje, se encontram encobertas por traços modernizantes da arquitetura, cuja maioria serve de residência. As técnicas vindas da Itália foram adaptadas à realidade local, utilizando-se pedra, madeira e tijolo. Iniciaram aproveitando os materiais disponíveis nas matas vizinhas ou nas pedreiras. As casas nos núcleos urbanos se assemelhavam à moradia rural: o primeiro pavimento era utilizado como zona de serviços e depósito. Este “porão” era construído em pedra ou tijolo, sobre esta base a edificação era usualmente de madeira, com um ou dois níveis, normalmente, se apresentava com planta retangular e cobertura em duas águas, o que ajudava a conformar o sótão. Os beirais eram,

normalmente, ornamentados por lambrequins. Muitas vezes no segundo piso aparecem pequenos alpendres e detalhes de acabamento um pouco mais sofisticados.



Figura 92: Casa Guido Grins, Dona Otília – Roque Gonzáles (VILLEGAS J., 2008)



Figura 93: Casa Guido Grins - Detalhe, (VILLEGAS J., 2008)



Figura 94: Casa 02, Salvador das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 95: Casa Família Sallete, Guarani das Missões (VILLEGAS J., 2008)

Das correntes migratórias que se destacaram, ainda pode-se citar os colonizadores de origem polonesa, que se instalaram principalmente na região do atual município de Guarani das Missões, onde se fala polonês, pratica-se a culinária típica do país europeu e onde existe um balé folclórico cujos integrantes vestem trajes trazidos da Polônia (figuras 96 a 99). São marcantes ainda as festas populares e religiosas, assim como o artesanato, estando sua influência mais no campo do imaterial que do material.



Figura 96: Grupo de danças típicas polonesas, POLFEST, 2012, Guarani das Missões (Prefeitura Municipal de Guarani das Missões)



Figura 97: Procissão de Corpus Christi, Guarani das Missões (Prefeitura Municipal de Guarani das Missões)



Figura 98: Pysanky, ovos de páscoa decorados, Guarani das Missões (Prefeitura Municipal de Guarani das Missões)



Figura 99: *Pierogui*, prato típico Poloneses, Guarani das Missões (Prefeitura Municipal de Guarani das Missões)

Da arquitetura produzida por esta etnia foi preservado apenas um exemplar construído, por volta de 1900, por imigrantes poloneses, com sistema construtivo utilizando apenas encaixes nas madeiras (figuras 100 e 101).



Figura 100: Casa sem pregos, Linha Bom Asilo Norte - Guarani das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 101: Detalhe, Casa sem pregos (VILLEGAS J., 2008)

Neste período para atender às novas demandas foi necessário o fornecimento de energia elétrica que, inicialmente, era produzida por máquinas a vapor e por moinhos d'água. Também, foi imprescindível, a construção de estradas e pontes para os deslocamentos da população e dos produtos manufaturados nas colônias assim como para trazer bens dos centros mais desenvolvidos (CARDOSO, 1994) (figuras 102 a 107).



Figura 102: Transporte de madeira - Sr. Lúcio Reisdorfer (MMP, s/d)



Figura 103: "Seu Domingão" vendedor de gelo - Santo Ângelo (AHMACPS, década de 1940)



Figura 104: Estrada de acesso a Pirapó (MMP, s/d)

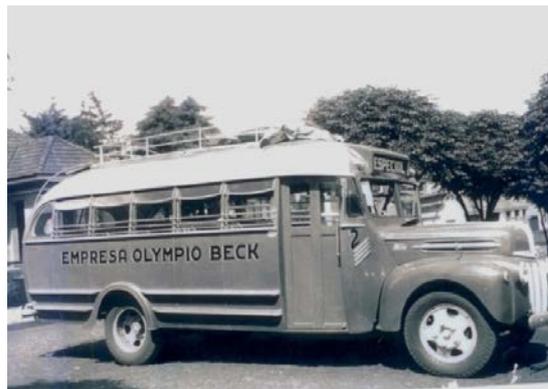


Figura 105: Transporte coletivo Olympio Beck, São Luiz Gonzaga (MMP, s/d)



Figura 106: Ponte de ferro sobre o rio Ijuizinho - Esquina Missões- Entre-Ijuis 1930 (foto do autor, 2007)



Figura 107: Ponte férrea, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)

Ficou um legado construído por estes imigrantes, constituído em sua maioria por conjuntos de edificações e paisagens que recordam a influência européia criada durante todo o período das imigrações no Rio Grande do Sul. Um patrimônio em pedra, barro, madeira e outros materiais, construído por pedreiros, artesãos e agricultores, seguindo seus costumes e as tradições que haviam trazido com eles de seus pais e estes por sua vez de seus países para edificar espaços civis e religiosos que vão configurar este patrimônio (figuras 108 e 109).



Figura 108: Salvador das Missões- área urbana (Foto do autor, 2007)



Figura 109: Acesso à São Pedro do Butiá (VILLEGAS J., 2007)

O movimento Eclético surgiu em uma época onde houve um grande embate de ideias e culturas, influenciando principalmente a arquitetura, tendo como principal característica o emprego simultâneo de elementos construtivos provenientes de dois ou mais estilos variados e de origens diversas na busca, principalmente, de efeitos decorativos. Em princípios do século XX este movimento começou a tomar forma na Região, proporcionado principalmente pelo advento das estradas de ferro que possibilitaram a chegada de novos materiais.

A partir de 1913 teve início a implantação das estações ferroviárias na Região que direta ou indiretamente influenciaram o espaço urbano. Segundo Cardoso e Zamin (2002) no Rio Grande do Sul estas edificações não foram de grande porte e utilizavam estruturas de ferro importadas da Europa (p. 26):

Com exceção das duas primeiras estações do Estado, os demais prédios utilizavam como técnica construtiva a alvenaria convencional. O ferro aparecia apenas, em alguns casos, na estrutura de sustentação da cobertura sobre a plataforma de embarque. Em outros casos a estrutura não era metálica e sim de madeira.

Segundo a classificação proposta pelo IPHAE (2002) as estações que se encontram na Região são de médio porte e seguem o padrão da VFRGS, as de São Borja (figura 110)

e São Luiz Gonzaga (figura 111) caracterizam-se por possuir coberturas fortemente inclinadas, múltiplas águas, largos beirais e terraços descobertos nas duas extremidades e marquise contínua na fachada da plataforma. A de Santo Ângelo (figuras 112 e 113) é de médio porte com características próprias, de prédio assimétrico com corpo principal de dois pavimentos e três alas laterais térreas diferentes entre si. A Estação de Bossoroca é de pequeno porte com cobertura em quatro águas. Outras estações ferroviárias de pouca expressão arquitetônica são encontradas no Distrito de Comandai - Santo Ângelo - (figura 114), em Bossoroca (figura 115), Cerro Largo, Giruá e Guarani das Missões.



Figura 110: Estação Ferroviária, São Borja (foto do autor, 2008)



Figura 111: Estação Ferroviária, São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2008)



Figura 112: Estação Ferroviária, Santo Ângelo (AHMACPS, 1938)



Figura 113: Estação Ferroviária, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 114: Estação Ferroviária de Comandai, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 115: Estação Ferroviária, Bossoroca (foto do autor, 2008)

Nas demais edificações, quase todas residenciais, geralmente foram utilizadas plantas retangulares de distribuição geométrica simples. De tipologia térrea ou de dois pavimentos (sobrados), apresentando, em sua grande maioria, porão alto, alternativa encontrada para oferecer maior privacidade às residências urbanas. Muitas vezes estas plantas eram coloniais que sofreram modificações na sua ornamentação (REIS F^o, 1970). Utilizou vários recursos estilísticos do neoclássico como pilastras, platibandas ricamente trabalhadas, entablamento, frontões cimbrados e retos sobre as vergas, meias colunas e cunhais que delimitam a elevação principal. Possuem balcões de ferro batido, muitas vezes trabalhados em linhas orgânicas, características do *Art Nouveau*, além de alguns elementos decorativos como vasos, porcelanas, pinhas, medalhões e esculturas resgatados do barroco (figuras 116 a 119).



Figura 116: Casa Flach, Cerro Largo (VILLEGAS J., 2008)



Figura 117: Sobrado do Cônsul - derrubado em 2012, São Luiz Gonzaga (VILLEGAS J., 2008)



Figura 118: Farmácia Licht, Santo Ângelo (VILLEGAS J., 2008)



Figura 119: Casa 53, São Borja (VILLEGAS J., 2008)

Muitas vezes os elementos decorativos possuem características regionais, como os querubins existentes na fachada da Catedral de Santo Ângelo com feições indígenas (figuras 120 a 123), bem como materiais regionais como o arenito rosa, o que a torna uma arquitetura rica e peculiar da Região (figuras 124 e 125).



Figura 120: Detalhe da fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 121: Querubim com feições indígenas, fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo (foto do autor, 2013)

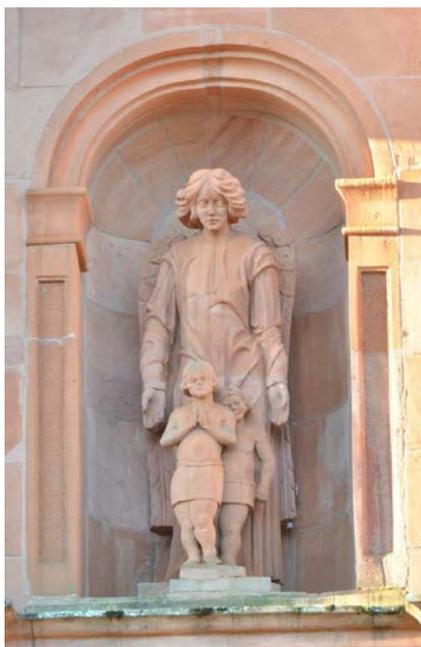


Figura 122: Anjo com crianças, fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo (foto do autor, 2013)

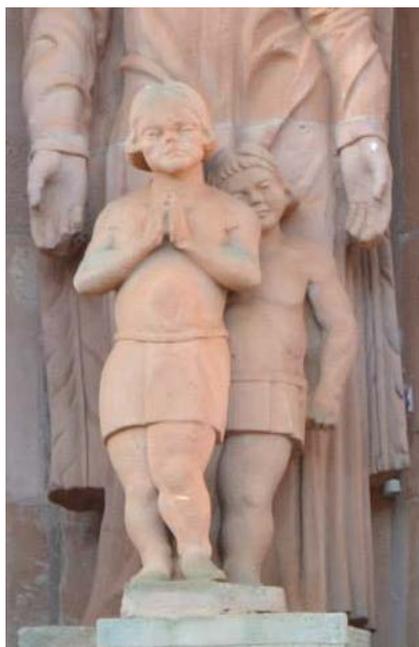


Figura 123: Crianças com traços indígenas, fachada da Catedral Angelopolitana, Santo Ângelo (foto do autor, 2013)



Figura 124: Casa Clemente Onofre Warpechonski, Guarani das Missões (VILLEGAS J., 2008)



Figura 125: Detalhe, Casa Clemente Onofre Warpechonski, Guarani das Missões (VILLEGAS J., 2008)

Paralelamente ao movimento eclético surgiram as construções de influência do estilo neogótico, caracterizado como um movimento de revivescência do estilo gótico surgido na Europa em fins do século XVII e predominante no século XIX. Foi introduzido no Brasil desde o início do século XIX, sendo então utilizado, principalmente, em construções leves para jardins. Em edificações de maior porte, passou a ser utilizado a partir do último quartel do século XIX, no entanto teve maior influência em princípios do século XX, principalmente na arquitetura religiosa. Na Região Missioneira não foi diferente, sendo que a maioria das cidades que a formam utilizou esta linguagem para suas igrejas principais (figuras 126 a 129), até meados do século XX. Estas igrejas se tornaram pontos marcantes na paisagem das cidades, e seguem sendo, principalmente nas cidades de menor porte onde a urbanização atual ainda não as encobriu ou demoliu (figuras 130 a 133).



Figura 126: Igreja Matriz São Pedro Apóstolo, São Pedro do Butiá (foto do autor, 2008)



Figura 127: Igreja Matriz, Cerro Largo (foto do autor, 2008)



Figura 128: Igreja Matriz, Guarani das Missões (foto do autor, 2008)



Figura 129: Igreja Matriz, Roque Gonzáles (foto do autor, 2008)



Figura 130: Vista Geral de Sete de Setembro, sobressaindo a torre da Igreja Matriz (foto do autor, 2008)



Figura 131: Torre da Igreja Matriz em destaque na paisagem, Roque Gonzáles (foto do autor, 2008)



Figura 132: Vista Geral de São Pedro do Butiá, sobressaindo a torre da Igreja Matriz (foto do autor, 2008)



Figura 133: Torre da Igreja Matriz em destaque na paisagem, São Pedro do Butiá (foto do autor, 2008)

No início do século XX principiou-se à valorização dos remanescentes das reduções Jesuítico-Guaranis, primeiramente com as obras empreendidas pelo governo estadual do Rio Grande do Sul, em 1925, na Igreja de São Miguel Arcanjo e posteriormente com o tombamento, em 1938, destes mesmos remanescentes e a construção do Museu das Missões pelo então SPHAN. O Museu, projeto do arquiteto Lucio Costa, foi o primeiro prédio com características do movimento moderno a ser edificado na região (figuras 134 e 135).



Figura 134: Remanescentes da igreja de São Miguel Arcanjo (ANS, 1939-1940)



Figura 135: Museu das Missões (ANS, 1939-1940)

O movimento neocolonial na arquitetura, que começou a ser implantado no Brasil nos primeiros anos do século XX, tendo como auge os anos 1920, propunha a reutilização de elementos característicos das construções do período colonial brasileiro e contribuiu para a difusão e valorização dos preceitos da arquitetura luso-brasileira, considerada na época como a linguagem da arquitetura de raízes nacionais. Caracteriza-se pelo emprego, em geral, de volumes recortados, corpos salientes, balcões, telhas capa-canal e amplos beirais. Introduziu frontões e colunatas sinuosos, aplicações de elementos decorativos de inspiração colonial executados em concreto, azulejos decorados, tijolinhos e pedras aparentes nas partes externas (KESSEL, 2008; PINTO JÚNIOR, 2011). Mesclou as vergas retas com vergas em arco pleno e abatido. Na Região ocorreu principalmente nas cidades de maior porte, como Santo Ângelo, São Luis Gonzaga e São Borja (figuras 136 a 141).



Figura 136: Residência na Av. General Dorneles Vargas, 1219, São Borja (foto do autor, 2008)



Figura 137: Residência na Av. Presidente Vargas, 1800, São Borja (foto do autor, 2008)

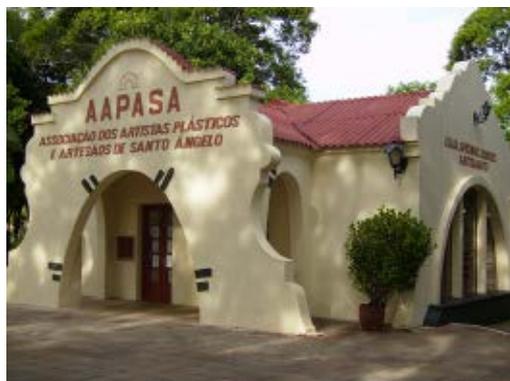


Figura 138: Associação dos Artistas Plásticos e Artesãos, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 139: Jardim de Infância Municipal Bem-Me-Quer, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 140: Figura XX: Vila Militar, São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2008)



Figura 141: Casa Floriano Soeiro de Souza, São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2008)

Na arquitetura o *Art Déco* (figuras 142 a 145) surgiu como uma transição entre o Ecletismo e o Modernismo. No período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) proliferaram as construções de edifícios governamentais e de cunho nacionalista, como a empresa dos Correios e Telégrafos, que empregou o *Art Déco* como padrão, isto fez com que a arquitetura civil passasse a utilizá-lo largamente. A região acompanhou este processo que se desenvolvia no país com um pouco de atraso, este tipo de construção começou a surgir por volta da década de 1960. Caracterizou-se pelo emprego de materiais como o ferro e o vidro, utilizando as formas puras dando um ar de simplicidade e limpeza das ornamentações em linhas geométricas, predomínio da linha reta, platibandas recortadas em formas angulares ou curvas e frisos retilíneos. Buscava compatibilizar técnicas e formalismos do passado com a industrialização crescente do momento.

Gutiérrez (2002) apresenta a arquitetura *Art Déco* como um movimento que impulsionou a transição entre o passado tradicional e o futuro moderno, tendo um caráter passageiro e basicamente ornamental, que caiu no gosto da população em geral e por isso mesmo esteve mais vinculada à arquitetura residencial, comercial e de serviços.

A adoção do *Art Déco* expressa uma realidade contraditória enquanto significa por uma parte a incorporação das novas tecnologias do cimento armado, ferro, superfícies envidraçadas, estruturas visíveis e um geometrismo ordenador que as vezes se dilui no ornamental. Mas às vezes, implica em uma inserção como novo estilo, como moda da qual nos apropriamos acriticamente, como mais um elo do repertório eclético. (GUTIERREZ, 2002, p. 568).

Pode-se julgar que o *Art Déco* foi a última linguagem arquitetônica que se implantou harmonicamente no tecido urbano tradicional, pois as transformações mais profundas ocorreram no período arquitetônico subsequente, a partir de meados do século XX, influenciado pelo movimento moderno.



Figura 142: Capela do Seminário José, Cerro Largo (VILLEGAS J., 2008)



Figura 143: Antiga Casa Rural, São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2008)



Figura 144: Escritório de Advocacia Teixeira, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 145: Capela Mortuária, Roque Gonzáles (VILLEGAS J., 2008)

O modernismo iniciado na década de 1920 no Brasil, mais que um estilo arquitetônico foi um movimento que marcou uma época. Segundo Bahia (2004):

O Modernismo como fato cultural esteve intimamente ligado a um movimento, a uma estética e a um período, que no Brasil surgiu principalmente pela literatura e pela arte, quando ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Esse período caracterizou-se pelas grandes transformações das relações sociais, econômicas e fundamentalmente políticas que acarretaram profundas modificações dos hábitos e costumes dos brasileiros.

A arquitetura modernista se caracterizou pela estrita coerência entre as formas das fachadas e a organização espacial interna. Adotou a chamada construção funcional, que permitia vislumbrar vigas e estruturas de ferro ou concreto, combinadas com vidro, linhas geométricas e abstratas, precursoras da futura arquitetura racionalista. A prioridade do planejamento urbano e o máximo de economia na utilização do solo na construção são duas de suas premissas fundamentais, assim como a rigorosa racionalidade das formas arquitetônicas. O uso da tecnologia industrial, da padronização e da pré-fabricação. Da mesma forma que nos outros períodos, a arquitetura moderna foi utilizada tardiamente na região, no entanto não de uma forma muito abrangente e com poucos exemplares representativos (figuras 146 a 149).



Figura 146: Residência Vitório Perini, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 147: ACISA, Santo Ângelo (foto do autor, 2008)



Figura 148: Prefeitura Municipal, São Borja (VILLEGAS J., 2008)



Figura 149: Prédio dos Correios, São Luiz Gonzaga (foto do autor, 2008)

Em 1970 os remanescentes das reduções de São Nicolau, São João Batista e São Lourenço Mártir foram tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e passaram a ser preservados como sítios arqueológicos sendo incorporados ao Patrimônio Nacional (figura 150 a 152).



Figura 150: Sítio Arqueológico de São Nicolau (Eneida Serrano - APHNM – IPHAN, 2008)



Figura 151: Sítio Arqueológico de São João Batista (Eneida Serrano - APHNM– IPHAN, 2008)



Figura 152: Sítio Arqueológico de São Lourenço Mártir (foto do autor, 2007)

Acompanhando todos os movimentos arquitetônicos, anteriormente mencionados, ocorreu uma arquitetura de acompanhamento onde foram empregados materiais e recursos do próprio ambiente em que eram construídas, assim como utilizaram técnicas construtivas transmitidas de geração para geração, sem a necessidade de intervenção de arquitetos ou engenheiros civis - a arquitetura vernacular, apresenta marcante caráter local ou regional (figuras 153 a 160). Embora as construções feitas pelos imigrantes pudessem ser classificadas nesta categoria, as referências aqui são às construções que não possuem uma influência clara de linguagens ou de alguma das etnias dos imigrantes de origem europeia.



Figura 153: Residência dos Ferreira, Itacurubi (VILLEGAS J., 2008)



Figura 154: Residência Oscar Rambo, Pirapó (foto do autor, 2008)



Figura 155: Edificação José Werle 1, São Pedro do Butiá (foto do autor, 2008)



Figura 156: Residência José Werle 2, São Pedro do Butiá (foto do autor, 2008)



Figura 157: Casa Kotolski, Sete de Setembro (VILLEGAS J., 2008)



Figura 158: Casa Kuyuen, Sete de Setembro (VILLEGAS J., 2008)

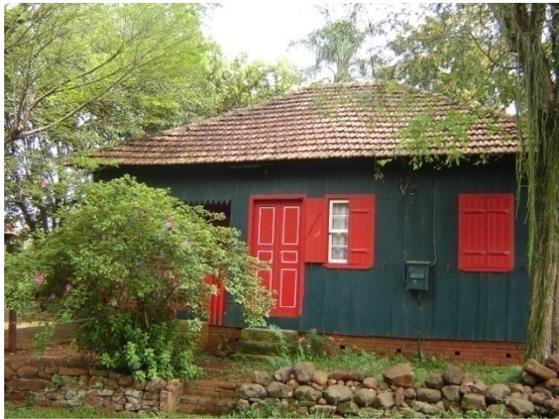


Figura 159: Casa Urbana, Roque Gonzáles (VILLEGAS J., 2008)



Figura 160: Casa Urbana, Roque Gonzáles (VILLEGAS J., 2008)

Outra característica marcante na paisagem e que perpassa os diferentes períodos da ocupação da Região, deste a pré-história até os dias atuais, são os cemitérios (figuras 161 a 164). Locais de lembranças das comunidades que homenageiam seus mortos, de arte, de ritos, mas também são locais de fantasias, ficções e alegorias.



Figura 161: Cemitério em área rural, São Pedro do Butiá (foto do autor, 2008)



Figura 162: Cemitério dos Cativos, Bossoroca (VILLEGAS J., 2008)



Figura 163: Cemitério na Vila Dona Otília, Roque Gonzáles (VILLEGAS J., 2008)



Figura 164: Cemitério Municipal, Itacorubi (VILLEGAS J., 2008)

Na última década do século XX, com o retorno dos Guaranis à Região, mais especificamente para São Miguel das Missões, houve novas contribuições para a paisagem a partir de seus conhecimentos autóctones, com seus modos de viver, de construir, de ocupar o solo e de utilização dos recursos naturais, tanto na alimentação como na produção da arquitetura, de utensílios e do artesanato (figuras 165 a 169).



Figura 165: Artesanato Guarani (fotos do autor, 2005 a 2007)



Figura 166: Aldeia Guarani (fotos do autor, 2007)



Figura 167: Crianças Guarani no seu modo de viver (Pedro Stello - 2007)



Figura 168: Mulher Guarani no preparo da alimentação (foto do autor, 2005)



Figura 169: Homem Guarani apiloando erva mate (foto do autor, 2002)

Com o esgotamento do modelo de agricultura baseada no binômio soja/trigo, a partir da última década do século XX, novas culturas agrícolas como a canola e o girassol passaram a dar um novo colorido à região (figuras 170 e 171) sem, contudo, modificar a relação existente entre o homem e a paisagem, onde ainda pode-se observar o horizonte.



Figura 170: Plantação de girassóis, Entre-Ijuís (foto do autor, 2006)



Figura 171: Plantação de canola, São Miguel das Missões (foto do autor, 2008)

No transcurso dos últimos 350 anos a paisagem cultural da Região Missioneira passou por profundas mudanças, no entanto alguns traços permanecem como a geomorfologia, a hidrografia (figura 172), as suaves coxilhas com vegetação rasteira, pastagens e cultivos, recortadas por pequenos bosques de fauna e flora variadas, nativas e exóticas (figura 173).



Figura 172: Rio Uruguai, divisa entre Porto Xavier/BR e San Xavier/AR (foto do autor, 2005)



Figura 173: Paisagem na zona rural de São Pedro do Butiá (foto do autor, 2008)

A Região se caracteriza por possuir uma variada gama de edificações, elementos e tradições que marcam sua evolução histórica, desde a época missioneira, passando pela arquitetura típica dos imigrantes, pela arquitetura com influências eclética, neogótica, *art déco* e modernista. Mas se deve ter em conta que esta arquitetura teve a influência do meio onde foi construída, adaptando-se a uma nova forma de vida, criando uma nova paisagem para a Região.

A mescla de passado e presente, de edificações de períodos diferentes, de culturas de várias origens convivendo harmoniosamente são a marca que caracteriza esta Região (figuras 174 e 175).



Figura 174: Rua da área central de Cerro Largo (foto do autor, 2008)



Figura 175: Paisagem urbana de Guarani das Missões (foto do autor, 2008)

Vários costumes utilizados pelos guaranis, como o mate, que passa de mão em mão em uma conversa ao redor do fogo, o jogo do osso e a carne assada se juntam às diferentes tradições trazidas pelos colonizadores europeus constituindo assim os rasgos característicos do gaúcho missioneiro (figuras 176 a 180).



Figura 176: Roda de chimarrão, São Miguel das Missões (acervo de Cássio Zanetti, 2012)



Figura 177: Tava, peça de jogo do osso (foto do autor, 2013)



Figura 178: Churrasco, São Miguel das Missões (acervo de Cássio Zanetti, 2012)



Figura 179: Corrida de Cancha Reta, São Miguel das Missões, década de 1960 (acervo de Victor Osvaldo Munareto)



Figura 180: Prendas mirins de várias etnias. (foto do autor, 2007)

Muitas destas cidades possuem uma memória cultural apreciável e pouco conhecida, um grande patrimônio de construções, tradições, costumes trazidos desde finais do século XIX e primeira metade do XX (figura 181). Uma paisagem cultural que merece ser conservada assim como tem sido preservado o patrimônio Jesuítico-Guarani, por ser este a continuidade da história das Missões no Rio Grande do Sul.

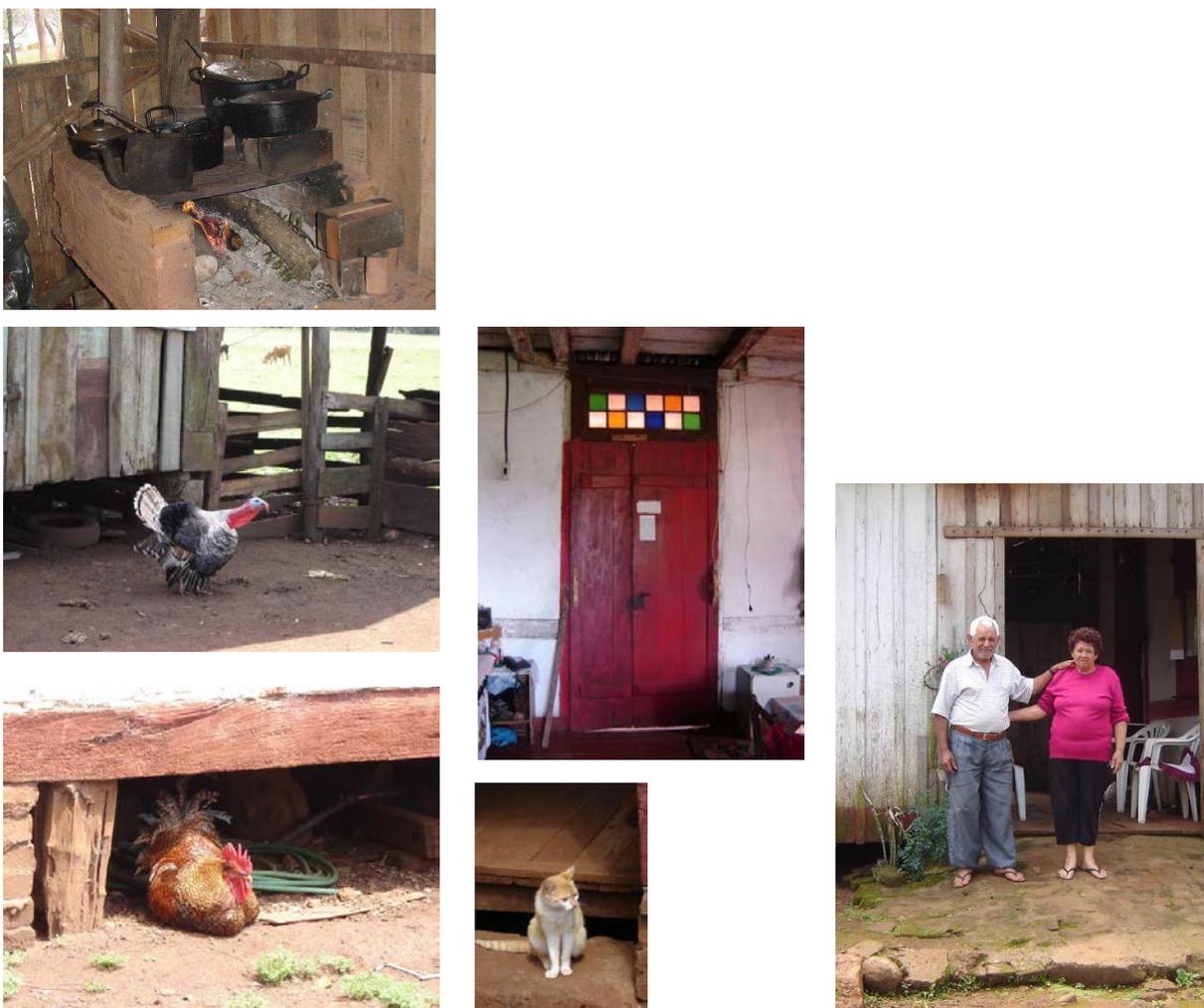


Figura 181: Patrimônio material e imaterial, município de Pirapó (VILLEGAS J., 2008)

Como toda a paisagem cultural, ela é dinâmica, e vai seguir sendo modificada, cabe às autoridades, técnicos e comunidades, encontrar uma maneira de que esta dinâmica das mudanças não danifique ou cause o desaparecimento dos elementos essenciais que caracterizam a Região. Ao determinar seus próprios significados e valores aos locais que ocupa, o ser humano inevitavelmente os modifica, imprimindo sua marca, e cria, conseqüentemente, novas relações e dinâmicas. A interação do homem e do ambiente

natural gera a paisagem, que é um conjunto de características relacionadas entre si que conferem o diferencial de cada localidade (figuras 182 e 183).



Figura 182: Vista geral, área urbana de Roque Gonzáles (VILLEGAS J., 2008)



Figura 183: Área rural, Salvador das Missões (foto do autor, 2008)

Dessa forma, pode-se afirmar que a paisagem cultural da Região Missioneira é a somatória de todos estes elementos, como um palimpsesto onde, apesar dos registros antigos serem raspados e um novo registro ser sobreposto aos anteriores, estes sempre deixam suas marcas, muitas vezes invisíveis, mas sempre indelévels.

Não é o propósito desta tese, hierarquizar níveis de qualidade da paisagem nem mesmo qualificar seus valores, pois os mesmos correspondem à percepção ou às sensações das pessoas - comunidades, visitantes e pesquisadores - sendo, portanto, subjetivos. A intenção é traçar um panorama geral da paisagem missioneira a partir dos valores propostos nesta tese, considerando essa diversidade e essa riqueza que está presente não só no que se vê, mas também, no que se faz.

A simbologia na Região Missioneira é marcada de forma mais evidente pelos sítios arqueológicos do período reducional, eles são a referência principal das comunidades, assim como também de visitantes e pesquisadores. Este valor simbólico é tão marcante que a identidade da região se tem restringido quase que exclusivamente a ela. Prova da valorização dada à este período é que muitos municípios da região tem utilizado a Cruz Missioneira como marca nos seus trevos de acesso e praças (figura 184).



Figura 184 - A Cruz Missioneira original, no sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, e as cópias: Trevo de acesso à São Borja, Praça da Catedral em Santo Ângelo, Trevo de acesso à Entre-Ijuis, Trevo de acesso à São Luiz Gonzaga e Trevo de acesso à Salvador das Missões (fotos do autor, 2013)

Mas esse valor também está representado por muitas das tradições trazidas pelos colonos que se instalaram na Região no final do século XIX e início do XX, assim como os novos moradores que chegaram ao longo do século XX. Embora tenham apenas reconhecimento local, são elementos e paisagens que representam as diferentes formas de se relacionar com o ambiente conformando a diversidade da Região. Como exemplo se pode mencionar o fato de que em muitas propriedades rurais as famílias constroem novas moradias sem, contudo, demolir as antigas edificações erguidas por seus antepassados que passam a ser utilizadas para outras funções e são mostradas, com certo orgulho, como elementos que marcam sua identidade e seu domínio no espaço. Este fato é bastante ilustrativo do valor simbólico que estas antigas edificações possuem para aquela população e, por conseguinte, para a história da Região. Estes valores também

podem ser encontrados nas festas, na religião e nas tradições como, por exemplo, os rituais dos benzedeiros.

Os valores culturais da Região muitas vezes se misturam com os simbólicos, pois eles são ao mesmo tempo parte de sua cultura como também evocam lembranças e significados distintos para comunidades e visitantes. Aqui se pode ressaltar os conjuntos urbanos e rurais (figura 185) configurados pelos migrantes de origem alemã, italiana e polonesa entre outros, que trouxeram consigo os modos de ser e fazer que estão refletidos na forma de apropriação da terra, na arquitetura, na culinária, no idioma, nas festas, etc. Como exemplo, pode-se citar as construções em enxaimel (figura 186), adaptadas por eles à região, estas edificações não só apresentam uma cultura que foi incorporada ao território como também assinalam a importância delas como símbolo de seu lugar de origem.



Figura 185: Propriedade em área rural de São Pedro do Butiá (VILLEGAS J., 2008)



Figura 186: Área urbana de Cerro Largo (VILLEGAS J., 2008)

Outro elemento a ser mencionado é a forma de apropriação dos lotes rurais, onde se encontra um sistema de ocupação específico dos migrantes alemães. Cidades como Salvador das Missões, Cerro Largo e São Pedro do Butiá com suas linhas Bonita Norte e Butiá Inferior que ainda possuem a mesma divisão dos lotes da época da colonização e utilizados de maneira similar às primeiras colônias, onde há criação de porcos, agricultura familiar (figura 187), jardins ao redor de suas casas (figura 188 e 189) e, inclusive, conservam o idioma de seus ancestrais - ainda tem algumas pessoas que só falam o alemão - além de ser ensinado em escolas da região.



Figura 187: Agricultura familiar diversificada, trazida na colonização e ainda presente - São Pedro do Butiá (fotos do autor, 2008)



Figura 188: Residência urbana, São Paulo das Missões(VILLEGAS J., 2008)



Figura 189: Linha Bonita Norte, São Pedro do Butiá (VILLEGAS J, 2008)

Dentro dos valores ambientais, os mais significativos são elementos do relevo e da hidrografia, mas o que caracteriza a paisagem da Região são as coxilhas, as áreas agrícolas, de campos, de capões e pastagens naturais. Nesta categoria é de se ressaltar que ainda se conserva algo da imagem descrita pelos jesuítas, dos séculos XVII e XVII, e pelos viajantes, dos séculos XIX e XX, principalmente em relação às grandes

extensões de campos e coxilhas entremeados pelos capões de mata nativa e a abundante hidrografia (figura 190).



Figura 190: Margem do rio Inhacapetum, São Miguel das Missões (foto do autor, 2008)

A conservação de espécies animais como a ema, o quero-quero e o lagarto - que se apresentam livres no território - (figuras 191 a 193) e vegetais como o umbu - cercado de lendas - (figuras 194 e 195), o cedro, o ipê, também é outra particularidade importante destas paisagens. Salientando o caso da erva mate característica da região, usada muito antes do contato com os europeus e que segue sendo plantada e utilizada desde o período guarani, assim como o uso de varias ervas medicinais pela cultura local e pelos benzedeiros, onde se faz evidente o valor ambiental somado ao simbólico e ao cultural.



Figura 191: Ema na aldeia Guarani (foto do autor, 2007)



Figura 192: Quero-quero em São Pedro do Butiá (VILLEGAS J., 2008)



Figura 193: Lagarto no Sítio Arqueológico de São João Batista (foto do autor, 2005)



Figura 194: Pé de Umbu, Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo (Pedro Stello, 2013)



Figura 195: Detalhe de pé de Umbu, Sítio Arqueológico de São Lourenço (foto do autor, 2004)

Os valores cênicos estão presentes, praticamente, em todo território, merecendo destaque as pequenas cidades e, principalmente, as zonas rurais onde há uma diversidade maior de elementos que compõem o espaço, mas é menos ocupado por edificações, facilitando a leitura por parte do espectador. Pode-se mencionar como exemplos os distritos Linha Bonita Inferior e Linha Butiá Norte, no município de São Pedro do Butiá, as áreas rural e urbana do município de Pirapó, os sítios arqueológicos de São João Batista, São Lourenço Mártir e São Miguel Arcanjo, assim como as lavouras de trigo ou girassol (figuras 196 a 201).



Figura 196: Casa Rambo, área rural de Pirapó (foto do autor, 2008)



Figura 197: Área rural, Linha Butiá Inferior, São Pedro do Butiá (VILLEGAS, 2008)



Figura 198: Área rural de São Luiz Gonzaga (VILLEGAS, 2008)



Figura 199: Plantação de trigo, São Miguel das Missões (foto do autor, 2006)



Figura 200: Plantação de trigo, Santo Ângelo (foto do autor, 2006)



Figura 201: Área rural, próximo ao Sítio Arqueológico de São João Batista (foto do autor, 2006)

Essa é a diversidade que compõe o mosaico que é a paisagem missioneira (figura 202)



Figura 202: A Paisagem Missioneira (fotos do autor, 2000 a 2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem tem sido, na maioria das vezes, vista, classificada, reconhecida e tratada pelas instituições de preservação, como um elemento de composição homogênea, sem considerar a possibilidade de que ela possa ser heterogênea e de que tenha sua formação a partir da contribuição de vários agentes ao longo do tempo, como no caso da Região Missioneira no Rio Grande do Sul¹⁴⁰.

Neste contexto cabe questionar qual seria a identidade da Região Missioneira? Seria aquela ligada ao período reducional ou estaria associada a algum dos diferentes períodos de ocupação pelas quais passou ou seria vinculada à somatória destas várias contribuições dos diferentes períodos que se entrelaçam? Não seria possível responder a estas questões com uma única identidade, ela é plural visto que todos os agentes que vêm ocupando a Região contribuíram e contribuem para a construção e compreensão daquele espaço e daquela sociedade. Então porque eleger um único elemento cultural como representante, deixando de lado todos os outros componentes da configuração espacial regional, sejam eles edificados ou da natureza modificada pelas mãos dos homens, sejam materiais ou imateriais? A região não deve, necessariamente, ser (re)conhecida apenas pelas Reduções, sendo que ela tem vários outros valores que lhe dão identidade.

Estas paisagens não possuem o mesmo significado que tiveram na sua origem, mas uma ressignificação a partir de um novo contexto social, sem perder a essência que as levou a serem reconhecidas. Se foram paisagens sagradas, de lutas de fronteiras, de abandono, de expansão, caminhos rurais - a pé ou a cavalo -, hoje evidenciam culturas e estados sociais, o que as leva a serem consideradas como culturais.

Tal como na literatura, no cinema ou na música, mais importante do que uma imagem, um acontecimento ou um acorde, é a sequência em que eles se inserem, é o sentido ou significado que eles ganham quando inseridos nessa sequência. Os elementos que compõem uma paisagem devem ser lidos em uma sucessão que tenha sentido, como numa partitura onde cada nota musical tem seu lugar para compor harmonicamente a melodia.

¹⁴⁰Como se pôde ver no capítulo 1 desta tese.

A formação histórica da Região Missioneira¹⁴¹ teve vários momentos, iniciando pelos povos da pré-história, passando pela chegada dos Guarani, posteriormente a experiência reducional promovida pelos Jesuítas conjuntamente com os grupos nativos, os conflitos de demarcação das fronteiras, a colonização tardia de origem europeia, as novas formas de produção agropecuária empreendidas, principalmente, a partir do pós II Guerra e, finalmente, o questionamento do modelo de produção agropecuária adotado até a última década do século XX. Em todos estes períodos foram introduzidas novas influências que modificaram a identidade criada nas épocas precedentes e passaram a constituir uma nova identidade que deixou marcas na sua paisagem, no entanto, nem todos os grupos étnicos conseguiram fixar sua presença no imaginário social, seja local ou externo. A identidade missioneira tem sido colocada, sobretudo, como produto do período reducional sem considerar, muitas vezes, a dimensão do que existia antes ou o que veio a existir depois.

Prova desse direcionamento para uma identidade regional baseada nas reduções é a mudança de enfoque dado para os remanescentes daquele período que passou da “negação”, em um princípio sendo rejeitado e muitas vezes sendo destruído, a “símbolo”, não só da Região Missioneira, mas de todo o estado do Rio Grande do Sul, transformado em patrimônio nacional e da humanidade. Apesar de haver ocorrido uma evolução das técnicas e dos conceitos de conservação do legado cultural da região, as ações de preservação empreendidas pelos órgãos públicos seguiram tendo como foco principal o patrimônio cultural ligado à época reducional ou a agentes que o produziram¹⁴². Praticamente não houve mudanças na abrangência do que ser preservado, houve uma ampliação de elementos ligados ao mesmo tema, não acompanhando a evolução do conceito de patrimônio cultural, pois a política estatal não favoreceu reconhecer os elementos de conexão para lançar luz sobre essa identidade plural.

De um modo geral, a atuação dos órgãos públicos, responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, quase sempre foi fragmentada e direcionada para bens isolados ou de determinada categoria (tipologia, período, etnia, etc...) e continuamente escolhidos por seus técnicos a partir de critérios próprios. Embora muitos destes bens sejam preservados de maneira exemplar, na maioria das vezes, não há um trabalho no sentido

¹⁴¹ Ver capítulo 3 desta tese.

¹⁴² Ver capítulo 2 desta tese.

de propiciar uma relação de integração com um contexto mais amplo, onde estão inseridos. Na Região Missioneira não foi diferente, as elites política e intelectual elegeram os bens de origem reducional como elementos a serem preservados e que serviriam de ícone representativo da região, sem levar em consideração o conjunto de elementos culturais que a compõe.

O conceito de paisagem cultural utilizado nesta tese propõe uma nova maneira de perceber e entender este espaço, exigindo novas formas de ação para a preservação dos diversos elementos que compõem uma região, envolvendo a participação dos diferentes grupos que formam a sociedade. A paisagem cultural independe do reconhecimento oficial de órgãos públicos para ser preservada, assim como para ser destruída. A escolha e preservação dos elementos importantes na configuração de uma paisagem são feitos a partir da gestão de conflitos que existem em toda sociedade, que é plural e possui, também, uma pluralidade de identidades, que devem ser (re)conhecidas e aceitas. Esse posicionamento exige um modo de agir sistêmico e abrangente, integrado e articulado, envolvendo órgãos públicos e sociedade civil. Para trabalhar neste contexto é necessária a realização de pesquisas, de propostas - a serem implantadas em curto, médio e longo prazos -, de debates, de apresentação de resultados e de reavaliações permanentes.

O (re)conhecimento da paisagem cultural de uma determinada região dará subsídios para a elaboração de um adequado planejamento territorial, socioeconômico e ambiental. A partir das características que identificam e marcam a paisagem da região deverão ser propostas ações que valorizem os produtos como representações culturais regionais, definindo selos, marcas e logomarcas, assim como promover o turismo. Essas ações incidirão no produto interno bruto das regiões e propiciarão uma melhor distribuição das riquezas. Tais características também proporcionarão a elaboração de planos de risco e de diminuição de desastres com novos métodos e práticas. Permitem ainda, a organização de planos de manejo e de investimentos a fim de promover um desenvolvimento sustentável que garanta a qualidade de vida da sua população.

A preservação da paisagem cultural pressupõe a gestão compartilhada conferindo e delegando responsabilidades e competências a todos os agentes, quer sejam representantes dos poderes públicos, nos diferentes níveis, ou da sociedade civil. Os esforços são somados e o investimento de recursos é otimizado por meio de ações coordenadas e convergentes, voltadas para a formação, capacitação e sensibilização para

a preservação. Dessa maneira, todos os agentes atuarão, fazendo com que a comunidade compreenda o significado da paisagem da qual ela forma parte, apropriando-se dos seus valores, adotando e incorporando o papel de responsáveis pela sua preservação.

No início desta tese formulou-se a hipótese de que, apesar de existir um patrimônio cultural significativo do período reducional, ele não pode ser entendido como elemento isolado nem o único porque a Região em que se insere possui outras características, elementos e valores particulares que, juntamente com este patrimônio, a configura espacialmente e lhe dá uma identidade própria e, portanto, merecem ser conhecidos, analisados e valorizados. Esta hipótese, de acordo com a evolução dos conceitos de patrimônio cultural e identidade, parece bastante óbvia, no entanto, vê-se que na prática, tanto as instituições públicas responsáveis pela preservação do patrimônio como a sociedade de um modo geral, não atuam levando em consideração esta nova visão do patrimônio. É necessário um trabalho no sentido de demonstrar a riqueza cultural que se encontra no entorno do patrimônio consagrado, o conjunto de valores que compõem e interferem na paisagem, não como simples elementos coadjuvantes, mas também como protagonistas desta paisagem.

É nesse sentido que esta tese se coloca, como uma contribuição para um novo olhar sobre a Região Missioneira¹⁴³. Um olhar que rememore os povos mágicos e cenários da natureza exuberante nos quais as comunidades têm conservado seus testemunhos nos sítios arqueológicos, ruínas, imagens sacras, utensílios, alimentos, tradições e costumes, mas que também lembre das cidades e comunidades que foram fundadas por povos diferentes dos Guarani e jesuítas. Europeus chegados ao Brasil por diversas razões e seus descendentes, que ocuparam os territórios das antigas Reduções. Criaram novas comunidades que conservam tradições, celebrações religiosas, arquitetura, artesanato, paisagens e que por diversos fatores de tipo social, econômico e cultural estão em um preocupante processo de estagnação e alteração de sua estrutura urbana e rural.

Dentro desta perspectiva a Paisagem Cultural deverá ser um tema de interesse geral que transcende os âmbitos especializados nos quais, até o momento, se encontra restrita e deverá se converter em peça fundamental de muitas políticas de planejamento urbano e regional e, inclusive, de políticas mais setoriais de caráter social, cultural e econômico.

¹⁴³Ver capítulo 4 desta tese.

O processo de transformação da paisagem e o significado dessa mudança para a comunidade devem servir de base para a definição de uma forma apropriada de desenvolvimento futuro. Utilizar estes recursos patrimoniais de forma sustentável poderá ser a saída para a melhoria da qualidade de vida destas comunidades e ao mesmo tempo preservar seus traços culturais. Muitas habilidades tradicionais hoje estão apenas na memória de poucas pessoas e a paisagem deixada pelos que passaram pela região é um elemento revelador do modo de utilização da terra - tanto na produção agrícola como industrial - e da forma de ocupação, fala sobre as culturas, sobre o trabalho, sobre o homem e sobre a paisagem natural da nova realidade encontrada na região.

A falta de um entendimento amplo da paisagem leva à busca de alternativas de crescimento econômico não condizentes com a região, como o florestamento, em larga escala, que vem ocorrendo na Província de Misiones, na Argentina (figura 203), ou em algumas partes da Região Missioneira (figura 204), em menor escala. Os plantios tradicionais como a erva mate (*Ilex paraguariensis* St.Hill) - autóctone - e o trigo, assim como novas culturas como o girassol (figuras 205 e 206), que não chegam a formar obstáculos para relação do homem com a paisagem de topografia formada por coxilhas, estão sendo substituídos pelos pinus (*Pinus elliottii*) - exóticas - que formam verdadeiros paredões modificando completamente a relação homem/espço que existia anteriormente, além de trazer sérios prejuízos para a fauna e flora locais.



Figura 203: Região com florestamento de pinus - Posadas, Argentina (foto do autor, 2013)



Figura 204: Área com florestamento, ainda incipiente, de pinus, bastante próximo às lavouras de trigo - Santo Ângelo (foto do autor, 2013)



Figura 205: Área com plantio de trigo, ao fundo os girassóis, campos e os capões dispersos pela região - Entre-Ijuís (foto do autor, 2007)



Figura 206: Área com plantio de trigo, ao fundo, campos e os capões dispersos pela região - São Miguel das Missões (foto do autor, 2013)

Estar centrado em apenas um patrimônio pode levar a se cometer erros como o da construção de um terminal rodoviário em Posadas na Argentina (figura 207) ou o pórtico de acesso ao município de São Miguel das Missões (figura 208). Estes dois exemplos mostram claramente a falta de (re)conhecimento do processo de transformação da Região e um descomprometimento com as mudanças culturais que são refletidas na arquitetura, criando simulacros de uma arquitetura do período reducional, em busca de uma identidade que já não mais existe, pois a atual é um acúmulo das diversas contribuições e interações sociais.



Figura 207: Terminal rodoviário em Posadas, Argentina (foto do autor, 2013)



Figura 208: Pórtico de acesso ao município de São Miguel das Missões (foto do autor, 2013)

Esta tese não tem a ambição de concluir as discussões sobre os temas abordados, mas sim colaborar e instigar à reflexão a respeito da verdadeira dimensão do conhecimento de uma paisagem cultural.

Mas afinal qual é a Paisagem Missioneira? É uma paisagem onde os elementos se misturam e se sobrepõem, onde as pessoas com rasgos indígenas moram em comunidades de origem alemã, italiana ou polonesa, onde as pedras das antigas reduções aparecem ao lado de águas cristalinas ou muitas vezes barrentas da terra vermelha que as colore após uma “tenebrosa procela” – na expressão do Visconde de São Leopoldo -, fragmentos de um passado remoto, de um passado recente e até mesmo do presente, que se projeta para o futuro, que emolduram esta paisagem, que mais que ser uma realidade física, são as pessoas com seu jeito de ser que fazem a diferença.

Ao final um rosto também é uma paisagem (figura 209).



Figura 209: Os rostos da Paisagem Missioneira (fotos do autor, 2000 a 2013)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luzia dos Santos. **Restauração e Paisagem**. (Dissertação) Mestrado em Arquitetura. UFBH. Salvador, 2005.
- ACISA - Associação Comercial, Industrial, Cultural, Serviços e Agropecuária de Santo Ângelo [Documentos Arquivados.] Santo Ângelo:
- AHMACPS - Arquivo Histórico Municipal Augusto César Pereira dos Santos. [Documentos Arquivados] Santo Ângelo.
- ANDRADE, Mario de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. 1936. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, N° 30. IPHAN. 2002. pp. 270-287
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Conservação de Conjuntos Urbanos. In: **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987
- ANS - ARQUIVO NORONHA SANTOS. [Documentos arquivados] Rio de Janeiro: 1937-1941
- APHNM - ARQUIVO DO PARQUE HISTÓRICO NACIONAL DAS MISSÕES/IPHAN. [Documentos arquivados] São Miguel das Missões. 1920-2009
- ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. “Identidade” e “Território” enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. pp. 13-32
- ARMANI, Alberto. **Ciudad de dios y ciudad del sol: El estado Jesuita de los Guaraníes 1609-1768**. México: Fondo de Cultura Economica. 1982.
- AS - ARQUIVO DE SIMANCAS. **Mapas, Planos y Dibujos XXIX. Años 1503-1803**. Vol. I, 1980.
- ASSUNTO, Rosário. **Il Paesaggio e L'estética**. Napoli: Ed. Francesco Giannini & Figli, 1972 (vol. I e II).
- AVÈ- LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: PUCRS, 1953
- AVEDON, Richard. In: CORRÊA, Thomaz Souto. Memória, **Revista Veja**, 13 de outubro de 2004 – edição 1875 – ano 37 – nº 41 – pag. 114/116
- ÁVILA, Cristian Pío. **O que o guarani vende? Um estudo sobre sistema econômico e pessoal Mbyá-Guarani num contexto de relações interétnicas em São Miguel das Missões - RS** – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- AYMONINO, C., **El Significado de las Ciudades**, Madrid, Blume, 1981.
- BABELON, J.; CHASTEL, A. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.
- BAHIA, Cláudio Kistter Marques. JK – Política, Arte e Arquitetura – Uma Experiência Moderna. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 119-137, set/2004.

BAPTISTA, Jean. **O Temporal: Estrutura, Dinâmica e funcionamento dos povoados reducionais, Dossiê Documental I (Consultoria Histórica)**. Museu das Missões/IPHAN, São Miguel das Missões, 2006a

_____. **As Ruínas e seus personagens no século XIX, Dossiê Documental III (Consultoria Histórica)**. Museu das Missões/IPHAN, São Miguel das Missões, 2006b.

BARCELOS, Arthur. **Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista** – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997

_____. **Espaço & Arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista**, Porto Alegre, EDIPUCRS. 2000.

_____. **O mergulho no seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América Espanhola colonial** – Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006a.

_____. **O Compasso e a Cruz - Cartografia Jesuítica da América Colonial**. Porto Alegre: Star design, 2006b.

BARROSO, Vera. Povoamento e Urbanização do Rio Grande do Sul – A Fronteira como trajetória, In: WEIMER, G. (org), **Urbanismo no Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992.

_____. O Povoamento do Território do Rio Grande do Sul/Brasil: O Oeste como direção. In: **Estudios Historicos – CDHRP-** Agosto 2009 - N° 2 – www.dialnet.unirioja.es

BAUER, Letícia. **O arquiteto e o zelador: patrimônio cultural, história e memória São Miguel das Missões (1937-1950)** – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BELIK, W.; PAULILO, L.F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: Leite, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed.da Universidade/ UFRGS, 2001. p. 95-119

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural [1984]. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84-91

BLANKSON, E. J.; GREEN, B. H. **Use of Landscape Classification as an Essential Prerequisite to Landscape Evaluation**. *Landscape and Urban Planning*, 21. p. 149-162. 1991.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003

BOFF, Claudete. **A Imaginária Guarani: O Acervo do Museu das Missões** – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do Homem Moderno Vista através da Arquitetura**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- BRANDI, Cesare. **Teoría de la Restauración**. Versión de M^a Ángeles Toajas Roger. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 80 p.
- BRUN, A. J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**. Petrópolis/RJ e Ijuí/RS: Vozes/FIDENE, 1988.
- BRUNDTLAND, Gro Haalen (org). **Our Common Future**. New York: Oxford University Press, 1987.
- BUSANICHE, Hernán. **La arquitectura en las misiones jesuíticas Guaraní**. Santa Fé: El litoral, 1955.
- CALCAGNO, Annalisa Maniglio. **Architettura del Paesaggio; evoluzione storica**. Via Emilia Levante, 31, Bologna: Editora Calderini, 1983.
- CAMPELLO, Glauco. Apresentação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade** –. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. 4^a Ed. 1^a reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006
- CARDIEL, José SJ. **Compendio de la Historia del Paraguay (1780)**. Buenos Aires: Fundación para La Educación, La Ciencia y la Cultura (FECIC), 1984.
- CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. Introdução. In: **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das Estações: 1874-1959. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul: pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: Pallotti, 2002. p 13-15
- CARDOSO, J. L. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 59 -74, mar/abr 1994
- CARNEIRO, M. J. O desenvolvimento rural e o “Novo Rural”. In: SILVA, J. G. D. (Org.). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA, v.4, 2000. p. 117-148.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. **A ética das intervenções**. Palestra ministrada na Oficina do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Petrópolis. RJ. Dezembro de 2012. (Mimiog.)
- CASTELLO, Lineu. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural – conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CATEDRAL DE GENT** <http://users.skynet.be/sintbaafskathedraal-gent/EN_lamb.html> acessado em 21/10/13
- CAVALCANTI, Lauro. Encontro moderno: volta futura ao passado. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. p. 41-53

- CHOAY, A **alegoria do patrimônio**. 3ª ed. São Paulo: Unesp, 2006.
- CONSEJO DE EUROPA, A Convención Europea del Paisaje, 2000. In: Consejería de Cultura de La Junta de Andalucía. **Cuadernos XIV – Repertorio de textos internacionales del patrimônio cultural**. Sevilla: COMARES, s/d
- COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas [1989]. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 92-123
- COSTA, Lucio. **Relatório sobre os Sete Povos das Missões/RS**. Rio de Janeiro: Arquivo Noronha Santos, 1937.
- _____. **Lucio Costa: Registro de uma Vivência**. 2ª ed., São Paulo: Empresa das Artes, 1997.
- CRESPO-TORAL, Hernán; CASARES, Román F.b.. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://200.130.9.7/alcue/patrimonio.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2007.
- CRUZ, Beatriz A. M. Pereira da. **Santo Ângelo: um município em construção - das Missões até 1930**. Santo Ângelo: Gráfica Santo Ângelo Ltda, 1986.
- CURTIS, Julio Nicolau Barros de. **Vivências com a arquitetura tradicional do Brasil: registros de uma experiência técnica e didática**. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2003.
- CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 2 ed., Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. **São Miguel Arcanjo: Levantamento Cadastral**. Porto Alegre: Ministério da Cultura/IPHAN, 1994.
- _____. Patrimônio Edificado: Conservação e Ética. **Revista Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 177-188, jan/jun. 2000.
- _____. **A redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia urbana missioneira** – Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002
- _____. **Ordenamientos Urbanos y Arquitectónicos em el Sistema reduccional Jesuítico Guaraní de La Paracuária: entre su Normativa y su realización** - Tese de Doutorado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2010.
- _____. **Arquitetura e Urbanismo Jesuítico Guaraní: regras e resultados**. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2011.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato (org). **Os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; IPHAN, 2004.
- DAMIANI, Nadir Lurdes. **Cultura Material, Patrimônio e Educação: As Reduções Jesuítico-Guarani e o Ensino de História**, Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2004
- DAMIANI, N.; RAMOS, A.; SILVA, A. L. **São Miguel das Missões no contexto Missioneiro**, informe no publicado, São Miguel das Missões, Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões, 2007.
- DANIEL, Terry C. Whither scenic beauty? Visual landscape quality assessment in the 21st century. **Landscape and Urban Planning**, 54 p. 2001.267-281.

- DE PAULA, A. La arquitectura de las misiones del Guayrá. In: **ICOMOS-UNESCO, Las Misiones Jesuíticas del Guayrá**, Buenos Aires-Verona, Manrique Zago Ediciones, p. 91-151, 1993.
- DELPHIM C. F. El patrimonio natural en Brasil. In: **Revista Apuntes**. vol. 19. Bogotá/Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2006, pp. 58-73
- _____. **Política Nacional de Paisagem Cultural**, s/d.
- DEMERSAY. **Ruínas de São Miguel Arcanjo**. Rio de Janeiro: Mapoteca do Itamaraty, 1846.
- DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1927.
- DUDERMEL, et. al. **Política agrícola e diferenciação da agricultura na região Noroeste do RS**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ. 1995, 55p.
- DUVIOLS, Jean-Paul (org.). **Tentación de la utopia**. Barcelona: Tusquets, 1991.
- ENNE, Ana Lucia S. A flexibilização das identidades e o consumo do horror nas cidades contemporâneas. In: **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**. São Paulo – Volume XXVII, nº 2, julho/dezembro de 2004, p. 131 a 147.
- FALCADE, I.; BACHI, L. C. O espaço do índio na Província Jesuítica do Paraguai antes das reduções. In: **Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. Santa Rosa: UNIJUI, 1989, pp. 34-47.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ediplat, 2003
- _____. Memorial do Rio Grande do Sul. In: **Caderno de História**, nº 38. Rio Grande do Sul: Secretaria da Cultura, 2010. Disponível em: <http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/guerraseconflitos.pdf>
- FLORES, Murilo A Construção Social de Territórios e a Globalização. In: **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 1, nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 87- 108
- _____. La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible. In: **Revista Ópera**. nº 7. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007. p. 35-54.
- FORTES, Amyr Borges, WAGNER, João Baptista Santiago, **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul/ Livraria do Globo. 1963.
- FRANTZ, T. R. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUÍ**. Ijuí: FIDENE, 1982. 233 p.
- FURLONG, Guillermo. **Misiones y sus Pueblos de Guaranies**. Buenos Aires: Balmes, 1969

GAONA, M^a Teresa. El Urbanismo Misionero: Casa de Indios. In: **Seminário Internacional: Missões Jesuíticas - Rotas Culturais, Testemunhos Materiais e Patrimônio Intangível**, 1998, Santo Ângelo.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In: _____ **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 03-21.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOFFMAN, Erving. Estigma. **Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens da cidade do Recife**. (Tese de Doutorado). São Paulo: Dep. de Geografia/FFLCH/USP, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. P. 21-29. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. 320 p.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAELL, Francisco. **O passado missioneiro no diário de um oficial espanhol/Francisco Graell**. Tradução: Alba Olmi. EDUNISC, Santa Cruz do Sul, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

GUTIÉRREZ, Ramón. **Estructura socio-política, sistema productivo y resultante espacial en las misiones jesuíticas del Paraguay durante el siglo XVIII**. Resistencia: Facultad de Arquitectura, 1974.

_____. San Miguel: La Misión Jesuítica de San Miguel Arcángel y su Templo, In: **Documentos de Arquitectura Nacional y Americana**, Resistencia, Argentina, nº 14, 1982

_____. Las Misiones Jesuíticas. In: **Historia Urbana de las reducciones jesuíticas sudamericanas: continuidad, rupturas y cambios (siglos XVIII – XX)**, 1993, pp 14-34.

_____. **Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica**. Madrid: Cátedra, 2002.

_____. **Cultura Urbana hispanoamericana y sus contactos con la experiencia portuguesa en Brasil. Modelo y Heterodoxias**, s/d.

Guia Geográfico Partenon, <<http://www.guiageografico-grecia.com/partenon.htm>>, acessado em 28/03/11

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. pp. 33-56

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDTMANN JUNIOR, Douglas E. D. **Gestão da Paisagem Cultural da Imigração alemã utilizando Método Multicritério de apoio à decisão**. 2013. Tese (Doutorado).

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IBGE, Guarani das Missões Rio Grande do Sul. Histórico, 2007, Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/guaranidasmissoes.pdf>. Visualização em 30/mar/2013.

IHGRGS <http://ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.5/499-243.htm>, acessado em 15/11/12

INAH - Instituto Nacional de Arqueologia e História, México <<http://www.inah.gob.mx>>, acessado em 15/03/11

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul. [Documentos arquivados] Porto Alegre, 1980-1990.

IPHAE, Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874-1959. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul: pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127, 2009.

IPHAN/ANS. Assuntos Internacionais/Congressos Memorando de Aloísio Magalhães para Eduardo Portela, ministro do MEC, 4 de abril de 1979.

ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983

ISNARDIS, André. Lapa, Parede, painel - distribuição das unidades estilísticas de grafismos rupestres do vale do rio Peruaçu e suas relações diacrônicas (Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais). 2004. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-MAE/USP.

JAKOB, Michael. L'emergence du paysage. França: Infolio Éditions, 2004.

KERN, Arno A. O processo histórico platino no século XVII: da aldeia guarani ao povoado missionário, In: **Estudos Ibero-americanos**, vol. XI, nº 1, Porto Alegre, 1985.

_____. **Antecedentes Indígenas**, Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

KESSEL, Carlos. Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial, FAPESP/Secretaria da Cultura, 1998.

KÜHN, Fabio. Breve história do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LA SALVIA, Fernando, A Arqueologia nas Missões e uma Perspectiva Futura, In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Santa Rosa: Faculdade Dom Bosco, 1983, p 211 - 220

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEAL, Fernando Machado. São Miguel das Missões - estudo de estabilização e conservação das ruínas da igreja. Revista do IPHAN, nº 19, Rio de Janeiro, 1984.

- LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LIPE, William D. Value and meaning in cultural resources. In: **Approaches to the Archaeological Heritage**. ed. H. Cleere. New York: Cambridge University Press, 1984.
- LOTHIAN, A. **Landscape Quality Assessment of South Australia**. Dissertation of Doctorate of Philosophy, Department of Geographical & Environmental Studies, University of Adelaide. 2000.
- LUTZENBERGER, J. A. **GAIA**. Março de 1986, revisão e ampliação em setembro de 1994. Documento disponível em www.fgaia.org.br. Acesso em 30/05/2011.
- LUZ, Maturino. **Museu das Missões: Uma Modernidade Incompreendida**. 2000. Monografia – Disciplina de Arquitetura Moderna Brasileira I, Mestrado PROPAR-UFRGS/RITTER DOS REIS, Porto Alegre.
- MAGALHÃES, Manuela R. **A Arquitectura Paisagista Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARTINS, Marina Cañas, **Paisagem em circulação: o imaginário e o patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900-1930)**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2008.
- MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. 2005. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.)
- MASON, Randall (ed.). **Economics and Heritage Conservation: A Meeting Organized by the Getty Conservation Institute**, December 1998. Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 1999.
- MAYERHOFER, Lucas. **Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões**. Tese de Concurso, UFRJ, Rio de Janeiro, 1947.
- MCA - Manuscritos da Coleção de Angelis I - Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1549-1640)**, Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de obras Raras e Publicações. 1951.
- MCA - Manuscritos da Coleção de Angelis III - Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1615-1641)**, Introdução, Notas e Glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de obras Raras e Publicações. 1969.
- MEIRA, Ana Lucia Goelzer. **O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no Século XX: Atribuição de Valores e Critérios de Intervenção** - Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- MELIÁ, B.; NAGLE, L. M. **Guaraníes y jesuitas en el tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica**, Santo Ângelo, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões / Asunción, Cepag, 1995.
- MELIÁ, B.; SAUL, M. V. A.; MURARO, V. F. **O Guarani: Uma bibliografia etnológica**, Santo Ângelo, Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1987.
- MELIÁ, Bartomeu. **El Guaraní reducido**, Palestra proferida na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Santo Angelo, 1981.

_____. **Entrevista concedida a Marcos V. A. Saul e Mara R. Rösler**, Projeto Guarani, Santo Ângelo, Fundames, 1984.

_____. **El Guaraní Conquistado y Reducido**. Asunción, Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica, 1986.

_____. **El Guaraní: Experiencia Religiosa**, Asunción, Biblioteca Paraguaya de Antropología, vol XIII, CEADUC/CEPAG, 1991.

MENDES, Ana Reis Costa. **Avaliação da qualidade cénica da paisagem. Aplicação da metodologia de Steinitz ao Litoral Alentejano**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitectura Paisagista) - Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A Paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

_____. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

MERLEAU-PONTY, M. **A Natureza** (trad. Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes. 2000.

MEURS, Paul. Modernism and tradition, Conservation in Brazil. **Revista Archis – Architectuur Stedebouw Beeldende Kunst** (6): 70-80, jun., 1994.

MINC, Carlos. **Ecologia e cidadania**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Portaria nº 92 de 5 de julho de 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA DO PERU <<http://www.mcultura.gob.pe>>, acessado em 15/03/11

MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história do Brasil Meridional: séculos XVI – XVII. In: **História dos Índios no Brasil**, São Paulo, Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992, 2ª ed.

MONTES, Augusto Molina. **Considerações sobre a Restauração Arquitetônica em Arqueologia**. Tese de Graduação, Escola Nacional de Antropologia e História / México. Tradução IPHAN-Deprom, 1998.

MONTOYA, Antonio Ruiz de -. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape** [1639]. 2a. ed. Madrid: Bilbao, 1982

MOORE, Bob. **NTC's dictionary of latin and greek origins**. Chicago: NTC, 1996.

MORAES, Carlos Eduardo Neves de. **A refiguração da Tava Miri São Miguel na memória coletiva dos Mbyá-Guarani nas Missões/RS, Brasil** - Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MORERO, A. M., SANTOS, R. F. DOS., FIDALGO, E. C. C. Planejamento ambiental de áreas verdes: estudo de caso em Campinas-SP. **Revista do Instituto Florestal**, São Paulo, v.19, nº 1, p.19-30, jun. 2007

MORI Victor Hugo. O Iphan em São Paulo. **Arquitextos**, 136.00, ano 12, set 2011.

MUSEU DO PRADO <<http://www.museodelprado.es/coleccion/galeria-on-line/galeria-on-line/obra/el-paso-de-la-laguna-estigia>>, acessado em 10/09/12

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere. **Prototipo de Catálogo de Paisaje. Bases conceptuales, metodológicas y procedimentales para la elaboración de los Catálogos de Paisaje de Cataluña.** Olot y Barcelona: Observatorio del Paisaje de Cataluña, 2006.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. **O Turismo, o Reencontro e a Redescoberta da Região das Missões** – Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PAULA, Dilma Andrade de. Ferrovias e rodovias: o dualismo na política de transportes no Brasil. In: MENDONÇA, Sonia R. (Org.). **Estado e historiografia no Brasil.** Niterói-RJ: UFF/FAPERJ, 2006, p. 209-230.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A cidade maldita. In: SOUZA, Celia Ferraz de e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**, 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.p. 25-42

_____. **História do Rio Grande do Sul.** 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

_____. Missões, um espaço no tempo: paisagens da memória. In PESAVENTO, S.; MEIRA, A. (orgs). **Fronteiras do mundo ibérico: patrimônio, território e memória das Missões.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 51-64

PINHEIRO, S. L. G. O Enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): Novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de novos paradigmas de desenvolvimento? In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas**, 1995, Londrina, Anais. Londrina: 1995.

PINTO JÚNIOR, Rafael Alves. Da Arte como Civilização e outras lições da Renascença Brasileira: Ricardo Severo e a Arte Tradicional no Brasil (1914). In: **História Revista**, v. 16, nº 1, p. 211-229, jan./jun. 2011. Goiânia: UFG

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - TERRITÓRIO DAS MISSÕES. Colegiado de Desenvolvimento Territorial - CODETER/MISSÕES, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Santo Ângelo, 2006

POLANCZYK, Claudia Maria, **A etnia polonesa e suas contribuições para Guarani das Missões e a Polfest - festa tradicional polonesa.** Santo Ângelo/ RS, 2006. Monografia (Graduação em História). Departamento de Ciências Humanas, URI.2006).

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai.** Porto Alegre: Selbach, 1954. 2v.

Prefeitura Municipal de Guarani das Missões
<<http://www.guaranidasmissoes.rs.cnm.org.br/portal1/municipio/galeria.asp>> acessado em 15/09/13

QUINTEROS, M. M., Arte Guaraní-Mbyá, In: MELIÀ, B. (ed.), Historia Inacabada futuro incierto. **VIII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas**, Encarnación, 28 al 30 de septiembre de 2000. Asunción, Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2002

RAMOS, Antônio Dari. Abordagens interculturais na formação histórica da Região das Missões do Brasil. In: TEDESCHI, Lozandro *et all* (org). **Abordagens Interculturais**. Santo Ângelo: URI, Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p 189 - 202.

_____. História e Esquecimento: Análise da Formação Histórica da Região das Missões do Rio Grande do Sul. In: TEDESCHI, Lozandro; RAMOS, Antônio (orgs.). **Temas sobre gênero e identidade**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 51-78

REIS Fº, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

_____. **A fronteira sulina do Brasil na primeira metade do século XIX: Tratados urbanos e arquitetura** - Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007

RIO GRANDE DO SUL, Assembléia Legislativa. **Evolução Municipal - Rio Grande do Sul - 1809 / 1996**. Porto Alegre: Corag. 2002.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 01-138.

ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

RUCKERT, A. A. **As transformações da Agropecuária e a Produção do Espaço de um município Rural no Centro do Espaço Rio-Grandense: o caso de Jóia-RS**. 1985. 116 p. Relatório Parcial de Pesquisa (Especialização) - Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. 1985.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo, 2012.

SATTLER, Miguel, entrevista concedida para Jô Santucci, Sustentabilidade: a construção fazendo a sua parte - edificações sustentáveis ajudam na preservação do clima. **Conselho em Revista**, ano III, nº 33, maio 2007. Porto Alegre: CREA/RS, p. 15-19

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem [1925]. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 12-74

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1991.

SCHADEN, B. O estudo do Índio Brasileiro Ontem e Hoje, In: **América Indígena**, v. XIV, nº 3, pp. 233-252, México, Instituto Indigenista interamericano 1954.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Guairá e o espaço missioneiro: índio e jesuítas no tempo das missões rio-platenses**. Cascavel – PR: Coluna do Saber, 2006.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMITZ, Pedro I., **Pré-História do Rio Grande do Sul – Arqueologia do Rio Grande do Sul – Brasil**, Documentos 5, São Leopoldo, UNISINOS, Instituto Anchietano de Pesquisas, 2006.

SCOFANO, Guilherme Butter. **A Elaboração de Planos de Gestão da Paisagem Cultural Brasileira como subsídio à proteção do Patrimônio Arqueológico: O caso da “Ilha De Laguna” - SC**. (Monografia) Especialização em Patrimônio. Programa de Especialização em Patrimônio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2011.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS/CAIS DO PORTO - SOP. [Documentos arquivados] Porto Alegre. 1925-1927.

SEPP, Antonio, **Viagem as Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos**, São Paulo, Martins Ed/EDUSP, 1980.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul** - Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA, Hemetério José Veloso da, **As Missões Orientais e seus Antigos Domínios**, Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**, Porto Alegre, Editora da Universidade - UFRGS, 2000.

_____. In: SOUZA, Célia Ferraz de e MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua formação urbana**. Porto Alegre, Editora da Universidade – UFRGS, 2ª ed., 2007.

SOUZA, Luiz Antônio Catafesto de. **Crianças Mbyá -Guarani: Práticas educativas & tecnologias de produção da pessoa** - Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Programa em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2010

SPHAN, Boletim nº 15, de 1981

SPHAN, Boletim, nº 17 de 1987.

SPHAN, Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: SPHAN/PRÒ-MEMÓRIA, 1980.

SPIES, Rosmeri Inês. **História do povoamento de Cerro Largo, RS**. Monografia (Graduação em História), Departamento de Ciências Humanas, URI. Santo Ângelo, 2000.

STELLO, Vladimir Fernando. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1938-1940** - Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

STELLO, Vladimir Fernando; SILVA, Luis Cláudio; VILLEGAS, Maria Matilde Conservação e Valorização do Patrimônio Missioneiro – Caso de São Miguel Arcanjo. In: **ARQUITEC**, Cruz Alta, n. 1, p. 23-38, set/2003.

- TARNAS, Richard. **A Epopéia do Pensamento Ocidental**. 4. ed. Trad. Beatriz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.
- TELLES, M.; DELPHIM, C. F. Políticas Culturais e Patrimônio: em busca de um instrumento jurídico de proteção da paisagem cultural. In: **O Público e o privado** - Nº 12 - Julho/Dezembro – 2008.
- TEÓFILO, Edson. **Políticas e Instrumentos para fomentar os mercados de terra: lições aprendidas**. Fortaleza: Banco Internacional do Desenvolvimento, 2002.
- UNESCO. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2001. In: www.iphan.gov.br
- UNESCO. Convenção de Bruxelas sobre a conservação da natureza e a proteção das paisagens , 1982
- UNESCO. Convenção do Patrimônio Mundial - 1972. In: www.iphan.gov.br .
- UNESCO. Orientações para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, 2008
- UNESCO. Patrimônio Imaterial, 2003. In: www.iphan.gov.br .
- URI/IPHAN. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Trabalho não publicado, Santo Ângelo, 2008.
- VALLE, Edênio. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. In: **Revista de Estudos da Religião**, nº 2 / 2002 / pp. 51-73
- VIDOR, Vilmar. **Arquitetura: Cultura e Identidade Local**, acessado em 28 de setembro de 2005. Disponível na Internet: <http://www.ufsc.br>
- VIEIRA, N.; TELLES, M.; SENA, T. Paisagem cultural e patrimônio. In: **Annales del IV Congreso Internacional Patrimonio Cultural**. Córdoba, Argentina, mai 2008.
- VILLEGAS J, Maria Matilde. **Hacia un programa de gestión de los sitios arqueológicos misioneros del Brasil: el caso de San Juan Bautista** – Dissertação de Mestrado, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, 2008a.
- _____. In: URI / IPHAN. **Levantamento do Patrimônio Cultural e Natural da Região das Missões**. Trabalho não publicado, Santo Ângelo, 2008b.
- VILLEGAS J., M^a. Matilde; STELLO, Vladimir Fernando. A Diversidade Cultural e o Patrimônio Material da Região das Missões. In: TEDESCHI, Lozandro *et all* (org). **Abordagens Interculturais**. Santo Ângelo: URI, Porto Alegre: Martins Livreiro, 2008. p 203 - 223.
- VIÑUALES, Graciela M., Las Misiones Jesuíticas del Área Guaraní: Un Urbanismo Alternativo, In: **Estudios Sobre Urbanismo Iberoamericano – siglos XVI al XVIII**, Sevilla, Conserjería de Cultura - Junta de Andalucía, 1990.
- _____. Características urbanas de las misiones jesuíticas, In: **Patrimonio Jesuítico**, Buenos Aires, Centro Internacional para la Conservación del Patrimonio / Secretaria de Cultura de la Nación / Comisión Nacional de la Manzana de las Luces, 1997.
- VITRUVIO, Marco Lucio. **Los diez libros de Arquitectura**. Trad. del latín: Agustín Blánquez. Barcelona: Editorial Iberia, S. A. Platô, 2000.

WEIMER, Günter. A Arquitetura rural da imigração alemã. In: Weimer, G. (org.) **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-27.

ANEXO
CD com apresentação da defesa